A PARUSIA

POR

CARDEAL LOUIS BILLOT S.J.

Nihil Obstat
Lutécia dos Parisienses, dia 25 de janeiro de 1920

Léonce de Grandmaison

Imprimatur:

Em Paris, dia 4 de fevereiro de 1920

E. Thomas, vigário-geral.

SUMÁRIO

PRIMEIRO ARTIGO.....10

A RUÍNA DE JERUSALÉM E O FIM DO MUNDO PREDITOS CONJUNTAMENTE E SOB UMA MESMA PERSPECTIVA NO DISCURSO ESCATOLÓGICO (MAT. XXIV, MARC. XIII, LUC. XXI). — DIFERENÇA ENTRE A PROFECIA E A HISTÓRIA.

SEGUNDO ARTIGO.....24

«A GERAÇÃO PRESENTE NÃO PASSARÁ, SEM QUE TODAS ESTAS COISAS SEJAM CUMPRIDAS», EM SÃO MATEUS (XXIV, 34) E SÃO MARCOS (XIII, 30), DE UMA PARTE; E EM SÃO LUCAS (XXI, 32), DE OUTRA.

TERCEIRO ARTIGO..... 44

EXAME DO CONJUNTO DO TEXTO DE SÃO LUCAS.

QUARTO ARTIGO..... 62

PARTICULARIDADES DE SÃO MATEUS E DE SÃO MARCOS SOBRE A ABOMINAÇÃO DA DESOLAÇÃO PREDITA PELO PROFETA DANIEL, QUE SERIA SEGUIDA EM BREVE PRAZO PELA PARUSIA E PELO JULGAMENTO.

QUINTO ARTIGO.....79

ARGUMENTO PEREMPTÓRIO DOS MODERNISTAS: «VIGIAI E ORAI, PORQUE NÃO SABEIS QUANDO SERÁ O MOMENTO. O QUE VOS DIGO, DIGO-O A TODOS! VIGIAI.» (Marcos, XIII, 33-37).

SEXTO ARTIGO..... 94

AS PARÁBOLAS QUE SERVEM DE EPÍLOGO AO DISCURSO ESCATOLÓGICO. TEXTOS TOMADOS EM CONTRASSENSO PELOS MODERNISTAS.

SÉTIMO ARTIGO.....114

A PARUSIA NAS EPÍSTOLAS DOS APÓSTOLOS. TEXTOS PARENÉTICOS [EXORTATÓRIOS].....

OITAVO ARTIGO..... 136

A PARUSIA NAS EPÍSTOLAS DOS APÓSTOLOS. OS "ÚLTIMOS DIAS", A "ÚLTIMA HORA", O DECLÍNIO DOS SÉCULOS.

NONO ARTIGO.....157
A PARUSIA NO APOCALIPSE. O VERDADEIRO ASSUNTO DA GRANDE PROFECIA DO NOVO TESTAMENTO.
DÉCIMO ARTIGO.....182
A PAROUSIA NO APOCALIPSE. AS DUAS RESSURREIÇÕES
APÊNDICE.....197

PREFÁCIO

As páginas que apresentamos ao público constituem apenas a reprodução dos artigos sobre a Parusia, publicados na revista Études, ao longo dos anos de 1917, 1918 e 1919. Tendo-nos vários [leitores] manifestado o desejo de os possuir reunidos num mesmo volume, julgamos dever atender ao pedido.

Ademais, para abreviar e simplificar o trabalho da reedição, conservamos-lhes a forma primitiva, sem outra preocupação de os ajustar melhor ao quadro e à estrutura de um livro. É, pois, ainda sob a forma de artigos que eles se apresentam, e neles não se encontrará nem modificação nem adição notável.

Não deixamos, contudo, de esperar que este modesto trabalho possa contribuir para esclarecer algumas almas de boa vontade, para dissipar as dúvidas que recentes controvérsias teriam suscitado, para resolver uma das principais objeções da crítica modernista contra o Evangelho, e, enfim, para pôr cada vez mais em evidência a inteira e absoluta verdade das nossas Santas Escrituras, tão audaciosamente negada pela nova escola.

Roma, 2 de outubro de 1919,
na Festa dos Santos Anjos da Guarda,

L. BILLOT S.J

INTRODUÇÃO

Há um ponto no Evangelho sobre o qual se exerceu particularmente a crítica modernista, que acreditou nele encontrar um argumento decisivo para a sua obra de demolição da religião cristã, enquanto religião transcendente e revelada por Deus. Este ponto é aquele que concerne ao segundo advento de Jesus Cristo, comummente designado pelos escritores do Novo Testamento sob o nome de *Parousia* (literalmente: presença, chegada, vinda), de onde se formou o nome *parusia*, doravante admitido no sentido escatológico, se não no dicionário da Academia, ao menos na língua usual e corrente da exegese bíblica.

Sabe-se muito bem que lugar eminente ocupa, na economia da revelação cristã, a perspectiva desta segunda vinda do Senhor, tão frequente e solenemente anunciada por Ele como devendo trazer, com o fim e a palingenesia [o renascimento] do mundo, com a transformação dos céus e da terra presentes, com a ressurreição dos mortos e o juízo geral, o estabelecimento definitivo do reino de Deus na sua consumação final e na sua perfeição última. Basta, com efeito, abrir ainda que pouco o Evangelho, para reconhecer imediatamente que a parusia é bem verdadeiramente o alfa e o ômega, o princípio e o fim, a primeira e a última palavra da pregação de Jesus; que ela é a chave, o desenlace, a explicação, a razão de ser, a sanção; que é, enfim, o acontecimento supremo ao qual todo o resto se refere, e sem o qual todo o resto desmorona e desaparece. De onde se segue que convencer Jesus de falsidade num ponto tão essencial seria, ao mesmo tempo, acabar com a lenda da sua divindade, seria tirar-lhe a transcendência, seria fazê-lo voltar às fileiras comuns e reduzi-lo às proporções dos outros fundadores de religiões surgidos, no curso das eras, do seio da humanidade. O modernismo não tardou a compreendê-lo. Assim, baseando-se em diversos

textos do Evangelho superficialmente interpretados, aplicou-se a pôr em circulação esta audaciosa afirmação: que a consciência da vocação messiânica havia germinado em Jesus a par da persuasão de que o fim do mundo ia chegar; que o reino para cuja organização Ele dizia dever vir Ele mesmo em glória e majestade, levado sobre as nuvens do céu, Ele o acreditara na véspera mesma de se estabelecer; muito mais, que foi exclusivamente em vista desta próxima e imediata consumação de todas as coisas que Ele pregara o inteiro desapego das riquezas, exigira dos seus uma insouciance [despreocupação] absoluta face aos bens terrestres, recomendara a pobreza voluntária, proclamara a excelência do estado de virgindade, etc. Em suma, que a ideia fixa da catástrofe suprema tinha a tal ponto obsedado o seu espírito, e de tal modo influenciado o conjunto do seu ensinamento e da sua conduta, que foi forçoso, após a sua morte, remanejar profundamente todo o Evangelho, para acomodar, bem ou mal, a um mundo que durava, aquilo que, primitivamente, fora dito de um mundo suposto prestes a acabar.

Em tudo isso, aliás, os modernistas não faziam senão vulgarizar ideias precedentemente trazidas à luz pela crítica racionalista. Já na sua *Vida de Jesus*, Renan escrevera: «As suas declarações (de Jesus) sobre a proximidade da catástrofe (final) não deixam lugar a qualquer equívoco. *A geração presente*, dizia ele, *não passará sem que tudo isso se cumpra* (Mat., XXIV, 34). *Muitos daqueles que aqui estão presentes não provarão a morte sem ter visto o Filho do homem vir na sua realeza* (Mat., XVI, 28). Ele reprova aqueles que não creem nele por não saberem ler os prognósticos do reino futuro. *Quando vedes o vermelho da tarde*, dizia ele, *prevedes que fará bom tempo; quando vedes o vermelho da manhã, anunciais a tempestade. Como vós, que julgais a face do céu, não sabeis reconhecer os sinais dos tempos?* (Mat., XVI, 2-4). Estas declarações tão formais preocuparam a família cristã durante perto de setenta anos.» E mais abaixo: «Se a primeira geração cristã tem uma crença profunda e constante, é que o mundo está a ponto de acabar (At., II, 17; I Cor., XV, 23-24; I Tes., III, 13, IV, 14; II Tes., II, 18; I Tim., VI, 14; II Tim., IV, 1; Tg., V, 3-8; II Pe. inteiro; Apoc., I, 1, II, 5, etc.), e que a grande revelação do Cristo vai em breve ter lugar. Esta viva proclamação: *O tempo está*

próximo, que abre e fecha o Apocalipse, este apelo sem cessar repetido: *Quem tem ouvidos, ouça!* são os gritos de esperança e de reunião de toda a idade apostólica. Uma expressão siríaca *Maran atha* (I Cor., XVI, 22), *Nosso Senhor chega!* tornou-se uma espécie de senha que os crentes diziam entre si para se fortificarem na sua fé e nas suas esperanças. O Apocalipse, escrito no ano 68 da nossa era, fixa o termo em três anos e meio (XV, 2; XII, 14)» [1].

Tal é o conjunto dos textos sobre os quais se fundam os inimigos da nossa fé para avançar que o Evangelho nasceu de um erro, de uma alucinação, de uma vã crença, enfim, desde há muito reduzida a nada e solenemente desmentida pelos fatos mais visíveis e mais estrepitosos do mundo.

Por outro lado, não se poderia negar que estes mesmos textos, artificiosamente apresentados e habilmente explorados por eles, sejam de natureza a impressionar, ou até mesmo a perturbar profundamente espíritos pouco advertidos da maneira própria à Escritura no domínio da profecia em geral, e no terreno escatológico em particular. O objetivo destes artigos é, pois, trazer, na medida dos modestos recursos do autor, algumas luzes capazes de esclarecer as dificuldades que a afirmação modernista teria deixado no espírito de muitos: e isto recordando certos princípios, explicando certas regras que é necessário ter diante dos olhos para a exata compreensão das passagens em questão. Estas passagens, é-nos preciso submetê-las a um exame aprofundado, e mais particularmente aquela onde se encontram reunidas e condensadas as dificuldades de todas as outras, a qual, uma vez convenientemente esclarecida em cada uma das suas partes, fornecerá, também para todas as outras, os elementos desejados de solução. É o discurso que preenche o capítulo XXIV de São Mateus, junto aos lugares paralelos de São Marcos e de São Lucas, e que, considerado primeiramente em seu conjunto, apresenta-se como tendo por objeto indiviso a queda de Jerusalém e o último dia do mundo.

---

[1] Renan, *Vie de Jésus*, cap. XVII.

A PARUSIA

PRIMEIRO ARTIGO

A RUÍNA DE JERUSALÉM E O FIM DO MUNDO PREDITOS CONJUNTAMENTE E SOB UMA MESMA PERSPECTIVA NO DISCURSO ESCATOLÓGICO (MAT. XXIV, MARC. XIII, LUC. XXI). — DIFERENÇA ENTRE A PROFECIA E A HISTÓRIA.

Era a tarde da terça-feira antes da última Páscoa. Jesus acabava de terminar a sua pregação pública com uma suprema advertência dada a Jerusalém, homicida dos profetas e assassina daqueles que lhe eram enviados; e, enquanto Ele saía do templo para nele não mais entrar, a atenção dos discípulos voltava-se para as grandiosas construções desse soberbo edifício. Não era o primeiro templo edificado por Salomão e destruído pelos Assírios sob Nabucodonosor. Era o segundo, reedificado após o cativeiro sob Zorobabel, mas refeito desde então pelo primeiro Herodes, o qual, para ganhar as boas graças da nação, conforme lemos em Josefo, empreendera essa grande obra, e empreendera-a com o desígnio de superar em magnificência tudo o que se tinha visto até então. De fato, não se haviam poupado nem homens, nem dinheiro, nem despesas de qualquer espécie: o que fazia com que, após quarenta e seis anos de trabalhos ininterruptos[2], esse templo se tivesse tornado uma das maravilhas, para não dizer a maravilha do universo. «Vede, Mestre», dizia um dos discípulos, «vede que pedras e que estrutura!» Ora, Jesus respondia: «Tu vês todas estas grandes construções? Não ficará pedra sobre pedra que não seja derrubada».

Foi, pois, sob o impacto dos graves pensamentos que esta resposta devia ter feito nascer nos espíritos, que o pequeno grupo, depois de ter

[2] Jo. II, 20.

ultrapassado primeiramente o recinto do templo e em seguida o da cidade, atravessava o vale do Cedron, subia a encosta ocidental do Monte das Oliveiras e dirigia-se para Betânia para lá passar a noite. Mas fez-se uma paragem a meio da encosta. São Marcos informa-nos que, chegando a um certo lugar da montanha, Jesus parou e sentou-se justamente em frente ao templo, cuja massa imponente se recortava no céu abrasado pelos últimos raios do sol poente. Era, pois, o momento, ou nunca, de obter alguns esclarecimentos a respeito da resposta precedente; e eis que os quatro discípulos mais íntimos, Pedro, Tiago, João e André, aventuram-se a colocar a questão: «Dizei-nos quando acontecerão estas coisas, e qual será o sinal do vosso advento e do fim do mundo?»

Certamente estas perguntas ultrapassavam, e muito, os limites da predição que lhes tinha dado origem, supondo ao menos que ela tenha sido reduzida aos simples termos nos quais nos foi transmitida pelos evangelistas. Em todo o caso, tal alargamento da questão não seria de molde a surpreender-nos, se pensarmos que as ideias que os apóstolos, ainda imbuídos dos preconceitos judaicos, faziam de Jerusalém e do seu templo, eram por si sós mais que suficientes para explicar como e por que a ruína da cidade santa se ligava, no pensamento deles, ao fim do próprio mundo. É, pois, simultaneamente sobre a época da destruição do templo, bem como sobre os sinais precursores da parusia e da catástrofe suprema, que versava a questão dos discípulos. Será sobre os mesmos objetos, conjuntamente também, que versará a resposta do Mestre: exceto que esta conjunção de eventos, tão independentes de fato uns dos outros, facilmente explicável, como dissemos, na pergunta dos discípulos, vai tornar-se agora, na resposta do Mestre, matéria de objeção. Com efeito, se Jesus une numa mesma descrição, se pinta num mesmo quadro, se apresenta sob uma mesma perspectiva o fim de Jerusalém, o fim do mundo e o seu advento de glória, não será então porque Ele partilha, também Ele, a opinião, ou melhor, o erro daqueles que o questionam? Aquele precisamente que acabamos de constatar nos apóstolos? E já, apenas por este capítulo, não estará o modernismo suficientemente fundado a atribuir-lho?

Tal é, ao menos, a objeção que se coloca desde o início, que nasce espontaneamente no espírito antes de qualquer exame detalhado do texto evangélico, e cuja solução deverá servir de base a todas as explicações posteriores. Mas agora, esta primeira solução que, em razão do alcance que deve ter, reveste uma importância particular, de onde a deduziremos? De nenhuma outra coisa senão da natureza mesma do gênero ao qual pertence a resposta de Jesus. É que, com efeito, esta resposta é do domínio reservado da profecia, e o discurso profético não se deve pôr em paralelo com os outros. Ele tem um modo à parte, uma maneira sua, um andamento particular que toma emprestado ao modo como se apresenta o futuro visto das alturas da eternidade divina: todo um conjunto de condições, enfim, que o colocam numa categoria absolutamente transcendente, não tendo nada de próximo na literatura profana, nem mesmo em qualquer outra categoria da literatura sagrada. Eis o que se esquece comummente, e o que constitui também toda a razão da dificuldade presente. Quer-se aplicar à predição dos eventos futuros as regras que regem o relato dos eventos passados. Por outras palavras, confunde-se a maneira e o estilo da profecia com a maneira e o estilo da história, dois gêneros, no entanto, tão absolutamente diferentes um do outro que, em matéria de diferenças, não se poderia imaginar nada nem de mais radical, nem de mais marcado.

É a confusão na qual tinham caído nestes últimos anos aqueles da "escola larga" [ou escola liberal], que, sob pretexto de que a Bíblia não é um manual de história, mas um código de religião, queriam que os escritores sagrados se tivessem sentido muito à vontade em relação aos fatos que relatavam, a ponto de não terem qualquer escrúpulo de os modificar, de os ampliar, de os arranjar artificialmente, para melhor servir ao fim dogmático ou moral que se propunham. Estranha teoria, na verdade, contra a qual protestava tudo o que há de mais profundo no senso de quem quer que creia ainda na inspiração da Escritura, mas que se pretendia autorizar pela maneira como estes mesmos escritores sagrados se haviam comportado em relação ao futuro. Não tinham eles reunido nas mesmas visões proféticas, como se fossem consecutivos uns aos outros, acontecimentos que deviam, no entanto, estar separados por longos intervalos de tempo? Não falavam eles das coisas futuras como de coisas

presentes ou já passadas e, reciprocamente, das coisas presentes ou passadas como de coisas devendo prolongar-se num futuro sem fim? E então, perguntava-se, onde está a razão pela qual tais liberdades teriam sido aceitáveis na descrição profética, para deixarem de o ser na narração histórica? Em que a veracidade da Escritura se encontraria comprometida se se admitir, por exemplo, que o Levítico nos dá, como de instituição mosaica, o que teria tido na realidade uma origem muito posterior, enquanto ela não o estava [comprometida] quando Isaías interpelava Ciro como já presente, quando Jeremias profetizava que Jerusalém seria para sempre o centro da religião, quando o anjo predizia que o filho que nasceria de Maria reinaria na casa de Jacó e ocuparia o trono de Davi seu pai para todo o sempre, quando o próprio Jesus misturava, num único e mesmo esboço, as duas catástrofes, a de Jerusalém que devia chegar ao cabo de apenas quarenta anos, e a do universo que não deve vir senão na consumação dos tempos?

Eis, certamente, uma maneira de raciocinar que sai do comum, e pareceria jamais ter podido vir ao espírito de exegetas sérios. Mas de tantos sofismas acumulados como que por prazer, apenas este deve ocupar-nos aqui: o que consiste em confundir os dois gêneros, o gênero profético e o gênero histórico, apesar das evidentes diferenças que os distinguem, e que vamos reduzir a três pontos principais.

Ora, quem não sabe que o agrupamento e a reunião dos objetos numa mesma porção do campo de visão dependem essencialmente do ponto de observação, e variam também conforme varia esse mesmo ponto? Quando, por exemplo, os astrônomos reúnem as estrelas da Ursa Maior, ou do Capricórnio, ou do Touro, numa mesma constelação, e as agrupam respectivamente sob uma denominação comum, eles não pretendem, imagino eu, atribuir-lhes nos espaços celestes as mesmas relações de vizinhança e de coordenação aparente que elas têm no campo de visão do observador terrestre. E sem que seja necessário buscar tão longe, não é evidente que o aspecto sob o qual se apresentam os mesmos objetos é totalmente diferente, conforme sejam vistos da planície, uns a seguir aos outros, guardadas todas as distâncias, ou então, ao contrário, a voo de

pássaro de um cume elevado, e sob um ângulo tal que, apesar das distâncias que os separam, eles se reúnam para o olho nos limites de um mesmo quadro, e se fundam na unidade de um mesmo painel?

Assim acontece, proporcionalmente, com a ótica da profecia comparada à da história. A história tem o seu posto de observação na planície; ela segue os acontecimentos passo a passo, à medida que se desenrolam. É um cinematógrafo que, tendo primeiramente registrado a marcha e a sucessão dos fatos, os apresenta em seguida por ordem, uns após os outros, sem nunca saltar os intermediários, em tantos quadros correspondentes e distintos. Mas a profecia, ao contrário, mantém-se naqueles altos cumes que dominam todo o curso do tempo, iluminados que são apenas pelo sol da presciência de Deus. O que faz dizer aos teólogos que, à diferença da história, a profecia vê os acontecimentos no espelho da eternidade, isto é, em ideias que representam essa eterna duração de Deus, ao olhar da qual os mais longos intervalos são um instante, mil anos como um só dia, e sobretudo, não o esqueçamos, tudo o que para nós está ainda no futuro ou já no passado, não é nem passado nem futuro, mas indiferentemente e indistintamente numa invariável relação de presente a presente. Que há de espantoso, então, que a descrição profética não esteja sujeita às mesmas regras que a narração histórica? Que lhe aconteça queimar as etapas que, relativamente a nós, balizam a estrada do futuro? E que frequentemente, transpondo como que num salto todos os intermediários, ela junte num mesmo quadro acontecimentos que deverão, no entanto, ser separados uns dos outros por longas séries de dias, de anos, ou até mesmo de séculos? Tudo isso decorre das condições particulares do ponto de perspectiva, assim como foi dito; e as razões intrínsecas de uma parte, e as analogias do mundo físico de outra, pareceriam estar de acordo para disso constituir já prova suficiente.

Mas isso não é tudo, não é ainda o bastante. Eis entre a profecia e a história uma segunda diferença que está, sem dúvida, em estreita conexão com a primeira, mas que dela se distingue, contudo, e que importa grandemente ter diante dos olhos para o necessário complemento da consideração precedente. Esta toma-se, não mais do ponto de onde parte a

perspectiva, mas antes do objeto no qual ela termina: do objeto, digo eu, que na profecia se apresenta com um horizonte diversamente mais extenso que na história.

Com efeito, se a história não conhece os acontecimentos senão pelos acontecimentos e nos próprios acontecimentos, ela também não os conhece senão na sua individualidade particular, eu diria, na sua materialidade nua, sem jamais a ultrapassar, a não ser talvez por conjecturas, induções, vistas ou precisões, pertencentes, se se quiser, à filosofia da história, mas não entrando, por isso, na perspectiva da própria história. De onde se segue que o objeto próximo da história é também o seu objeto adequado e único; que este objeto é necessariamente restrito aos fatos nus, tais como se passaram, como se passaram, na própria ordem em que se passaram; e que, enfim, no que diz respeito à ligação dos acontecimentos entre si, a história como tal não conhece outra senão a pura e simples ligação de ordem cronológica.

Mas muito diversa agora é a condição do objeto da profecia. O objeto da profecia, enquanto tal, está no futuro, e o futuro é absolutamente incognoscível em si mesmo. O futuro, assim como dizíamos acima, não se lê senão na infinita presciência de Deus, nos planos da sua providência soberana, nas disposições da sua sabedoria ordenadora, naquelas razões eternas, enfim, que medem toda a evolução dos séculos, e que, das profundezas divinas onde estão escondidas, projetam-se de alguma forma e refletem-se no espírito do profeta. E se tal é o meio onde a profecia encontra e atinge o seu objeto, que maravilha que ela o apresente também nas condições apropriadas a esse mesmo meio, quero dizer, não mais na sua nua e simples individualidade, mas com as conexões e referências [tenants et aboutissants] que lhe dá a ordenação do plano providencial?
Ora, nesta ordenação do plano providencial, neste arranjo da infinita Sabedoria onde toda a economia das coisas é disposta com uma maestria e uma arte incompreensíveis, os acontecimentos sustentam-se e ligam-se de modo muito diferente do que pela simples continuidade ou simultaneidade cronológica. Eles têm, em particular, um modo de conexão que se buscaria vãmente algures, porque é da alçada da única potência divina; um modo

que vem também em primeira linha no assunto que nos ocupa, porque pertence essencialmente ao gênero profético, do qual constitui uma categoria especial. É aquele que toda a Tradição, fundada aliás na Escritura, reconhece entre os fatos pertencentes às diferentes fases da religião, desde o seu primeiro começo no Antigo Testamento até à sua consumação última na glória: modo de conexão que consiste numa relação de figura à coisa figurada, que faz com que os acontecimentos anteriores sejam, em relação aos posteriores, o que a sombra é para o corpo, o que a silhueta é para o perfil, o que a imagem é para a realidade, o que o esboço e o bosquejo mostrado por antecipação são para a grande obra, completa e definitiva, que deve vir depois.

Não diz São Paulo que o que acontecia ao povo judeu lhe acontecia em figura? E ainda, que na lei antiga havia a sombra das coisas futuras, mas que a realidade se encontra em Cristo? E ainda, que Jesus Cristo era ontem, que é hoje, que será nos séculos dos séculos? Sim, certamente, hoje, e amanhã, e nos séculos dos séculos, mas também ontem; e como? Por aqueles que o figuravam no antigo povo de Deus; pelas misteriosas representações da sua vinda e da sua salvação, das quais os anais desse mesmo povo estão repletos: representações que se puderam muito justamente comparar àqueles mistérios da paixão e da vida de Cristo que os nossos antepassados encenavam na Idade Média no teatro, ainda que, bem entendido, elas diferissem essencialmente, na medida em que aquelas não eram nem fictícias, nem artificiais, mas entravam na trama da história, ou melhor, constituíam a própria história de Israel nos seus personagens mais ilustres e nos seus acontecimentos mais importantes [3]. É preciso ler o livro XII de Santo Agostinho Contra Faustum, para aí ver até que ponto estes acontecimentos foram, do começo ao fim, uma predição em ato da vida, da morte, da ressurreição de Jesus Cristo, e fazer por aí uma ideia do que chamávamos há pouco as suas conexões e referências na ordenação e nas harmonias do plano providencial.

E se agora, da própria pessoa de Jesus Cristo, passamos às obras da sua misericórdia ou da sua justiça, não é sempre a mesma economia que se revela a nós?

[3] Le Hir, Études bibliques, les Prophètes d'Israël, Sect. 1, art. 2.

Eis o reino de Deus, que não terá a sua consumação última senão na ressurreição dos mortos, na vida do século vindouro; mas ele teve já o seu primeiro estabelecimento na terra, principalmente pela pregação do Evangelho e a fundação da Igreja; e este primeiro estabelecimento foi precedido, ele mesmo, de uma preparação e de um esboço de longos séculos de duração. Ora, entre esse esboço longínquo e a realização cumprida na plenitude dos tempos, não é muito fácil ver e constatar a mesma conexão assinalada acima? Quando, por exemplo, a arca da aliança avançava no deserto à cabeça das doze tribos, coberta pela nuvem onde Deus escondia a sua presença; quando ela parava para comandar a alta, e o povo acampava ao redor dela nessa ordem perfeita, tão bem descrita por Bossuet no seu imortal exórdio do sermão sobre a unidade da Igreja; quando Balaão, contemplando esse espetáculo das alturas de Moab, exclamava com arrebatamento: Quão belas são as tuas tendas, ó filhos de Jacó, quão maravilhosos são os teus pavilhões, ó israelitas! — não é verdade que Israel era já o reino de Deus em figura? E quando, mais tarde, essa mesma arca, reconquistada aos Filisteus, era levada com uma grande pompa de sacrifícios e de cerimônias para o monte Sião, não era a imagem do Senhor tomando posse do seu trono no meio dos seus[4]? E de um lado como do outro, a magnificência das descrições, a exuberância do entusiasmo, o exagero mesmo do lirismo profético, não nos adverte que a perspectiva do profeta se estendia muito para além do acontecimento material do momento, até àquelas realidades ainda distantes das quais ele era a imagem e o anúncio?

Mesma observação a fazer, enfim, sobre as grandes manifestações da justiça, que são as altas obras de Deus. A sentença definitiva e solene proferida contra o mundo e o inferno é diferida até ao último dia, está entendido. «Mas já o mundo sente as suas aproximações no derrubamento das suas grandezas, e especialmente na destruição dos impérios soberbos e das cidades inimigas de Deus. Daí, essas imagens em aparência exageradas, que se encontram frequentemente na pintura destas catástrofes: o sol e os astros obscurecidos, a terra abalada até aos seus

[4] Le Hir. loc. cit.

fundamentos, as estrelas que caem do céu, e os céus que se enrolam como um livro. Estas metáforas ousadas são cheias de propósito e de justeza, desde que a vista se estenda até à ruína futura do universo, desenhada sob menores proporções na de um reino limitado [5].»

Eis, portanto, como o objeto da profecia, precisamente porque é visto pelo profeta no espelho da eternidade, e contemplado por ele nas harmonias do plano providencial, apresenta-se frequentemente com um prolongamento de perspectiva que o meio da história não comporta de modo algum. E é o que nos explica essa singularidade à primeira vista tão estranha, e no entanto tão frequente na Escritura, da fusão numa única e mesma predição, de acontecimentos, de fatos, de personagens, que não devem ter ligação entre si, nem no terreno da cronologia, nem na ordem do encadeamento natural das causas e dos efeitos.

Pois se na narração histórica o objeto guarda sempre e necessariamente a sua estrita unidade, e se desenrola num único e exclusivo plano que um único e exclusivo horizonte fecha, acontece, ao contrário, que no oráculo profético o objeto se desdobra e se partilha entre dois planos distintos: um mais afastado, onde está o acontecimento principal, maior, de primeira importância, ocupando como tal o fundo da perspectiva; o outro mais próximo, onde está o acontecimento que eu poderia chamar de antecena [ou avant-scène], anterior ao principal segundo a ordem do tempo, mas disposto por Deus nos arranjos da sua providência para ser a figura, o tipo, o esboço, e, portanto, também o vivo prelúdio dele.
É o que observa São Jerônimo a propósito de uma profecia de Daniel (XI-XII), referindo-se proximamente a Antíoco Epifanes, mas visando ulteriormente o Anticristo. «O costume da Escritura é fazer preceder, por figuras de coisas, a verdade dos acontecimentos futuros. Assim, o salmo LXXI é intitulado In Salomonem [Para Salomão], e no entanto tudo o que nele é dito não pode convir a Salomão. Mas a profecia cumprir-se-á em Salomão como na sombra e na imagem da verdade, para se cumprir em seguida mais perfeitamente no Salvador. *Hunc esse morem Scripturae*

[5] Ibdem

Sanctae, ut futurorum veritatem praemittat in typis, juxta illud quod de Domino Salvatore in LXXI psalmo dicitur, qui praenotatur Salomonis, et omnia quae de eo dicuntur, Salomoni non valent convenire... Ex parte et quasi in umbra et imagine veritatis in Salomone praemissa sunt, ut in Domino Salvatore perfectius implerentur [6].»

E é o que fará compreender melhor ainda uma elegante comparação fornecida por um dos príncipes da exegese moderna, ao qual já pedimos emprestadas várias das considerações que precedem. «Representai-vos — diz ele — dois palácios de desigual dimensão, mas oferecendo mais ou menos a mesma distribuição de salas, pátios, corredores, etc. O mais pequeno, mais próximo de vós, está situado de tal modo que, se for transparente como o cristal, o vosso olho captará num mesmo olhar os contornos e as linhas correspondentes do mais vasto colocado atrás. Se, ao contrário, essa transparência for velada, desigual e intermitente, tereis necessidade de alguma combinação para completar no vosso espírito a imagem do grande edifício, mas não podereis duvidar da sua existência, nem das suas principais disposições. Assim acontece num oráculo de duplo objeto. O objeto próximo parece por vezes apagar-se para deixar brilhar com todo o seu esplendor o fato mais importante e mais vasto que ocupa o fundo da perspectiva; algures, as primeiras linhas são mais opacas e velam em parte as de trás. Mas a razão guiada pela analogia restitui facilmente a cada um dos objetos o que o olho não descobre senão confusamente.» E eis precisamente, apresentada numa imagem muito justa, a ordenação do discurso escatológico, objeto deste estudo, onde se encontram preditas simultaneamente e sob uma mesma perspectiva, duas ruínas de desigual grandeza: a ruína próxima de Jerusalém, em punição do crime dos Judeus deicidas que não quiseram nem receber, nem reconhecer o Cristo, e a ruína suprema, ainda escondida num impenetrável futuro, em punição do crime do mundo apóstata que, após o ter conhecido, terá acabado por rejeitá-lo.

A tudo isto se objetará, talvez, que tal maneira de misturar conjuntamente acontecimentos tão diversos e tão distantes uns dos outros

[6] Hieron., in Dan, c. XI, MIGNE, P.L., XXV, col. 503.

não pode senão gerar confusão e obscuridade nas profecias, cujo verdadeiro sentido se tornará por este motivo, em grande parte, se não impossível, ao menos muito difícil de captar. Objetar-se-á, digo eu, mas em vão; e estimo que a dificuldade, reduzida às suas verdadeiras proporções, resolver-se-ia por si mesma aos olhos de quem quer que tivesse refletido, ainda que pouco, sobre a condição e a razão de ser das profecias, sobre o objetivo que lhes é assinado, sobre os fins que Deus se propõe ao ditá-las.

Pois aqui ainda, guardemo-nos de confundir a profecia com a história; guardemo-nos de esquecer as diferenças profundas que as separam, e consideremos que àquelas que já foram expostas mais acima junta-se agora uma terceira, não se tirando mais, esta, do ponto de onde parte a perspectiva, nem do objeto no qual ela termina, mas sim da dose de clareza relativamente fraca que comporta a revelação do futuro. Pois o futuro, por muito altas razões que é fácil compreender, deve permanecer-nos sempre até um certo ponto fechado: de sorte que, se à história pertence a grande luz e a plena claridade, à profecia, que o acontecimento ainda não veio esclarecer e explicar, convirá sempre, por algum lado ao menos, o claro-escuro e a penumbra.

Com efeito, as profecias não são dadas aos homens para satisfazer neles uma vã curiosidade, mas para fins dignos de Deus, que é o seu único e exclusivo autor. Será algumas vezes para nos advertir de um acontecimento futuro do qual é preciso que sejamos instruídos: quer Deus queira que nos preparemos para ele, quer queira que possamos dele nos resguardar; e num como no outro caso, basta que o acontecimento seja conhecido de avanço nas suas generalidades, quando muito nos seus sinais precursores: não é de modo algum necessário que o seja também no seu modo, nas suas circunstâncias, nas suas particularidades.

Será sobretudo, será sempre, será principalmente para nos fornecer uma prova estrepitosante da credibilidade da revelação cristã, bem como um argumento peremptório do império que Deus exerce sobre o mundo moral, não menos universal nem menos eficaz que aquele que Ele exerce

sobre o mundo físico: império em virtude do qual nada acontece, nem pequeno nem grande, que não seja previsto, disposto, arranjado, querido por Ele: querido, digo eu? De diversas maneiras de vontade, segundo a qualidade dos objetos, mas absolutamente falando, sempre querido.

Ora, para obter este resultado, basta que, uma vez chegados os acontecimentos, se possa a posteriori [depois do fato] reconhecer o anúncio certo na profecia que precedeu, sem que tenha sido necessário, o mínimo que fosse, tê-los apercebido distintamente antes. Muito mais, uma visão antecipada poderia ter em muitos casos um inconveniente considerável que enfraqueceria singularmente a força da prova: o de deixar a porta aberta à suspeita de que o cumprimento da predição tenha sido o efeito de vontades determinadas a conformar-se a ela, e portanto, o puro e simples resultado da indústria humana. Ao passo que, na maior parte do tempo, as próprias pessoas em quem se cumprem as profecias — mais ainda, aquelas que fazem o seu cumprimento e execução — não lhes entendem o mistério, nem a obra de Deus nelas. E assim se prepara uma prova da divindade da profecia tanto mais convincente quanto mais for inartificial, e vier mais naturalmente, garantida contra toda a suspeita, mesmo remota, de que a supercheria [fraude/astúcia] do homem tenha podido entrar nela por alguma coisa [7]

De todas estas considerações, resulta que uma certa sombra de mistério deve envolver a maior parte das profecias. Resulta também, e por via de consequência, que, se o desdobramento de objeto na forma explicada acima é aí causa de alguma obscuridade, a objeção que se pretenderia tirar disso, bem longe de ser válida, seria inteiramente infundada. Mas o que devemos sobretudo observar aqui é que aquilo que já é verdadeiro em tese geral, e abstração feita de qualquer caso mais particularmente visado, o é muito mais ainda desde que a questão se coloca sobre o dia do juízo e da consumação dos séculos; pois então, às razões comuns valendo indiferentemente para todo o desvelar do futuro, juntam-se outras especiais, muito expressamente marcadas no Evangelho.

[7] Bossuet, Préface sur l'Apocalypse, XVII-XX.

Com efeito, vemos figurar no Evangelho, como elemento moral de primeira importância, ao mesmo tempo que a absoluta certeza desse futuro retorno onde Jesus Cristo voltará em glória e majestade para julgar o mundo, a inteira incerteza da época, do dia, da hora em que ele terá lugar. É uma coisa que, por um desígnio expresso de Deus, deve permanecer escondida e fechada num segredo impenetrável: impenetrável, digo eu, a toda a criatura, e mesmo aos anjos do céu: Nemo scit, neque angeli coelorum, nisi solus Pater [Ninguém sabe, nem os anjos dos céus, senão apenas o Pai]. É por isso que, quando os discípulos interrogavam o seu mestre dizendo: «Dizei-nos quando acontecerão estas coisas, e qual é o sinal do vosso advento e do fim dos séculos», confundindo tudo juntamente, a ruína de Jerusalém e a do mundo, eles provocavam uma resposta que, sem os confirmar positivamente no seu erro, não devia tampouco tirá-los dele por uma clara determinação da distância dos dois acontecimentos entre si; uma resposta que, apoiando-se naquilo que esses mesmos acontecimentos deviam ter de comum, mais do que nas suas particularidades distintivas, deixaria de propósito o campo aberto a todas as conjecturas.

E tal foi efetivamente a resposta que receberam, resposta de uma maestria e de uma arte admiráveis, onde, segundo o que já foi dito, Jesus fundia as duas ruínas num mesmo quadro, um pouco à maneira desses pintores que, após terem pintado com vivas cores o que faz o sujeito principal do seu quadro, traçam ainda num fundo obscuro e confuso outras coisas mais afastadas desse objeto. Ou melhor ainda, e para falar em rigor de exatidão, à maneira dos profetas do Antigo Testamento, que traçavam numa predição uma outra predição mais profunda, propondo o acontecimento figurativo a breve prazo, em união com o acontecimento figurado, por mais recuado que fosse no longínquo do futuro, e sempre por outras razões que não a de uma ligação qualquer entre o tempo ou época de um e o tempo ou época do outro.

É, pois, muito sem razão que alguém se fundaria nesta união das duas catástrofes no discurso que, nos Sinóticos, encerra a pregação de Jesus, para daí concluir, com os modernistas, que Ele as teria tido a ambas

por simultâneas, e que, por conseguinte, persuadido de que o tempo ia chegar em que o templo seria destruído, o estaria igualmente de que o mundo estava a ponto de acabar. As explicações precedentes parecem tê-lo suficiente, e até superabundantemente demonstrado, e não haverá mais necessidade de a isso voltar.

Todavia, não estamos, por isso, senão no início da nossa tarefa. Pois, se não se pode estabelecer a acusação de erro e de falsidade na simples conjunção dos dois objetos na mesma predição, eis que se vai tentar fazê-lo sobre um outro fundamento, em aparência ao menos, mais sólido. Nada é brutal como um fato, tem-se o costume de dizer, mas nada o é tampouco à igualdade de uma afirmação categórica. Ora, não é este o caso que aqui se apresenta? De que, perguntarão eles, terão servido tantas considerações sobre o que comporta ou não comporta o gênero profético, se, após tão longos rodeios, nos vemos, de bom ou mau grado, postos em face de uma declaração como aquela com a qual Jesus termina: Em verdade vos digo, a geração presente não passará sem que todas estas coisas se cumpram? «Todas estas coisas», omnia haec, isto é, aparentemente, todas as coisas que acabam de ser descritas, e não somente a última desolação de Jerusalém, mas ainda o obscurecimento do sol, o desarranjo das estrelas, a comoção de todo o universo e das potências celestes propostas à sua conduta, a aparição no céu do sinal do Filho do homem, a descida do Filho do homem ele mesmo em glória e majestade para citar todo o gênero humano ao seu juízo: mais uma vez, tudo isso devendo ser cumprido antes do fim da geração contemporânea! Desta vez, eis o que é claro, e o que basta para derrubar todos os raciocínios do mundo feitos a priori. Eis, diz Renan, o que não deixa lugar a qualquer equívoco. É o que será preciso examinar no artigo seguinte.

SEGUNDO ARTIGO

«A GERAÇÃO PRESENTE NÃO PASSARÁ, SEM QUE TODAS ESTAS COISAS SEJAM CUMPRIDAS», EM SÃO MATEUS (XXIV, 34) E SÃO MARCOS (XIII, 30), DE UMA PARTE; E EM SÃO LUCAS (XXI, 32), DE OUTRA.

Comecemos primeiramente por conceder audaciosamente que a palavra *generatio haec*, ἡ γενεὰ αὕτη, significa bem, no sentido natural e óbvio, a época dos contemporâneos de Jesus, a geração de então por oposição às que a deviam seguir, e consequentemente, o período de tempo que, avaliado pela duração extrema da vida humana, devia terminar com o primeiro século da nossa era.

Nenhuma dúvida parece possível a este respeito. É verdade que vários intérpretes acreditaram não poder sair da dificuldade de outra forma senão dando à palavra γενεὰ [genea] o sentido de posteridade, de descendência, de raça, que estendem em seguida a toda a duração, quer do gênero humano em geral, quer do povo judeu em particular, de maneira a traduzir: «Esta geração (a saber, a raça humana, ou se se quiser, a raça judaica) não acabará, sem que todas estas coisas se cumpram.» Desta sorte desapareceria de um só golpe, e radicalmente, a dificuldade que nos vai ocupar, isso é o mais claro possível; mas acrescentemos bem depressa que ela não desapareceria senão para dar lugar a uma outra incomparavelmente mais grave, ou para melhor dizer, de todos os pontos inextricável.

Com efeito, tal interpretação do texto evangélico desafia toda a crença, e apresenta-se como inteiramente inadmissível.

Primeiro e antes de tudo, porque ela faria Jesus falar para não dizer nada. Pois se se entende *esta geração*, ἡ γενεὰ αὕτη, de toda a raça humana, o sentido seria: «Em verdade, eu vos digo, o fim do mundo não

virá, sem que cheguem todas as coisas por mim preditas sobre o próprio fim do mundo», o que se reduziria a afirmar solenemente que o fim não virá antes da vinda do fim: absurda e ridícula tautologia. E se se entende da raça particular do povo judeu, o sentido, idêntico quanto ao fundo, não faria senão acrescentar a segurança da futura duração deste povo até ao último dia, coisa sem dúvida extremamente notável, e digna de ser notada, dadas sobretudo as condições muito particulares nas quais ele se devia encontrar, mas não tendo nenhuma espécie de relação nem de laço com o objeto da questão presente.

Em segundo lugar, a expressão γενεὰ αὕτη volta até dezesseis outras vezes nos Evangelhos, seja de São Mateus, seja de São Marcos, seja de São Lucas, e sempre, constantemente, invariavelmente, ela significa a geração que foi favorecida com a presença, os ensinamentos e os milagres de Jesus. É a geração que se assemelha a crianças sentadas na praça pública, e que gritam aos seus companheiros: *Tocamos flauta, e não dançastes; cantamos lamentações, e não batestes no peito. João veio não comendo nem bebendo, e dizem: ele está possuído do demônio. O Filho do homem veio comendo e bebendo, e dizem: é um homem de boa mesa e um bebedor de vinho* (Mat., XI, 16; Luc., VII, 31). É ainda a geração que pede um sinal, e à qual não será dado senão o sinal do profeta Jonas (Mat., XII, 39; Marc., VIII, 12; Luc., XI, 29); a geração que condenarão no dia do juízo os homens de Nínive que fizeram penitência à voz de Jonas, assim como a rainha do Sul que veio das extremidades da terra para ouvir a sabedoria de Salomão, enquanto a ela, a esta geração, foi enviado mais que Jonas e mais que Salomão (Mat., XII, 41; Luc., XI, 31); a geração, enfim, sobre a qual recairá o sangue de todos os profetas e de todos os justos derramado desde a origem, porque ela devia cumular a medida crucificando o próprio Filho de Deus, e entregando à morte os seus apóstolos e os seus ministros (Mat., XXIII, 36; Luc., XI, 50): tantos caracteres que convêm à geração contemporânea de Jesus, e não convêm senão a ela somente.

Em último lugar, não é evidente que ao dizer: *esta geração não passará sem que todas estas coisas se cumpram*, Jesus tencionava

responder à questão precedentemente colocada pelos discípulos, e colocada nestes termos precisos: *Dizei-nos quando acontecerão estas coisas*, *dic nobis quando haec erunt*? E não é mais evidente ainda que, ao entender γενεὰ αὕτη da raça humana ou da raça judaica até ao fim dos séculos, a resposta não seria mais uma resposta, visto que deixaria a época dos acontecimentos, sob todos os pontos e em toda a linha, inteiramente indeterminada? Não refaçamos, pois, os textos à nossa vontade para as necessidades de uma causa, mas tomemo-los tais como são, com o sentido que lhes dão o valor natural das palavras, as exigências do contexto, a analogia das passagens paralelas e a maneira comummente usada da linguagem humana.

Jesus, interrogado sobre a época dos acontecimentos, disse: *Esta geração não passará sem que eles se cumpram*. Era dizer aos seus contemporâneos que eles os veriam, que eles seriam as suas testemunhas, e que até mesmo, como aparece pelos termos da presente profecia e vários outros lugares do Evangelho, eles neles teriam uma parte bem terrível.

E de fato, se viermos agora ao acontecimento, nele encontraremos a plena e inteira confirmação do sentido natural e óbvio das palavras que os apóstolos ouviram no Monte das Oliveiras, na véspera da Paixão.

Uma coisa primeiramente é evidente, e deverá ser concedida antes de qualquer exame mais aprofundado do oráculo evangélico. É que meio século — menos que isso, quarenta anos — não havia ainda passado, e tudo o que na predição é descrito em primeiro plano tinha recebido ponto por ponto, e até ao último detalhe, com uma surpreendente precisão, o mais estrepitoso cumprimento.

Eu disse: tudo o que é descrito em *primeiro plano*, pois aqui, como ressalta sem contestação possível do mais simples olhar lançado sobre o texto dos três evangelistas, estamos bem numa dessas profecias de duplo objeto, e por conseguinte, de duplo plano, das quais se falou no artigo precedente. É impossível enganar-se. Vêem-se nela nítida e claramente anunciadas duas grandes catástrofes, tão distintas uma da outra quanto é

possível sê-lo. Uma concernente a Jerusalém, que será investida por exércitos, sitiada, saqueada e calcada aos pés pelos Gentios; a outra incomparavelmente mais vasta, concernente ao universo que, abalado até ao seu fundo, estará como que nas convulsões da agonia, enquanto os homens definharão de terror na expectativa do que deverá acontecer ao mundo.[8] Uma mais próxima, onde os Judeus serão passados ao fio da espada e levados cativos por todas as nações; a outra mais afastada, que não virá senão depois que o Evangelho tiver sido pregado por toda a terra, e que os tempos dos Gentios tiverem sido cumpridos.[9] Uma à qual se poderá escapar pela fuga, graças aos sinais dados de avanço; a outra que virá de improviso, que surpreenderá como uma rede todos os habitantes da terra, sem que seja possível subtrair-se a ela, salvo preparando-se por uma contínua vigilância e uma perseverante oração[10]. Uma, enfim, cuja época não cai sob o segredo impenetrável onde está escondida a época da segunda[11], e que, à diferença da segunda, ocupa bem verdadeiramente o que chamamos o primeiro plano e como que a antecena do quadro profético feito por Nosso Senhor.

Vejamos, pois, antes de qualquer outra coisa, como esta profecia de primeiro plano — na qual, notemo-lo já (pois é o que importa observar bem aqui, e sobre o que haverá lugar de voltar mais abaixo), o objeto de segundo plano [ou plano de fundo] está ele mesmo de alguma maneira compreendido, segundo a coisa figurada pode ser dita compreendida na figura, e a realidade representada pela imagem, na imagem que a representa — vejamos, digo eu, como ela foi realizada ponto por ponto, e em cada um dos seus detalhes, antes que tivesse passado a geração da qual Jesus dissera: *non praeteribit generatio haec, donec omnia haec fiant*. Impressionante é a exposição feita por Bossuet no *Discurso sobre a História Universal*. Que nos baste transcrever aqui (salvo algumas ligeiras adições, abreviações e transposições) as principais passagens, a começar

[8] Luc., XXI, 20 e segs.; 25 e segs.
[9] Luc., XXI, 24; Mat., XXIV, 14.
[10] Mat., XXIV, 15; Luc., XXI, 35.
[11] Mat., XXIV, 36.

pela enumeração das desgraças marcadas para os anos anteriores ao cerco da infortunada Jerusalém .[12]

Primeiramente, Jesus havia marcado *pestes, fomes e tremores de terra*, e efetivamente as histórias dão fé que jamais estas coisas tinham sido mais frequentes nem mais notáveis do que o foram durante esses tempos. Nos sete últimos anos de Nero, o solo, pode dizer-se à letra, tremeu de todas as partes. Em 61 e 62 da era vulgar, tremores de terra abalaram a Ásia, a Acaia, a Macedônia; as cidades de Hierápolis, de Laodiceia, de Colossos tiveram particularmente a sofrer deles (Tácito, *Ann*., XIV, 27).

Em 63, eles passaram para a Itália; a campanha de Nápoles chocava já esses fogos terríveis que, dezesseis anos mais tarde, trouxeram a primeira erupção histórica do Vesúvio. Eles manifestaram-se por abalos subterrâneos. Nápoles e Nucéria foram atingidas, Pompeia foi quase derrubada, Herculano em parte destruída: não era ainda senão o prelúdio da sua ruína. O terror foi universal na Campânia; homens ficaram loucos de espanto (Tácito, *Ann*., XV, 22). O solo parecia, pois, abalar-se por toda a parte, e os cristãos recordavam-se das palavras do Salvador: *Et terrae motus magni erunt per loca* [E haverá grandes terremotos em vários lugares].

O ano 66 viu um outro gênero de desgraça. A infeliz Campânia foi afligida desta vez por trombas de vento que devastavam as habitações, os arbustos, as colheitas. Estas intempéries chegaram até Roma, e na própria cidade, sem nenhuma perturbação visível da atmosfera, uma doença pestilencial despovoou todas as classes da sociedade. Ao testemunho de Tácito (*Ann.*, XVI, 13) e de Suetônio (*in Ner.*, 39), as casas estavam cheias de corpos mortos, as ruas de cortejos fúnebres. Homens e mulheres, crianças e velhos, escravos e livres, pereceram igualmente. Num só outono, o tesouro de Vênus Libitina registrou trinta mil mortos .[13]

[12] Bossuet, Hist. univ., IIª parte, c. XXI-XXII.
[13] De Champagny, Rome et la Judée, t. I, c. 11.

Com o prognóstico das catástrofes naturais, mostrava-se o prognóstico igualmente anunciado de assustadoras aparições no céu e de sinais extraordinários: *terroresque de coelo, et signa magna erunt* [e haverá terrores do céu e grandes sinais]. Josefo (*De Bello Jud*., l. VII, c. 12) e Tácito (*Hist*., V, 13) contam-nos que, durante um ano inteiro, viu-se planar, por cima de Jerusalém, um sinistro meteoro em forma de espada, e (coisa de que Josefo diz que pareceria uma fábula acima de toda a crença, se não fosse garantida por uma multidão de testemunhas oculares) que nesses tempos tinham sido apercebidos em todo o país, um pouco antes do nascer do sol, esquadrões de cavaleiros armados, fendendo as nuvens, correndo através dos ares e vindo acampar ao redor da capital.

«É também uma tradição constante atestada no Talmud, e confirmada por todos os rabinos, que, quarenta anos cerca antes da catástrofe, não se cessava de ver no templo coisas estranhas. Todos os dias apareciam ali novos prodígios, de sorte que um famoso rabino exclamou um dia: Ó templo, ó templo! O que é que te comove, e porque fazes medo a ti mesmo? Que há de mais marcado do que esse ruído medonho que foi ouvido pelos sacerdotes no santuário, no dia de Pentecostes, e essa voz manifesta que saiu do fundo desse lugar sagrado: *Saiamos daqui, saiamos daqui!* Que se este prodígio não foi apercebido senão pelos sacerdotes, eis aqui um outro que estourou aos olhos de todo o povo. Quatro anos antes da guerra declarada, um camponês chamado Jesus, diz Josefo, pôs-se a gritar: *Uma voz saiu do lado do Oriente, uma voz saiu do lado do Ocidente, uma voz saiu do lado dos quatro ventos: voz contra Jerusalém e contra o templo, voz contra os novos casados e as novas casadas, voz contra todo o povo.* Desde esse tempo, nem de dia nem de noite ele cessou de gritar: *Ai de Jerusalém!* Redobrava os seus gritos nos dias de festa. Nenhuma outra palavra saiu jamais da sua boca: aqueles que o lamentavam, aqueles que o amaldiçoavam, aqueles que subvencíonavam às suas necessidades, nunca ouviram dele senão esta terrível palavra: *Ai de Jerusalém!* Foi preso, interrogado e condenado ao chicote pelos magistrados: a cada golpe e a cada pergunta, respondia sem nunca se queixar: *Ai de Jerusalém!* Reenviado como um insensato, corria todo o país repetindo sem cessar a sua triste predição. Continuou durante sete anos a gritar desta sorte, sem

relaxar e sem que a sua voz enfraquecesse jamais. No tempo do último cerco, encerrou-se na cidade, girando infatigavelmente ao redor das muralhas, e gritando com toda a sua força: *Ai do templo, ai da cidade, ai de todo o povo!* No fim acrescentou: *Ai de mim mesmo!* E ao mesmo tempo, foi levado por um golpe de pedra lançada por uma máquina.»

Eis quanto aos presságios dos quais tinha sido dito: *Haverá assustadoras aparições no céu, e sinais extraordinários*. Quanto aos *distúrbios, aos rumores de guerra, aos levantamentos de nação contra nação, e de reino contra reino*: «É o que se verificou à letra nos últimos anos de Nero, quando o império romano, tão pacífico desde a vitória de Augusto e sob a potência dos imperadores, começou a abalar-se, e se viram as Gálias, a Espanha, todos os reinos de que o império era composto, comover-se de repente: quatro imperadores (Galba, Oton, Vitélio, Vespasiano) elevarem-se quase ao mesmo tempo contra Nero, e uns contra os outros; as coortes pretorianas, os exércitos da Síria, da Germânia, e todos aqueles que estavam espalhados no Oriente e no Ocidente entrechocarem-se, e atravessarem o mundo de uma extremidade à outra, para decidir a sua querela em batalhas sangrentas. Em vinte e dois meses, a Itália invadida duas vezes, Roma duas vezes tomada, e a segunda de assalto; guerra no Reno, guerra no Danúbio, guerra no Mar Negro, guerra ao pé do Atlas, ao mesmo tempo que no Tibre; jamais talvez, por causas tão diversas, se tinham visto agitar-se tantas nações, sofrer tantas regiões, morrer tantos homens.»

E isto não devia ser ainda senão o começo das dores. *Tomai cuidado convosco mesmos*, tinha acrescentado Jesus, querendo significar por aí que a Igreja, ela também, sempre afligida desde o seu primeiro estabelecimento, veria a raiva do inferno acender-se contra ela, mais violenta que nunca. *Entregar-vos-ão às torturas, far-vos-ão morrer, sereis odiados por todos por causa do meu nome*. O que se cumpriu ponto por ponto, e particularmente em Roma, onde Nero desencadeava a primeira das dez grandes perseguições das quais Tácito descreveu os horrores, e fazia morrer os príncipes dos apóstolos, São Pedro e São Paulo.

Mas é sobre os Judeus que iam cair as maiores calamidades: sobre os Judeus que pelas suas turbulências e seus furores preparavam a sua própria ruína, onde os deviam irreparavelmente precipitar os falsos cristos e os falsos profetas que Jesus tinha anunciado: *Levantar-se-ão*, dissera ele, *um grande número de falsos cristos e de falsos profetas que seduzirão muita gente*. De fato, nunca apareceram tantos como nos tempos que se seguiram à sua morte. «Sobretudo pelo tempo da guerra da Judeia, e sob o reinado de Nero que a começou, Josefo faz-nos ver uma infinidade desses impostores que atraíam o povo ao deserto por vãos prestígios e segredos de magia, prometendo-lhes uma pronta e milagrosa libertação. É que, com efeito, um dos mais terríveis sinais da cólera divina é quando, em punição dos nossos pecados precedentes, ela nos entrega ao nosso senso reprovado, de sorte que somos surdos a todas as sábias advertências, cegos às vias de salvação que nos são mostradas, prontos a crer tudo o que nos perde, contanto que isso nos lisonjeie, e ousados a tudo empreender sem jamais medir as nossas forças com as dos nossos inimigos que irritamos. E eis o que devia acontecer aos Judeus, pois, conquanto a sua rebelião tivesse atraído sobre eles as armas romanas, Tito não queria perdê-los; ao contrário, fez-lhes oferecer frequentemente o perdão, não somente no começo da guerra, mas ainda quando eles não podiam mais escapar das suas mãos. Ele tinha já elevado ao redor de Jerusalém uma longa e vasta muralha munida de torres e de redutos tão fortes quanto a própria cidade, quando lhes enviou Josefo, seu concidadão, um dos seus capitães, um dos seus sacerdotes, que tinha sido preso nessa guerra ao defender o seu país. E o que não lhes disse este para os comover! Por quantas fortes razões os convidou a voltar à obediência! Mas, seduzidos pelos seus falsos profetas, eles não escutavam nada. Estavam reduzidos à extremidade; a fome matava mais do que a guerra, e as mães comiam os seus filhos. Do seu lado, Tito, tocado pelos males deles, tomava os seus deuses por testemunhas de que ele não era a causa de tantos horrores, e eles davam ainda crédito às falsas predições que lhes prometiam o império do universo. Muito mais, a cidade estava tomada, o fogo estava já posto em todos os lados, e esses insensatos acreditavam ainda nos falsos profetas que lhes asseguravam que o dia da salvação tinha chegado, a fim de que resistissem até ao fim, e que não houvesse mais para eles misericórdia.»

Mas venhamos agora aos sinais próximos que Jesus tinha dado aos seus, no desígnio de os tirar das desgraças que deviam abater-se sobre Jerusalém. «Certamente, Deus não dá sempre aos seus fiéis semelhantes marcas, e nestes terríveis castigos que fazem sentir a sua potência a nações inteiras, ele fere frequentemente o justo com o culpado, pois tem melhores meios de os separar do que aqueles que parecem aos nossos sentidos. Mas na desolação de Jerusalém, a fim de que a imagem do julgamento final fosse mais expressa, e a vingança divina mais marcada sobre os incrédulos, ele não quis que os Judeus que tinham recebido o Evangelho fossem confundidos com os outros, e Jesus deu aos seus discípulos sinais certos pelos quais eles pudessem conhecer quando seria tempo de sair desta cidade reprovada. Ele fundou-se, segundo o seu costume, nas antigas profecias, e repassando o lugar onde a última ruína de Jerusalém foi mostrada tão claramente a Daniel: *Quando tiverdes visto a abominação da desolação que Daniel profetizou, que aquele que lê entenda; quando a tiverdes visto estabelecida no lugar santo*, ou, como diz São Marcos, *no lugar onde ela não deve estar, então, que aqueles que estão na Judeia fujam para as montanhas*. São Lucas conta a mesma coisa em outros termos: *Quando tiverdes visto os exércitos cercarem Jerusalém, sabei que a sua desolação está próxima; então que aqueles que estão na Judeia se retirem para as montanhas.* Um dos evangelistas explica o outro, e ao colacionar estas passagens, é-nos fácil entender que esta abominação predita por Daniel é (em parte ao menos) a mesma coisa que os exércitos ao redor de Jerusalém, κυκλουμένην ὑπὸ στρατοπέδων Ἰερουσαλήμ. Os Santos Padres entenderam-no assim, e a razão convence-nos disso, pois a palavra abominação, no uso da Escritura, significa ídolo, e todo o mundo sabe que os exércitos romanos traziam nas suas insígnias as imagens dos seus deuses e dos seus Césares, que eram os mais respeitados de todos os seus deuses. Estas insígnias eram para os soldados um objeto de culto, e porque os ídolos, segundo as ordens de Deus, não deviam jamais aparecer na terra santa, as insígnias romanas eram dela banidas. Assim vemos nas histórias que, enquanto restou aos Romanos a mínima consideração pelos Judeus, jamais fizeram aparecer as insígnias romanas na Judeia. Eles permitiam que os estandartes das legiões não entrassem senão velados em

Jerusalém; faziam mesmo algumas vezes marchar as suas tropas sem insígnias, como quando Vitélio atravessou a Judeia para levar a guerra à Arábia. Muito mais, pelo testemunho de Josefo (*Antiq*., XVI, 2), iam até dispensar os jovens do serviço militar, para que não fossem forçados a seguir bandeiras marcadas de imagens idolátricas, a sofrer coisas tão contrárias à sua lei. Mas no tempo da última guerra judaica, pode-se bem crer que os Romanos não pouparam um povo que eles queriam castigar. Assim, quando Jerusalém foi sitiada, estava cercada de tantos ídolos quantas insígnias romanas havia, e a abominação jamais pareceu tanto onde não devia estar, isto é, na terra santa, e ao redor do templo .»[14]

«Mas — dir-se-á — é então este o grande sinal que Jesus devia dar? Era tempo de fugir quando Tito sitiou Jerusalém, e fechou de tão perto as avenidas, que não havia mais meio de escapar? É aqui que está a maravilha da profecia. Jerusalém foi sitiada duas vezes nestes tempos: a primeira por Céstio Galo, governador da Síria, no ano 66 da nossa era; a segunda por Tito, quatro anos depois. No último cerco, não havia mais meio de se salvar. Tito fazia esta guerra com demasiado ardor, e essa infranqueável circunvalação que fez ao redor da cidade não deixava mais esperança aos seus habitantes. Mas não houve nada de semelhante no cerco de Céstio; ele estava acampado a 50 estádios de Jerusalém; o seu exército espalhava-se todo ao redor, mas sem fazer trincheiras, e fazia a guerra tão negligentemente, que perdeu a ocasião de tomar a cidade, cujos habitantes, o terror, as sedições e mesmo as suas inteligências lhe abriam as portas. Além disso, Céstio levantou prontamente o cerco, e ordenou uma retirada que se transformou em desastre para os Romanos. O que faz com que, durante a trégua de quatro ou cinco meses que decorreu até à invasão do exército de Vespasiano (isto é, do outono de 66 à primavera de 67), longe de ser a fuga impossível, a história marca expressamente que

[14] Isto seja dito, de resto, sem qualquer prejuízo de uma interpretação mais plena da qual teremos de falar mais tarde, segundo a qual a abominação da desolação predita pelo profeta Daniel marcava a profanação do lugar santo vinda dos dois lados ao mesmo tempo. Do lado dos sitiantes, pelo desdobramento das insígnias idolátricas e o culto que lhes era prestado sob os próprios muros do templo. Mas principalmente e antes de tudo, do lado dos sitiados, pelos excessos dos Zelotes que, estabelecidos no templo como numa fortaleza, o mancharam durante quatro anos consecutivos de crimes inauditos e de forfeitos execráveis que a pena se recusa a descrever, assim como será dito em seu lugar.

muitos se retiraram. "Depois da derrota de Céstio", diz Josefo [15], "muitos escaparam de Jerusalém como se escapa de um navio que vai afundar".»

Por isso Jesus tinha muito nitidamente distinguido os dois cercos: um em que a cidade seria rodeada de trincheiras, *circumdabunt te inimici tui vallo, et coangustabunt te undique* (Luc., XIX, 43); o outro em que ela seria somente investida por exércitos, *cum videritis circumdari ab exercitu Jerusalem* (Luc., XXI, 20). Era então que era preciso fugir e retirar-se para as montanhas; era o sinal que Nosso Senhor tinha dado aos seus. E de fato, os cristãos obedeceram à palavra do seu mestre. Conquanto houvesse milhares deles em Jerusalém e na Judeia, não lemos nem em Josefo, nem nas outras histórias, que se tenha encontrado algum na cidade quando ela foi tomada. Ao contrário, é constante, pelos monumentos antigos, que eles se retiraram para a pequena cidade de Pela, num país de montanhas junto ao deserto, nos confins da Judeia e da Arábia.

E sabe-se o resto; sabem-se os horrores do cerco, dos quais Jesus dissera: *Haverá, então, uma tão grande aflição, que não houve semelhante desde o começo do mundo até agora, e que não haverá jamais*.[16]

---

[15] "Depois dos reveses de Céstio Galo, muitos dos nobres judeus fugiam da cidade, como quem nada para fora de um navio prestes a afundar." (Flávio Josefo, A Guerra dos Judeus, livro II, cap. XX)

[16] Uma mulher, chamada Maria, da região de além do Jordão, tão distinta pelo seu nascimento como pelas suas riquezas, tinha-se refugiado em Jerusalém, onde era mantida encerrada com o resto da multidão. Já os terroristas que faziam tremer a cidade tinham pilhado toda a bagagem que, na sua precipitada retirada, ela pudera levar consigo, e os seus esbirros acabavam a cada dia de a espoliar, tirando-lhe gradualmente os últimos restos da sua fortuna, e nomeadamente, tudo o que lhe era possível procurar de alimentos. Isso levou ao cúmulo a indignação desta mulher que, cansada enfim de preparar para outrem um alimento no qual não lhe era permitido tocar ela mesma, não tendo de resto mais nenhum meio de o encontrar, torturada pela fome até ao fundo das suas entranhas, e não escutando mais senão os sinistros conselhos da fúria e da extrema necessidade, acabou por se insurgir contra a natureza.

Agarrando o seu filho que amamentava ainda: "Infeliz criança — disse-lhe ela —, a quem ou para que te reservaria eu no meio dos espantosos males que nos acabrunham? Males do cerco, males da fome, males da atroz guerra civil! Caindo nas mãos dos Romanos, se é que tenhamos a vida salva, o que podemos esperar senão a servidão? Mas antes da servidão eis que veio a fome, e piores que um e outro flagelo ao mesmo tempo, são os facciosos que nos oprimem. Torna-te, pois, para mim uma comida, para os nossos tiranos uma fúria, para o resto dos homens a sua fábula, pois tu és a última coisa que falta ainda às calamidades dos Judeus!"

Dito isto, ela degola o seu filho, depois coze-o, depois come dele a metade, e põe de lado a outra metade que recobre cuidadosamente. No mesmo momento sobrevêm os esbirros, que, atraídos pelo cheiro do execrável assado, ameaçam a mulher de morte se ela não exibir imediatamente a iguaria que preparou. E ela responde que com efeito lhes tinha reservado uma boa metade, e ia descobri-la para eles. Mas ante tal espetáculo os bandidos recuam espantados. E a mulher retoma: "É o meu filho, e é também o meu crime. Comei, pois, vós outros, visto que eu mesma comi, e não vos deis ares de ser mais sensíveis que uma mulher, mais ternos que uma mãe. Que

Sabe-se como Jerusalém, premida de todas as partes pelos Romanos, estava dilacerada no interior por três facções inimigas. «E se o ódio que estas facções tinham todas pelos Romanos ia até ao furor, elas não eram menos encarniçadas umas contra as outras. Os combates de fora custavam menos sangue aos Judeus que os de dentro. Um momento após os assaltos sustentados contra o estrangeiro, os cidadãos recomeçavam a sua guerra intestina; a violência e a pilhagem reinavam por toda a parte na cidade. Ela perecia, ela não era mais que um grande campo coberto de corpos mortos, e no entanto os chefes das facções combatiam nela pelo império. Não era uma imagem do inferno, onde os condenados não se odeiam menos uns aos outros do que odeiam os demônios que são os seus inimigos comuns, e onde tudo está cheio de orgulho, de confusão e de raiva?»

Mas enfim o dia fatal tinha chegado, o dia em que Jerusalém, uma vez tomada de assalto, ia ver acabar o cumprimento da profecia de Jesus: *Non relinquetur hic lapis super lapidem qui non destruatur* [Não ficará aqui pedra sobre pedra que não seja destruída]. «Era o décimo dia de agosto, que, ao testemunho de Josefo, tinha visto queimar o templo de Salomão. Apesar das proibições de Tito, e apesar da inclinação natural dos soldados que os devia levar mais a pilhar do que a consumir tantas riquezas, um soldado empurrado, diz Josefo, por uma inspiração divina, fazia-se levantar pelos seus companheiros a uma janela, e punha o fogo no templo. A esta notícia, Tito acorre, Tito comanda que se apressem a extinguir a chama nascente. Mas a ordem contrária tinha vindo de mais alto; a chama pegava em toda a parte num instante, e em menos de algumas horas, este soberbo edifício estava reduzido a cinzas. Assim se consumou a mais medonha catástrofe de que a história faça menção. Que cidade viu jamais perecer onze vezes cem mil homens em quatro meses de tempo, e num único cerco? É o que viram os Judeus no último cerco de

---

se por escrúpulo de religião repugnais a manducação da minha vítima, pois bem! Que não seja por isso. Que para mim, que já consumi a primeira metade, fique também a segunda!"

A estas palavras, os esbirros retiraram-se tremendo de horror, não ousando disputar semelhante prato a uma mãe. E o rumor de um tão grande crime espalhou-se logo em toda a cidade, onde cada um se sentia gelado de pavor, e chamava bem-aventurados aqueles que a morte tinha levado antes de terem sido as testemunhas oculares ou auriculares de males tão extremos» (Josefo, apud Eusébio, Hist., l. III, c. VI. — Migne, P. G., t. XX, col. 231)

Jerusalém. Por isso não é preciso espantar-se se Tito vitorioso não queria receber as congratulações dos povos vizinhos, nem as coroas que lhe enviavam para honrar a sua vitória. Tantas circunstâncias memoráveis, a cólera de Deus tão marcada, e a sua mão que ele via tão presente, mantinham-no num profundo espanto, e foi isso o que lhe fez dizer que ele não era o vencedor, que ele não era senão um fraco instrumento da vingança divina [17].»

Tais são os memoráveis acontecimentos pelos quais se cumpriram com uma surpreendente precisão todas as predições de Jesus sobre a cidade e sobre o templo. Começados perto do fim do reinado de Nero, terminavam sob Tito no ano 70, quando, sem contradita, não estava ainda passada a geração que no ano da predição, isto é, da paixão (ano 33), se designava sob o nome de «esta geração», *generatio haec*. De fato, muitos contemporâneos de Jesus tinham sido testemunhas dela, e se muitos nela tinham encontrado a morte, muitos também lhe sobreviveram; muitos, digo eu, e não somente entre os convertidos ao cristianismo que uma especial disposição da Providência tinha posto em segurança, mas também, segundo toda a aparência, entre aqueles que, após o saque da cidade, foram reduzidos à servidão e levados cativos por toda a terra.

Mais uma vez, todas estas coisas não podem fazer dúvida para ninguém, pois elas têm a notoriedade que dá a grande luz da história. De resto, elas não são tampouco o objeto principal da demonstração a fornecer presentemente, visto que não concernem ainda senão à parte da profecia que chamávamos mais acima de *antecena* ou de *primeiro plano*, onde não está o ponto culminante da dificuldade e do debate.

É preciso, pois, vir agora ao que diz respeito ao *segundo plano* [ou plano de fundo] e ao fundo da perspectiva: o sol obscurecido, a lua sem luz, as estrelas caindo do céu, todo o universo desarranjado, o Filho do homem vindo na sua majestade, os seus anjos reunindo os seus eleitos dos quatro ventos, de uma extremidade do céu à outra, e o resto que sem

[17] Bossuet, *passim, ubi supra*.

contestação se refere ao último dia do mundo. Vamos dizer talvez que, de tudo isso também, a mesma geração foi testemunha ocular? Pretenderemos que ela não passou, sem que tudo isso também tivesse recebido o seu cumprimento? Ou então, sendo uma vez admitido, como deve sê-lo, que seria inútil procurar para *generatio haec* um outro sentido razoável que aquele que foi estabelecido, será preciso acabar, ou de bom ou de mau grado, por conceder à escola modernista o bem-fundado do erro que ela atribui a Jesus Cristo?

A resposta a todas estas questões é mais simples e mais óbvia do que pareceria dever sê-lo; mas antes de entrar na explicação que a porá numa luz conveniente, notemos cuidadosamente as duas maneiras pelas quais um acontecimento profetizado se diz cumprir, no estilo da Escritura. Primeiramente, em si mesmo, isto é, na sua realidade própria. Segundamente, antes de o ser em si mesmo, num acontecimento precursor, sua imagem e sua figura. É verdade que este segundo modo, por não ser literal e material como o primeiro, não cai tão diretamente sob os sentidos, mas será por isso menos fundado em verdade? De modo algum. E isto pela razão já assinalada, de que a figura como tal contém já de algum modo a coisa que ela representa, e lhe dá uma espécie de existência antecipada: sobretudo se figura e coisa figurada foram unidas primeiramente na unidade de uma mesma profecia, e que, por conseguinte, a exata realização de uma não se pode doravante conceber senão como infalivelmente ligada à integral e completa realização da outra.

Por isso não nos devemos espantar de ver este mesmo modo correntemente recebido, admitido e suposto pelos escritores sagrados eles mesmos, não menos que pelos seus intérpretes mais autorizados. Isaías, por exemplo, profetiza o parto da Virgem, e dá-o a Acaz e a toda a casa de Davi como sinal da proteção de Deus contra a conspiração de Faceia, rei da Samaria, e de Rasin, rei da Síria. «Escutai, pois, casa de Davi — diz ele —, Deus mesmo vos dará um sinal: eis que a Virgem conceberá e dará à luz um filho, e ele será chamado pelo nome de Emanuel; ele comerá manteiga e mel até que saiba rejeitar o mal e escolher o bem, e antes que a criança saiba rejeitar o mal e escolher o bem, o país cujos dois reis te

espantam será devastado.»[18] Incontestavelmente, é bem do Messias que se trata aqui, daquele que a este belo nome de Emanuel unirá os outros não menos magníficos, enumerados no capítulo seguinte, de conselheiro admirável, de Deus forte, de pai da eternidade, de príncipe da paz.[19]

Mas quê? Acreditava Isaías no cumprimento imediato do seu oráculo, e por aí mesmo, na imediata vinda do Messias, para calcular assim sobre a idade da maravilhosa criança o tempo em que a Judeia seria libertada do abraço dos dois reis conjurados, e o país inimigo (Síria e Samaria, Damasco e Efraim) devastado e assolado? Ou então talvez será preciso desviar do seu sentido natural estas palavras significativas: *Quia antequam sciat puer reprobare malum et eligere bonum, derelinquetur terra quam tu detestaris, a facie duorum regum suorum*?

Mas distingamos o cumprimento do oráculo na pessoa do Emanuel verdadeiro, do seu cumprimento prévio na pessoa do Emanuel figurativo. Pois eis que aparece logo uma outra criança misteriosa que vai ser concebida, que vai nascer, à qual será dado um nome simbólico, garantindo à casa de Davi a libertação do perigo de que está ameaçada, antes que venha o tempo dos primeiros balbucios do recém-nascido. É a criança da qual o profeta diz algumas linhas mais abaixo: «E aproximei-me da profetisa, e ela concebeu e deu à luz um filho. E o Senhor disse-me: Chama-o Maher-Shalal-Hash-Baz, pois antes que a criança saiba gritar: meu pai, minha mãe! levar-se-ão as riquezas de Damasco e os despojos de Samaria diante do rei dos Assírios. *Et dixit Dominus ad me: voca nomen ejus, accelera spolia detrahere, festina praedari. Quia antequam sciat puer vocare patrem suum et matrem suam, auferetur fortitudo Damasci, et spolia Samariae coram rege Assyriorum* [20].» E nele, nesta criança, o oráculo do Emanuel receberá incontinenti um primeiro cumprimento, penhor certo do segundo que ele não devia ter senão vários séculos mais tarde, não mais na sombra de uma figura desta vez, mas na plenitude da realidade.

[18] Isaías VII, 13-46
[19] Isaías IX, 6
[20] Isaías VIII, 3-4

«O Messias que ele (Isaías) anuncia em termos tão magníficos, não deve aparecer em pessoa senão mais tarde, mas vai nascer em figura; o mistério do seu nascimento vai ser representado diante de todo um povo para despertar a sua fé na promessa. Nascerá, pois, um filho de Isaías, e o nome simbólico que lhe será dado antes da sua concepção marcará a próxima devastação de Damasco e de Efraim, ou, num sentido mais elevado, o inferno vencido e despojado pelo Messias. A mãe desta criança é chamada profetisa, não porque ela é a esposa de um profeta, pois procuro em vão na Bíblia uma analogia qualquer para justificar este sentido, mas porque ela profetiza, com efeito, por um parto que é a imagem, bem grosseira sem dúvida, do parto virginal de Maria .[21]» E seria fácil multiplicar os exemplos destas profecias de duplo cumprimento de que a Escritura abunda [22], estreitamente ligadas que estão à economia já exposta dos acontecimentos figurativos, que a divina Sabedoria destinava a ser de era em era como outras tantas representações primeiras e efetuações antecipadas dos mistérios da nossa religião.

Isto posto, eu digo agora que na profecia que nos ocupa, tudo o que se refere ao último dia do mundo teve sem dificuldade, na ruína de Jerusalém, e por consequência, antes que passasse a geração contemporânea de Jesus, um primeiro cumprimento, do gênero daquele de que se acaba de falar: cumprimento em figura sem dúvida, ou se se quiser, em efígie somente, mas suficiente já, segundo o uso da Escritura, para autorizar a locução *donec omnia fiant*. Eu digo e repito que nesta mesma catástrofe foram realizados como num quadro vivo, e numa grandiosa representação de coisas, todos os traços do oráculo relativos à consumação dos séculos. Eu digo que os sinais no sol, na lua e nas estrelas foram representados então pelos assustadores prodígios que relatamos segundo Josefo e Tácito; que a reunião dos eleitos de uma extremidade da terra à outra foi marcada pela preservação dos fiéis postos em lugar seguro, e

[21] Charles Le Hir, *Les Prophètes d'Israël*, seção 1, artigo 2.

[22] Tal a profecia de Malaquias (IV, 5) sobre o retorno de Elias, e a do Salmo LXXX, sobre as glórias do reino de Jesus Cristo, que ambas se deviam cumprir uma primeira vez, uma na pessoa de João Batista (Mat., XI, 14, e XVII, 12), a outra na pessoa de Salomão, «*tamquam in umbra et imagine veritatis*», segundo a expressão de São Jerônimo i*n Dan.*, c. XI.

separados da massa do povo reprovado, que encerrado no recinto da cidade, aí ia tornar-se a presa de todos os flagelos reunidos; que o abalo, o transtorno da natureza inteira foi figurado por esse desastre inaudito que, ao testemunho da história, lançava Tito numa tão profunda estupefação, e o fazia inclinar-se diante de um agente misterioso, uma força superior, uma potência irresistível, da qual ele se dizia o irresponsável e involuntário instrumento.

E desta sorte, se o Cristo, neste medonho *finimondo*, para tomar emprestado à língua italiana uma expressão que convém muito bem ao nosso sujeito, não se mostrou aos olhos do corpo vindo com os seus anjos sobre as nuvens do céu em glória e majestade, a sua presença todavia, a sua intervenção, a sua ação, foi tão manifesta que se fez sentir e reconhecer pelos próprios pagãos, a ponto de forçar o imperador romano em plena vitória a confessar que ele não era o vencedor, mas que a um outro deviam ir as aclamações e as coroas.

Ora, estas simples observações bastariam já para resolver toda a dificuldade. Sim, é verdade: tudo devia cumprir-se, e tudo se cumpriu com efeito, antes que passasse a geração de então, *generatio haec*: tudo, incluindo a parte relativa ao fim do mundo, na maneira que foi explicada, e que é de todos os pontos conforme ao que faz lei aqui, a saber, à linguagem recebida e consagrada na Escritura. Não teríamos, portanto, senão a lição de São Lucas que diz simplesmente, sem nada acrescentar, sem nada determinar, sem nada precisar: *Amen dico vobis, non praeteribit generatio haec donec omnia fiant* (XXI, 32), e estaríamos no direito de concluir que Jesus tinha anunciado, como devendo acontecer em vida da sua geração, acontecimentos que seriam, no mínimo, uma imagem e um esboço profético da catástrofe suprema; não estaríamos de modo algum fundados a dizer que ele tinha predito como próxima esta catástrofe considerada em si mesma.

Mas isto não é ainda senão uma primeira resposta. Se não tivéssemos nada mais a opor à afirmação modernista, seria preciso renunciar à vantagem de reduzir o adversário convencendo-o de falsidade,

pois é verossímil que as considerações precedentes, por mais verdadeiras e bem fundadas que sejam, pouco o tocarão; muito mais, que elas permanecerão inteiramente fora da sua compreensão, sendo os dados sobre os quais repousam de tal natureza, que ele não os poderia admitir sem se desmentir e se renegar a si mesmo. De resto, é este o vício essencial e irremediável da exegese racionalista, a qual, por não reconhecer o caráter transcendente e ímpar da Escritura, carece de todos os critérios necessários para penetrar jamais os seus arcanos.

Mas no caso presente, não há nenhuma necessidade de penetrar segredos fechados aos profanos; basta seguir a crítica no seu próprio terreno, para lhe mostrar que ela opera sobre textos truncados, e por isso mesmo falseados, coisa imperdoável sempre e em toda a parte, mas particularmente naqueles que se picam de uma ciência tão positiva, e fazem tal mostra da sua rigorosa documentação.

Eis, com efeito, a lição de São Mateus e de São Marcos, que, lida até ao fim, precisa, explicando-a, a de São Lucas, e exclui abertamente, claramente, categoricamente, o fim do mundo considerado em si, do número dos acontecimentos anunciados como devendo cumprir-se no curso da geração contemporânea. Mas, repito-o, é preciso lê-la na íntegra, sem separar o primeiro membro do segundo ao qual se opõe, e do qual depende necessariamente, em virtude da oposição que restringe e circunscreve a compreensão do sujeito. Lemos, pois, em São Mateus: *Amen dico vobis, quia non praeteribit generatio haec donec omnia haec fiant*. Mas não é aí a pausa, não é aí o ponto onde é preciso parar, pois as palavras *coelum et terra transibunt, verba autem mea non praeteribunt*, que seguem imediatamente, não são senão um parêntese, após o qual vem logo a proposição adversativa, determinativa da primeira: *de die autem illo et hora nemo scit, neque angeli coelorum, nisi solus Pater*. Mesma coisa em São Marcos, mesmo contraste, mesma oposição entre *esta geração-aqui, estas coisas-aqui*, ἡ γενεὰ αὕτη, πάντα ταῦτα, e *aquele dia, aquela hora*, περὶ δὲ τῆς ἡμέρας ἐκείνης ἢ ὥρας. O que dá palavra por palavra, como tradução de um e de outro evangelista: «Em verdade eu vos digo, esta geração-aqui não acabará até que todas estas coisas-aqui sejam

cumpridas; mas quanto àquele dia e àquela hora-ali, ninguém a sabe, nem os mesmos anjos que estão no céu, nem nenhum outro senão meu Pai.»

Se, portanto, a profecia põe em oposição, de uma parte *esta geração-aqui, estas coisas-aqui*, e de outra parte, *aquele dia* e *aquela hora*; se, além disso, ela marca claramente a época em que se cumprirão *estas coisas-aqui*, e se recusa a respeito de *aquele dia-ali*, dizendo que ninguém sabe quando virá, nem os anjos do céu, nem o Filho (enquanto homem, e de ciência comunicável), mas o Pai somente; se enfim, esse dia e essa hora-ali é visivelmente o dia e a hora da parusia, como toda a sequência do discurso o prova demasiado bem, para que haja necessidade, eu não digo de o demonstrar, mas mesmo de o afirmar: com que desplante nos trarão este texto, para nos sustentar que as declarações de Jesus sobre a proximidade da catástrofe não deixam lugar a qualquer equívoco?

«Eis, diz excelentemente Bossuet, dois tempos bem marcados, *haec* e *illa*, em grego como em latim, marcam dois tempos opostos, um mais próximo, outro mais afastado. *Esta* geração-aqui verá todas *estas* coisas-aqui cumpridas: generatio haec, omnia haec, omnia ista. Mas quanto àquele dia-ali, quanto àquela hora-ali, *de die autem illo et hora*, ninguém a sabe. Como se dissesse: Eu vos falei de duas coisas, da ruína de Jerusalém, e da de todo o universo no julgamento. O que deve acontecer na geração em que estamos, e de que os homens que vivem devem ser as testemunhas, eu vos marco o tempo, e esta geração não passará, sem que se cumpra. Eis para o acontecimento em que tocamos. Mas para aquele dia-ali, esse dia em que virei julgar o mundo, ninguém sabe nada, e eu não devo descobrir-vo-lo. Está, pois, marcado claramente que a queda de Jerusalém estava próxima, e a Igreja o devia saber. Mas para aquele dia-ali, para esse último dia em que todo o universo estará em perturbação, e em que o Filho do homem virá em pessoa, não se sabe nada, não se sabe nem se está longe, nem se está perto, e o segredo dele é impenetrável, tanto aos anjos que estão no céu, como à própria Igreja, ainda que ela seja ensinada pelo Filho de Deus .»[23]

[23] Bossuet, *Méditations sur l'Évangile, la dernière semaine du Sauveur*, 76º dia

E com esta única observação, sem mesmo contar nenhuma das razões precedentes, vai-se em fumo toda a construção modernista sobre o texto: *Amen dico vobis, non praeteribit generatio haec donec omnia haec fiant*.

TERCEIRO ARTIGO

EXAME DO CONJUNTO DO TEXTO DE SÃO LUCAS.

O impenetrável segredo onde o oráculo evangélico encerra a época da parusia e do juízo bastaria já para derrubar inteiramente a tese modernista sobre o fim do mundo enquanto diretamente visado por Jesus, quando ele declarava: *Amen dico vobis, non praeteribit generatio haec donec omnia haec fiant*. Muito mais, a enormidade do contrassenso aparece de imediato, à primeira vista, e com plena evidência, ao simples enunciado desta mesma declaração, lida como convém, na sua totalidade, e no seu verdadeiro teor: *Em verdade, eu vos digo, esta geração-aqui não acabará até que todas estas coisas-aqui sejam cumpridas (o céu e a terra passarão, e as minhas palavras não passarão); mas quanto àquele dia e àquela hora-ali (da parusia), ninguém sabe nada, nem os mesmos anjos que estão no céu, nem nenhum outro senão meu Pai*[24]. Desta vez, eis «o que não deixa lugar a qualquer equívoco», é o caso de o dizer, e com mais justa razão desta vez. Pois quem poderia jamais imaginar juntar ponta com ponta, numa mesma frase, duas coisas tão abertamente contraditórias como o teriam sido, de uma parte, o anúncio do último dia como devendo vir no decurso da geração presente, e da outra, a solene e enfática afirmação de que nenhuma criatura no céu e na terra lhe sabia nem devia saber o tempo e o momento?

Pretender-se-á talvez que a época era dita incognoscível pela única razão de que, sabendo embora positivamente que seria para a segunda metade do século corrente, não se podia contudo conhecer com precisão o ano, o mês e a semana? Lamentável escapatória, que não rejeita somente o simples bom senso, por mais acomodatício que se o suponha, mas ainda a letra mesma do texto evangélico. Por essa conta, com efeito, os acontecimentos concernentes à ruína de Jerusalém teriam estado

[24] Mateus 24, 34-36; Marcos 13, 30-32

identicamente na mesma condição que o dia da parusia; estava-se tão pouco, ou, se se quiser, tão abundantemente informado sobre a época dos primeiros como sobre a deste último; de todos indiferentemente se podia dizer ao mesmo título e com a mesma verdade: *nemo scit nisi Pater*; enfim, a oposição entre *omnia haec* e *de die autem illo et hora* caía ao mesmo tempo e tornava-se inteiramente vazia de sentido.

Estamos, pois, plenamente em medida de avançar que a interpretação que os modernistas dão destas palavras: «A geração presente não passará sem que tudo isso se cumpra», faz violência às mais elementares regras da exegese; que o termo *tudo isso*, *omnia haec*, dizia respeito à ruína de Jerusalém, e não à ruína do mundo, a não ser somente, assim como foi dito, enquanto esta devia aparecer naquela como na sua figura e sua representação antecipada; que, ademais, a época da consumação dos séculos considerada em si era nitidamente, formalmente, expressamente reservada e posta à parte, como escapando a toda a investigação, a toda a previsão, a toda a determinação, mesmo aproximativa, sendo a única coisa que era dado saber pertinentemente sobre ela, precisamente a impossibilidade de saber o que quer que fosse.

Que tudo isso seja, pois, dito uma vez por todas, de maneira a afastar definitivamente, e a pôr inteiramente fora de causa o famoso versículo, *non praeteribit generatio haec*, cujo verdadeiro sentido parece ter sido bastante claramente explicado, bastante abundantemente provado, bastante solidamente estabelecido, para que ninguém esteja mais no direito de no-lo opor, nem de embaraçar com ele de qualquer maneira que seja o terreno da discussão.

Mas toda a dificuldade desaparece, por isso, do teor inteiro do oráculo evangélico? A objeção afastada num ponto, não se vai representar num outro? E se o anúncio da proximidade da catástrofe suprema não está em todas as letras, assim como o quereriam os modernistas, na declaração final, não estaria ele talvez equivalentemente significado, e virtualmente contido em diversos lugares do corpo mesmo da profecia? Notemos que não é aqui uma suposição absolutamente gratuita. Várias coisas o

poderiam dar a entender, como seriam, por exemplo, certas expressões, certos giros de frases, certas maneiras de falar que aí se encontram aqui e ali, mas principalmente e sobretudo, a passagem de São Mateus e de São Marcos onde a parusia é apresentada como fazendo sequência *imediata* aos dias de extrema tribulação, dos quais a abominação da desolação predita pelo profeta Daniel devia ser o sinal.

E é assim que uma nova questão se põe diante de nós: questão de cuja solução dependerá a confirmação, ou ao contrário, a infirmação, de tudo o que foi dito precedentemente em resposta à audaciosa afirmação dos inimigos da nossa fé: o que é o bastante para dizer que ela é de importância, e pede para ser tratada a fundo. Possamos nós, com a ajuda de Deus, trazer-lhe toda a luz desejável, de tal sorte que no fim não reste mais lugar para nenhuma dúvida, por pouco razoável que seja. Para este efeito, convirá dividir o trabalho, isto é, distinguir entre São Lucas e os dois outros sinóticos, fazendo de cada texto separadamente o objeto de um estudo à parte e de um exame aprofundado.

E para começar pela tarefa mais fácil, eis primeiramente o texto de São Lucas, que, para a comodidade do leitor, transcrevemos aqui na sua totalidade, com a notação das três partes que o dividem, e que importa soberanamente nele bem observar.

Lê-se, pois, em São Lucas, XXI, 10 e segs.:

«Jesus disse então aos seus discípulos: — A) vers. 10-23. *Uma nação se levantará contra uma nação e um reino contra um reino. Haverá grandes tremores de terra, pestes e fomes em diversos lugares, e no céu assustadoras aparições e sinais extraordinários. Mas antes de tudo isso, deitarão as mãos sobre vós, e perseguir-vos-ão, arrastar-vos-ão às sinagogas e às prisões, levar-vos-ão diante dos reis e dos governadores, por causa do meu nome... Mas quando virdes exércitos investir Jerusalém, sabei então que a sua desolação está próxima. Então, que aqueles que estiverem na Judeia fujam para as montanhas, que aqueles que estiverem na cidade saiam dela, e que aqueles que estiverem nos campos não entrem*

na cidade. Pois serão dias de castigo, para o cumprimento de tudo o que está escrito. Ai das mulheres que estiverem grávidas ou que amamentarem nesses dias! Pois a aflição será grande sobre a terra, grande a cólera contra este povo. Eles cairão sob o fio da espada; serão levados cativos por todas as nações. — B) versículo 24. *E Jerusalém será calcada aos pés pelos Gentios, até que os tempos dos Gentios sejam cumpridos.* — C) versículos 25-31. *E haverá sinais no sol, na lua e nas estrelas, e, sobre a terra, as nações estarão na angústia e na consternação ao ruído do mar e das ondas, os homens definhando de terror na expectativa do que deve acontecer ao mundo, pois as potências dos céus serão abaladas. Então se verá o Filho do homem vindo numa nuvem com um grande poder e uma grande glória. Quando estas coisas começarem a acontecer, erguei-vos e levantai a cabeça, porque a vossa libertação se aproxima. Vede a figueira e todas as árvores; desde que se puseram a brotar, sabeis de vós mesmos ao vê-las, que o verão vem. Do mesmo modo, quando virdes estas coisas sabei que o reino de Deus está próximo.*»

Assim falou Jesus, segundo a lição do terceiro evangelho. Era, como se vê, um quadro em escorço que abarcava toda a sequência do futuro, e o partilhava em três períodos distintos: um primeiro (vers. 10-23), indo até à próxima queda de Jerusalém inclusivamente; um segundo (vers. 24), compreendendo todos os tempos intermediários entre a queda de Jerusalém e os últimos dias do mundo; um terceiro enfim (vers. 25-31), começando com os sinais precursores da catástrofe final, e terminando no acontecimento supremo, isto é, na parusia.

E neste quadro cada coisa estava posta no seu lugar segundo a ordem natural da sucessão dos acontecimentos; cada parte destacava-se das outras sem confusão de qualquer espécie, da maneira do mundo mais nítida e mais marcada; e enfim, e sobretudo (pois é aí para nós o ponto capital da questão), a margem mais larga era aí deixada para a interposição de todas as séries imagináveis de séculos antes da chegada do último dia. Em verdade, este texto de São Lucas, por pouco que se o saiba ler, é para si mesmo a mais triunfante das defesas e o mais convincente dos testemunhos.

Duas pequenas passagens somente se encontram nele onde a crítica modernista tenha podido achar onde morder. É no lugar onde, após ter descrito os sinais precursores da parusia, Jesus continuando a dirigir-se aos discípulos que tinha diante dele, acrescentava: *Quando estas coisas começarem a acontecer, olhai então e levantai a cabeça, porque a vossa libertação se aproxima*. E um pouco mais abaixo: *Quando virdes estas coisas, sabei que o reino de Deus não está longe*.

E com efeito, que vos parece, amigo leitor? Não achareis, vós também, que se poderia ver aqui o equivalente de um anúncio do fim do mundo para o curso da geração contemporânea? *Olhai, levantai a cabeça, quando virdes estas coisas!* Estas coisas, este transtorno de toda a natureza, esta agonia do mundo! Eles deviam, pois, vê-las, e ver com os seus próprios olhos, aqueles a quem Jesus falava então. E neste caso, é bem em vida deles, em vida de Pedro, de Tiago, de João, de André, que o tinham interrogado, e dos outros da sua companhia, que, no pensamento do Mestre, devia vir a consumação dos séculos, a parusia, o estabelecimento definitivo do reino de Deus.

Assim ao menos raciocinam os nossos modernistas, a quem não se acusará desta vez de se afastar do pé da letra, ia dizer da sua mais espessa materialidade. Mas muito diferentemente tinha raciocinado até aqui toda a tradição cristã. Muito diferentemente Santo Agostinho, quando perguntava se se podia encontrar alguém que não compreendesse que há muitas coisas no Evangelho que pareceriam ditas aos sós apóstolos, e que o eram na realidade a toda a Igreja, de geração em geração até ao fim dos séculos[25]. Muito diferentemente São Leão, quando mostrava o auditório de Jesus Cristo formado da universalidade dos fiéis de todos os tempos, escutando e ouvindo o seu Salvador naqueles que então, nos dias da sua vida mortal, faziam parte do seu séquito [26].

---

[25] *"*Quem não entende, porém, que esse cuidado prometido à Igreja universal — a qual, com uns morrendo e outros nascendo, permanecerá até a consumação do século — continuará a existir?"
(August., Epist. 199, ad Hesych., n. 49.)

[26] Que isso diz respeito a todos os fiéis e à Igreja inteira, a qual ouvia, de modo universal, a sua salvação naqueles que estavam presentes." (Léo M. Serm. 9 de Quadrag. c. 1.)

Não, não, jamais, antes do advento da nova escola, a nenhum cristão teria vindo a ideia de que toda a palavra dita aos discípulos devesse sempre entender-se como a eles dita nas suas próprias pessoas. Jamais se teria pensado que, nas predições concernentes ao futuro da Igreja, a forma do discurso direto o mais frequentemente empregada por Jesus, fosse sinal de que ele visava determinadamente aqueles mesmos que para a hora estavam materialmente e fisicamente presentes diante dele. Jamais se teria sonhado pôr em dúvida este princípio de uma tão natural evidência: que, naqueles doze dos quais ele tinha feito o núcleo do seu reino, ele considerava, instruía, advertia, exortava, premunia todos os seus fiéis, vistos distintamente por ele através de toda a duração das eras; e que, por conseguinte, ao dizer no discurso escatológico que aqui analisamos, a Pedro, a Tiago, a João, a André: *quando virdes, quando vos disserem, quando ouvirdes, levantai a cabeça, olhai*, etc., por eles e neles ele dirigia-se àqueles dos seus que ele sabia deverem ser testemunhas dos pródromos da catástrofe suprema, qualquer que devesse ser, de resto, a época, ou próxima ou afastada: sobre o que, segundo o que já foi dito, ele não tinha de se explicar. Não, repito-o, nunca se teria ousado tocar, antes dos nossos infelizes tempos, neste *a-b-c*, nestes princípios elementares da exegese evangélica, cuja rejeição não levaria a nada menos que à destruição das primeiras bases da religião cristã, a começar pela promessa fundamental: *ecce ego vobiscum sum omnibus diebus usque ad consummationem saeculi* [eis que eu estou convosco todos os dias até à consumação do século].

Mas é que também, então, tomava-se Jesus Cristo tal como no-lo dão todas as páginas da Escritura, tanto do Antigo como do Novo Testamento, com a sua transcendência sobre-humana, a sua onisciência do futuro não menos que do passado, a sua qualidade de Messias, de pai do século futuro, de fundador do reino de Deus para o tempo e para a eternidade. Ao passo que o modernismo mudou tudo isso, e fez-nos à sua fantasia um Cristo que não é mais do que um homem, não sabendo, não vendo, não dizendo senão o que pode ver, saber e dizer um homem, e

encontrando-se face aos poucos discípulos que tinha conseguido conquistar, na mesma relação, ou pouco mais ou menos, que um professor da Sorbonne ou do *Collège de France* diante da meia-dúzia de ouvintes que frequentam o seu curso, sentados mais à larga nestas lições «que aos sermões de Cassagne ou do abade Cotin». Mas deixemos estes cegos, condutores de cegos, e voltemos ao texto de São Lucas, que, bem longe de anunciar a iminência da parusia e a próxima chegada do fim dos tempos, abria, ao contrário, os mais vastos horizontes às conjecturas do futuro, e deixava o lugar todo amplo para tantos dias, anos, séculos e semanas de séculos, quantos se queira imaginar.

A passagem que deve aqui fixar a nossa atenção é aquela que marca a segunda das três períodos acima indicados, intermediária, dizíamos nós, entre o saque de Jerusalém e os últimos dias do mundo: *E Jerusalém será calcada aos pés pelos Gentios, até que os tempos dos Gentios sejam cumpridos*.

Esta passagem é extremamente notável e sob muitos pontos de vista diferentes. Notável primeiramente, como separando na profecia, por um intervalo nitidamente acusado, as duas catástrofes que os discípulos na sua interrogação tinham misturado e confundido conjuntamente. Notável em seguida, como fazendo do futuro estado político de Jerusalém após a sua queda, um quadro que a história não teria certamente podido fazer mais fiel. Pois Jerusalém *calcada aos pés pelos Gentios*, isto é, subjugada às diferentes nações da Gentilidade (primeiro aos Romanos, depois aos Persas, depois aos Árabes, depois aos Francos, depois aos Muçulmanos do Egito, depois aos Turcos), não é o exato e completo resumo dos seus anais desde Tito até aos nossos dias?

Mas notável sobretudo, como dando a conhecer *até quando* duraria este estado de escravidão e de servidão, e que grande revolução teria entrementes de se cumprir, segundo o indicam estas palavras que, na sua extrema concisão, dizem mais do que páginas inteiras: *donec impleantur tempora nationum*: até que sejam cumpridos os tempos das nações, por

outras palavras, dos Gentios, que são, como cada um sabe, na língua da Escritura, os povos estrangeiros à raça e à religião judaica.

Todo o fundo do debate está neste pequeno membro de frase, onde duas questões se apresentam logo. A primeira: O que são estes *tempos dos Gentios*, até ao cumprimento dos quais devia prolongar-se a subjugação de Jerusalém? A segunda: A que longitude de duração podiam eles avaliar-se? Em outros termos: o seu cumprimento, para falar a linguagem da profecia, marcava nitidamente e precisamente um termo a breve prazo (a vencer, por exemplo, em vida dos contemporâneos de Jesus), ou não deixava antes todas as perspectivas abertas sobre uma longa série de séculos antes da vinda da catástrofe suprema? Responder pertinentemente a estas duas questões particulares, será por isso mesmo resolver a questão integral, e pôr em plena evidência o que o texto de São Lucas dava a pensar, a crer, ou a conjecturar sobre a futura duração do mundo e a época da parusia.

A primeira questão incide, pois, sobre o que é preciso entender por esta expressão, *tempora nationum*, os tempos dos Gentios, e a resposta não poderia ser o mínimo que fosse duvidosa. Sem contradita, os tempos dos Gentios são os tempos preparados por Deus para a conversão da gentilidade, para a evangelização dos povos pagãos, para a entrada das nações infiéis no redil da Igreja.

Este sentido é claramente indicado, primeiramente pelo próprio texto do evangelista: Ἄχρι οὗ πληρωθῶσιν καιροὶ ἐθνῶν [Achri hou plêrôthôsin kairoi ethnôn]. E aqui Santo Agostinho, a quem se acusa bastante comummente de não ter sabido grego, mas que ainda sabia o suficiente para desenredar na ocasião as dificuldades de exegese que lhe propunham, far-nos-á observar, na primeira das suas duas cartas a Hesíquio[27], que o termo de que se serve São Lucas não tem o seu equivalente no latim: nem mais aliás, acrescentarei eu, do que o tem na nossa língua. Com efeito, lá onde nós lemos *tempora nationum*, o grego traz, não χρόνοι [chronoi], mas καιροὶ ἐθνῶν [kairoi ethnôn]. Ora entre estas duas palavras, χρόνοι e

[27] August. Epist. 197, n. 2.

καιροί, que não têm nas duas línguas, tanto latina como francesa, senão um único termo correspondente, há uma notável diferença. E a diferença consiste em que o primeiro não evoca senão a pura e simples ideia de tempo, ao passo que o segundo, como disso dão fé todos os léxicos antigos e modernos, significa um tempo *conveniente, oportuno, favorável*. É por isso que esta expressão, καιροὶ ἐθνῶν, onde o termo καιροὶ é empregado absolutamente, sem adição nem determinação de qualquer espécie que lhe restrinja ou modifique o sentido primeiro e natural, não podia significar senão os tempos favoráveis aos Gentios: a saber, os dias de bênção, de salvação e de graça que despontariam enfim para eles, essa era tão celebrada pelos antigos oráculos, da sua vocação à admirável luz da fé.

Quem não tem presente na memória o que os profetas tinham declarado, nos termos mais magníficos, da bênção que se devia espalhar sobre os Gentios pelo Messias? Quem não se recorda, entre cem outros, daquele esplêndido trecho de Isaías que a liturgia nos põe sob os olhos cada vez que o ano traz de volta a comemoração da chegada dos Magos, primícias da Gentilidade, ao berço de Jesus Cristo; onde é celebrada a futura glória da Jerusalém nova, isto é, da Igreja cristã, para a qual afluirão todas as nações da terra, trazendo-lhe as suas oferendas, e conduzindo-lhe inumeráveis filhos? «Levanta-te e resplandece, Jerusalém nova — exclamava o profeta —, pois a tua luz aparece, e a glória do Senhor levantou-se sobre ti. Pois as trevas cobriam a terra e uma sombria obscuridade envolvia os povos, mas sobre ti levantar-se-á o Senhor, e a sua glória resplandecerá em ti. Os Gentios caminharão para a tua luz, e os reis para a claridade do teu nascer. Leva os teus olhares em redor, e vê; eles reúnem-se todos, eles vêm a ti; os teus filhos vêm de longe, e as tuas filhas são trazidas nos braços. Tu o verás então, e serás radiosa; o teu coração estremecerá e dilatar-se-á, pois as riquezas do mar dirigir-se-ão para ti, os tesouros das nações virão a ti. Dromedários em multidão te cobrirão, os camelos de Madiã e de Efá; todos os de Sabá virão, trazendo o ouro e o incenso, e publicando os louvores do Senhor ».[28]

[28] Isaí., LX, 1-6.

Ei-los, pois, anunciados muitos séculos antes, estes tempos que em São Lucas são chamados *os tempos das nações*, ou dos Gentios: denominação tirada, como se vê, da nota característica que os devia distinguir, e que devia ainda fazer singularmente ressaltar o contraste do povo judeu, recusando-se por uma inconcebível cegueira a reconhecer o Messias que lhe tinha vindo, retirando-se por aí da bênção prometida à posteridade de Abraão, e abandonado ao seu senso reprovado até que, para ele também, no fim do mundo, depois que a multidão dos Gentios tiver entrado na Igreja, soe a hora favorável, a hora da reconciliação e do retorno.[29]

Tudo isto está nos dados mais averiguados e mais autênticos da Escritura. Mas, se pudesse restar ainda a menor dúvida sobre o sentido a atribuir ao inciso: *donec impleantur tempora nationum*, não haveria, para a dissipar inteiramente, senão que reportar-se ao versículo paralelo de São Mateus. Refiro-me ao inciso correspondente (XXIV, vers. 14), que traz que «o Evangelho seria pregado no mundo inteiro, para ser um testemunho a todas as nações, e que *então viria a consumação*. *Et praedicabitur hoc evangelium regni in universo orbe, in testimonium omnibus gentibus, et tunc veniet consummatio*.» Assim, o que, em São Lucas, se chama *os tempos das nações*, chama-se em São Mateus, os tempos em que o Evangelho lhes seria pregado, isto é, sem dificuldade, os tempos da sua vocação à fé, e da sua agregação progressiva a esse único redil do qual Jesus Cristo dissera: «E tenho outras ovelhas que não são deste aprisco (da sinagoga), e é preciso que eu as traga, e elas ouvirão a minha voz, e haverá então um só rebanho e um só pastor».[30]

Por aí se encontra categoricamente resolvida a primeira das duas questões postas acima. Sabemos da maneira mais certa o que significam estes *tempora nationum* que, no oráculo evangélico, separam a queda de

[29] Há um tempo das nações, e depois desse tempo, os Judeus, que as nações deviam até então calcar aos pés, voltarão, e depois que a plenitude dos Gentios tiver entrado, todo o Israel, tudo o que dele restar, será salvo. Rom., XI, 25-26.

[30] Jo., X, 16.

Jerusalém do período precursor da consumação dos séculos e da parusia (ver acima, vers. 24 e segs.).

Mas agora resta saber o que nos importa mais, o que fazia o objeto da segunda questão: Que longitude de duração podiam estes mesmos *tempos dos Gentios* representar? Um curto intervalo de alguns anos apenas, que admitiriam facilmente aqueles mesmos que dizem que as declarações de Jesus sobre a proximidade da catástrofe não deixavam lugar a qualquer equívoco? Ou ao contrário, uma longa série de séculos, como aquela que já decorreu, como aquela que se poderia decorrer ainda num futuro indefinidamente prolongado?

Aqui importará distinguir entre o que o texto dava a entender em *tese absoluta*, e o que ele comportava de conjecturas, de suposições e de hipóteses, em atenção às circunstâncias ou condições particulares em que se encontraram sucessivamente as diferentes gerações cristãs desde a primeira origem até aos nossos dias.

Em tese absoluta, os tempos das nações representavam a duração que seria necessária para que a pregação evangélica, começada em Jerusalém no dia do primeiro Pentecostes, se espalhe pouco a pouco por todo o globo, atinja progressivamente todas as tribos, todas as raças, todos os povos da terra, e penetre bastante profundamente para fazer levantar em todos os lugares e em todos os ramos da família humana a semente da fé. Tais são os dados que fornece o Evangelho, que corroboram ainda os mais famosos oráculos do Antigo Testamento. O que há de mais categórico a este respeito do que a passagem já citada de São Mateus: *E este Evangelho do reino será pregado em todo o universo, em testemunho a todas as nações, e então virá a consumação*? «Em todo o universo», eis a totalidade dos lugares; «a todas as nações», eis a totalidade das raças e das línguas.

Mas visto que é o texto de São Lucas que faz neste momento o especial objeto do nosso estudo, apeguemo-nos mais particularmente ao que o próprio São Lucas relata das palavras de Jesus aos seus apóstolos

nas aparições que se seguiram à sua ressurreição (Luc., XXIV, 44 e segs.; Atos, I, 4 e segs.): *É isso o que eu vos dizia, estando ainda convosco, que era necessário que tudo o que está escrito de mim na lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos se cumprisse. Então abriu-lhes o espírito para compreenderem as Escrituras, e disse-lhes: Assim está escrito, e assim era necessário que o Cristo sofresse, que ressuscitasse dos mortos ao terceiro dia, e que a penitência e a remissão dos pecados sejam pregadas em seu nome a todas as nações*. E acrescentava: *a começar por Jerusalém*, porque tal era a ordem estabelecida, a ordem que queria que, de Jerusalém, depois da Judeia e da Samaria, a pregação apostólica tomasse o seu voo, para não mais parar até que tivesse chegado aos últimos confins, às extremidades mais recuadas do mundo habitado: *usque ad ultimum terrae*. É o que ele dizia no Monte das Oliveiras no momento mesmo de partir; era a sua última palavra, era a sua recomendação suprema, pois dizendo isto, elevava-se da terra, desaparecia na nuvem, e enviava os dois anjos que se sabe, atestar uma última vez a verdade do seu retorno no fim dos séculos para julgar os vivos e os mortos.

Mas não será fora de propósito insistir um pouco sobre os testemunhos que ele tinha trazido da lei de Moisés, dos profetas e dos salmos, *scripta in lege Moysis et prophetis et psalmis de me*, a fim de melhor precisar o sentido das suas últimas instruções, e de fazer ressaltar ainda mais toda a extensão da obra de evangelização que ele deixava a cargo da Igreja.

Eis a lei de Moisés (o Pentateuco), onde está escrita a promessa de Deus a Abraão, de que na sua descendência, isto é, no Messias que sairia dele, seriam abençoadas *todas as nações da terra*. Eis os salmos, e nomeadamente o XXI, onde após o quadro da paixão de Cristo, das suas mãos e dos seus pés trespassados, dos seus ossos marcados sobre a sua pele por todo o peso do seu corpo violentamente suspenso, das suas vestes partilhadas, da sua túnica lançada à sorte, dos seus inimigos fremindo ao redor dele e saciando-se do seu sangue, veem-se as consequências e os frutos de tão grande sacrifício: *Todas as extremidades da terra lembrando-se do Senhor e convertendo-se a ele; todas as famílias dos*

Gentios, tiradas das trevas da idolatria, prostrando-se diante da sua face, e o Senhor a quem pertence o império, dominando sobre todas as nações.

Eis também os profetas, e entre eles, Isaías que, elevando o seu voo mais alto ainda que todos os outros, cantava as futuras glórias da nova Sião: *Alarga o espaço da tua tenda — exclamava ele. Que se desdobrem as cortinas da tua morada. Não poupes o lugar, alonga as tuas cordas, e firma as tuas estacas! Pois penetrarás à direita e à esquerda, e a tua posteridade tomará posse das nações, e povoará as cidades desertas. Não temas, pois não serás confundida. O teu esposo é o teu Criador, e o teu Redentor é o Santo de Israel. Ele chamar-se-á o Deus de toda a terra*[31].

É o anúncio da tomada de posse do mundo pela Igreja de Jesus Cristo, ao mesmo tempo que a indicação precisa do modo segundo o qual se faria esta imensa revolução: não de um só golpe, não por uma brusca mudança, não por um milagre que teria estado absolutamente fora de toda a ordem da providência atual, mas por uma *penetração progressiva*, semelhante à penetração do fermento da parábola, misturado às três medidas de farinha que figuravam as três raças principais da humanidade, semítica, camítica e jafética: penetração, por conseguinte, que se operaria, com a bênção da graça de Deus, por meio das causas segundas, pelo labor dos homens apostólicos, pelo esforço dos missionários através das eras e sobre todos os pontos do globo.

Eis o que representam essas imagens tantas vezes repetidas algures, de *alargamento do espaço*, de *desdobramento das cortinas*, de *alongamento das cordas*, para preparar um lugar sempre e cada vez maior. Eis o que dizem estas palavras expressas: *Tu penetrarás à direita e à esquerda*, ao Oriente e ao Ocidente, para todas as praias e todos os horizontes; a posteridade *tomará posse das nações*, daquelas que estão situadas nas extremidades mais recuadas, e que por essa razão não terão podido atingir os apóstolos das primeiras eras; e ela *povoará as cidades desertas*, destituídas até então do conhecimento do verdadeiro Deus e da verdadeira religião.

[31] Isaías., LIV, 2-5.

E este movimento de penetração em todas as zonas, sob todas as latitudes e todos os climas, quando parará, quando terá o seu termo? Quando o redentor da Igreja, o Santo de Israel *for chamado o Deus de toda a terra,* isto é, quando de um polo ao outro, da China ao Peru, do São Lourenço ao Zambeze, do Alasca ao Tibete, dos lagos gelados dos Hurões às planícies queimadas da zona tórrida, a religião cristã for conhecida, recebida e praticada entre as inumeráveis variedades da grande família humana, sem distinção das suas diversas constituições, das suas capacidades intelectuais, dos seus usos civis, das suas instituições políticas, dos seus preconceitos de raças e da cor da sua pele. *Redemptor tuus, Sanctus Israël, Deus omnis terrae vocabitur!* Tal era o campo imenso que se abria aos apóstolos, no momento em que Jesus Cristo, subindo ao céu, os enviava à conquista da gentilidade.

Concluamos, pois, que «os tempos das nações» representavam toda a duração necessária à realização desta conquista, a qual, notemo-lo bem mais uma vez, se devia cumprir, não a golpes de milagres semelhantes àquele que derrubava e convertia São Paulo no caminho de Damasco, mas pelos meios comuns e ordinários, postos, com o socorro da graça de Deus, à disposição dos ministros da Igreja. Acrescentemos também, e bem depressa, que não temeremos ser contraditos por quem quer que seja, se dissermos que, para uma tal obra, não podia ser questão do lapso de alguns curtos anos, mas somente de uma longa série de séculos, como aquela que de fato decorreu já, e que, apesar do trabalho intenso fornecido em todas as partes do globo pelas missões católicas, não parece ainda chegada ao seu termo último.

Concluamos enfim que o texto de São Lucas, uma vez posto no ponto como deve sê-lo pelo inciso demasiado pouco notado que tentamos pôr em evidência (*e Jerusalém será calcada aos pés pelos Gentios até que os tempos dos Gentios sejam cumpridos*), encontra-se em plena, perfeita e completa conformidade com toda a trama dos acontecimentos da história, do dia em que a profecia caía dos lábios de Jesus, até à hora, de dezenove séculos posterior, onde chegamos hoje.

Tudo isto vai de si agora, tudo isto é perfeitamente claro para nós, que, à vantagem de estar nas melhores condições do mundo para entender o verdadeiro sentido de uma profecia em grande parte já realizada, juntamos ainda o de estar providos de todos os conhecimentos tanto geográficos como etnográficos que requeria a avaliação da duração dos «tempos das nações». Mas está longe de que fosse assim com os antigos. Aos antigos, estes conhecimentos faltavam absolutamente. Daí a impossibilidade para eles de fazer uma justa ideia das proporções da obra a cumprir pela Igreja antes da hora marcada para a consumação dos séculos. E é a razão pela qual distinguíamos mais acima, entre o sentido *absoluto* e *objetivo* das palavras de Jesus Cristo cuja exata compreensão nos estava reservada, e o sentido mais ou menos *conjectural* ao qual elas se podiam prestar, graças à ignorância onde se estava, e onde se ficou até à época moderna, das verdadeiras condições da carta do mundo.

Tomemos, por exemplo, a primeira geração cristã, em quem durava ainda a extraordinária impressão produzida pela passagem sobre a terra de Nosso Senhor, e a recente lembrança da promessa do seu retorno: esta geração que tinha recebido as primícias do Espírito, que o vinho novo da graça tinha embriagado do amor dos bens celestes, cujas aspirações todas se voltavam para «os novos céus e a nova terra onde a justiça habita», e cuja impaciência de não ver vir esta parusia tão ardentemente amada e tão unicamente desejada, os apóstolos tinham tanta pena em acalmar. (II Ped., III, 9; I Tes., IV, 12 e segs.) Para essa geração, o mundo inteiro estava contido nos limites do império romano. O que faz com que, a respeito da proximidade da parusia, ela não pudesse ser muito detida, nos seus cálculos e conjecturas, pelo pensamento de que era necessário que o Evangelho tivesse sido pregado por toda a terra antes da chegada do fim. E com efeito, São Paulo não escrevia aos Colossenses, trinta anos apenas após a Ascensão do Salvador, que a pregação da verdade evangélica lhes tinha chegado, *como ela tinha chegado ao mundo inteiro*, onde dava frutos e ganhava terreno de dia para dia? *Kathôs kai en panti tô kosmô estin karpophoroumenon kai auxanomenon* (Coloss., I, 6). Não os exortava ele a permanecer inabaláveis na esperança dada pelo Evangelho que tinham

ouvido, e que tinha sido *pregado a toda a criatura sob o céu*? *En pasê ktisei tê hypo ton ouranon* (Coloss., I, 23). E quando comunicava aos Romanos o grande desejo que tinha de encontrar enfim uma ocasião favorável de se dirigir a eles, não louvava a sua fé como *renomada em todo o mundo*? *En holô tô kosmô* (Rom., I, 8).

Vai sem dizer, de resto, que estas expressões, *em todo o mundo*, *ao mundo inteiro*, *a toda a criatura que está sob o céu*, não se deviam tomar senão num sentido essencialmente relativo, para a universalidade das regiões ou províncias em comunicações regulares com o centro onde tinha começado, e de onde se tinha propagado a pregação do Evangelho. Vai sem dizer também que, mesmo nestes limites, se estava ainda bem longe de uma penetração que pudesse ser olhada como suficiente para o cumprimento dos oráculos sobre a conversão da Gentilidade. Mas não importa, não se olhava para isso tão de perto, e todo o conjunto das condições feitas à primeira geração cristã, à cabeça das quais é preciso certamente pôr a ausência dos conhecimentos geográficos e etnográficos de que falávamos mais acima, explica como aconteceu que a porta aí restou sempre mais ou menos aberta à ideia ou opinião, «que o mundo estava a ponto de acabar, e que a grande revelação do Cristo ia ter lugar».

Ora, esta mesma observação vale, guardada a proporção, para as eras seguintes. Quando, por exemplo, São Leão no quinto século, e São Gregório no fim do sexto, confundindo um e outro o fim e o desmoronamento do *mundo* (do mundo romano) com o fim e o desmoronamento *do mundo*, não hesitavam em anunciar como próxima, como iminente mesmo, a catástrofe suprema[32], não há dúvida de que a sua persuasão fosse condicionada pelo estado mais que defeituoso da ciência geográfica de então. Pois se eles tivessem sabido que, das cinco partes do mundo, duas e meia ao menos restavam ainda por descobrir, teriam sequer sonhado numa pronta vinda do fim das coisas, contra as mais formais e mais expressas declarações da Escritura? Mas é apenas se Santo Agostinho, nas duas cartas a Hesíquio já citadas, assinalava a existência de

[32] São Leão, Serm. 8 de jejunio decimi mensis; São Gregório, hom. 1 in evangel.

populações bárbaras do centro da África, às quais o Evangelho não tinha ainda sido pregado, segundo as informações recebidas, acrescentava ele, dos cativos trazidos dessas regiões, e postos ao serviço dos Romanos[33]. De resto, um milhar de anos ia decorrer ainda até à descoberta do Novo Mundo, descoberta que devia ser o necessário prelúdio da instalação, apenas terminada nos nossos dias, das missões católicas sobre a superfície inteira do globo.

Eis, pois, a maravilha da profecia que faz o objeto deste estudo: que ela se revela agora a nós como estando em tão exata e completa conformidade com o que os acontecimentos nos ensinaram da época relativamente tardia da parusia, e que, todavia, ela tenha dado pretexto nos séculos antigos a tantas conjecturas ou persuasões sobre a sua iminência ou a sua proximidade. Mas, como tivemos já a ocasião de o dizer, Jesus tinha de propósito falado de maneira a não fechar a entrada a hipóteses que não podiam ter senão os efeitos mais salutares, ou de estimulante para o fervor, ou de apelo à penitência, segundo estas palavras de São Pedro: «O dia do Senhor virá, e nesse dia, os céus passarão com fragor, os elementos abrasados dissolver-se-ão, a terra será consumida com todas as obras que ela encerra. Visto, pois, que todas estas coisas estão destinadas a dissolver-se, qual não deve ser a santidade da vossa conduta e a vossa piedade, esperando e apressando o advento do dia do Senhor, no qual os céus inflamados se dissolverão, e os elementos abrasados se fundirão? Mas nós esperamos, segundo a sua promessa, novos céus e uma nova terra onde a justiça habita. Nesta espera, ó caríssimos, fazei todos os vossos esforços a fim de serdes achados por ele sem mancha e irrepreensíveis na paz [34].»

Tais são as observações que tínhamos a apresentar sobre o texto de São Lucas. Estas mesmas observações valem igualmente para os dois outros sinóticos, assim como aparece já pelo que foi dito sobre o versículo paralelo de São Mateus: *Et praedicabitur hoc Evangelium regni in universo orbe in testimonium omnibus gentibus, et tunc veniet*

[33] Santo Agostinho, Epist. 199, n. 46.
[34] II Ped., III, 10 e segs.

consummatio. Se não é que, em São Mateus e São Marcos, se encontra um traço omitido por São Lucas, sobre *a abominação da desolação predita pelo profeta Daniel*, que dá lugar a uma muito particular e muito especial dificuldade. Reservá-la-emos para o artigo que segue.

QUARTO ARTIGO

PARTICULARIDADES DE SÃO MATEUS E DE SÃO MARCOS SOBRE A ABOMINAÇÃO DA DESOLAÇÃO PREDITA PELO PROFETA DANIEL, QUE SERIA SEGUIDA EM BREVE PRAZO PELA PARUSIA E PELO JULGAMENTO.

A lição de São Lucas, dizíamos no artigo precedente, tem esta particularidade: passa completamente em silêncio um ponto que, nos dois primeiros Sinóticos, é posto em grande relevo e ocupa uma parte considerável do quadro. Trata-se do ponto concernente à "abominação da desolação predita pelo profeta Daniel". E, de fato, este ponto, para ser compreendido, pressupunha espíritos versados na ciência das Escrituras, no conhecimento da Lei, na leitura dos profetas, e do profeta Daniel em particular: coisas todas estas estranhas aos Gentios aos quais, como é sabido, o terceiro Evangelho era especialmente destinado. A omissão impunha-se, pois, por si mesma, ou, para melhor dizer, explicava-se da maneira mais natural do mundo, mas não deixava de ser uma omissão. É por isso que nos resta agora completar o estudo precedentemente feito do texto de São Lucas, por meio do exame da passagem de São Mateus relativa a esta famosa *abominatio desolationis*, a qual, além do privilégio de aguçar a curiosidade de muitos, tem ainda, o que é mais grave, a especialidade de dar lugar a dificuldades de mais de uma espécie; as quais importaria aprofundar de uma vez por todas, e tirar, se possível, definitivamente a limpo.

Comecemos por colocar a passagem em questão sob os olhos do leitor, após uma breve recapitulação do contexto que lhe serve de moldura. Ela vem imediatamente após o versículo já várias vezes mencionado: *Et praedicabitur hoc Evangelium regni in universo orbe in testimonium omnibus gentibus et tunc veniet consummatio*. Jesus dissera que se ouviria falar de guerras e rumores de guerras, que haveria pestes, fomes, etc., que

violentas perseguições se desencadeariam contra a Igreja, que viriam falsos profetas para a sedução de um grande número, que a caridade de muitos esfriaria, e que só seria salvo aquele que perseverasse até o fim. Depois, após ter declarado que o Evangelho seria primeiro pregado no mundo inteiro para ser um testemunho a todas as nações, e que só então chegaria a consumação, Ele continuava assim:

"Quando, pois, virdes a abominação da desolação, predita pelo profeta Daniel, estabelecida no lugar santo — quem lê, entenda —, então os que estão na Judeia fujam para as montanhas, e o que está no telhado não desça para tirar o que está em sua casa, nem o que está no campo volte para pegar o seu manto. Ai das mulheres que estiverem grávidas e daquelas que amamentarem naqueles dias! Orai para que a vossa fuga não ocorra no inverno, nem em dia de sábado, pois haverá então uma tão grande tribulação, como nunca houve semelhante desde o princípio do mundo até agora, nem jamais haverá. E se aqueles dias não fossem abreviados, ninguém escaparia; mas, por causa dos eleitos, esses dias serão abreviados. Então, se alguém vos disser: o Cristo está aqui, ou: ele está ali, não acrediteis, pois se levantarão falsos cristos e falsos profetas, e farão grandes prodígios e coisas extraordinárias, a ponto de seduzir, se possível fora, os próprios eleitos. Eis que eu vos predisse... E logo após a tribulação daqueles dias (statim post tribulationem dierum illorum), o sol escurecerá, a lua não dará mais a sua luz, e as potências dos céus serão abaladas. Então aparecerá no céu o sinal do Filho do homem", — e o resto que já sabemos.

Tal é o quadro dos acontecimentos dos quais a *abominatio desolationis* predita pelo profeta Daniel devia, segundo o oráculo evangélico, dar o sinal. Vê-se aí dias de calamidade sem exemplo na história, aos quais se seguem em breve prazo o escurecimento do sol, as convulsões do universo, todos os pródromos da Parusia, e a própria Parusia. Por outro lado, e é aqui que começa a dificuldade, a época da referida *abominatio desolationis* não é de modo algum deixada às nossas conjecturas. Ela estaria, ao que parece, muito nitidamente indicada no próprio livro de Daniel, ao qual o Evangelho nos remete, e indicada como sendo precisamente a época do cerco e da queda de Jerusalém. Quem, com

efeito, não tem presente no espírito a célebre profecia das setenta semanas, declarando expressamente que, após o Cristo ter sido morto, virá um povo conduzido por um capitão para destruir a cidade e o santuário, que haverá então no templo a abominação da desolação, e que a desolação ali durará até o fim?

Assim, pois, teríamos aqui duas coisas: primeiramente, a Parusia anunciada como seguindo de perto os dias de extrema tribulação que a abominação predita pelo profeta Daniel traria consigo; e, em segundo lugar, a abominação predita pelo profeta Daniel, fixada pelo próprio Daniel ao tempo do cerco de Jerusalém pelos exércitos de Tito. A partir daí, a conclusão impor-se-ia clara, evidente, inelutável, a saber: que, segundo os dados do Evangelho, o fim do mundo já deveria ter chegado há dezoito séculos decorridos, isto é, antes que houvesse terminado a primeira geração cristã; e eis-nos da capo [de volta ao princípio] em face da afirmação modernista, que reaparece assim mais triunfante do que nunca.

É a esta dificuldade, para a qual convergem todas as outras, e na qual os leitores estudiosos mais facilmente se deixam enredar, que o presente artigo tem a intenção de responder, provando que tudo aqui repousa sobre um falso pressuposto. E como este falso pressuposto depende inteiramente das ideias mais do que incompletas que se tem, comumente, dos oráculos de Daniel e do seu conteúdo, é-nos necessário, de antemão, percorrer a sua sequência e nela investigar com cuidado tudo o que se refere à referida *abominatio desolationis*, a qual o grande profeta teve a missão própria de predizer e anunciar.

Para a maioria daqueles que não foram levados por circunstâncias especiais a fazer um estudo particular dos profetas do Antigo Testamento, o nome de Daniel pouco traz à memória, em matéria de profecias, além daquela acima mencionada, a das setenta semanas. A grande celebridade deste oráculo, a sua importância capital na questão messiânica, o lugar considerável que ocupa nos manuais de teologia, de exegese e de apologética, tudo isso fez com que se tornasse, para muitos, a profecia de Daniel por excelência, ou, no mínimo, o oraculum princeps [oráculo

principal] que deixa todos os outros na sombra, e, por isso mesmo, no esquecimento.

Assim, quando o Evangelho nos fala da *abominatio desolationis* quae dicta est a Daniele propheta, na maior parte das vezes não virá à ideia de ninguém ir buscar os esclarecimentos necessários fora do versículo que citávamos mais acima. É a este traço final da profecia bem conhecida de todos que se recorrerá pura e simplesmente, sem sequer suspeitar, o mínimo que seja, de que, em matéria de referências, poderia haver muito mais coisas. Mais ainda, far-se-á nisso apenas seguir as indicações fornecidas pela maioria dos comentadores de São Mateus, os quais parecem ter combinado entre si para remeter os seus leitores unicamente à passagem de Daniel IX, 24-27, como se fosse o único lugar do profeta onde se encontra assinalada a abominação em questão.

Ora, há nisso um erro, e um erro manifesto, pois a verdade, aliás bem fácil de verificar, é que, na realidade, Daniel predisse a *abominatio desolationis* in loco sancto para três épocas muito diferentes e muito distantes umas das outras: primeiramente, para o tempo da perseguição de Antíoco (VIII, vers. 13, e XI, vers. 31); em segundo lugar, para o tempo do cerco e da ruína de Jerusalém (IX, vers. 27); e, em terceiro lugar, para o tempo do Anticristo, do fim do mundo e da ressurreição dos mortos (XII, vers. 11). Passemos brevemente em revista cada uma destas três predições, destacando as singularidades que as distinguem. É do conjunto das observações a fazer que se desprenderá a luz de que temos necessidade.

Eis, em primeiro lugar, a *abominatio desolationis* predita para o tempo da perseguição de Antíoco. Trata-se, como todos sabem, de Antíoco Epifânio, essa "raiz de pecado", como diz o livro dos Macabeus, que foi o primeiro rei pagão a empreender não mais apenas a conquista do país de Israel, mas também a abolição nele, pela mais atroz das perseguições, da religião do verdadeiro Deus, e que por esta razão é dado na Escritura e considerado pelos Padres como a figura mais expressa do Anticristo. Daniel o vê, no capítulo oitavo, sair de uma das quatro dinastias que deveriam partilhar entre si o império de Alexandre. Ele o vê elevando-se

em sua impiedade e engrandecendo-se até acima do Deus dos deuses, de quem proscreve o culto, e profana o templo. E um anjo pergunta a outro anjo: Até quando durará o que anuncia a visão tocante ao sacrifício perpétuo, ao pecado da desolação, assim como ao abandono do santuário para ser pisado? E lhe é respondido: Até dois mil e trezentos dias; depois disso o santuário será purificado. (Dan., VIII, 13 e seg.) E esta mesma profecia é retomada com maiores desenvolvimentos no capítulo décimo primeiro, onde o anjo que instrui Daniel diz, entre outras coisas, falando do perseguidor: Tropas enviadas por ele profanarão o santuário, farão cessar o sacrifício perpétuo, e estabelecerão a abominação da desolação. *AUFERENT JUGE SACRIFICIUM, ET DABUNT ABOMINATIONEM IN DESOLATIONEM*; e isso, até ao tempo prefixado em que, tendo o castigo trazido a purificação de Israel, voltarão dias melhores de calma, de tranquilidade e de repouso. (Dan., XI, 31 e seg.)

É, pois, manifesto que temos aqui um primeiro oráculo de Daniel sobre a abominação da desolação, objeto de nossas pesquisas. Sem dúvida, não é este que Nosso Senhor podia ter em vista quando dizia: *Cum ergo videritis abominationem desolationis quae dicta est a Daniele propheta*, visto que, no tempo de Nosso Senhor, ele já não tinha de se realizar no futuro, mas já tinha recebido o seu cumprimento no passado. Não teríamos, portanto, de nos ocupar dele de outro modo. Todavia, e precisamente em razão deste cumprimento que relatam em toda a sua extensão os dois livros dos Macabeus, ele nos servirá para estabelecer, sobre documentos autênticos, uma coisa que nos importa tirar previamente a limpo: a saber, o que significa, ao menos na sua generalidade, esta *abominatio desolationis*, na qual muitos pareceriam suspeitar não sei que arcanos ainda inexplicados, mas decerto sem razão, como o demonstrará peremptoriamente o relato dos Macabeus, do qual eis as principais passagens:

"No ano cento e quarenta e cinco do reino dos gregos, o rei Antíoco publicou um edito em todo o seu reino, para que todos não formassem senão um só povo, e que cada um abandonasse a sua lei particular... Ele enviou mensageiros a Jerusalém e às outras cidades de Judá, ordenando

aos judeus que fizessem cessar no templo os holocaustos e os sacrifícios, que profanassem os sábados e as festas, que contaminassem o santuário e os santos, que construíssem altares, bosques sagrados e templos de ídolos, que deixassem os seus filhos varões incircuncisos, que se manchassem a si mesmos por toda a espécie de impurezas e de profanações, a fim de que a lei de Deus fosse para sempre esquecida, e que fossem abolidas todas as suas prescrições. E todo aquele que não obedecesse às ordens do rei, seria punido de morte... No décimo quinto dia do mês de Casleu, levantaram um abominável ídolo da desolação sobre o altar dos holocaustos, e construíram-se altares semelhantes em todas as cidades de Judá ao redor. Ofereciam incenso e sacrificavam diante das portas das casas e nas ruas. Se encontrassem em alguma parte os livros da lei, eles os rasgavam e queimavam. Aquele em cuja casa fosse encontrado um livro da aliança, e todo aquele que mostrasse apego à lei, era morto em virtude do edito do rei."

Assim lemos no primeiro capítulo do primeiro livro dos Macabeus, versículos 43 e seguintes. A isto convirá ajuntar os outros detalhes dados no segundo livro, onde é dito: "Pouco depois dos massacres por que começou a perseguição, o rei Antíoco enviou um ancião de Atenas para obrigar os judeus a abandonar o culto dos seus pais, para profanar o templo de Jerusalém e dedicá-lo a Júpiter Olímpico... A invasão destes males foi, para todo o povo, extremamente penosa de suportar, pois o templo estava cheio de orgias e de devassidões; gentios dissolutos tinham comércio com cortesãs até nos santos átrios, que eles convertiam em lugares de prostituição... Já não era possível celebrar os sábados nem as festas, nem simplesmente confessar que se era judeu. Uma amarga necessidade arrastava os judeus aos sacrifícios que se faziam cada mês, no dia do nascimento do rei. Nas festas das Bacanais, eram forçados a passear nas ruas, coroados de hera em honra a Baco. Um edito foi promulgado para que, nas cidades gregas da vizinhança, se tomassem as mesmas medidas, com a ordem de condenar à morte os que se recusassem a adotar os costumes pagãos. Por toda a parte só havia cenas de desolação." (II Mac., VI, 1 e seg.)

Eis, portanto, "a abominação" que Daniel predissera para o tempo da perseguição de Antíoco, e que os livros dos Macabeus nos colocam diante dos olhos. Como se vê, nada falta ao quadro, que fornece todos os dados necessários para que se possa fazer dele uma ideia adequada e completa. Tratava-se em substância — juntamente com a proscrição absoluta do culto de Deus, e notadamente do sacrifício perpétuo que é o seu elemento principal — da profanação da terra santa e do templo, pela substituição de um culto sacrílego e idolátrico, bem como pela conversão do próprio santuário num lugar de prostituição e de devassidão. E isto passava-se por volta do ano 160 antes da nossa era, mas durou apenas três ou quatro anos, ao fim dos quais, cessando a perseguição, o templo foi purificado e o culto divino restabelecido nas condições primordiais .[35]

Mas transponhamos agora um espaço de cerca de dois séculos e meio, e cheguemos à *abominatio desolationis* assinalada para o tempo dos últimos infortúnios de Jerusalém. A predição dela encontra-se no oráculo bem conhecido do qual falávamos mais acima, aquele que anunciava o advento e a morte do Messias, a conclusão da nova aliança, a abrogação da antiga, a reprovação da Sinagoga e as catástrofes que se lhe deviam seguir: Após sessenta e nove semanas (de anos), dissera o anjo ao profeta, o Cristo será morto, e o povo que O renegar não será mais o povo de Deus. E um povo conduzido por um capitão virá destruir a cidade e o santuário, e até ao fim haverá guerra e devastação decretada. Quanto a Ele (o Cristo), concluirá a nova aliança com um grande número durante uma semana (a última das setenta), e no meio da semana, cessarão as hóstias e os sacrifícios. E HAVERÁ NO TEMPLO A ABOMINAÇÃO DA DESOLAÇÃO, E ATÉ AO FIM DOS FINS DURARÁ A DESOLAÇÃO. (Dan., IX, 24-27).

Assim, pois, nos termos deste outro oráculo, devia acontecer, na época da queda de Jerusalém, algo de semelhante ao que se tinha visto no tempo do ímpio Antíoco. Como no tempo de Antíoco, profanação do lugar santo, desolação do santuário, violação sacrílega de tudo o que o templo possuía de mais sagrado; mas agora em condições totalmente outras que

[35] 1 Macabeus, 4, 36 sqq; 2 Macabeus, 10, 1, sqq.

anteriormente, e com um conjunto de circunstâncias que vão dar a este segundo comparecimento da *abominatio desolationis* no teatro da história uma cor à parte e um caráter dos mais particulares.

E notemos primeiramente que o templo cuja desolação é aqui anunciada, já não era, como nos dias de Antíoco, o templo do verdadeiro Deus e da verdadeira religião, ainda em plena posse da sua prerrogativa. Havia já cerca de quarenta anos, ele lhe perdera a glória. Havia-a perdido, digo eu, no instante mesmo em que, no meio da consternação de toda a natureza, o grande véu que fechava a entrada do Santo dos Santos rasgou-se de alto a baixo, em sinal de que, no sangue de Cristo que acabava de expirar no Calvário, o Antigo Testamento havia chegado ao seu fim, que a lei figurativa cedia lugar à verdade figurada, que o estatuto mosaico estava para sempre ab-rogado, com os seus ritos, os seus sacramentos, o seu sacerdócio, o seu altar e as suas cerimônias. A partir de então, essas mesmas cerimônias haviam cessado de existir de direito, e o templo não era mais do que uma relíquia.

Se os sacrifícios e outras observâncias legais haviam não obstante continuado a ser ali legitimamente celebrados, já não o fora pela força de uma lei doravante caduca e perempta, mas unicamente pela reverência devida a Deus, de quem eles tiravam a sua origem: reverência que exigia que fossem tratados não como os ritos das falsas religiões, que o mais depressa possível e sem o menor atraso cumpre abolir e exterminar, mas antes, segundo a bela comparação de Santo Agostinho, como um morto de qualidade [uma pessoa nobre] que não nos apressamos a enterrar subitamente na terra, mas que conservamos ainda por algum tempo na casa, esperando que lhe sejam prestados os últimos deveres. Assim devia ser, e assim o foi com as observâncias e as cerimônias da antiga lei, durante os poucos anos que se escoaram entre o sacrifício do Calvário e o começo da guerra da Judeia: era o morto religiosamente conservado na casa mortuária, até à hora fixada para os funerais e a sepultura.

Salvo que, em virtude dos novos e espantosos crimes da Sinagoga, os funerais e a sepultura iriam assumir contornos trágicos, e terminar numa

catástrofe. E, com efeito, ao mesmo tempo que os exércitos romanos faziam a sua aparição no solo da Palestina, a abominação da desolação tomava posse do templo, e ali se estabelecia como em sua morada. Muito mais ainda, iria ali reinar como senhora, e aí ultrapassar toda a medida, até provocar, por fim, a implacável vingança do céu, e acabar por atrair, sobre o próprio templo, a furiosa tempestade que dele varreria até aos últimos restos, lhe derrubaria até a última pedra e, do mesmo golpe, aniquilaria para sempre toda a economia da qual ele era a sede, o centro e o símbolo.

E em que diremos que consistiu, desta vez, a *abominatio desolationis*? A resposta pertence evidentemente à história, e com a história nas mãos deveremos dizer que ela consistiu, nem mais nem menos, nas inauditas profanações das quais — durante quase quatro anos consecutivos, antes e durante o cerco — o templo foi o teatro, por obra dos chamados "zelotas", últimos representantes da Sinagoga, dos seus pontífices e do seu sinédrio. Pois foi no templo, nos seus átrios, no seu santuário, e até mesmo no Santo dos Santos, que eles se tinham entrincheirado como na sua última fortaleza; foi lá que, agitados por todas as fúrias do inferno, eles cometeram crimes tais que Flávio Josefo não hesita em escrever que, caso os romanos, executores das vinganças divinas, tivessem tardado mais, a terra ter-se-ia entreaberto para engolir o templo com a cidade, ou, então, os fogos que outrora caíram sobre a Pentápole teriam de novo descido do céu para devorar uma raça mil vezes mais celerada, mais criminosa e mais ímpia do que aquela que haviam destruído nos dias de Sodoma e de Gomorra.[36]

De tudo isto sobressai muito claramente que a *abominatio desolationis*, predita por Daniel para o tempo do cerco, contrasta singularmente com a precedente neste ponto capital: não foi mais, esta, a obra de um perseguidor, mas sim o feito dos próprios ministros do santuário profanado, guardiões-natos de sua santidade e de sua majestade.

---

[36] Penso que, se os romanos tivessem tardado a vir contra homens tão nocivos da nossa nação, a cidade teria sido devorada por uma fenda da terra, ou submersa por um dilúvio, ou teria sofrido incêndios de relâmpagos, à maneira de Sodoma. Pois suportou uma geração muito mais ímpia do que aquela que havia padecido aqueles castigos."

(A Guerra dos Judeus, livro VI, cap. 16)

E dessa diferença seguem-se todas as outras. Pois se desta vez já não se vê, como sob Antíoco, a abolição, por parte do tirano, do culto e das observâncias da lei de Moisés, e muito menos ainda a introdução de ídolos, que os próprios zelotas tinham em abominação e em horror, não se vê tampouco qualquer termo fixado para a cessação de uma tão grande devastação, nem nenhuma perspectiva aberta para qualquer restauração que fosse. Já não se lê como anteriormente: até dois mil e trezentos dias, e o santuário será purificado (Dan., VIII, 14), nem: eles estabelecerão a abominação da desolação..., mas o povo que conhece o seu Deus permanecerá firme e agirá... até ao tempo prefixado para que sejam provados, purificados e embranquecidos. (Dan., XI, 31-35). É que isso já não era uma perseguição que Deus tinha querido ou permitido para provar e purificar o seu povo; isso era apenas o último sobressalto de furor pelo qual a Sinagoga expirante acabava de atrair sobre si uma maldição sem remédio, e uma desolação que nada mais devia consolar, segundo o que estava escrito: *Et erit in templo abominatio desolationis, et usque ad consummationem et finem perseverabit desolatio.*

Mas é tempo de chegarmos, enfim, à abominação da desolação indicada mais acima em terceiro e último lugar: àquela que deverá ser vista no fim dos tempos, sob o reinado do Anticristo, e que encontramos predita no capítulo duodécimo de Daniel, como passaremos a expor.

No princípio deste capítulo, a palavra é dada ao anjo, que termina de explicar ao profeta as visões precedentemente recebidas acerca dos reinos da terra e do reino de Deus. Já, retomando para desenvolvê-la com maior amplitude a visão do carneiro e do bode, do chifre grande e do pequeno, que figura no capítulo oitavo, ele havia, no décimo primeiro, esboçado sumariamente a futura história do império dos persas, em primeiro lugar, e do dos gregos, em seguida; depois, estendera-se longa e especialmente sobre o reinado de Antíoco Epifânio, fazendo do personagem e dos seus atos um quadro no qual toda a antiguidade cristã reconheceu uma profecia de duplo objeto: a qual, sob os traços do ímpio rei da Síria, visava ulteriormente ao "homem do pecado", o ímpio por excelência que será o Anticristo do fim dos tempos; e, na perseguição da época dos Macabeus,

traçava o desenho da perseguição — de um modo muito mais formidável — que, no termo da sua carreira, a Igreja de Deus terá de padecer[37].

E eis que agora, passando de súbito, segundo a maneira usual dos profetas, da figura à coisa figurada, e transpondo como de um salto todos os intermediários, o anjo transporta Daniel a esse longínquo porvir que, no quadro precedente, ocupava ainda apenas vagamente o fundo da perspectiva. Eis que ele baixa a cortina sobre Antíoco e a sua época, para levantá-la sobre uma nova cena, uma cena que tudo indica como sendo a da crise suprema que precederá a consumação dos tempos, a ressurreição dos mortos, o julgamento geral, a recompensa dos bons, o castigo dos maus; em suma, o restabelecimento de todas as coisas para a eternidade. Com efeito, retomando a palavra, o anjo prosseguia nestes termos:

Nesse tempo levantar-se-á Miguel, o grande chefe, que se ergue em defesa dos filhos do teu povo, e virá um tempo tal como nunca houve igual desde que o mundo é mundo até àquela hora. E nesse tempo, serão salvos dentre o teu povo todos aqueles que forem achados inscritos no livro. E a multidão dos que dormem no pó da terra despertarão, uns para uma vida eterna, outros para um opróbrio do qual se verão cobertos para todo o sempre. E os que tiverem tido a ciência de Deus (que tiverem vivido fiéis à sua lei) brilharão como o esplendor do firmamento, e os que tiverem conduzido muitos à justiça, serão como as estrelas, eternamente e para sempre. E tu, Daniel, guarda estas palavras e sela este livro até ao tempo do fim. Então, muitos o perscrutarão, e o conhecimento se multiplicará.

Eis aí, decerto, um início que já não deixa espaço para equívoco possível; e se, como faz observar São Jerônimo, os que pretendem referir unicamente a Antíoco as últimas páginas de Daniel puderam, até ao presente, safar-se das dificuldades mal ou bem e sustentar a sua opinião de uma ou outra forma, poderão fazê-lo ainda neste capítulo, onde é descrita a ressurreição dos mortos para a vida ou para o opróbrio eterno? E nos dirão

[37] "Os nossos julgam que todas essas coisas são profetizadas acerca do Anticristo, que há de vir no último tempo… E, embora muitas das coisas que depois leremos e explicaremos se ajustem à pessoa de Antíoco, querem que ele seja tido como figura do Anticristo, e que aquilo que nele se cumpriu em parte deva cumprir-se plenamente no Anticristo, etc." (Jerônimo, comentário a Daniel, cap. XI)

eles com alguma verossimilhança quem foram, sob Antíoco, aqueles que brilharam como o esplendor do firmamento, ou como estrelas pelas perpétuas eternidades [38]?

Notemos, pois, cuidadosamente esta reunião num mesmo quadro de todos os traços mais salientes da escatologia clássica, neles incluída a conversão futura dos restos de Israel, que tantos outros oráculos nos anunciam como devendo acontecer na última hora do mundo. Mas notemos sobretudo aquilo que a profecia põe mais em evidência: esta perseguição final, da qual a de Antíoco não terá sido senão uma pálida imagem, e na qual o arcanjo Miguel virá em pessoa combater contra Satanás e o Anticristo, seu sequaz; a qual se distinguirá por este traço característico entre todos, a saber, um tempo de angústia que nunca teve o seu igual em toda a sequência da história, *tempus quale non fuit ex quo gentes esse coeperunt usque ad illud*! E é também sobre esta formidável perseguição que se volta a atenção do profeta, que pergunta: Quando terão o seu termo estas coisas prodigiosas? E é-lhe respondido: Num tempo, dois tempos, e metade de um tempo; e quando a força do povo santo for inteiramente quebrada, então tudo se consumará. Mas Daniel assegura que ouviu sem compreender; ele deseja detalhes mais explícitos, e então é-lhe dada a resposta derradeira sobre a qual se encerra todo o livro: a resposta onde é feita menção expressa à abominação da desolação que o mundo verá sob o reinado do Anticristo, ao mesmo tempo em que é mostrado o termo bem-aventurado no qual — uma vez passado o tempo da terrível provação —, desta vez, a desolação desembocará.

Vai, Daniel, diz o anjo, pois estas palavras estão guardadas e seladas até ao tempo final. Muitos serão purificados, embranquecidos e provados pelo fogo; os ímpios agirão como ímpios, e nenhum deles compreenderá, mas os que têm a ciência da piedade compreenderão. E DESDE O TEMPO EM QUE FOR SUPRIMIDO O SACRIFÍCIO PERPÉTUO E

[38] "Até aqui Porfírio manteve-se de algum modo, e enganou tanto os ignorantes dos nossos quanto os mal instruídos dos seus; mas que dirá ele acerca deste capítulo, no qual se descreve a ressurreição dos mortos, uns sendo ressuscitados para a vida eterna e outros para o opróbrio sempiterno? Nem pode dizer quem foram, sob Antíoco, aqueles que resplandecem como o fulgor do firmamento, e outros como as estrelas por toda a eternidade." (Jerônimo, comentário a Daniel, cap. XII; Patrologia Latina, t. XXV, col. 575)

ESTABELECIDA A ABOMINAÇÃO DA DESOLAÇÃO, HAVERÁ MIL DUZENTOS E NOVENTA DIAS. Feliz daquele que esperar e chegar até mil trezentos e trinta e cinco dias! Tu, vai para o teu fim e repousa, e estarás de pé para a tua herança até ao fim dos dias.

Tal é o oráculo que encerra a série de predições de Daniel no tocante à *abominatio desolationis* e, ao compará-lo com os precedentes, todo o leitor atento deverá convir que ele se distingue notavelmente por estar envolto num véu mais denso de sombra e de mistério. Já pelo simples fato de ainda não ter recebido o seu cumprimento, ele apresentar-se-ia a nós nas condições que são as condições comuns de toda profecia que o evento ainda não veio esclarecer e, por assim dizer, decifrar. Pois o futuro nos é e nos permanece sempre mais ou menos fechado, e as próprias coisas que Deus dele nos revelou chegam de ordinário de modo muito diferente do que havíamos ou haveríamos imaginado: o que faz Santo Ireneu dizer que as profecias, antes de serem cumpridas, são enigmas cuja chave nos escapa [39].

Mas aqui, a esta razão geral junta-se uma outra muito particular, que é a de que o oráculo mesmo traz consigo a atestação mais expressa da sua própria obscuridade. Não há por toda a parte senão a menção a palavras fechadas, a predições seladas (vers. 4, 9); o próprio Daniel declara não compreender: *audivi et non intellexi,* e, se ele pede informações mais amplas, o anjo lhe responde que o selo do mistério não poderá ser levantado até ao tempo do cumprimento, usque ad praefinitum tempus. Muito mais: no próprio tempo do cumprimento, os ímpios não compreenderão, neque intelligent omnes impii; unicamente os doutos compreenderão, porro docti intelligent: os doutos, isto é, os fiéis instruídos na ciência da piedade, os quais encontrarão então nesta compreensão, no meio das suas provações, um encorajamento e uma esperança. E tudo isso deve ser retido, tudo isso deve ser notado cuidadosamente, em vista da

[39] "Pois toda profecia, antes de ter seu cumprimento, é para os homens enigma e ambiguidade; mas, quando acontece o que foi profetizado, então as profecias têm uma explicação clara e certa."
(Irineu de Lião, *Contra as Heresias*, livro IV, cap. XXVI; Patrologia Graeca, t. VII, col. 1052)

confrontação que teremos de fazer em breve do oráculo de Daniel com a passagem do Evangelho, objeto do nosso estudo.

Todavia, por mais denso que seja o véu de mistério que envolva o dito oráculo até ao tempo do fim, há certas generalidades que o texto por si mesmo traz à luz, ou que, por outro lado, se revelam através da analogia dos lugares paralelos. Assim, por exemplo, sabemos que a crise, anunciada neste duodécimo capítulo de Daniel, será especialmente disposta por Deus como um meio de purificação para a última geração cristã: esta geração que deverá ver todos os pródromos da imensa catástrofe, e perceber os primeiros sons da trombeta que despertará os mortos do fundo dos seus túmulos: a fim de que, provada como o ouro na fornalha, limpa de todo apego a um mundo a ponto de desmoronar, ela se encontre pronta a dirigir-se ao encontro do Senhor que volta para buscar os seus para conduzi-los ao seu reino eterno. E é o que nos dão a entender estas palavras do versículo décimo: *Eligentur et dealbabuntur et quasi ignis probabuntur multi.*

Sabemos, além disso, que no tempo da terrível perseguição será proscrito todo o exercício da verdadeira religião, e que em consequência o culto de Deus deixará de ser celebrado, ao menos pública e ostensivamente à luz do dia, face ao sol. A tempore cum ablatum fuerit juge sacrificium, lemos no versículo décimo primeiro: desde o tempo em que tiver sido tirado o sacrifício perpétuo. É a repetição do que se lia precedentemente (VIII, 13 e XI, 31) a propósito da perseguição de Antíoco, com esta notável diferença, contudo, de que já não se faz mais menção agora nem do templo, nem do santuário, nem de tudo o que pudesse recordar um passado há muito tempo e para todo o sempre desaparecido. O sacrifício perpétuo de que se trata aqui é, pois, o sacrifício da nova aliança, que sucedeu àquele que, segundo a lei de Moisés, se oferecia de tarde e de manhã no templo de Jerusalém, e ao qual, com mil vezes mais justa razão, cabe o nome de juge sacrificium [sacrifício contínuo], oferecido que é conforme a lei da sua instituição, sem nenhum repouso nem de dia nem de noite, do nascente ao poente, em todas as plagas e sob todos os céus. É, numa palavra, o sacrifício dos nossos altares, que então, naqueles dias

terríveis, será por toda a parte proscrito, por toda a parte interdito, e, salvo o que se puder fazer e se fará na sombra subterrânea das catacumbas, por toda a parte interrompido.

Sabemos, em terceiro lugar, que no mesmo tempo será estabelecida a abominação da desolação: «*A tempore cum ablatum fuerit juge sacrificium, et posita fuerit abominatio in desolationem.» Mas o que será desta vez a abominatio desolationis?* Evidentemente algo análogo ao que apareceu na perseguição de Antíoco, quando o templo de Jerusalém foi dedicado a Júpiter Olímpico e manchado por todas as sortes de impurezas e de profanações, como foi relatado mais acima. Algo de análogo, dizemos nós, feito, aliás, todo o cômputo da diferença dos tempos e dos lugares, e da desproporção de uma perseguição local, tal como foi a do tempo dos Macabeus, para a perseguição mundial que será a do Anticristo. Mas ainda assim, o que será? Algum novo monstro de idolatria estabelecido nos nossos templos, tornados os templos do deus-humanidade, do deus-razão, do deus imanente ao mundo — triunfante enfim, após tantos esforços do livre pensamento —, em oposição ao Deus transcendente da revelação cristã? Algum mistério luciferiano tirado dos antros tenebrosos dos conventos maçônicos e instalado em pleno sol, no lugar e posto dos tabernáculos derrubados de Nosso Senhor Jesus Cristo? Alguma impura adoração outorgada a ídolos de carne e sangue, à semelhança do que já foi visto nos piores dias da nossa grande revolução? Eis tantas hipóteses quantas uma imaginação fácil, construindo sobre os dados do passado, nos poderá sugerir.

Mas que valem os dados do passado para as conjecturas de futuro? É com um grande senso que Bossuet escrevia: «Eu tremo ao pôr as mãos sobre o futuro.[40]» O mais seguro será, pois, deixar de lado toda a determinação particular, para nos atermos pura e simplesmente à palavra da Escritura, lá onde ela anuncia a manifestação do grande Anticristo, do Anticristo por excelência, que se elevará contra tudo o que é chamado Deus e honrado com culto, até assentar-se no santuário de Deus, e

[40] Bossuet, L'Apocalypse, XX, 14.

apresentar-se como se fosse Deus.[41] Eis o que de mais autorizado se pode dizer sobre a *abominatio desolationis* dos últimos dias, sem que convenha inquietar-nos além disso com o como da coisa. E tudo o que nos é permitido ajuntar com certeza é que, na sua aparição, o ímpio, o homem do pecado, o filho da perdição «será, pela potência de Satanás, acompanhado de toda a sorte de sinais e de prodígios enganadores, com todas as seduções da iniquidade»[42] — coisas que, aliás, já nos são por demais pressagiadas pelos progressos cada vez mais alarmantes da magia, da necromancia, do espiritismo, do luciferianismo, da teosofia e, numa palavra, de todas as pretensas ciências ocultas, seja qual for o nome com que se denominem e sob qualquer máscara com que se dissimulem. Quanto ao resto, digamo-lo mais uma vez, é um segredo do futuro, e, queiramos ou não, somos obrigados a confessar que nada vemos.

Mas que obscuridade ainda mais profunda na parte final do oráculo de Daniel, onde, depois de ter sido feita menção aos mil duzentos e noventa dias que se contam a partir da interrupção do sacrifício perpétuo e da instalação da *abominatio desolationis*, é dito: Bem-aventurado aquele que esperar e chegar até mil trezentos e trinta e cinco dias! Não é que, decerto, mesmo aqui tudo sejam trevas e obscuridade, pois transparece suficientemente que se trata da espera tão amiúde recomendada depois, nas Escrituras do Novo Testamento, «da bem-aventurada esperança e do advento de glória do nosso grande Deus e Salvador Jesus Cristo»[43]: e que em consequência, como o diz expressamente São Jerônimo no seu comentário sobre o presente versículo de Daniel, o termo dos 1335 dias marca de modo cabal a hora da parusia, «onde o Senhor e Salvador retornará em sua majestade».

Eis o que, digo eu, parece suficientemente claro, por pouco que se recorra ao que o anjo disse um pouco mais acima da ressurreição dos mortos e das eternas recompensas dos justos. Mas quantas sombras agora, misturadas a esta luz! O que são em particular os 1290 dias supramencionados? O que são sobretudo os 45 que a eles se acrescentam

[41] II Tess., II, 4.
[42] II Tess., II, 9-10.
[43] Tit., II, 13; I Cor., I, 17; Filip., III, 20; I Tess., I, 10; Heb., IX, 28; II Ped., III, 12, etc.

para completar a soma de 1335, e qual é a razão de os distinguir dos outros? Marcariam eles o intervalo que separará a derrota do Anticristo da chegada do Juiz dos vivos e dos mortos? E neste caso, este número de 45, tal como o de 1290 ao qual é adicionado, seria um número preciso, a ser tomado no sentido próprio e natural da letra, ou não seria antes um desses números místicos dos quais os livros dos profetas nos oferecem tão numerosos exemplos? Tantos mistérios que permanecem impenetráveis até que o evento traga com que decifrar o enigma; tantos selos que não serão levantados senão ao tempo do fim, e só o serão para os bons, para os fiéis servidores de Jesus Cristo, para aqueles que, segundo a tão bela expressão do Apóstolo, «amam a sua vinda», qui diligunt adventum ejus. Pois quanto aos outros, como já foi dito, eles não compreenderão, mas, rebeldes a todas as advertências como o foram os da geração de Noé, serão surpreendidos pela catástrofe que se abaterá sobre eles de improviso, no momento mesmo em que dirão: paz e segurança. C*um dixerint pax et securitas, tunc repentinus eis superveniet interitus, sicut dolor in utero habenti, et non effugient*[44].

[44] I Tess., V, 3.

QUINTO ARTIGO

ARGUMENTO PEREMPTÓRIO DOS MODERNISTAS: «VIGIAI E ORAI, PORQUE NÃO SABEIS QUANDO SERÁ O MOMENTO. O QUE VOS DIGO, DIGO-O A TODOS! VIGIAI.» (Marcos, XIII, 33-37).

Após termos examinado separadamente o texto de São Lucas, por um lado, e o de São Mateus e de São Marcos, na parte que é própria a estes dois evangelistas, por outro, devemos agora considerar as exortações à vigilância que, indistintamente nos três Sinóticos, se seguem ao oráculo escatológico e são como a conclusão prática, ou, se quisermos, a lição moral que Jesus dele extrai. Pois, embora não sejam parte integrante do oráculo propriamente dito, essas recomendações não deixam de ser, relativamente à profecia em si, um elemento de interpretação de primeira importância. Mais ainda, elas constituem o fundo de onde se extraem as principais, as mais fortes, as mais aparentes razões que nos opõem os nossos adversários.

Os modernistas, com efeito, perguntam se, sim ou não, era de fato àqueles que estavam materialmente e fisicamente presentes — presentes em suas próprias pessoas, presentes em carne e osso — que se dirigiam as recomendações de Jesus que lemos em São Mateus: Vigiai, pois, porque não sabeis em que momento o vosso Senhor virá. E sabei bem isto: que se o pai de família soubesse a que hora o ladrão deve vir, vigiaria e não deixaria arrombar a sua casa. Estai vós também preparados, porque o Filho do homem virá à hora em que não pensais.[45] E em São Marcos: Tomai cuidado, vigiai e orai, porque não sabeis quando será o momento. É como um homem que, deixando a sua casa para fazer uma viagem, distribui a tarefa a cada um dos seus servos e ordena ao porteiro que vigie. Vigiai, pois, porque não sabeis quando virá o senhor da casa, se à tarde, ou no meio da noite, ou ao canto do galo, ou pela manhã: para que, sobrevindo

[45] Mat., XXIV, 42-44.

de improviso, não vos encontre dormindo. E o que eu vos digo, digo-o a todos: vigiai.[46] E em São Lucas: Acautelai-vos, para que os vossos corações não se tornem pesados com a devassidão, a embriaguez e os cuidados desta vida, e que aquele dia não caia sobre vós de improviso; pois virá como um laço sobre todos os que habitam a face de toda a terra. Vigiai, pois, e orai sem cessar, a fim de que sejais achados dignos de escapar a todos estes males que devem acontecer, e de comparecer de pé diante do Filho do homem.[47] Sim ou não, mais uma vez: visavam estas recomendações a Pedro, Tiago, João, André e aos outros que, na antevéspera da paixão, rodeavam Jesus no monte das Oliveiras e escutavam a resposta às questões que eles próprios tinham colocado, ou não os visavam?

E pensam reter-nos aqui num dilema sem saída. Pois, se dissermos que as exortações à vigilância, à oração, a uma contínua e exata preparação em vista da chegada possível da parusia no momento mais imprevisto, concerniam apenas aos homens do futuro, eis que temos contra nós a expressa e formal declaração do próprio Jesus, que em São Marcos concluía com estas palavras: Quod autem vobis dico, omnibus dico, vigilate — palavras que, se têm um sentido, não podem ter outro senão este: E o que vos digo, a vós que me escutais, digo-o também a todos: vigiai. Se, pelo contrário, não temos dificuldade em reconhecer que essas exortações concerniam, antes de todos os outros, àqueles que Jesus tinha pessoalmente presentes diante de Si, eis então que vem a consequência de que, na mente e na opinião do próprio Jesus, a parusia, embora incerta quanto ao seu momento preciso, não devia deixar de chegar dentro dos limites da duração da vida deles. Pois, de outro modo, se Ele os tivesse visto, para a derradeira hora do mundo, jazendo havia séculos nos seus sepulcros e retornados ao pó de onde todos saímos, ter-lhes-ia Ele recomendado a vigilância, por receio de que o seu Senhor, sobrevindo de improviso, os encontrasse dormindo? Tê-los-ia comparado, como vemos em outro lugar de São Lucas (XII, 35 e segs.), a servos que esperam o momento em que o seu senhor voltará das bodas, para que, logo que

[46] Marc., XIII, 33-37.
[47] Luc., XXI, 34-36.

chegue e bata à porta, eles lha abram imediatamente? Ter-lhes-ia Ele posto lâmpadas acesas nas mãos e nos rins o cinto que marca o traje de trabalho e o estado de um homem laborioso em pleno exercício da sua atividade? É pois essa a atitude que convém a mortos no fundo dos seus túmulos?

A tudo isso, dir-se-á talvez que, para que essas recomendações tivessem tido — relativamente à geração contemporânea (e a mesma razão valeria para as seguintes) — a sua razão de ser e a sua utilidade, não era de modo algum necessário que a parusia devesse efetivamente vir em vida dessa mesma geração; que para ser mantida desperta, e ter, segundo a intenção de Jesus, com que se exercitar na fervorosa prática das boas obras, representadas aqui pelas metáforas das lâmpadas acesas nas mãos e do cinto a cingir os rins, bastava que ela tivesse apenas a apreensão disso; que, aliás, para inspirar tal apreensão bastavam os avisos tão solenemente dados, e com tão particular insistência, sobre a inteira incerteza do dia e da hora (Mat., XXIV, 36) ou dos tempos e dos momentos (Atos, I, 7); e que assim, graças a essa incerteza sempre igualmente pendente, ou como um estímulo ou como uma ameaça, as exortações a uma vigilância contínua, a uma exata e atenta preparação, deveriam ter sempre o mesmo alcance, sempre a mesma atualidade, sempre o mesmo domínio sobre todos os fiéis de todos os tempos, e tanto sobre os das primeiras gerações quanto sobre os da última, por mais recuado que fosse o ponto de duração marcado nos conselhos de Deus para o fim do mundo e para a vinda do Juiz dos vivos e dos mortos. Sim, dir-se-á tudo isso e outras coisas ainda, de igual força, de igual verossimilhança e de igual engenhosidade. Dir-se-á, mas a quem farão crer nisso?

Pois, afinal, seria preciso estar bem solidamente entrincheirado na região das abstrações, onde o espírito se exercita sobre entidades puramente metafísicas, para imaginar que a eventualidade de uma coisa que se sabe poder chegar tanto daqui a mil ou dois mil anos, como daqui a cem, a vinte, a dez ou a cinquenta, terá jamais sobre homens reais de carne e osso uma ação, uma influência, um domínio qualquer. Se a incerteza do dia e da hora teve verdadeiramente sobre a primeira geração cristã o efeito de a manter vigilante, foi precisamente em razão da persuasão, ou ao

menos da viva apreensão em que ela esteve, de uma chegada próxima, para não dizer iminente. O mesmo fenômeno deu-se, e pela mesma razão, no tempo do desmoronamento do império romano, e mais particularmente ainda, às aproximações do ano mil. Mas, uma vez deixadas de lado as circunstâncias muito especiais que haviam então contribuído para excitar os espíritos a respeito da proximidade da catástrofe, a incerteza do tempo da parusia — confessemos francamente — jamais teve, em tempo ordinário, uma influência qualquer, nem sobre nada nem sobre ninguém, e não mais sobre os crentes do que sobre os descrentes: podemos apelar aqui, com toda a segurança, para uma experiência constante. Crentes e descrentes, dormimos tranquilos, sem temer ver a máquina do mundo desarranjar-se de repente, ou inquietarmo-nos de outro modo com "os tempos e os momentos" cujo segredo o Pai reservou para si; sem sequer pensarmos nisso alguma vez, a não ser nas conjecturas puramente platônicas que nos apraz fazer por vezes em relação ao futuro; sobretudo, sem fazermos da possível vizinhança do fim dos séculos um motivo especial, quer de emenda de vida, quer de adiantamento na união com Deus e de desapego dos bens terrestres.

É que, de fato, a incerteza do dia e da hora não poderia ter para nós influência prática senão sob a condição de estar unida à previsão motivada de um prazo próximo. Pois só então nos sentimos atingidos pela possibilidade do próprio prazo e, por conseguinte, instados a prevenir os riscos que, sem uma atenção constantemente sustentada, a incerteza nos faria correr. De outro modo, não lhe prestamos atenção — e mui justamente, aliás: não mais do que nos preocupamos, ao sair de casa, com a ideia de que uma telha, caindo de um telhado, poderia, enquanto caminhamos pela rua, cair-nos em cima e esmagar-nos.

Como então, a supor que no Seu pensamento a parusia não devesse chegar senão após uma longa série de séculos, poderia Jesus ter feito da incerteza do dia e da hora uma das bases do Evangelho, uma das suas pedras basilares, um estímulo de primeira importância para todos os fiéis sem exceção, de época em época e de geração em geração? Eu disse: para todos os fiéis indistintamente, a começar por aqueles mesmos que O

escutavam no monte das Oliveiras, dois dias antes da última Páscoa, segundo o que Ele dava claramente a entender — repitamo-lo ainda —, ao terminar a sua exortação: *Quod autem vobis dico, omnibus dico, vigilate*? Numa palavra, quem não vê que era vão intimar-lhes a vigilância pela razão precisa de que não sabiam a hora do seu retorno, se a hora desse retorno estava prevista por Ele como perdida na longínqua transcendência e inatingibilidade das eras vindouras? Quem, pelo contrário, não compreenderia de sobra que o fazer-lhes, a eles pessoalmente, as instantes recomendações que vimos, era o equivalente a adverti-los de que a parusia os encontraria ainda em vida, ainda em estado de ir ao encontro do seu senhor, de lhe abrir, de o receber, e no mesmo passo significar-lhes que os outros, aos quais se dirigiam as mesmas recomendações e as mesmas advertências, não eram e não podiam ser senão os seus contemporâneos?

Eis o que qualquer um dirá a si mesmo ao ler o Evangelho. E se tudo isto não se pode contestar com um simulacro de razão, se tudo isto é do mais puro, do mais elementar, do mais simples bom senso, se tudo isto, enfim, salta aos olhos de quem quer que não os tenha, por preconceito, fechados à evidência, é forçoso, queira-se ou não, acabar por aceitar a conclusão de que, de duas coisas, uma: ou Jesus enganava sobre o dia e a hora da parusia, ou enganava-se a Si mesmo. Ora, certamente a primeira hipótese está fora de questão. Resta então a segunda, que somos por isso mesmo fundados a considerar como doravante colocada fora de toda a discussão e, portanto, como devida e devidamente provada, como definitivamente adquirida pela crítica.

Assim raciocinam os modernistas, que dão aqui o seu argumento mais forte. Não cremos, de resto, ter dissimulado em nada o alcance das suas observações, ou enfraquecido a força das suas provas. Era nosso dever de relator apresentar o ataque com todas as vantagens das quais ele se pode prevalecer, e nós o cumprimos lealmente — sem que, no entanto, digamo-lo desde já, as aparências capciosas dos argumentos aduzidos nos tenham feito perder a confiança de trazer ao leitor a resposta satisfatória que ele, sem dúvida, espera de nós.

Somente que, como as razões que se acabam de ler são em substância excessivamente velhas — tão velhas, não direi como o mundo, mas como a própria exegese evangélica —, que nos seja permitido, antes de apresentar modestamente as nossas próprias reflexões, transcrever aqui a solução que lhes era dada há já cerca de mil e quinhentos anos, quando ainda durava o que Bossuet algures chama de "a grande luz do quarto século". Comecemos, pois, por escutar Santo Agostinho na carta já citada a Hesíquio, à qual ele se refere no vigésimo livro da Cidade de Deus, e que ele mesmo intitulou: De fine saeculi, noutros termos: do fim do mundo. Tudo seria digno de se reportar nesta esplêndida exposição dos oráculos escatológicos do Novo Testamento. Contentemo-nos, ao menos, com a passagem essencial, que diz respeito mais diretamente à dificuldade presente e que colocaremos aqui sob os olhos do leitor:

«O que dá a temer do último dia do mundo, enquanto devendo surpreender os ímpios como um ladrão, cada um de nós o deve temer do último dia da sua própria vida, e pela mesma razão. É que, com efeito, no estado em que cada um for encontrado no último dia da sua vida, nesse mesmo estado será encontrado no último dia do mundo, e tal como morre naquele, assim será julgado neste. É a isto que se refere o que está escrito no evangelho de São Marcos: Vigiai pois, porque não sabeis quando retornará o senhor da casa, à tarde, ou à meia-noite, ou ao canto do galo, ou pela manhã: para que, sobrevindo de improviso, não vos encontre dormindo. E o que eu vos digo, a vós, digo-o a todos, vigiai. Pois, quem são esses "todos" aos quais Ele o dizia, senão todos os seus fiéis, todos os membros de seu corpo místico que é a Igreja, numa palavra, todos os cristãos? Não o dizia, pois, somente àqueles que O escutavam então; dizia-o também a nós, que viemos depois deles, como o dizia aos que virão depois de nós, até o dia do seu último advento. Mas como? Seria então que esse dia (do último advento) os encontrará a todos em vida sobre esta terra, ou que, por acaso, é também a mortos que jazem no fundo de seus sepulcros que poderiam convir essas palavras: Vigiai, por receio de que, vindo de improviso, o mestre não vos encontre dormindo? Por que pois dizer a todos o que visivelmente só podia convir aos contemporâneos do último dia? Por que, mais uma vez, por que, senão porque contemporâneos

do último dia todos o deveriam ser efetivamente na maneira que eu disse? Pois então chegará verdadeiramente para cada um o último dia (da parusia e do julgamento), quando chegar para ele o momento de sair deste mundo, no estado, doravante fixo e imutável, em que será julgado naquele dia. É por isso que todo o cristão deve vigiar para que o advento do Senhor não o encontre despreparado, e despreparado será encontrado pelo dia do Senhor todo aquele que for encontrado despreparado pelo último dia da sua vida.»[48]

[Aqui o estado de cada um não poderá] mudar jamais; que no tribunal de Jesus Cristo a instrução *[o inquérito judicial]* recairá unicamente sobre o que se houver feito, estando no corpo, seja de bem seja de mal; que no instante preciso em que a alma é separada do corpo, tem lugar o juízo particular, do qual o último não será senão uma repetição ou solene confirmação; que, por este prisma, tudo se passa exatamente para cada um de nós, no tocante à salvação da alma, como se fosse suprimido todo o intervalo que separa o último dia da sua vida do dia da parusia; como se, coincidindo um pontual e matematicamente com o outro, nós não fôssemos arrebatados pela morte senão para sermos de imediato lançados aos pés do Juiz, em face do Filho do homem chegando sobre as nuvens do céu na grande potência e grande majestade que nos é descrita no Evangelho. Eis o que sempre foi crido na Igreja, o que ensinam formalmente as Escrituras tanto do Antigo como do Novo Testamento, o

[48] "Mas é preciso entender estas fortes palavras em seu original, que uma imperfeita tradução não pôde senão enfraquecer e diminuir: «"Na condição em que o último dia de cada um o encontrar, nessa mesma condição o alcançará o último dia do mundo; pois, tal como cada um morre neste dia, assim será julgado naquele dia. A isso se refere o que está escrito no evangelho segundo Evangelho de Marcos: 'Vigiai, pois, porque não sabeis quando virá o senhor da casa: se à tarde, se à meia-noite, se ao cantar do galo, se pela manhã; para que, vindo de repente, não vos encontre dormindo. O que, porém, vos digo, digo a todos: vigiai.'

E a quem diz "a todos", senão aos seus eleitos e amados, que pertencem ao seu corpo, que é a Igreja? Portanto, não disse isso somente àqueles que então o ouviam, mas também àqueles que vieram depois deles, antes de nós, e a nós mesmos, e aos que virão depois de nós até a sua última vinda. Acaso esse dia encontrará todos nesta vida? Ou alguém dirá que também aos mortos se aplica o que disse: 'Vigiai, para que, vindo de repente, não vos encontre dormindo'? Por que, então, diz a todos algo que parece dizer respeito somente àqueles que então estarão vivos, senão porque se aplica a todos do modo como expliquei?

Com efeito, esse dia virá para cada um quando vier para ele o dia de sair desta vida tal como deve ser julgado naquele dia. Por isso, todo cristão deve vigiar, para que a vinda do Senhor não o encontre despreparado. E esse dia encontrará despreparado aquele a quem o último dia desta sua vida tiver encontrado despreparado." - Santo Agostinho de Hipona, carta 199, n. 2–3

que ninguém jamais — não digo refutou —, mas sequer tentou refutar por qualquer recurso da crítica, quer na recente escola modernista, quer em todas as outras de que ela recolheu a herança e aperfeiçoou os processos de demolição.

Ora, agora, de tudo isto sobressai da maneira mais clara e mais óbvia do mundo que, do ponto de vista da vigilância e da cuidadosa preparação a levar para a parusia, a mesma condição foi imposta a todos os homens indistintamente: aos que foram ontem, aos que são hoje, aos que virão amanhã; que as mesmas recomendações valiam para todos, as mesmas precauções impunham-se a todos; que, enfim, aos ouvidos de todos devia ressoar com a mesma vibração de atualidade a grave advertência: Vigiai pois, e orai sem cessar, a fim de que sejais achados dignos de escapar a todos estes males que devem vir, e de comparecer de pé diante do Filho do homem.

Sobressai igualmente, e com idêntica evidência, que a parusia, tal como nos é dada pela revelação do Novo Testamento, se apresenta a nós sob dois aspectos bem diferentes, que é preciso ter constantemente diante dos olhos, sob pena de errar de ponta a ponta na leitura do Evangelho e dos escritos apostólicos: primeiramente, na sua realidade futura, no juízo geral, e em segundo lugar, nas suas antecipações diárias na morte de cada homem em particular. O que São Jerônimo muito bem expressou ao dizer: «O dia do Senhor (ou da parusia): entendei por isso, quer o dia do juízo, quer o dia da saída do corpo de cada um de nós, pois o que se fará no dia do juízo para todos os homens tomados no seu conjunto, cumpre-se no dia da morte para cada um deles tomado individualmente. *Diem Domini, diem intellige judicii, sive diem exitus uniuscujusque de corpore; quod enim in die judicii futurum est omnibus, hoc in singulis die mortis impletur* ».[49]

Mas todas essas distinções não são do gosto dos nossos adversários; não estão sequer ao alcance da sua compreensão. Lembrar-nos-emos talvez

---

[49]Jerônimo, comentário a Livro de Joel, cap. II, 1 — Patrologia Latina, t. XXV, col. 965.

(pois a coisa fez então algum ruído) que, no tempo da fase mais aguda da crise modernista, há cerca de quinze anos, tendo um bispo dado numa Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo, a respeito dos textos que nos ocupam, a explicação tradicional de que acabamos de falar, atraiu para si, da parte de um dos homens do partido, então dos mais escutados, esta verde resposta: Que Sua Grandeza tinha o direito, quando pregava na sua catedral, de interpretar os ditos textos a respeito da preparação para a morte, isto é, de tirar deles a melhor aplicação que comportam hoje; mas que era evidente para todo homem sem ideias preconcebidas que o Cristo não tivera em vista esta lição puramente moral; que Ele havia falado do próximo advento messiânico, que os discípulos não O podiam ter compreendido de outra maneira, e que o historiador o devia compreender assim. Mas que Deus lhe perdoe! O historiador, o exegeta, o crítico que falava desta sorte, não sabia o seu Evangelho.

Abro o evangelho de São Lucas no capítulo duodécimo, versículos 15 e seguintes, e ali leio: Jesus disse ao povo: Guardai-vos com cuidado de toda a avareza, pois mesmo na abundância, a vida de um homem não depende dos bens que possui. Depois disse-lhes esta parábola: Havia um homem rico cujas terras tinham produzido frutos abundantes. E ele pensava consigo mesmo: Que farei? pois não tenho lugar onde guardar a minha colheita. Eis, disse ele, o que farei. Derrubarei os meus celeiros e os construirei maiores, neles amontoarei a totalidade dos meus bens e dos meus rendimentos, e direi à minha alma: Minha alma, tens grandes bens em reserva para muitos anos; repousa, come, bebe, regala-te. Mas Deus disse-lhe: Insensato! esta mesma noite pedir-te-ão a tua alma, e o que guardaste, para quem será? Assim acontece com o homem que entesoura e não é rico diante de Deus.

Decerto, conceder-nos-ão bem desta vez que Sua Grandeza, mesmo quando não pregava na sua catedral, estava não somente no direito, mas ainda na absoluta necessidade de interpretar este texto sobre a morte e a preparação para a morte: preparação que o homem rico da parábola negligenciara, para de repente ouvir dizer a si mesmo: "Esta mesma noite! a tua alma!". Não se trata aqui nem do fim do mundo, nem da aparição do

Filho do homem sobre as nuvens do céu, nem das sessões gerais do tribunal que se seguirão à ressurreição derradeira. É uma cena de todos os dias que Jesus nos põe sob os olhos, o caso demasiado frequente, ai de nós!, de quem é surpreendido no meio de seus cálculos de fortuna ou de aumento de fortuna, a cem léguas de pensar nas contas que está prestes a ter de prestar ao comparecer diante de Deus. Nenhuma dúvida a este respeito, nenhuma possibilidade da mais pálida contestação.

Ora, agora, estando isto posto e solidamente estabelecido, escutemos a continuação do discurso: Jesus disse em seguida aos seus discípulos: Por isso eu vos digo (*IDEO DICO VOBIS*): Não vos inquieteis quanto à vossa vida, pelo que comereis, nem quanto ao vosso corpo, pelo que vestireis... Fazei para vós bolsas que o tempo não gasta, um tesouro que não pode falhar nos céus, onde os ladrões não têm acesso, e onde as traças não roem, pois onde está o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração. Tende o cinto aos rins e nas mãos lâmpadas acesas. Sede semelhantes a homens que esperam o momento em que o seu senhor voltará das bodas, para que, assim que ele chegue e bata à porta, logo lha abram. Felizes os servos que o senhor, no seu retorno, encontrar vigiando! Em verdade vos digo, ele cingir-se-á, fá-los-á sentar à mesa e aproximar-se-á para os servir. Quer ele chegue na segunda vigília, quer chegue na terceira, se os encontrar assim, felizes desses servos! Mas sabei bem que, se o pai de família soubesse a que hora pode vir o ladrão, vigiaria e não deixaria arrombar a sua casa. E vós também, estai preparados, porque o Filho do homem virá à hora em que não pensais. E tudo isto, repitamo-lo, lê-se não no seguimento do oráculo escatológico do capítulo vigésimo primeiro, mas no seguimento da instrução sobre o desapego dos bens da terra do capítulo duodécimo, como uma moral da parábola do homem rico que a morte surpreendia no momento em que ele não pensava senão em estender os seus domínios, aumentar os seus celeiros, viver em repouso e regalar-se.

Ora, quer isto dizer, por causa disso, que neste passo não se trate da parusia? Evidentemente que não. Pois qual seria essa vinda, ou antes, esse retorno (vers. 36) do Filho do homem, que os cristãos têm de aguardar numa vigília contínua e laboriosa, senão esse outro advento do qual todas

as páginas do Novo Testamento estão cheias, em que o Filho do homem retornará, na glória de Seu Pai, para retribuir a cada um segundo as suas obras? Sem contestação, é da parusia que Jesus tenciona falar, e fala efetivamente: mas da parusia encarada sob o segundo aspecto que dissemos mais acima, da parusia considerada nas secretas e cotidianas antecipações que ela tem na morte de cada um de nós, enquanto aguarda que ecloda e se realize ao grande sol dessa derradeira cena do mundo, que será o encerramento do tempo e a inauguração do reino de Deus para a eternidade. E este segundo aspecto, não levem a mal os modernistas, apresenta-se aqui não como um expediente inventado, à falta de coisa melhor, pelos teólogos acossados (estes infelizes teólogos que não são, contudo, culpados de todos os malefícios de que os sobrecarregam), mas sim como um dado de primeira importância, e também de primeira mão — imediata, direta e o mais autenticamente do mundo fornecido pelo Evangelho.

E de nada servirá dizer que a exortação à vigilância em vista da vinda do Filho do homem, a comparação do ladrão chegando às escondidas do pai de família, a advertência de se manter preparado por causa da incerteza da hora, o apólogo que se segue sobre o administrador fiel a quem o senhor, à sua chegada, recompensa estabelecendo-o sobre todos os seus bens, e o infiel a quem pune mandando açoitá-lo (Luc., XII, 35-46), se encontram igualmente em São Mateus, na mesma ordem, e quase nos mesmos termos, mas postos após o oráculo sobre o fim do mundo, após a descrição do advento glorioso de Cristo, após a similitude do dilúvio que surpreendeu o gênero humano por inteiro, exceto Noé com a sua família (Mat., XXIV, 42-51); que, por outro lado, os evangelistas nem sempre guardam a ordem cronológica, que lhes acontece transportar as palavras de Jesus de um lugar para outro, e ligar a um discurso pronunciado numa dada circunstância o que, todavia, não foi dito por Ele senão numa circunstância totalmente diferente; e que assim, São Lucas poderia muito bem ter juntado à parábola do rico proprietário colhido pela morte no momento em que ele menos a esperava, a lição feita na realidade unicamente no discurso escatológico sobre o juízo geral e a consumação dos séculos. Tudo isso, digo eu, de nada servirá, porque primeiramente, a

transposição atribuída a São Lucas é uma suposição totalmente gratuita, que não só nada apoia, mas que tudo, pelo contrário, contribuiria antes para derrubar; e porque, seguidamente, ainda que se admitisse essa mesma transposição, ela em nada modificaria nem a força do nosso argumento, nem a legitimidade da nossa conclusão.

Digo primeiramente que a transposição imputada a São Lucas é uma suposição puramente gratuita, uma hipótese que nada sustenta, que nada sequer indica ou favorece. Nada certamente no contexto, onde, a partir da subitaneidade dos golpes da morte que arrebata os ricos às suas riquezas, Jesus toma ocasião para recomendar o desapego do coração em relação aos bens da terra; depois, daí passa à necessidade de constituir um tesouro nos céus, este inamissível e absolutamente indestrutível; daí, enfim, às precauções a tomar em vista da chegada do ladrão místico que, após nos haver despojado de tudo o que possuíamos aqui em baixo, nos pedirá ainda um relato exato da gestão dos cargos que nos havia confiado. Nenhum vestígio de remendo, ou de soldadura qualquer; tudo aqui é de um só fôlego, nítido e franco. E depois, não estamos nós a tratar com aquele dos evangelistas que, desde o princípio do seu livro, tomava o trabalho de nos advertir de que se propunha a escrever por ordem, isto é, segundo a ordem de sucessão e encadeamento dos eventos[50], o relato da vida, das ações, dos ensinamentos, da morte e da ressurreição de Jesus? Por outro lado, não vemos que em mais de um lugar do Evangelho, a ordem dos fatos ou das palavras, muito certamente invertida por São Mateus, é restabelecida por São Lucas, que por toda a parte se mostra zeloso de pôr em luz o seguimento natural e regular da história? Se houvesse pois transposição de um lugar para outro da passagem que nos ocupa, seria muito mais racional e mais conforme aos dados que aliás possuímos, atribuí-la antes a São Mateus, o qual teria inserido entre as recomendações do discurso escatológico, palavras proferidas na realidade numa circunstância diferente, precisamente aquela que nos é indicada pelo terceiro Evangelho.

[50] "Pareceu bem também a mim escrever-te de modo ordenado, ó excelente Teófilo" (Evangelho de Lucas 1,3). "De modo ordenado" — *καθεξῆς*; o termo *καθεξῆς*, usado diversas vezes por Lucas Evangelista, indica sempre continuidade, ordem e sequência regular dos acontecimentos. (Auguste Crampon, *in h. l.*)

De resto, apressemos em acrescentar que não há motivo algum absolutamente para suspeitar aqui de qualquer transposição, seja de um lado, seja do outro, e isto pela razão muito simples de que nada se opõe a que Jesus tenha repetido uma segunda vez, ao falar do seu último advento, o aviso precedentemente dado a propósito do rico, cuja teia de felicidade foi bruscamente cortada pela chegada repentina da morte. «O que é que impede», diz com razão Santo Agostinho, «que Jesus repita num lugar certas coisas que já tinha dito noutro, ou faça de novo o que já tinha feito antes? Quid enim prohiberet, Christum alibi quaedam repetere quae jam antea dixerat, aut iterum quaedam facere quae antea jam fecerat?»[51] Não há ninguém, imagino, que não subscreveria este princípio, que é um princípio de puro e simples bom senso.

Mas a solidez da nossa tese não depende de forma alguma de todas estas considerações. Deixemo-las, se quisermos, por ora, e admitamos que a exortação à vigilância, ilustrada pela comparação do ladrão, e o apólogo do intendente fiel recompensado e do infiel punido não foram feitos senão uma única vez; que foram feitos precisamente no discurso aos apóstolos no monte das Oliveiras, na véspera da última Páscoa; que São Lucas a separou daí para a juntar às lições sobre a morte, na parábola do rico acima mencionada. Admitamo-lo, digo, e sem mais provas. O que se vai agora seguir? Se não me engano, uma só coisa, a saber: que São Lucas, na falta de um nexo cronológico, teria considerado apenas o nexo lógico, apenas a ligação, apenas a aproximação, apenas a conexidade das coisas; que, por conseguinte, na sua ideia, como na ideia daqueles de quem havia recebido o Evangelho, «os quais desde o princípio foram testemunhas oculares e ministros da Palavra»,[52] os textos sobre a preparação a ser trazida para a parusia diziam, pelo próprio fato, respeito à preparação a ser trazida para a morte; que estes textos se referiam tão bem a essa preparação, que se lhes podia encontrar lugar, indiferentemente, quer após a intimação do dia desconhecido em que o Filho do homem retornará sobre as nuvens do céu em potência e majestade, quer após a do dia, incerto também, em que a

[51] Agostinho de Hipona, *De consensu evangelistarum*, livro II, n. 45 — Jacques Paul Migne, Patrologia Latina, t. XXXIV, col. 1092.

[52] Luc., I, 2.

cada um de nós se ouvirá dizer: Eis que reclamam a tua alma; que assim o tinham compreendido os discípulos, e que assim por sua vez o deve entender o historiador; que, portanto, não estamos aqui em presença de uma adaptação posteriormente imaginada com vista a extrair dos ditos textos «a melhor aplicação que eles comportam hoje», mas puramente e simplesmente em presença do sentido primeiro, nativo, original, do sentido que confirma da maneira mais expressa o duplo aspecto da parusia que nós assinalávamos mais acima[53], como sendo o que dá a chave do Evangelho e dos escritos apostólicos no que se refere ao artigo capital da nossa lei: *Et iterum venturus est cum gloria judicare vivos et mortuos.*

Já só vejo uma coisa que se possa razoavelmente opor ao que acaba de ser dito. A passagem de São Lucas posta em questão termina por estas palavras: E vós também estai preparados, porque à hora em que não pensais, virá o Filho do homem. Mas então? dirá alguém. Seria pois que a morte vem sempre no momento em que não se espera? sempre à maneira do ladrão que se esconde, que se dissimula, que surpreende? Não, por certo, e se vemos a cada instante destes golpes imprevistos que não justificam senão demasiado a similitude evangélica do ladrão operando ao abrigo das sombras da noite, vemos também inúmeros outros casos, e mais ordinários e mais frequentes, em que as coisas não se passam assim à sorrelfa; em que a morte é uma visitante que não teme a plena luz do dia, uma visitante que se faz anunciar, que apresenta o seu cartão, que, enfim, chega nas condições regulares que comportam as relações de sociedade. Como então seria possível — se for verdade que a vinda do Filho do homem aqui visada seja a que assinala para cada um de nós a chegada da morte — que nos digam de uma forma tão absoluta: à hora em que não pensais, Ele virá?

Mas, a esta dificuldade, o texto evangélico bem interpretado irá responder. Noto, de fato, que enquanto na Vulgata a vinda do Mestre, motivo e razão da preparação tão instantemente recomendada, é expressa por um futuro — *qua hora non putatis, Filius hominis veniet* —, no grego, pelo contrário (que é, como todos sabem, o original), ela é constantemente,

[53] A parusia na sua realidade do último dia, e a parusia nas suas antecipações de todos os dias.

e tanto em São Lucas quanto nos lugares paralelos de São Mateus e de São Marcos, significada pelo presente. Γίνεσθε ἕτοιμοι, ὅτι ᾗ ὥρᾳ οὐ δοκεῖτε, ὁ υἱὸς τοῦ ἀνθρώπου ἔρχεται (Luc., XII, 40). O mesmo em Mat., XXIV, 42 e 44. O mesmo em Marc., XIII, 35. Por todo o lado ἔρχεται (erchetai), no presente; em lado nenhum ἐλεύσεται (eleusetai), no futuro. Palavra por palavra: Vigiai, estai preparados, porque, à hora em que não pensais, o Filho do homem vem, porque não sabeis a que hora o vosso senhor vem.

E isto não é indiferente, isto é digno de nota; pois que não se diga que no Novo Testamento o presente é por vezes posto em lugar do futuro. Por certo não o contradirei, e muito menos porque isso não é uma particularidade do Novo Testamento, mas uma generalidade mais ou menos comum a todas as línguas e a todas as literaturas. Contudo, julgo que também não me contradirão se eu disser que o presente, embora seja por vezes tomado pelo futuro, é todavia, e com maior frequência, tomado pelo presente; e que é assim que o devemos tomar sempre que o contexto não persuada positivamente do contrário. Ora, aqui, segunda a indicação do contexto, pareceria antes que o presente é posto de propósito, no sentido em que é comumente empregado para exprimir uma ação ou um modo de agir habitual. Como quando o centurião dizia a Nosso Senhor: «Tenho soldados sob as minhas ordens, e digo a um: Vai, e ele vai; e a outro: Vem, e ele vem; e ao meu servo: Faz isto, e ele o faz». Como quando se responde àquele que indaga sobre os hábitos de alguém: ele sai ao meio-dia e volta à noitinha; ou então: ele vem a tal hora, por vezes a tal outra. E assim, parece, deveremos entender a palavra evangélica: à hora em que não se pensa, o Filho do homem vem. Isto não quer dizer que Ele venha sempre desta maneira, mas quer dizer que Ele vem também, que Ele vem frequentemente desta maneira. E como, de resto, é impossível saber para quem Ele virá e para quem não virá desta maneira, todos sem exceção o devem encarar como podendo vir desta maneira. Daí a advertência: *Et vos estote parati, quia qua hora non putatis Filius hominis venit*. E ainda: *Quod autem vobis dico, omnibus dico, vigilate.*

SEXTO ARTIGO

AS PARÁBOLAS QUE SERVEM DE EPÍLOGO AO DISCURSO ESCATOLÓGICO. TEXTOS TOMADOS EM CONTRASSENSO PELOS MODERNISTAS.

A nossa exegese do discurso de Jesus sobre o fim do mundo e a parusia não estaria completa se passássemos em silêncio as duas parábolas das dez virgens e dos talentos, que em São Mateus (XXV, 1-30) lhe servem de epílogo. É, com efeito, de toda a evidência que estas parábolas fazem corpo com todo o conteúdo do capítulo XXIV, e que não são outra coisa senão uma encenação, sob imagens e figuras apropriadas, daquilo que o oráculo escatológico anunciava como devendo chegar no futuro. Elas oferecem-nos, pois, um meio seguro de controlar a interpretação do próprio oráculo, ao mesmo tempo que fornecem material para fazer a contraprova da verdade das conclusões a que chegamos até aqui.

Eis, primeiramente, a parábola das dez virgens. O seu material é tirado da celebração das núpcias, tal como se praticava na Palestina no tempo de Nosso Senhor, e como ainda hoje se pratica em todo o Oriente. Quando a esposa, por motivo do seu casamento, devia passar de uma localidade para outra, as jovens da localidade que ela deixava faziam-lhe um cortejo de honra e conduziam-na em pompa ao encontro do esposo, o qual, por seu turno, vinha ao encontro da esposa, para a levar a sua casa e introduzi-la antes de tudo na sala do festim onde se concluía a solenidade nupcial.[54] De resto, era durante as primeiras horas da noite que de ordinário se desenrolava toda a cerimônia. Daí as tochas, os archotes e as lâmpadas acesas nas mãos dos paraninfos. Daí também a metáfora do lançamento nas trevas exteriores, ou, o que vem a dar no mesmo, da

[54] Temos um exemplo no primeiro livro dos Macabeus (IX, 37 ss.). «Vieram anunciar a Jônatas e a seu irmão Simão que os filhos de Jambri celebravam uma boda solene, e que traziam de Madaba, com grande pompa, a noiva, filha de um dos poderosos príncipes de Canaã... Levantando os olhos, observaram, e eis que se ouviu um grande ruído, e apareceu um numeroso comboio. O esposo, acompanhado de seus irmãos e dos seus amigos, avançava ao seu encontro, com tamboris, instrumentos de música e um considerável aparato.» Somente que, desta vez, a festa foi terrivelmente perturbada, e sabe-se como as núpcias se mudaram em luto, e os sons alegres da sua música em lamentações.

expulsão da sala do banquete para a noite lá fora, que é tão frequentemente empregada no Evangelho para significar a condenação da alma, excluída desse banquete celeste que a glória de Deus ilumina, e do qual o Cordeiro é a lâmpada, como diz São João no seu Apocalipse (XXI, 23).

É, pois, sob a semelhança de uma destas solenidades nupciais, que se viam diariamente nas aldeias da Judeia e da Galileia, que nos vai ser descrito o mistério do reino dos céus no tocante à parusia.

O esposo esperado é Jesus Cristo; Jesus Cristo no seu segundo advento; Jesus Cristo devendo retornar, segundo Ele próprio o anunciou, para tirar todos os mortos do fundo dos seus sepulcros[55] e, após a ressurreição geral, uma vez terminado o juízo universal, conduzir a sua esposa, a Igreja triunfante — doravante sem mancha nem ruga nem qualquer tipo de sujidade —, às núpcias eternas.

As dez virgens que vão ao encontro do esposo[56] são a universalidade dos fiéis, que, pelo simples fato de fazerem profissão de cristianismo, fazem também profissão de crer no segundo advento de Cristo: de nele crer, digo, e, por conseguinte, de o esperar. Ora, esperar alguém, que outra coisa é senão ir ao seu encontro pelo espírito e pelo pensamento? É o que faz Santo Agostinho dizer: *Quid est ire obviam sponso? corde ire, exspectare ejus adventum*.[57] Donde transparece claramente que fazer profissão de cristianismo é, por isso mesmo, representar a figura de quem vai ao encontro do Cristo imortal, nosso grande Deus e Salvador, autor e consumador da nossa fé, no seu glorioso retorno no fim dos tempos.

Todavia, vemos que, entre os que se dizem cristãos, muitos não conformam a sua conduta com a crença que professam. Daí a distinção entre as virgens prudentes e as virgens loucas. As cinco loucas, tendo tomado as suas lâmpadas, não levaram azeite consigo, mas as prudentes levaram azeite nas suas vasilhas com as suas lâmpadas. O que quer dizer

---

[55] João, V, 28.
[56] A notar que, enquanto na Vulgata se lê: ao encontro do esposo e da esposa, o grego traz pura e simplesmente: ao encontro do esposo.
[57] Santo Agostinho, Serm. 93 de verbis evang., n. 6.

que as loucas negligenciaram os preparativos exigidos, ao passo que as prudentes tiveram o cuidado de se munir, para qualquer eventualidade, de tudo o que pudesse requerer o cerimonial da festa. E sem nos perdermos aqui no detalhe quase infinito das múltiplas aplicações que o texto evangélico comporta, digamos de uma maneira geral que, enquanto as lâmpadas simbolizam a fé, o azeite de que as virgens loucas se acharam desprovidas representa a caridade e as boas obras, sem as quais a mística lâmpada da fé é como uma lâmpada que fumega, que enegrece e que se apaga.

Mas eis agora outra coisa. O cortejo, que partira ao cair do dia, devia logo parar e fazer alto, pela razão de que o esposo tardava a vir. Tardava a vir; mais ainda, devia tardar até ao meio da noite. Certamente, era um atraso de todo extraordinário, tendo em conta os usos e costumes da época; digamos melhor: um atraso que, em qualquer estado de coisas, ultrapassava toda a medida. Por isso, não há motivo para espanto que, durante uma espera tão prolongada, as dez virgens tenham acabado por ser tomadas pelo sono, umas após as outras: todas tosquenejaram, diz o Evangelho, e adormeceram. *Dormitaverunt omnes et dormierunt*. Este traço é digno de nota. É preciso, em particular, notar este omnes: todas, isto é, tanto as prudentes como as loucas. O que dá imediatamente a concluir que o sono aqui não é tomado no mau sentido, como o sono da negligência e da preguiça, como quando era dito em São Marcos (XIII, 36): «Vigiai, por receio de que, sobrevindo de improviso, o senhor da casa vos encontre dormindo». Não, já não é mais o sono do esquecimento do dever, não é mais o sono do pecado, não é mais o sono da incúria que é significado desta vez. Isso não pode ser, diz muito bem Santo Agostinho, visto que, no número das virgens que adormeceram, estavam também as prudentes, as que são dadas por modelo, que representam os eleitos e diante das quais, enfim, iam abrir-se as portas do banquete nupcial, figura do banquete da glória eterna, ao qual não se é admitido senão sob a condição de se ter perseverado até ao fim, segundo está escrito: Aquele que perseverar até ao fim, esse será salvo.

Mas há um outro sono ao qual ninguém escapa nem se pode subtrair: é o sono da morte. Quem não sabe, com efeito, que a morte, nas escrituras do Novo Testamento, é constantemente apresentada como um sono? Que os mortos são aí correntemente chamados os dormentes, e os que morrem, os que adormecem? (Mat., XXVII, 52; João, XI, 11; I Cor., VII, 39; XV, 6, 18, 20; I Tes., IV, 12-14, etc.). Não há pois que enganar-se nisso: o sono que toma as dez virgens partidas ao encontro do esposo representa-nos a morte, a morte estendendo no túmulo as gerações cristãs umas após as outras, até que venha a soar a hora tardia da parusia e da ressurreição.[58]

Enfim, no meio da noite, um grito ressoa subitamente: Eis o esposo que vem, ide ao seu encontro! É o grito do qual o Apóstolo disse: «A um sinal dado, à voz do arcanjo, ao som da trombeta divina, o próprio Senhor descerá do céu, e os mortos ressuscitarão».[59] Então, as dez virgens despertam, levantam-se e põem-se no dever de preparar e acender as suas lâmpadas para formarem um cortejo de honra no seguimento daquele que, após tão longas horas, acabava por chegar. Mas as loucas veem as suas apagarem-se, por falta de azeite. Na sua aflição, dirigem-se às prudentes, as quais se recusam, pois nesse momento cada um responderá por si, e não poderá dar do seu supérfluo a outrem. Não temos o bastante para nós e para vós, respondem elas, mas ide antes aos que o vendem e comprai para vós. Ironia pungente, que exprime o infortúnio irremediável no qual se terão precipitado todos os que não tiverem aproveitado a vida presente para assegurar a sua eternidade. E sabe-se o resto. Nesse ínterim o esposo chegou, e as que estavam preparadas entraram com ele na sala das bodas, e a porta foi fechada. Mais tarde, as outras virgens vieram também dizendo: Senhor, Senhor, abri-nos. Ele respondeu-lhes: Em verdade vos digo, não vos conheço.

E eis, finalmente, a moral da parábola: Vigiai pois, porque não sabeis nem o dia nem a hora. É sempre a mesma recomendação de

---

[58] "Todas cochilaram, isto é, morreram, porque a morte dos santos é chamada sono."
(Jerônimo, comentário a Evangelho de Mateus, 25,5) "Indica, portanto, que a morte é um sono: 'dormiram', diz ele." (João Crisóstomo, Homilia 78 sobre Evangelho de Mateus, n. 1)

[59] I Tes., IV, 15.

vigilância, aquela que soa nos supremos avisos de Jesus como um grave refrão. Salvo que, contudo, desta vez ela poderia parecer a muitos de todo despropositada, vindo, como observamos, após o exemplo dessas virgens que, em lugar de vigiar, dormiam todas, nelas incluídas as prudentes, quando foi dado o sinal da chegada do esposo. De fato, a dificuldade não tem saída na exegese modernista, à qual já não resta senão emprestar ao evangelho a mais grosseira e a mais absurda das contradições.

Mas a contradição desaparece logo que nos referimos ao que dissemos precedentemente, e nomeadamente a estes dois pontos capitais: primeiramente, que é do sono da morte que se trata aqui; e em segundo lugar, que o Evangelho tem o costume de considerar a hora da parusia — ainda no impenetrável incógnito do futuro — como soando por antecipação para cada um em particular à hora, de igual modo incognoscível de antemão, em que a morte, ao arrebatá-lo, o fixa no estado (seja de graça, seja de condenação) no qual o dia do juízo universal o encontrará. Uma vez bem estabelecidos estes dois pontos, há, com efeito, plena harmonia, correspondência perfeita, entre a similitude proposta e a lição que dela é tirada. Pois, a partir daí, ressalta que a vigilância recomendada na moral da parábola se refere ao tempo de antes da vinda do Filho do homem, considerada não tanto na sua realidade da última hora do mundo, mas na da última hora de cada indivíduo: de modo absoluto como, na própria parábola, a previdência exigida das dez virgens dizia respeito não ao tempo que precedeu imediatamente a chegada do esposo, mas àquele que precedeu o instante em que o sono, surpreendendo-as umas após as outras, lhes tirou do mesmo golpe, à medida que ocorria, todo o poder de proceder a preparativos ulteriores, todo o meio de suprir o que faltava, toda a possibilidade de juntar o que quer que fosse às provisões que haviam feito antes de adormecer.

É por isso que não é a um sentido acomodatício, mas ao sentido próprio, literal e natural, que se atinha São João Crisóstomo na homilia 78ª sobre São Mateus, quando, de acordo com toda a Tradição, explicava a palavra final, vigilate itaque, quia nescitis diem neque horam, dizendo: «Vedes com que frequência Ele termina com estas palavras, mostrando por

aí que nos é útil ignorar o dia da nossa saída desta vida: χρησίμην δεικνὺς τὴν ἄγνοιαν τῆς ἐξόδου τῆς ἐντεῦθεν ».[60]

Tal é, portanto, a primeira das duas parábolas que se seguem, em São Mateus, ao discurso escatológico, e que põem em imagem o reino dos céus sobre a terra, na sua relação com o segundo advento de Jesus Cristo. Esta necessitava de alguns esclarecimentos para ser bem compreendida, e essa é a razão pela qual nos tivemos de deter um pouco nela.

Quanto à segunda, a dos talentos, ela é demasiado óbvia e transparente por si mesma — pelo menos no seu sentido geral e do ponto de vista que aqui nos ocupa — para exigir uma explicação detalhada. É visível, com efeito, que o homem que parte para uma viagem ao estrangeiro é o próprio Jesus, que em breve ia subir ao céu; que os servos são os mesmos que precedentemente eram representados pelas dez virgens; que os talentos confiados são os dons de natureza e de graça entregues a cada um para que os faça render; que o retorno do senhor é o retorno de Jesus no fim dos séculos, e a prestação de contas exigida do uso dos talentos recebidos é aquela que nos será exigida a nós mesmos, para servir de base ao juízo no qual nos será retribuído segundo as nossas obras. De resto, a parábola dos talentos refere-se absolutamente ao mesmo objeto que a primeira, e a única diferença é que a primeira, insistindo na incerteza do dia e da hora, concluía pela necessidade da vigilância, enquanto esta, insistindo no rigor das contas que será preciso prestar, conclui pela necessidade do labor, do esforço e de uma constante atividade. Todas estas coisas são evidentes por si mesmas, não sofrem dificuldade de espécie alguma, e não nos resta senão colocar numa luz conveniente aquilo que uma e outra parábola contêm de mais particularmente próprio para destruir, sempre e cada vez mais, a louca pretensão dos modernistas — segundo a qual, no pensamento de Jesus, a catástrofe suprema estava próxima, ia incessantemente chegar, e devia acontecer no próprio decurso da geração contemporânea.

[60] Patrologia Graeca, tomo LVII, coluna 713.

E a este propósito, apresenta-se logo espontaneamente ao espírito o traço sublinhado mais acima na parábola das virgens, do atraso do esposo, *moram autem faciente sponso*. O esposo tardava a vir; tardava mesmo, observávamos nós, de uma forma que se poderia dizer exorbitante, visto que fazer-se esperar até à meia-noite para uma ceia de núpcias é coisa que não se vê, que não se viu e que sem dúvida nunca se verá. Era à meia-noite que começava a terceira vigília, e a terceira vigília, longe de ser considerada como a hora possível de um começo de festa nupcial, era tida pelo contrário como a hora extrema à qual se regressava dela. Testemunho disso é o que é dito do senhor a quem os servos aguardam de volta das bodas: et si venerit in secunda vigilia, et si in tertia vigilia venerit, et ita invenerit, etc..[61] Por outro lado, não se imaginará, creio eu, que estejamos aqui perante um traço puramente acessório, aposto fora de qualquer intenção de significação, como simples ornato do relato parabólico. Não só nada autoriza semelhante suposição, como tudo, pelo contrário, contribui para a excluir; pois se há coisa cuja evidência se impõe, é que a circunstância de um atraso tão extraordinariamente prolongado é aqui a circunstância principal; é ela que comanda todas as outras, a que é posta no maior relevo, e da qual depende tudo o que o relato tem de próprio, de original e de característico.

É, pois, forçoso reconhecer nela, quer se queira quer não, um traço pertencente à própria substância do relato da parábola e, por conseguinte, à figura do mistério a representar, formalmente tomada como tal; é consequentemente forçoso pesquisar-lhe o sentido, a significação e o alcance. Mas a tarefa será fácil, porque, a partir do momento em que o esposo esperado figura Jesus Cristo na sua parusia, é evidente que o considerável atraso da chegada do esposo figura um atraso proporcional na chegada desta mesma parusia. Que não se fale mais, pois, da iminência ou da proximidade do glorioso advento. A parábola apresentava-o, pelo contrário, como devendo tardar, e tardar, notemo-lo bem, com um atraso tão assinalável relativamente à duração do mundo, como o fora o do esposo relativamente à duração de uma cerimônia nupcial. E pensaremos nós talvez que seja pouca coisa? Parece antes que a proporção bem

[61] A segunda vigília ia das nove horas da noite à meia-noite; a terceira, da meia-noite às três horas da manhã.

estabelecida não poderá senão dar um prazo que se mede por uma longa sucessão, não direi de dias, nem de anos, mas de séculos. Pelo que São Crisóstomo, sobre estas palavras, *moram autem faciente sponso*, diz: «Aqui Ele mostra de novo um intervalo de tempo não módico, dissuadindo os seus discípulos da ideia de que o seu reino estava prestes a chegar, pois eles estavam nessa esperança, e essa é a razão pela qual Ele os afasta frequentemente dela».[62] E São Jerônimo, comentando a mesma passagem: «O esposo tardava a vir, pois não é um curto espaço de tempo o que se estende do primeiro ao segundo advento do Senhor ».[63]

Mas há mais. O traço do atraso do esposo parecerá muito mais impressionante e mais significativo ainda se o aproximarmos do que se lê um pouco mais acima (Mat., XXIV, 48), a propósito dos dois servos, um dos quais era encontrado, no regresso do senhor, a cumprir fielmente os deveres do seu cargo, ao passo que o outro, pelo contrário, batia nos seus companheiros, comendo e bebendo com gente dada ao vinho. Pois, falando deste último, Jesus pusera-lhe na boca esta razão para a sua vida de desordem e de devassidão: O meu senhor tarda a vir, *moram facit dominus meus venire*. Esta razão é notável e não foi posta aqui ao acaso. Era a razão de um incrédulo que zombava absolutamente da parusia, mas cuja incredulidade se envolvia na irônica constatação do seu atraso. É que, com efeito, esta parusia, que o fervor da primeira era ia aguardar como tão próxima, não devia chegar no curto prazo que lhe haviam suposto. Daí as decepções contra as quais os apóstolos tiveram de precaver a fé dos fiéis; daí também a ideia de atraso da qual não podia deixar de se apoderar o humor troteador dos descrentes. Tais como os de que fala São Pedro na sua segunda epístola (III, 3-5): «Sabei que nos últimos tempos virão zombadores cheios de escárnio, vivendo ao sabor das suas concupiscências, e dizendo: onde está a promessa da sua vinda? Pois, desde que nossos pais morreram, tudo continua a subsistir como desde o princípio da criação». E tudo isto, junto ao mais que é fácil de imaginar,

[62] "Mostra que não será pequeno o tempo que novamente haverá de transcorrer nesse intervalo, etc."João Crisóstomo, Homilia 78 sobre Evangelho de Mateus, n. 1

[63] "Mas, demorando o esposo, todas cochilaram e adormeceram. Pois não é pouco o tempo que decorre entre a primeira e a segunda vinda do Senhor."comentário a Evangelho de Mateus 25,5 — Patrologia Latina, t. XXVI, col. 184

estava compreendido na ironia desta palavra: moram facit dominus meus venire!

Mas, quer das decepções de uns, quer das zombarias de outros, Jesus mostrava-se inteiramente consciente no seu discurso escatológico, e aí Se revelava também em plena posse do conhecimento do futuro; digo de todo o futuro, do mais próximo como do mais recuado, e da época do juízo como do estado dos espíritos no dia seguinte à Sua ascensão ao céu. Ele denunciava pois de antemão a razão do mau servo, juntamente com o que lhe devia servir de base e de pretexto, e, ao denunciá-la, dava desde logo a entender que a parusia se atrasaria, com efeito, em relação à pressa e à espera da primeira geração, mas não em relação à hora marcada nos Seus conselhos; que o pretendido atraso não teria lugar senão em execução das eternas disposições da Sua providência, e que o recuo do glorioso advento para a lonjura das idades não seria senão o puro e simples cumprimento de um desígnio antecedentemente formado, querido, detido e, como tal, predito e anunciado por Ele. Eis o sentido do *moram facit dominus meus venire*, enquanto posto profeticamente por Jesus na boca do servo incrédulo. É identicamente o sentido e o alcance do *moram autem faciente sponso*, que recebe assim, da sua aproximação [do cotejo de ambos], uma luz e uma acentuação nova, coisa que é muito importante de se notar.

E, no entanto, ainda não é tudo. Eis agora a parábola dos talentos que vai acabar de sublinhar o ponto em questão. E a propósito desta segunda parábola, poder-se-ia observar em primeiro lugar que ela é muito semelhante à das minas, que São Lucas nos refere como tendo sido proposta alguns dias antes (na véspera ou antevéspera do dia de Ramos), e que ele nos apresenta acompanhando-a, ou antes, fazendo-a preceder desta informação (XIX, 11): «Ele [Jesus] acrescentou uma parábola, porque estava perto de Jerusalém, e porque o povo pensava que o reino de Deus ia aparecer em breve». Era para nos assinalar a falsa opinião que a dita parábola tinha por finalidade refutar e destruir. E, com efeito, Jesus ali se apresentava sob a figura de um homem de alta linhagem indo para um país distante a fim de ser investido da realeza: o qual, tendo chamado dez dos seus servos, lhes havia dado dez minas dizendo-lhes: Fazei-as valer até

que eu volte; depois, uma vez de regresso após ter recebido a investidura do seu reino — não obstante a oposição dos seus concidadãos que o odiavam e haviam enviado após ele deputados encarregues de dizer: «não queremos que este homem reine sobre nós» —, mandava chamar os dez servos, para saber que lucro cada um deles havia realizado. E tudo isto ia diretamente em sentido de derrubar o preconceito popular assinalado mais acima. Não, o reino de Deus — aquele que eles tinham em vista, pelo qual suspiravam, o reino de glória e de triunfo —, esse reino não estava prestes a aparecer. Era preciso que, antes, Jesus partisse para o céu, que de lá voltasse, e que, no intervalo, fossem postos em obra todos os recursos de salvação, tanto individuais como sociais, que ao partir Ele nos deixaria nas mãos. Assim, não era uma questão de alguns dias, e a julgar a priori, segundo os cálculos fundados na simples natureza das coisas, o intervalo entre a partida e o regresso não podia ser de medíocre duração.

Mas, o que deixava adivinhar a parábola das minas — cujo fito direto era somente eliminar a ideia dos judeus sonhando com um reino temporal do Messias prestes a inaugurar-se na própria cidade de Jerusalém —, a dos talentos, cujo alcance era mais alto e se estendia a todo o conjunto da questão escatológica, ia positivamente dar a entender através de um traço significativo. E muito tempo depois, é ali dito, o senhor que havia partido para o estrangeiro voltou e pediu contas aos seus servos dos talentos que lhes confiara. Post multum vero temporis, venit dominus servorum illorum, et posuit rationem cum eis. Evidentemente, este post multum temporis, μετὰ πολὺν χρόνον, não foi aí colocado sem motivo. Por outro lado, não se vê muito bem a sua razão de ser se nos colocarmos do ponto de vista exclusivo da lição moral que Nosso Senhor se propunha. Porque, do ponto de vista da lição moral, bastava dizer que o senhor voltou da sua viagem, que no seu regresso exigiu uma prestação de contas, e que depois retribuiu a cada um dos servos segundo o trabalho fornecido e a atividade por ele desenvolvida. De resto, que o regresso tenha tido lugar muito tempo depois da partida ou não, ao fim de um, de dois, de dez ou de cinquenta anos, era a coisa do mundo mais indiferente e a menos digna de menção. Não será pois forçoso, aqui ainda, encontrar o alcance do post multum temporis no lado profético e figurativo da parábola, e reconhecer

que, se a partida e o regresso do senhor ali representavam a ascensão e a parusia do Senhor, o longo tempo decorrendo antes do regresso ali representava também uma longitude proporcional de duração, que deveria separar a grande cena do monte das Oliveiras, quarenta dias após a ressurreição, da cena ainda maior do vale de Josafá na consumação dos séculos? Tudo absolutamente levaria a pensá-lo, e é assim que com justíssima razão o entendia São Jerônimo no seu comentário sobre São Mateus: «Muito tempo depois, diz ele, voltou o senhor destes servos... [para significar que] grande é o tempo que há entre a ascensão do Salvador e o seu segundo advento. *Grande tempus est inter ascensionem Salvatoris et secundum ejus adventum* ».[64]

Eis, portanto, três traços dos mais acentuados, onde se revela o pensamento de Jesus sobre a duração do mundo; três traços que vêm, um após o outro, dar à tese modernista o mais absoluto dos desmentidos. O meu senhor tarda a vir, faz Jesus dizer ao mau servo. Como o esposo tardava a chegar, diz Ele pouco depois, falando de Si mesmo na parábola das virgens. Após um longo tempo, o senhor voltou, diz Ele ainda, algumas linhas mais abaixo, na parábola dos talentos. Isto traz à memória a famosa passagem do salmo 21 [22], que promete à Igreja de Jesus Cristo uma larga difusão entre todos os povos da terra, a qual Santo Agostinho costumava opor aos donatistas (os quais, conquanto reduzidos a um pequeno cantão da África, não deixavam de ter a pretensão de ser a verdadeira Igreja). «Pensais», dizia ele a esse respeito num dia de Sexta-Feira Santa, «que eles deram ouvidos quando o seu leitor leu esta manhã, do alto do ambão, este anúncio profético dos frutos da redenção: Os confins da terra se lembrarão e se converterão ao Senhor? Mas paciência, não é ainda senão um único versículo. Vá lá, vós pensáveis sem dúvida noutra coisa, ou tagareláveis com o vizinho; prestai pois atenção agora, porque eis que ele repete e bate aos ouvidos dos surdos: E todas as famílias das gentes se prostrarão diante de sua face. Ainda não ouvistes? Que se volte então à carga por uma terceira vez: Pois do Senhor é o

[64] P. L., t. XXVI, col. 187.

império e Ele dominará sobre o conjunto das nações. Retende estes três versículos, meus irmãos».[65]

Assim direi, a meu turno, dos três incisos supramencionados, relativos ao que foi chamado a mora finis: O meu senhor tarda a vir, — o esposo tardava a chegar, — após um longo tempo, o senhor voltou! Qual é o espírito avesso e prevenido que semelhante insistência — na página mesma onde é tratada ex professo a questão do segundo advento de Jesus Cristo — não derrubaria os preconceitos e forçaria a entrada? A menos que se pretenda que a parusia teria ainda assim tardado, que ela teria ainda assim vindo após um longo prazo, após um tempo considerável, chegando — segundo o que os modernistas querem encontrar predito no Evangelho — no próprio decurso da geração que havia visto Jesus nascer e morrer!

Decerto, estas razões parecem peremptórias. Mas uma dificuldade surge de imediato. Perguntar-se-á de novo como conciliar o que se acaba de dizer com a opinião, tão espalhada no primeiro século, de um pronto regresso do Senhor, e a objeção vem por si mesma colocar-se nos lábios. Como, então? os primeiros cristãos não tinham, também eles, lido o Evangelho? Ou, então, não estariam porventura eles em estado de o compreender, eles que o tinham recebido das mãos dos apóstolos, e se encontravam na fonte original donde dimana toda a tradição cristã? E o que nós nele vemos, ou julgamos ver inculcado com tanta insistência, eles não o teriam visto lá! Que digo eu? Teriam antes visto o exato oposto, como testemunham numerosos documentos dos tempos apostólicos, aos quais já fizemos alusão mais acima.

Entristeciam-se por aqueles dos seus que adormeciam no seu último sono, como se esses caros mortos devessem ser, por esse fato, privados de ter parte — assim como o tinham tão ardentemente desejado — na glória e no triunfo do dia do Senhor; e São Paulo era obrigado a consolá-los, assegurando-lhes que a participação nesse triunfo não seria privilégio exclusivo daqueles que o grande dia encontrasse ainda vivos sobre a terra (I Tes., IV, 13-18). Perturbavam-se também com o prazo, e São Pedro teve

[65] Agostinho de Hipona, *Enarrationes in Psalmos*, salmo XXI, 28–29 — Patrologia Latina, t. XXXVI, col. 179.

de os reconfortar com a consideração de que, para o Senhor, um dia é como mil anos, e mil anos são como um dia; que, de resto, Jesus não retardava o cumprimento da sua promessa, mas usava de paciência, não querendo que ninguém pereça, mas que todos cheguem à penitência (II Ped., III, 8-9). Nada se sabia, pois, então, *nem do moram faciente sponso, nem do post multum temporis venit dominus servorum illorum,* nem de nenhum dos traços que dizíamos há pouco serem de natureza a fazer entrar nos espíritos mais rebeldes a ideia do atraso. Eis, aparentemente, o que dirão os adversários; é a razão mais plausível que nos possam opor, e contudo não julgaremos sair dos limites da mais inteira moderação ao dizer que ela não vale absolutamente nada.

Não vale nada, primeiramente, porque se aplica aqui o princípio já tantas vezes invocado, tocante às profecias, as quais, de um modo geral, não se compreendem bem senão após o acontecimento lhes vir dar a chave. Em vão se pretenderá, pois, que os cristãos da época apostólica, por estarem mais próximos das fontes da revelação, estavam também em melhor situação do que nós de ler e interpretar as profecias do evangelho. É justamente o reverso, justamente o exato oposto da verdade. Tanto valeria dizer, por exemplo, que as profecias de Daniel sobre os reis da Síria e do Egito (Dan., XI, 2 ss.) — rejeitadas como apócrifas pelos racionalistas unicamente em razão da surpreendente exatidão com que nelas se veem agora marcados, até aos mais ínfimos detalhes, todos os eventos dos seus reinados —: que essas profecias, digo, eram mais compreensíveis para os contemporâneos do próprio Daniel do que para nós, que as deciframos tão facilmente com o auxílio dos documentos fornecidos pelos livros dos Macabeus e pelos outros monumentos da história.

Não vale nada, seguidamente e sobretudo, porque a predição do longo tempo que devia decorrer até ao segundo advento do Senhor não se encontra em parte alguma apresentada ex professo, nem em termos explícitos e formais, mas somente de modo acidental e como por ocasião, em traços dispersos, que à primeira vista se diriam caídos aqui e ali ao acaso do discurso, e tanto menos feitos para reter a atenção quanto estão

como que perdidos nas sombras das parábolas, e dissimulados sob os véus da alegoria. Que maravilha então que tenham passado despercebidos aos olhos da primeira geração, cujas preocupações eram outras? Que maravilha também que, quando os acontecimentos deram um desmentido às esperanças de uns, aos alarmes de outros e à espera da maior parte, e por isso mesmo forçaram os espíritos a deter-se na ideia de uma parusia ainda longínqua, se tenha descoberto, num estudo mais aprofundado do evangelho, o que tinha escapado aos leitores não prevenidos das idades precedentes?

E foi justamente o que Jesus Se propusera; foi em vista deste resultado que Ele medira as Suas palavras e, se eu ousasse servir-me desta expressão, "doseara" a luz e a sombra na Sua resposta à pergunta dos apóstolos: «Dizei-nos quando chegarão estas coisas, e qual será o sinal do vosso advento e do fim do mundo».

Sem dúvida, o dia do juízo devia permanecer inteiramente oculto quanto à sua data precisa. Muito mais: não se devia saber de antemão nem se estava perto, nem se estava longe. Todavia, isso não podia impedir que fossem discretamente introduzidas certas indicações proféticas acerca da moratória concedida ao mundo: indicações que, trazidas à luz à medida que os tempos avançassem, serviriam para tranquilizar a fé das idades posteriores, a qual, de outro modo, uma espera indefinidamente prolongada e não sustentada por um dado concordante da revelação teria acabado por desencorajar. E estas indicações proféticas, Jesus não no-las recusou; encontramo-las, tais como acabamos de dizer, com a sua dose de sombra para os primeiros tempos e de luz para os de depois, nas duas parábolas onde Ele pintou, sob imagens simples e populares, todo o mistério da sua parusia. Foi o que ficou suficientemente demonstrado precedentemente, sem que haja lugar a voltar ao assunto. Acrescentarei somente agora, à maneira de epílogo, que a parábola das dez virgens, independentemente da indicação fornecida pela circunstância precedentemente explicada, contém uma outra, ainda mais velada esta, e mais misteriosa, mas também tanto mais significativa quanto sobressai da

trama inteira da narrativa alegórica, e sempre, e cada vez mais, num sentido diametralmente contrário ao sentido e à ideia modernista.

Com efeito, é evidente que, quando Jesus dizia que o reino dos céus seria semelhante (*simile erit*) a dez virgens que, tendo tomado as suas lâmpadas, saíram ao encontro do esposo: sob o nome de reino dos céus, Ele entendia o reino de Deus que viera fundar na terra, o reino ao estabelecimento do qual havia consagrado os três anos da sua pregação, o reino, enfim, que se devia compor da multidão do povo cristão, desde a primeira publicação do Evangelho até à consumação dos séculos. É pois o conjunto dos fiéis do futuro que nos apresentava a parábola. Mas por que, então, sob a imagem destas virgens que, umas após as outras, adormecem no decurso das longas horas de espera do esposo que tarda a chegar? Era para significar que estes fiéis do futuro adormeceriam também eles, mas do sono da morte, antes que venha o dia da parusia? e que dormiriam nos seus túmulos no momento em que ressoará o grito: Eis o esposo que vem!, sinal do retorno de Jesus sobre as nuvens do céu? Talvez.

Uma restrição, contudo, impõe-se de toda a necessidade, e, por mais fundada que se suponha a significação que acabamos de dizer, será sempre preciso excetuar dela aqueles que o último dia do mundo surpreender ainda vivos, como a catástrofe do dilúvio surpreendeu os homens do tempo de Noé (Mat., XXIV, 37 ss.; Luc., XXI, 35). É mesmo ainda uma questão saber se estes cristãos da última geração deverão também eles pagar o seu tributo à morte. Vários Padres, apoiando-se em diversas passagens da Escritura, opinam pela negativa, e pensam que eles farão exceção à lei comum, passando de súbito do estado da mortalidade presente para a vida incorruptível do século vindouro.[66] Pouco importa de resto para o momento, porque, seja qual for esta opinião — rejeitada aliás, e com razão, ao que parece, pela maior parte dos teólogos[67] —, uma coisa é absolutamente certa, a saber, que, se passarem pela morte, passarão por

[66] Entre eles, São João Crisóstomo na homilia 42ª[no original 48ª, lapso frequente] sobre a primeira epístola aos Coríntios, n. 2; e São Jerônimo na carta 59ª ad Marcellam, n. 3.

[67] «É uma opinião mais comum e mais segura», diz São Tomás, «que todos morrerão e ressuscitarão de entre os mortos, e isso por três razões, etc.». Suppl., q. 79, a. 1

ela como não passando, porque passarão por ela sem nela demorar, sem nela fazer pausa, numa pronta e rápida mudança da vida para o trespasse, e do trespasse para a ressurreição.[68] E é o que, em qualquer hipótese, os colocará numa categoria totalmente à parte, relativamente aos outros mortos que descem à tumba para aí permanecerem e dormirem até que soe a hora do despertar geral. É também o que basta para explicar como e por que São Paulo, tratando do advento do Senhor na sua primeira epístola aos Tessalonicenses (IV, 12-18), os distingue dos dormentes (vers. 12), daqueles que adormeceram em Jesus (vers. 13); muito mais ainda, os designa constantemente sob o nome de vivos, por oposição aos que ele chama de mortos (vers. 15, 17), em conformidade com o artigo do Símbolo em que se diz que Jesus está sentado à direita de seu Pai, donde virá a julgar vivos et mortuos .[69]

Eis-nos, pois, em presença de duas categorias bem distintas. Por um lado, aqueles dos fiéis que devem adormecer, isto é, morrer antes do dia da parusia, e pelo outro, os que o dia supremo encontrará vivos na terra: os primeiros, que a parábola nos apresenta sob a figura das dez virgens dormentes; os segundos, dos quais a parábola não diz palavra, que ela passa em silêncio, dos quais faz completa abstração. E logo se coloca uma questão: de que lado se encontrava, no pensamento de Jesus, a generalidade, a massa, o grande número? digo, o grande número dos fiéis compondo o reino dos céus que aqui está em causa? Do lado dos primeiros, ou antes do lado dos segundos? Mas é quase desnecessário formular a resposta. Com toda a evidência, Jesus via a generalidade na categoria que a sua parábola encenava. Quanto à outra que deixava na sombra — a dos contemporâneos do último dia, a daqueles de quem São Paulo, na passagem mais acima citada, não fala senão como de um resto, de um remanescente[70] —, não via nela manifestamente senão uma

[68] Santo Agostinho, l. II Retract., c. 33, diz: De vita ista in mortem, et de morte in aeternam vitam celerrima commutatione.

[69] «Esta distinção entre os vivos e os mortos não se refere ao instante mesmo do juízo, em que todos estarão vivos; nem a todo o tempo de antes do juízo, visto que todos terão estado, durante um tempo, vivos, e, durante um tempo, mortos; mas refere-se ao tempo determinado que precederá imediatamente a primeira aparição dos sinais do juízo.» São Tomás, loc. cit., ad 1um.

[70] Nos qui residui sumus, qui relinquimur, περιλειπόμενοι, diz ele, I Tes., IV, 14-15, falando na pessoa daqueles que o último dia encontrará ainda com vida.

categoria de exceção, uma ínfima minoria que, a esse título, não entrava no quadro de conjunto do reino dos céus que a parábola tinha em vista.

Ora, suponhamos agora com os modernistas que Jesus tenha crido que a parusia estava às portas de se realizar. Teria sido exatamente o inverso que se teria apresentado ao Seu espírito: a generalidade, o grande número, estaria do lado dos fiéis que a parusia devia encontrar vivos; a exceção, o pequeno número, do lado daqueles que a morte já teria deitado no túmulo. Não seria pois destes, mas daqueles que Ele teria tomado a similitude deste reino dos céus do qual Ele dizia: Simile erit regnum caelorum decem virginibus quae, acceptis lampadibus, exierunt obviam sponso; e se o traço do atraso do esposo já não tinha nenhum tipo de razão de ser, como já foi dito, o da letargia e do sono que se apodera das dez virgens tornava-se ainda mais incoerente e mais incompreensível.

Para que lado quer que nos voltemos, não vemos pois senão solenes desmentidos dados pelo Evangelho à ideia modernista; e sucede que, chegados ao fim do nosso estudo sobre o discurso onde é tratada ex professo e a fundo toda a questão da parusia, podemos constatar que não há uma única das suas interpretações que se sustente, nem um único dos textos de que abusam que não os condene, nem um único dos seus traços que não se volte contra eles; é a plena verificação da palavra do Salmista: Et infirmatae sunt contra eos linguae eorum. Mas talvez possam agora, à falta do lugar principal, reclamar para si as passagens que tiram das outras partes do Evangelho? Muito menos ainda, pois quanto a essas, já nem sequer são ad rem, atingem em falso, estão fora do assunto e não têm qualquer relação com a questão.

Tal a passagem que se lê em São Mateus (XVI, 28) e em São Marcos (VIII, 39) e em São Lucas (IX, 27), onde Jesus diz: Em verdade vos digo, muitos dos que aqui estão presentes não provarão a morte sem terem visto o Filho do homem vir na sua realeza. É verdade que à primeira vista, assim separado do corpo da narração, este texto pareceria estabelecer em termos expressos e formais a tese dos adversários. Mas um instante. Recorramos ao contexto, e veremos com plena evidência que se trata aqui não da

parusia em si, mas de uma amostra da glória da parusia, que Jesus Se propunha a dar a três dos Seus discípulos na Sua transfiguração. E seis dias depois, continua imediatamente São Mateus, Jesus tomou consigo Pedro, Tiago e João, e conduziu-os à parte sobre uma alta montanha, e foi transfigurado diante deles. O mesmo em São Marcos; o mesmo também em São Lucas, que é ainda mais explícito: E cerca de oito dias depois de Ele ter dito estas palavras (as do texto em questão), Jesus tomou consigo Pedro, Tiago e João, etc. *Factum est autem post haec verba fere dies octo.*[71] Era impossível sublinhar melhor a conexão da precedente promessa com a visão de que foram favorecidos os três apóstolos no Tabor.

É que, com efeito, Jesus tinha dito: «Aquele que quiser salvar a sua vida perdê-la-á, e aquele que perder a sua vida por causa de Mim, encontrá-la-á. E de que serve ao homem ganhar o universo, se vier a perder a sua alma? Porque o Filho do homem deve vir na glória de Seu Pai com os Seus anjos, e então retribuirá a cada um segundo as suas obras». Apelava pois ao glorioso advento que presidirá à distribuição das recompensas e dos castigos eternos. Mas esta glória de seu Pai, na qual Ele dizia que retornaria, ela não devia aparecer senão na vida futura, no momento da ressurreição geral! E enquanto se espera, quem dela dará testemunho, quem a tornará crível sobretudo àqueles que o escândalo da cruz ia tão profundamente conturbar? É por isso que Jesus prometia mostrar imediatamente a testemunhas privilegiadas um espécime disso logo na vida presente: promessa que Ele cumpria nesta transfiguração maravilhosa, cuja comovida lembrança São Pedro — chegado ao fim da sua carreira, nas vésperas mesmas do seu martírio — recordava nas supremas recomendações que deixava à Igreja (II Ped., I, 16): «Não é sobre a fé em fábulas engenhosamente imaginadas», escrevia ele, «que vos fizemos conhecer a potência e o advento (a parusia, παρουσίαν) de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas como testemunhas oculares da Sua majestade: quando Ele recebeu honra e glória de Deus Pai, e quando, de uma glória magnífica, se fez ouvir uma voz: Este é o meu Filho muito amado, no qual pus todas as minhas complacências. E nós, nós ouvimos esta voz vinda do

[71] São Mateus e São Marcos dizem seis dias; São Lucas diz: cerca de oito dias depois. É que os dois primeiros não metem na conta senão os dias intermediários, enquanto o terceiro faz entrar o dia da promessa e o do cumprimento.

céu, quando estávamos com Ele sobre a montanha santa». E de tudo isto resulta abertamente que o texto invocado pelos adversários *(sunt quidam de hic stantibus, qui non gustabunt mortem donec videant Filium hominis venientem in regno suo*), não é de modo algum ad rem, que ele atinge em falso, que está inteiramente à margem e fora do ponto em discussão.

Por maioria de razão, será forçoso dizer o mesmo daquele texto que Renan apresentava em último lugar, para provar que as declarações de Jesus sobre a proximidade da catástrofe final não deixavam lugar a equívoco algum: Quando vedes o vermelho do anoitecer, preveis que fará bom tempo; quando vedes o vermelho sombrio da manhã, anunciais a tempestade. Como não sabeis vós, que julgais a face do céu, reconhecer os sinais dos tempos? E de fato, ser-nos-ia impossível, a nós que recebemos da Igreja a inteligência das Escrituras, perceber nesta resposta do Salvador àqueles que, para O tentar, lhe pediam que lhes fizesse ver um sinal vindo do céu, uma alusão qualquer — por longínqua ou por puramente aparente que fosse — à chegada dos tempos marcados para o fim do mundo. Vemos bem, e sem dificuldade, que Jesus censura aos judeus o não saberem reconhecer os sinais dados nas profecias para esta vinda do Messias que se devia realizar em grande pobreza e grande humildade, para a redenção do gênero humano e a expiação do pecado. Mas nunca nos teria ocorrido a ideia de que se pudesse torcer este texto no sentido do último advento, o qual se fará reconhecer por si mesmo, sem que haja necessidade de sinais de espécie alguma. E se vos disserem: ei-lo no deserto, ei-lo nos lugares retirados da casa, não o creiais. Já não é o tempo em que Ele deverá vir desta sorte, de uma casa particular, de uma cidade obscura, de um deserto, mas Ele aparecerá de súbito com um brilho surpreendente, e um relâmpago não se faz ver mais rapidamente do nascente ao poente, e de um lado do céu ao outro, do que o Filho do homem aparecerá em toda a terra.

A causa do equívoco dos racionalistas está pois toda nisto: que puseram em princípio que o advento messiânico e a parusia são uma única e mesma coisa: o que faz que relacionem indistintamente a esta tudo o que, no Evangelho, é dito daquele. Inútil de resto acrescentar que eles se guardam muito de fazer a prova do próprio princípio, preferindo, antes de

tentar semelhante proeza, supô-lo como verdade primeira sem necessidade de nenhuma demonstração. Nós não os seguiremos sobre este terreno e os deixaremos em posse da sua imperturbável segurança; com a exceção, contudo, de que rogaremos ao Pai das luzes que lhes tire o véu que está estendido sobre os seus corações, para que reconheçam por fim este advento de graça e de misericórdia, que os colocaria a coberto do futuro advento de justiça, segundo o voto da Igreja nas solenidades do Natal: *Ut quem Redemptorem laeti suscipimus, venientem quoque Judicem securi videamus.*

SÉTIMO ARTIGO

A PARUSIA NAS EPÍSTOLAS DOS APÓSTOLOS. TEXTOS PARENÉTICOS [EXORTATÓRIOS].

Era de todo natural que, depois de ter imputado ao próprio Jesus Cristo, sobre a proximidade do fim do mundo, o erro que vimos, o racionalismo moderno o imputasse também aos apóstolos de Jesus Cristo. Pois se o erro do mestre é em regra geral, e isto pela própria natureza das coisas, o erro dos seus discípulos, por maioria de razão sê-lo-á no caso muito particular de um erro que envolvesse a obra inteira que ele lhes teria deixado — como aos confidentes do seu pensamento — o cuidado de continuar após si. Ora, tal foi, segundo o dizer dos modernistas, o erro de Jesus, já que para eles o Evangelho não foi originalmente senão uma obra de reforma a promover no seio do judaísmo, e isto em vista do iminente desmoronamento do mundo atual, que deveria ser logo seguido pelo estabelecimento do Reino de Deus num mundo inteiramente novo, sob a presidência de Cristo na sua parusia. É por isso que, sobre um ponto tão característico e tão fundamental, uma dissidência qualquer entre o mestre e os discípulos não era de modo verossímil sustentável, e, portanto, era forçoso, quer se queira quer não, que os apóstolos fossem por sua vez convencidos de ter tido, sobre a questão escatológica, exatamente as mesmas vistas, as mesmas ideias, a mesma crença — digamos a palavra, os mesmos sonhos quiméricos e as mesmas ilusões. Eis, portanto, que nos opõem agora numerosos textos tirados dos seus discursos e dos seus escritos. Já não é mais o Evangelho que é chamado a contribuir; são os Atos, as Epístolas, e sobretudo o Apocalipse. Daí um novo conjunto de argumentos e de razões, ao exame dos quais o presente artigo e os seguintes serão consagrados.

Mas, antes de entrar no detalhe da discussão, convirá colocar previamente sob os olhos do leitor as passagens em que a questão da época

da parusia é expressamente visada e, como se costuma dizer, tratada ex professo. Não é, com efeito, nestes lugares que se procura geralmente a justa e exata expressão do pensamento dos autores sobre um ponto determinado e, por conseguinte, a norma de interpretação (no mínimo, negativa) para o que, no resto dos seus escritos, pudesse oferecer equívoco ou ambiguidade? Nada é, pois, mais a propósito do que fazer deles, desde o início, o levantamento, nem que seja apenas a título de informação preliminar sobre a mentalidade dos escritores, e de indicação geral do sentido do seu pensamento. Ora, as passagens nas quais o pensamento apostólico se explicou pertinente e categoricamente sobre a época da parusia são em número de três, e três apenas.

A primeira encontra-se na primeira epístola aos Tessalonicenses (V, 1-3): Quanto aos tempos e aos momentos, diz ali São Paulo, não há necessidade de vos escrever. Pois vós mesmos sabeis muito bem que o dia do Senhor virá como um ladrão durante a noite. Quando os homens disserem: «Paz e segurança!», é então que uma ruína repentina cairá sobre eles, como as dores de parto sobre a mulher grávida, e não escaparão. Mas vós, meus irmãos, não estais nas trevas, para que esse dia vos surpreenda como um ladrão... Não durmamos, pois, como o resto dos homens, mas vigiemos e sejamos sóbrios, etc.

A segunda está na segunda aos mesmos Tessalonicenses (II, 1-9): No que concerne ao advento de Nosso Senhor Jesus Cristo, escreve o apóstolo, rogamo-vos que não vos deixeis abalar facilmente nos vossos sentimentos, nem alarmar, seja por alguma profecia, seja por alguma palavra ou alguma carta que se supusesse vir de nós, como se o dia do Senhor fosse iminente. Que ninguém vos engane de modo algum; porque esse dia não chegará sem que antes tenha vindo a apostasia, e se tenha visto aparecer o homem do pecado, o filho da perdição, o adversário que se elevará acima de tudo o que é chamado Deus, ou honrado com culto... Não vos lembrais de que eu vos dizia estas coisas quando estava ainda convosco? E agora, sabeis o que o retém... pois já se elabora o mistério de iniquidade, aguardando somente que aquele que o retém tenha desaparecido. E então descobrir-se-á o ímpio, a quem o Senhor Jesus

exterminará pelo sopro da sua boca, e aniquilará pelo brilho do seu advento.

Enfim, a terceira passagem está na segunda epístola de São Pedro (III, 8-14), onde lemos: Há uma coisa, meus irmãos, que não deveis ignorar: é que, para o Senhor, um dia é como mil anos, e mil anos são como um dia. Não, o Senhor não retarda o cumprimento da sua promessa, como alguns imaginam; mas usa de paciência para convosco, não querendo que ninguém pereça, mas que todos cheguem à penitência. O dia do Senhor virá como um ladrão. Nesse dia, os céus passarão com estrondo, os elementos abrasados dissolver-se-ão, e a terra será consumida com as obras que encerra... Uma vez, pois, que todas estas coisas estão destinadas a dissolver-se, quais não deveis vós ser, numa vida toda santa e toda devotada à piedade, apressando-vos para o advento aguardado do dia de Deus, no qual os céus inflamados se dissolverão, e os elementos abrasados se fundirão. Mas nós aguardamos, segundo a sua promessa, novos céus e uma nova terra onde a justiça habita. Nesta expectativa, fazei todos os esforços para serdes achados por Ele sem mancha, e irrepreensíveis na paz.

E eis todo o balanço das indicações fornecidas pelos apóstolos, nos lugares onde abordam expressamente a questão que então agitava tantos espíritos, e alimentava tantas conversas. Ter-se-á, imagino eu, muita dificuldade em encontrar aí o rastro do que Renan ousava dar-nos como a crença mais "profunda" e mais "constante" da primeira geração cristã. Haverá sequer uma palavra, uma insinuação, uma alusão qualquer que traia a persuasão de um próximo retorno de Cristo sobre as nuvens do céu, ou não haveria talvez exatamente o oposto?

São Paulo recorda-se de que Jesus, no momento de deixar a terra, dissera aos seus: «Não vos pertence conhecer os tempos nem os momentos, χρόνους ἢ καιρούς, que o Pai fixou por sua própria autoridade», e, inspirando-se nesta palavra, referindo-se a esta advertência, retomando o discurso — para que ninguém se enganasse — nos mesmos termos, começa por declarar aos seus Tessalonicenses que, sobre os tempos e os momentos, περὶ δὲ τῶν χρόνων καὶ τῶν καιρῶν, não tem

necessidade de lhes escrever. E porquê? Pela razão de que eles já estavam instruídos de tudo o que disso se podia saber: que a hora da parusia seria a hora do ladrão de noite, que não é possível prever de antemão; que, de resto, de nada serviria querer penetrar segredos cujo conhecimento foi recusado aos mortais, e que, em consequência, em vez de procurar inutilmente satisfazer uma vã curiosidade, era preciso pensar em não se deixar surpreender despreparado, dispondo-se por uma vida santa ao juízo de Deus, seja em que tempo for que ele deva vir: «Não durmamos pois como os outros, mas vigiemos e sejamos sóbrios, tomando por couraça a fé e a caridade, e por capacete a esperança da salvação». É absolutamente todo o sentido, todo o alcance, toda a conclusão da primeira passagem.

Contudo, como os rumores sobre a iminência da catástrofe continuavam a espalhar-se, São Paulo volta à carga numa segunda epístola, e encarece ainda mais o que dissera na primeira. Desta vez, ele corrige expressamente o erro, quer que não se dê nenhuma espécie de crédito aos boatos tão temerariamente postos em circulação, anunciando ademais que, antes que venha a parusia, teriam de produzir-se acontecimentos sobre o curso e encadeamento dos quais ele não se explica, é verdade, por escrito, senão de uma maneira das mais enigmáticas, mas que, em todo o caso, pareciam exigir, para se desenrolarem, uma extensão de tempo antes considerável. Pois esta apostasia de que ele fala, esta defecção geral da fé em Jesus Cristo, esta elaboração da obra de iniquidade cuja eclosão um misterioso impedimento retardava, este advento do «iníquo» — isto é, sem dificuldade, do grande e principal anticristo de quem tantos outros deviam ser os precursores[72] —, tudo isto evidentemente não era destas coisas que acontecem num piscar de olhos, que começam, que se desenvolvem, que evoluem do dia para a noite. Qualquer que seja pois a verdadeira interpretação do famoso τὸ κατέχον, o que retém, o que impede, que se lê no versículo 6, ou da outra expressão ὁ κατέχων, aquele que retém, ou que obtém, ou que ocupa, que retorna no versículo seguinte[73], permanece assente que a hipótese de uma imediata ou próxima vinda do Senhor era nitidamente afastada pelo apóstolo, e que, se o era de forma assaz clara já

[72] I João, II, 18.
[73] Ver Bossuet, Avertissement aux protestants sur leur prétendu accomplissement des prophéties, n. 45 ss.

para os seus correspondentes diretos, por maior razão o é para nós, que tantos acontecimentos doravante já cumpridos nos puseram em estado de penetrar melhor o sentido da sua profecia, e de medir-lhe o alcance.

E eis que, enfim, escutamos São Pedro: São Pedro, que não só abunda, mas superabunda no mesmo sentido, declarando fazer seu tudo o que disse aquele que ele chama, um pouco mais abaixo, o seu bem-amado irmão Paulo. Também ele está a mil léguas de fixar, mesmo aproximadamente, uma medida de tempo qualquer. Também ele atém-se pura e simplesmente à única coisa que nos é útil conhecer, a qual é que: como todos, sem exceção alguma, devem ver o dia do Senhor que virá julgar os vivos e os mortos[74], todos sem exceção também — quer tenham ou não de morrer antes da sua chegada — são intimados a preparar-se para ele sem demora, pelo exercício das boas obras, e por uma constante aplicação a purificar-se do amor às coisas perecíveis, destinadas a desaparecer para sempre. Mas o que é sobretudo posto em evidência é que a questão do atraso de Deus no cumprimento da sua promessa seria, em toda a hipótese, uma questão inteiramente desprovida de sentido, porque Deus não fixou nenhuma data e que, aliás, diante dele nenhuma duração é longa, ou antes, nenhum tempo dura; que um dia é como mil anos, que mil anos são como um dia, e que assim o prazo, por mais prolongado que se o pudesse imaginar nas idades vindouras, chamar-se-ia ainda pelo seu verdadeiro nome: não um atraso, mas sim um desígnio de misericórdia e de salvação da parte dAquele «que não quer que ninguém pereça, mas que todos cheguem à penitência». Tal é o fundo e o imo do pensamento apostólico. Nada mais, nada menos; e eu procuro, no meio de tudo isto, a pretensa mentalidade que nos representavam como confinada e circunscrita na ideia fixa de uma parusia prestes a eclodir, e de um mundo a ponto de acabar.

Podemos, pois, já concluir que, em todas as passagens onde a questão da época da parusia é posta pelos apóstolos sobre a mesa, como o objeto próprio, direto e categórico do discurso, não há nenhum sinal, nenhum traço, nenhum vestígio da persuasão que o racionalismo

[74] I Tim., IV, 1.

contemporâneo lhes empresta; mas antes, tanto quanto o permitia a reserva na qual o próprio Jesus intencionara manter-se, todos os indícios de uma persuasão diametralmente contrária. Por isso, não é para este lado que se volta o livre-pensamento. Estas passagens, sem contestação as mais importantes de todas, e mesmo, num certo sentido, as únicas verdadeiramente probantes, ele nem sequer as discute; deixa-as na sombra, quer ignorá-las, para se fechar exclusivamente em textos dos quais o mínimo que se pode dizer é que estão à margem da questão, e cujas indicações que neles se crê encontrar sobre o breve termo do último dia do mundo não são vistas senão através do prisma de raciocínios construídos sobre falsos pressupostos — provenientes, na sua maior parte, da ignorância da linguagem própria da Escritura e da sua particular maneira de encarar as coisas. Estes textos, cumpre-nos agora examiná-los de perto e, para maior ordem e clareza, os reduziremos a algumas categorias principais.

A primeira categoria compreenderá os textos que se poderiam chamar paranéticos, textos de exortações à prática de todas as virtudes cristãs, em vista da chegada do Senhor que está próxima. Eis os principais exemplos. É a hora, dizia São Paulo aos Romanos, de despertarmos do sono, [sono este que é a] sequência e consequência da diminuição do nosso primeiro fervor. Pois agora a salvação está mais perto de nós do que quando abraçamos a fé. A noite vai avançada, e o dia aproxima-se. Despojemo-nos pois das obras das trevas e revistamo-nos das armas da luz (Rom., XIII, 11-12). E aos Filipenses: Alegrai-vos no Senhor em todo o tempo; repito-o, alegrai-vos. Que a vossa doçura seja conhecida de todos os homens, pois o Senhor está próximo. Não vos inquieteis com nada; mas em toda a circunstância apresentai as vossas necessidades a Deus por meio de orações e súplicas, com ações de graças (Filip., IV, 4-6). E aos Hebreus: A perseverança vos é necessária, a fim de que, após terdes feito a vontade de Deus, obtenhais o que vos está prometido. Ainda um pouco, muito pouco tempo, e aquele que deve vir virá, e não tardará (Heb., X, 36-37). E São Tiago a seu turno: Tende paciência, meus irmãos, até ao advento do Senhor. O lavrador, na esperança do precioso fruto da terra, aguarda pacientemente até que receba a chuva do outono e da primavera. Vós

também, sede pacientes e firmai os vossos corações, pois o advento do Senhor está próximo. Não vos desfaçais em queixas uns contra os outros, para não serdes julgados: eis que o juiz está à porta (Tia., V, 7-9). Tais são, digo eu, os textos da primeira categoria. Poder-se-ia sem dúvida alongar ainda a lista, mas sem utilidade nem proveito; pois o resto não consistiria senão em repetições ou variantes recaindo antes sobre as palavras, e não modificando em nada, nem quanto ao fundo nem quanto à forma, a dificuldade que se apresenta, a qual consiste inteiramente em declarações como estas: *Dominus prope est, adhuc modicum aliquantulum, ecce judex ante januam assistit*, e se houver outras de igual força e de igual alcance.

Mas a solução desta dificuldade estará então ainda por encontrar, ou não podemos dizer que já a temos? Com efeito, temos aqui uma pura e simples aplicação das instruções dadas por Jesus aos seus discípulos, nas páginas que constituíram o objeto do nosso estudo precedente. De toda a evidência, as exortações apostólicas a vigiar, a perseverar, a ter paciência, a renunciar às concupiscências mundanas, a manter-se sempre pronto para a chegada do Senhor — acompanhando a atenção e a diligência com orações —, não são senão uma aplicação, apropriada aos fiéis da primeira hora, das exortações que se leem em São Mateus, São Marcos e São Lucas como conclusão do discurso escatológico. Donde se segue muito claramente, se não me engano, que, para nos fazer entrar no legítimo e verdadeiro sentido do pensamento dos apóstolos, devem servir agora, sem que haja necessidade de novas demonstrações, todos os pontos precedentemente postos à luz para a exata compreensão das palavras de Jesus; e notadamente, o principal, o mais marcante, o mais importante de todos, o qual se referia ao duplo aspecto sob o qual o Evangelho encara a parusia: por um lado, na sua realidade retumbante do grande dia de Deus, quando vier a última hora do mundo, e, por outro lado, nas suas antecipações secretas de todos os dias, quando vem a última hora de cada homem individualmente. Toda a questão se reduz pois a saber sob qual destes dois aspectos a parusia é tomada nos textos supracitados. É sob o primeiro? Então, sim, a dificuldade subsiste. É sob o segundo? Então, a dificuldade desaparece pelo próprio fato, e desvanece-se inteiramente. Ora,

a resposta não poderia ser duvidosa. Ela dependerá das observações que vamos pôr sob os olhos do leitor.

Observemos pois, em primeiro lugar, o teor das passagens em que se encontra a intimação de uma parusia próxima, a curto prazo, nas vésperas de se produzir. Seriam estas passagens, porventura, daquelas que nos representam o cenário, o aparato, a grande cena do juízo universal? De modo nenhum. Nunca são senão textos em que a parusia é apresentada como a vinda do Senhor ou do Juiz, sem outra precisão nem determinação, sem adição de espécie alguma, sem menção direta ou indireta da glória, potência e majestade nas quais ela fulgurará no último dia do mundo. Nelas se lê somente que o Senhor está próximo, que aquele que deve vir não tardará, que já o juiz está à porta: donde se deduz a conclusão prática de que há lugar a entrar nos sentimentos, e providenciar os preparativos que esta chegada comporta.

Não é, pois, como em tantos outros lugares dos escritos apostólicos, onde é descrito o advento glorioso, adventus gloriae (Tit., II, 13), do nosso grande Deus e Salvador Jesus Cristo, enquanto tal; onde a parusia se torna a revelação (ἀποκάλυψις), a aparição (ἐπιφάνεια) de Jesus Cristo e da sua glória. Como em São Paulo, por exemplo, quando fala aos Tessalonicenses do dia em que o Senhor Jesus aparecerá do céu, com os mensageiros da sua potência, no meio de uma chama de fogo, para fazer justiça dos que não obedecem ao Evangelho (II Tes., I, 7), e mais abaixo, do dia em que Ele virá para ser glorificado nos seus santos, e reconhecido como admirável em todos os que tiverem crido (ibid., 10); e noutro lugar, da manifestação de Nosso Senhor Jesus Cristo que fará aparecer, a seu tempo, o bem-aventurado e único Soberano, o Rei dos reis e o Senhor dos senhores (I Tim., VI, 15); e ainda, na primeira aos Coríntios (I, 7), e na aos Colossenses (III, 4), e na segunda aos Tessalonicenses (II, 8), e na primeira de São Pedro (IV, 13), etc., etc.

Decerto, eis outros tantos textos que nunca se sonhará em aplicar a outro dia senão ao das grandes sessões do tribunal da consumação dos séculos; e se fosse em textos deste teor que se encontrassem os anúncios

de prazo próximo que constituem o objeto da dificuldade presente, seria forçoso reconhecer que não é na referida distinção dos dois aspectos da parusia que se encontraria a solução, ao menos adequada e suficiente. Mas não; poder-se-á vasculhar as cartas dos apóstolos, da primeira à última página, e jamais se poderá produzir um único exemplo. Se São Paulo, falando da aparição da glória de Nosso Senhor Jesus Cristo, faz ao mesmo tempo menção da época em que ela se realizará, não será senão para insinuar de novo o impenetrável segredo no qual Deus quis que ela permanecesse escondida: Até à manifestação de Nosso Senhor Jesus Cristo, diz ele no texto citado mais acima, μέχρι τῆς ἐπιφανείας τοῦ Κυρίου ἡμῶν Ἰησοῦ Χριστοῦ, a qual fará aparecer a seu tempo, καιροῖς ἰδίοις, o Bem-aventurado e único Soberano, o Rei dos reis e Senhor dos senhores. «A seu tempo» — é tudo o que o apóstolo sabe disso muito provavelmente; em todos os casos, é tudo o que dele nos fará saber. E noutro lugar, a respeito do advento do anticristo, que o Senhor Jesus aniquilará pelo brilho do seu advento, τῇ ἐπιφανείᾳ τῆς παρουσίας αὐτοῦ, servir-se-á do mesmo modo de falar que se furta a todo o cálculo e escapa a toda a avaliação: E agora sabeis o que o retém, para que se manifeste a seu tempo, εἰς τὸ ἀποκαλυφθῆναι αὐτὸν ἐν τῷ ἑαυτοῦ καιρῷ (II Tes., II, 6).

Portanto, de qualquer maneira que tomemos as passagens dos escritos apostólicos onde a parusia é dada como próxima (quer seja absoluta ou comparativamente, quer em si mesmas ou nos múltiplos contrastes que delas fazem ressair mais o significado), tudo nos diz, tudo nos adverte de que se trata ali dessa vinda do Senhor que se cumpre secretamente e invisivelmente, à medida que a morte colhe as almas humanas, e que sobre cada uma delas é pronunciada a sentença irrevogável e definitiva, após a qual não resta mais do que a publicação, a vinda à plena luz, reservada à parusia visível e retumbante do fim dos tempos (I Cor., IV, 5); dessa vinda do Senhor que o evangelho de São Lucas nos punha precedentemente sob os olhos, naquele capítulo duodécimo, onde, independentemente de toda a alusão à catástrofe mundial, nos era ordenado estar constantemente à espera do retorno do nosso mestre, a fim de que, logo que ele chegue — sob a figura da morte — e bata à porta

pelos golpes que anunciam a aproximação da morte, nós lhe abramos imediatamente, e lhe abramos para sermos em seguida, se estivermos vigilantes, colocados na posse do seu reino, da sua felicidade eterna, das suas riquezas inestimáveis; desta vinda do Senhor, enfim, que se poderá sempre, e em plena segurança, anunciar como muito próxima, sem pretender, contudo, penetrar o grande segredo fechado a toda a criatura, e aos próprios anjos do céu, o segredo do qual está escrito: «Quanto a esse dia e a essa hora (em que o Filho do homem virá em majestade e poder julgar o mundo), ninguém o sabe, senão o Pai».

E quão justamente, quão naturalmente sobretudo, esta mesma vinda do Senhor — a que estava tão próxima, a que já se encontrava à vista, e não podia mais tardar — não era ela apresentada pelos apóstolos àqueles cujo ardor queriam reanimar ou cuja coragem queriam levantar? A estes primeiros fiéis, na sua maioria avançados na vida, que haviam sofrido e sofriam ainda pela fé (Filip., I, 29-30; Heb., X, 32-37; Tia., I, 2), que tocavam a coroa, que — tentados a fraquejar, ou solicitados a desertar as assembleias cristãs (Heb., X, 25) — já não tinham necessidade senão de um pouco de perseverança para colher o fruto de tantas penas e de labores! «Lembrai-vos daqueles primeiros dias em que, após a vossa conversão, sustentastes um grande combate de sofrimentos, ora expostos como em espetáculo aos opróbrios e às tribulações, ora tomando parte nos males dos que eram assim tratados. Com efeito, compadecestes-vos dos prisioneiros, e aceitastes o saque dos vossos bens, sabendo que tendes uma riqueza melhor, e que durará para sempre. Não abandoneis, pois, a vossa segurança, uma grande recompensa lhe está ligada. Porque a perseverança vos é necessária, a fim de que, após terdes feito a vontade de Deus, obtenhais o que vos está prometido. Ainda um pouco, muito pouco tempo, e aquele que deve vir virá, e não tardará. O meu justo (diz a Escritura) viverá da fé, mas se ele recuar, a minha alma não porá nele a sua complacência. Quanto a nós, não somos dos que recuam para sua perda, mas dos que guardam a fé para salvar a sua alma[75]». Pergunto eu, não é o que poderia dizer ainda hoje, sem lhe retirar uma só palavra, o partidário mais resoluto de uma duração indefinida do mundo, àqueles que ele visse

[75] Heb., X, 32-39.

nas condições em que se encontravam os Hebreus que São Paulo outrora exortava? E são nestes textos que a sabedoria modernista vê a obsessão da ideia de que os tempos haviam chegado, que o mundo estava a ponto de acabar! Quem o poderia imaginar?

Mas, se fosse preciso confirmar o que acaba de ser dito por novas provas, encontrá-las-íamos em abundância em cada uma das páginas em que os apóstolos, pelas suas recomendações, os seus avisos, os seus conselhos, as suas instruções práticas, deixavam ver, e até à evidência, que a ideia que eles faziam do futuro era em todos os pontos conforme àquela que nós mesmos dele fazemos, ainda hoje. Ouçamos São Paulo que, há instantes, dizia que o Senhor estava próximo, e que aquele que devia vir já não podia tardar. Ouçamo-lo, digo eu, exortar agora os fiéis a viverem em repouso, a ocuparem-se dos seus próprios negócios (I Tes., IV, 11), a trabalhar pacificamente para comer um pão conscienciosamente ganho (II Tes., III, 12), a fazer orações, súplicas, intercessões, pelos reis e pelos que estão constituídos em dignidade, a fim de que passemos uma vida pacífica e tranquila, em toda a piedade e honestidade (1 Tim., II, 1-2). É porventura essa a linguagem de quem se crê na véspera do desmoronamento da máquina do mundo e já ouve os primeiros estrondos da pavorosa tempestade em que iria soçobrar o universo? Mas, por Deus! notemos bem como a perspectiva do apóstolo não se abria senão para um estado de coisas absolutamente normal, dando lugar a uma vida tranquila e regular, sob a única condição da manutenção da ordem social, da qual são encarregues os depositários do poder público, por quem, precisamente com essa intenção, ele recomendava que se rezasse.

Ouçamos São Tiago, o qual, não contente em anunciar que a vinda do Senhor se aproximava, mostrava ainda o Juiz já à soleira da porta: ecce judex ante januam assistit! E eis que agora, no decurso das suas recomendações, é levado a corrigir a presunção destes cristãos que, sem qualquer consideração pela incerteza do amanhã, formavam projetos de progresso e de fortuna, comportando-se em tudo como se o futuro lhes tivesse pertencido e eles fossem os senhores para dele dispor a seu bel-prazer. Decerto, para reconduzir estes temerários à realidade das

coisas, era a ocasião única de lhes colocar de novo sob os olhos a visão da iminente catástrofe mundial, e de lhes representar que sob pouco se iria desvanecer até a última base de tantos vãos cálculos, visto que futuro terrestre não mais haveria, nem para eles nem para ninguém. Que argumento em si mais concludente do que esse? Que razão também mais apropriada — se se devesse dar crédito à exegese modernista — à mentalidade da primeira geração cristã? E, todavia, em vez disso, que vemos nós? Uma pura e simples advertência sobre a brevidade da vida, a sua fragilidade, a sua pouca consistência, a sua duração efêmera e essencialmente aleatória, todas coisas que nada têm a ver com o fim do mundo, e que ficaram, que ficarão eternamente, nos lugares-comuns da pregação evangélica: Vós que dizeis: «Hoje ou amanhã iremos a tal cidade, ali passaremos um ano, traficaremos, e faremos lucros», — vós que não sabeis o que acontecerá amanhã! Pois o que é a vossa vida? Um vapor que aparece um instante, e se desvanece em seguida. Em vez de dizer: «Se o Senhor quiser», ou: «Se estivermos em vida, faremos isto ou aquilo.» Mas agora jactais-vos na vossa presunção. (Tia., IV, 13-16). Seguramente, nada há aqui que prepare, mesmo de longe, para os terrores que a história, ou, para falar mais exatamente talvez, a lenda, atribui ao ano mil.

A vida, um vapor que aparece por um breve instante, e que se desvanece em seguida! Eis, pois, tudo o que São Tiago sabia do futuro, quando repreendia a presunção daqueles que faziam projetos de futuro como se tivessem sido os senhores do futuro. E eis também, acrescentarei eu agora, a que se circunscreve o horizonte dos outros apóstolos quando apelam à brevidade do tempo como a uma razão para nos desapegarmos do mundo, dos seus bens, dos seus prazeres, dos seus gozos mesmo os mais legítimos, para nos apegarmos Àquele que, só Ele, permanece eternamente. É da curta duração da vida que eles tencionam falar então; não é da proximidade da catástrofe suprema.

Assim o faz, por exemplo, São Paulo, nessa passagem da primeira epístola aos Coríntios (VII, 25-35), sobre a qual se exercitou, como que à

porfia, a fecunda imaginação dos historiadores da nova escola, e que, por esta razão, requer aqui uma pequena explicação.

O apóstolo responde ali às questões que lhe tinham sido colocadas a respeito da virgindade, e começa por declarar categoricamente que a virgindade não é de preceito, mas de puro e simples conselho; que é uma via mais alta e mais perfeita, a qual, segundo o que ele já insinuara (vers. 2 e seguintes), não poderia ser, em hipótese alguma, a via comum, mas somente a de uma elite, por outras palavras, do pequeno número[76]. No entanto, tem ele ainda mais a peito empenhar nela aqueles e aquelas a quem Deus haja repartido o dom de tão excelente vocação; e o primeiro motivo pelo qual ele procura atraí-los é a isenção dos cuidados, das solicitudes, das dificuldades de todo o gênero que o vínculo do matrimônio traz consigo:

Quanto às virgens, diz ele, não tenho mandamento do Senhor, mas dou um conselho, como tendo recebido do Senhor a graça de ser fiel. Penso, pois, que, por causa da dificuldade inerente ao estado do matrimônio, é bom para o homem o estar assim. Estás ligado a uma mulher? não procures romper esse vínculo; não estás ligado a uma mulher? não procures mulher. Se, contudo, te casares, não pecas; e se uma virgem se casar, não peca; mas essas pessoas terão aflições na carne, e eu quisera poupar-vo-las.

Eis aí, digo eu, a primeira razão apresentada pelo apóstolo. Ela consiste na libertação dos múltiplos embaraços, desgostos, tribulações e preocupações que de ordinário acompanham a vida conjugal, e que faziam São Francisco de Sales dizer que, se Deus tivesse instituído um noviciado para o matrimônio, como se fez para a vida religiosa, achar-se-iam muito poucos noviços a querer fazer profissão[77].

[76] «Eu quereria que todos fossem como eu, mas cada um recebe de Deus o seu dom particular, um de uma maneira, o outro de outra.» (Vers. 7.)

[77] Sobre o διὰ τὴν ἐνεστῶσαν ἀνάγκην, que a Vulgata traduz por propter instantem necessitatem (vers. 26), e que está em correlação com o θλῖψιν τῇ σαρκὶ ἕξουσιν, tribulationem carnis habebunt do vers. 28, ver São João Crisóstomo, no seu livro Da Virgindade, n. 43-58. (P. G., t. XLVIII, col. 566 ss.). O santo Doutor estende-se aí longamente sobre as tribulações da vida conjugal, pondo em grande relevo as condições feitas [impostas] ao matrimônio na Nova Lei, precisamente aquelas que haviam feito os discípulos dizer (Mat., XIX, 10): «Se tal é a condição do homem a respeito da mulher, é melhor não casar.» Ao que Jesus respondera: «Nem todos

Todavia, esta razão, que em si não é ainda senão de ordem temporal e humana, não é também senão uma razão de primeiro engajamento; não faz senão preparar o caminho, ou, se se quiser, apresentar o engodo como que para atrair a natureza, e agora cumpre-nos subir mais alto. São Paulo continua pois: Mas eis o que vos digo, meus irmãos. O tempo é curto. Que tempo? Sem dificuldade, o tempo (καιρός) que nos é dado para preparar a nossa eternidade; o tempo a propósito do qual[diz] na segunda epístola aos Coríntios (VI, 2): «Eis agora o tempo favorável, eis os dias da salvação»; e aos Gálatas (VI, 10): «Enquanto temos tempo, façamos o bem»; e aos Efésios (V, 16): «Remi o tempo, porque os dias são maus».

O tempo é curto, e um pouco mais abaixo: A figura deste mundo passa. Não diz no futuro: passará, ou passará em breve (παράξει), como se se referisse a uma catástrofe por vir, que, segundo ele, iria varrer com tudo. Mas diz: passa (παράγει) no presente, como indicando a própria condição da figura do mundo, que é a de estar sempre em ato de passar. Ela passa, com efeito, e passa incessantemente, como passam as margens do rio para aqueles que são arrastados pela corrente (a corrente da vida), e que em breve terão chegado ao abismo de onde não se regressa. E de que o tempo da vida é curto, de que a figura do mundo passa, o apóstolo tira a conclusão, a qual é que, se há lugar apesar de tudo a usar do mundo e dos legítimos prazeres que ele nos pode oferecer, ao menos é preciso que isso seja com toda a moderação, e sem nisso pôr, sem a isso apegar o próprio coração; que, de resto, há um partido melhor, e incomparavelmente melhor, o qual se acha precisamente nessa bem-aventurada liberdade, há pouco indicada, em que, liberto das obrigações e das solicitudes do matrimônio, somos postos em estado de nos dar inteiramente Àquele que, por ser O único, não passa nem muda: isto é, a Deus e às coisas do seu serviço.

---

compreendem esta palavra, mas somente aqueles a quem isso foi dado. Pois há eunucos que o são de nascença...; há também eunucos que o se tornaram pela mão dos homens; e há os que se fizeram eunucos a si mesmos por causa do reino dos céus. Quem pode compreender, compreenda.» Inútil, de resto, fazer observar o perfeito paralelismo que se vê aqui entre o Evangelho e São Paulo. De um lado e do outro, a isenção da servidão do matrimônio serve de atrativo [ou estímulo inicial] para conduzir às razões de ordem totalmente superior, que recomendam como mais perfeito o estado de virgindade.

Mas escutemos bem toda a sequência das palavras do apóstolo: Eis o que eu digo, meus irmãos. O tempo é curto; resta pois que os que têm mulher sejam como não a tendo, e os que choram, como não chorando, e os que se regozijam, como não se regozijando, e os que compram, como não possuindo, e os que usam deste mundo, como não usando dele; pois a figura deste mundo passa. E quanto a mim, quereria que fôsseis sem preocupações. Aquele que não é casado tem o cuidado das coisas do Senhor, procura agradar ao Senhor; enquanto aquele que é casado tem o cuidado das coisas do mundo, procura agradar à mulher, e está dividido. Da mesma forma a mulher, aquela que não tem marido, e a virgem, têm o cuidado das coisas do Senhor, a fim de serem santas de corpo e de espírito; ao passo que a que é casada tem o cuidado das coisas do mundo, procura agradar ao marido. Ora, eu digo isto no vosso interesse, não para vos deitar o laço, mas em vista do que é decente e próprio a vos prender a Deus sem entraves nem partilha.

Tal é o pensamento de São Paulo sobre a virgindade. Poder-se-ia imaginar alguma coisa de mais claro? Em suma, a virgindade é boa, ela deve ser recomendada, e isto por duas razões: primeiramente, por causa dos embaraços que o estado do matrimônio traz consigo, e em segundo lugar, por causa da excelência de uma condição em que, desprendidos das solicitudes da vida que é tão curta, e que a cada instante nos escapa, se pode com toda a liberdade cuidar dos negócios da salvação, servir a Deus e vacar à oração. Estas razões, como se vê, não têm qualquer relação, mesmo aparente, com a hipótese de um fim do mundo próximo; pois, quer se suponha o mundo na véspera de terminar, quer se lhe concedam ainda milhares de anos de duração, elas guardam invariavelmente a mesma força, o mesmo peso, o mesmo valor.

E, no entanto, o modernismo não desarma. Numa voz uníssona, ele prega e proclama que os conselhos evangélicos sobre a continência e a pobreza voluntárias procedem em linha reta da previsão de um fim dos tempos iminente — dessa constante preocupação, para não dizer obsessão, que teria pesado sobre o pensamento de Jesus Cristo e dos seus apóstolos como um pesadelo. É de não crer. Eu leio numa recente História da Igreja

que não deixa de gozar de grande fama de erudição e de ciência — e precisamente no capítulo que trata da organização e da vida das primeiras comunidades cristãs segundo as cartas de São Paulo —, esta frase estupefaciente: «A virgindade absoluta era louvada, e mesmo recomendada, dada a iminência do último dia [78].» Por certo, não se pode ser mais afirmativo e, todavia, este dada a iminência do último dia, onde o teria então o historiador visto? Em que documento autêntico o teria descoberto? Se, ainda assim, São Paulo se tivesse calado sobre as razões que o faziam recomendar a continência, poder-se-ia talvez dar como uma espécie de desculpa que o autor, desejoso de fornecer sobre um ponto de tal consequência explicações plausíveis, se teria julgado autorizado a suprir por si mesmo, e segundo as suas próprias ideias, o silêncio do apóstolo. Mas não, São Paulo explicou-se a si mesmo, e da maneira do mundo a mais nítida, a mais categórica e a mais inteligível. Disse que recomendava a virgindade, em vista primeiramente da instantem necessitatem do versículo 26, que visivelmente se reporta à tribulatio carnis do versículo seguinte; em vista, em seguida, principalmente e sobretudo, da alta conveniência daquilo que facultatem praebet sine impedimento Dominum obsecrandi (vers. 35). Em lugar disso, escreve-se sem pestanejar, sem glosa, nem explicação, nem comentário: dada a iminência do último dia. Mas em verdade, isto é abusar demasiado da simplicidade do seu leitor, caso este não esteja prevenido; e se estiver prevenido, é dar-lhe uma razão por demais boa para concluir que — enquanto o ofício do historiador não consistir em substituir as suas próprias fantasias à autoridade dos documentos — um livro assim feito carecerá sempre das garantias que a dignidade e a seriedade da história reclamam.

O que dissemos até aqui pareceria pois mais que suficiente, já, para estabelecer o verdadeiro sentido das passagens onde a vinda do Senhor é dada pelos apóstolos como próxima, e para mostrar claramente como este sentido difere daquele que a exegese protestante e modernista lhes empresta. Pelo que poderíamos ficar por aí, e, sem outra forma de processo, passar de pronto ao exame de outra categoria de textos. Todavia,

[78] L. Duchesne, Histoire ancienne de l'Église (Paris, 1906), tom. I, ch. 4, pág. 47.

a fim de não omitirmos nada — num ponto de tão grande importância — do que pode contribuir para esclarecer a religião do leitor, acrescentemos ainda, em confirmação das conclusões precedentes, algumas novas considerações, que nos serão agora principalmente fornecidas pelas epístolas de São Pedro.

No quarto capítulo da sua primeira epístola, o príncipe dos apóstolos recomendava aos cristãos por ele evangelizados que vivessem, durante o pouco tempo que lhes restava passar nesta vida mortal, não mais segundo as concupiscências dos homens, mas segundo a vontade de Deus. Basta, escrevia-lhes ele, ter outrora feito a vontade dos pagãos, vivendo na desordem, na embriaguez, nas orgias e no culto criminoso dos ídolos. E eles agora espantam-se de que não corrais mais no mesmo transbordamento de devassidão, e desfazem-se em blasfêmias e em injúrias contra vós. Do que prestarão contas Àquele que está pronto a julgar, não só os vivos, mas também os mortos. E o apóstolo logo mostra, pelo fato da descida aos infernos (por outras palavras, ao Xeol, a morada dos mortos), que também aos mortos se estende a soberania de Cristo; que sobre eles — e já desde agora, sem que seja preciso aguardar o dia da ressurreição derradeira — se exerce a sua judicatura[79]. Ora, continuava ele, o fim de todos está próximo: omnium autem finis appropinquavit. E que quer dizer isto, o fim de todos? Sem dificuldade: ou o fim de cada homem em particular, ou, melhor ainda, o fim de todos aqueles de quem se acabara de falar — dos pagãos que blasfemavam, assim como daqueles a quem eles queriam arrastar a retomar as suas desordens de outrora; para todos eles a morte estava próxima e, com a morte, o juízo em que os mortos são julgados.[80] Daí segue, enfim, com toda a naturalidade, a exortação a preparar-se, que preenche o resto do capítulo e que se divide em duas partes.

---

[79] Vers. 6: Propter hoc enim et mortuis evangelizatum est, a comparar com o versículo 19 do capítulo anterior: His qui in carcere erant spiritibus veniens praedicavit.

[80] É por engano que se traduziria πάντων δὲ τὸ τέλος ἤγγικεν, omnium autem finis appropinquavit, por: o fim de todas as coisas está próximo, como se πάντων (pantôn) fosse aqui o genitivo do neutro πάντα (panta), em vez de o ser (como o contexto e todo o seguimento do raciocínio o indicam) o genitivo do masculino πάντες (pantes). É preciso, pois, traduzir: O fim de todos, a saber, de todos aqueles de quem se falou nos quatro versículos precedentes, pagãos blasfemadores e cristãos convertidos.

É, primeiramente (vers. 7-11), a recomendação das virtudes que constituem o fundo comum e invariável da vida cristã em geral: Sede pois prudentes e sóbrios, para vacar à oração, e sobretudo tende uma ardente caridade uns pelos outros... Que cada um coloque ao serviço do seu próximo o dom que recebeu de Deus, etc. Mas são a seguir (vers. 12-19) os avisos especiais dados em vista das circunstâncias particulares que a Igreja ia atravessar; e é ali que, como é natural, iremos procurar — sobre as ideias de futuro próximo que preocupavam o apóstolo — a informação mais segura e mais autorizada. Ora, que vamos nós ali encontrar? Absolutamente nada de tudo o que iria no sentido das conclusões da nova escola. Uma só coisa aí era posta em perspectiva, e não era nem a conflagração geral que precederá a chegada do juiz, nem o abalo das potências dos céus que aterrorizará todos os habitantes da terra, nem o estrondo que acompanhará a dissolução da máquina do mundo, mas pura e simplesmente a perseguição, que já havia começado a abater-se sobre a Igreja, e a devia atormentar, quase sem tréguas, durante o espaço de quase três séculos ainda. É a suportar o choque desta provação que São Pedro preparava os fiéis confiados aos seus cuidados; e, faça-se o que se fizer, diga-se o que se disser, não se descobrirá nas suas palavras nenhum indício de uma outra preocupação ou de um outro cuidado: Caríssimos, continuava ele, não fiqueis surpreendidos com o fogo da perseguição que se acendeu no meio de vós para vos provar, como se vos acontecesse alguma coisa extraordinária. Mas, na medida em que tiverdes parte nos sofrimentos de Cristo, alegrai-vos, a fim de que, quando a sua glória for manifestada, estejais também na alegria e no júbilo. Se sois ultrajados pelo nome de Cristo, felizes sois, porque o Espírito de glória, o Espírito de Deus, repousa sobre vós. Que nenhum de vós padeça como homicida, como ladrão ou malfeitor, ou como ávido do bem alheio. Mas, se padece como cristão, não se envergonhe disso; antes glorifique a Deus por esse mesmo nome. Pois eis o tempo em que o julgamento vai começar (para reprovar e purificar) pela casa de Deus.

A mesma observação é de fazer sobre a segunda epístola, que foi, como todos sabem, o testamento do apóstolo: a epístola onde, após ter anunciado o seu fim próximo, ele dirigia aos fiéis as suas últimas

recomendações, dizendo que julgava ser seu dever, durante todo o tempo em que estivesse nesta vida mortal, mantê-los despertos pelas suas advertências, e fazer de modo a que, após a sua morte, eles as pudessem sempre recordar na memória (I, 13-15). Ora, estas advertências que preenchem todo o corpo da carta, desde a segunda metade do primeiro capítulo até ao epílogo, inclusive, sobre que incidiam afinal? Sempre e unicamente sobre os perigos que ameaçavam a Igreja; e desta vez, sobre a perseguição mais temível de todas, a que lhe devia vir dos falsos doutores e dos pregadores de heresias. Pôr os cristãos que ele havia gerado para Jesus Cristo a salvo da sedução das numerosas heresias prestes a eclodir — eis todo o objetivo de São Pedro no supremo adeus que lhes enviava, no momento de os deixar. Que se, de resto, ele no fim fazia menção da parusia, muito longe de o ser para intimar da sua vinda iminente, era, pelo contrário, para denunciar e desacreditar de antemão os escarnecedores que — a partir do pretenso atraso do Senhor no cumprimento da sua promessa — tirariam argumentos contra a verdade da promessa em si, como já foi dito. E agora, pergunto eu, como imaginar que, ao despedir-se daqueles que ele teria crido estar em vias de serem surpreendidos vivos pela pavorosa catástrofe, tivesse a tal ponto abstraído a singularidade de uma situação tão trágica? Que probabilidade há, sobretudo, de que tivesse querido, nesta circunstância, dissimular o seu pensamento sobre a proximidade do acontecimento recorrendo à artificiosa consideração dos mil anos que perante Deus são o equivalente do dia que passou ontem? Temos aqui, pois, um novo e manifesto desmentido a vir juntar-se a tantos outros que, sob as formas mais variadas, todas as páginas do Novo Testamento opõem à tese modernista.

Mas há uma última consideração que domina tudo o resto, e seria por si só suficiente para colocar no seu devido lugar as afirmações dos adversários. É que, muito longe de soarem a finados pelo mundo, as epístolas apostólicas soavam antes o seu renascimento: esse magnífico renascimento que o Evangelho e a graça de Jesus Cristo lhe traziam. Nelas vemos, com efeito, despontar a restauração de todas as coisas em Cristo, e não apenas daquelas que dizem respeito à vida futura, mas também

daquelas que são da terra, e da boa ordem da vida presente. Restauração da sociedade política[81].

Restauração da sociedade conjugal[82]. Restauração da sociedade doméstica em todas as suas partes e em todas as suas dependências[83]. Restauração, enfim, da inteira sociedade humana, nas diferentes classes que a compõem, e nos deveres recíprocos de justiça e de caridade que as ligam umas às outras«Vós, servos, sede submissos aos vossos senhores com toda a sorte de respeitos, não somente aos que são bons e dóceis, mas ainda aos que são difíceis [ríspidos]. Porque é uma coisa agradável a Deus que seja tendo-O em vista que se suportem penas infligidas injustamente... É para isso que fostes chamados, já que também Cristo sofreu por vós,

---

[81] «Sede, pois, submissos a toda a instituição política por causa do Senhor, quer ao rei, como soberano, quer aos governadores, como delegados por ele para fazer justiça aos malfeitores e aprovar as pessoas de bem. Porque é esta a vontade de Deus: que, pela vossa conduta, tapeis a boca aos insensatos que vos desconhecem. Comportai-vos como homens livres, não como homens que fazem da liberdade um manto para cobrir a sua malícia, mas como servos de Deus. Rendei honra a todos, amai todos os irmãos, honrai o rei.» (1 Ped., II, 13-17).
— «Que toda a alma seja submissa às autoridades superiores; pois não há autoridade que não venha de Deus, e as que existem foram instituídas por Ele. É por isso que aquele que resiste à autoridade resiste à ordem que Deus estabeleceu, e os que resistem atrairão sobre si mesmos uma condenação. Pois os magistrados não são de temer para as boas ações, mas para as más. Queres não temer a autoridade? Faze o bem, e terás a sua aprovação, pois o príncipe é para ti ministro de Deus para o bem. Mas se fazes o mal, teme, pois não é em vão que ele traz a espada, sendo ministro de Deus para tomar vingança daquele que faz o mal e para o punir. É, pois, necessário ser submisso, não somente por temor do castigo, mas também por motivo de consciência. É também por esta razão que pagais os impostos, pois os magistrados são os ministros de Deus, estabelecidos para esta função. Rendei pois a todos o que lhes é devido: a quem o imposto, o imposto; a quem o tributo, o tributo; a quem o temor, o temor; a quem a honra, a honra.» (Rom., XIII, 1-7).

[82] «Vós do mesmo modo, mulheres, sede submissas aos vossos maridos, a fim de que, se alguns há que não obedecem à pregação, sejam ganhos sem a pregação pela conduta de suas mulheres, apenas ao verem a vossa vida casta e cheia de respeito. Que o vosso adorno não seja o de fora: os cabelos entrançados com arte, os ornamentos de ouro ou o arranjo dos vestidos; mas adornai o homem escondido do coração, pela pureza incorruptível de um espírito doce e pacífico: tal é a verdadeira riqueza diante de Deus... Vós do vosso lado, maridos, conduzi-vos com sabedoria para com as vossas mulheres, como com seres mais fracos, tratando-as com honra, uma vez que são convosco herdeiras da graça que dá a vida.» (1 Ped., III, 1-7).
— «Que as mulheres sejam submissas aos seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja... Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e Se entregou por ela, a fim de a santificar...» (Ef., V, 22-30).

[83] «Vós, servos, sede submissos aos vossos senhores com toda a sorte de respeitos, não somente aos que são bons e dóceis, mas ainda aos que são difíceis [ríspidos]. Porque é uma coisa agradável a Deus que seja tendo-O em vista que se suportem penas infligidas injustamente... É para isso que fostes chamados, já que também Cristo sofreu por vós, deixando-vos um modelo, a fim de que sigais os seus passos...» (1 Ped., II, 18-23).
— «Filhos, obedecei aos vossos pais no Senhor, pois isso é justo. Honra teu pai e tua mãe... E vós, pais, não exaspereis os vossos filhos, mas criai-os corrigindo-os e advertindo-os segundo o Senhor. Servos, obedecei aos vossos senhores segundo a carne com respeito e temor e na simplicidade do vosso coração, como a Cristo, não fazendo o serviço apenas sob os seus olhos, como para agradar aos homens, mas como servos de Cristo que fazem de bom coração a vontade de Deus, certos de que cada um, seja escravo ou seja livre, será recompensado pelo Senhor pelo que houver feito de bem. E vós, senhores, agi do mesmo modo para com eles, e deixai de lado as ameaças, sabendo que o seu e o vosso Senhor está nos céus, e que Ele não faz acepção de pessoas.» (Ef., VI, 1-9). — Cf. Col., III, 18-25; IV, 1, etc., etc.

deixando-vos um modelo, a fim de que sigais os seus passos...» (1 Ped., II, 18-23).

— «Filhos, obedecei aos vossos pais no Senhor, pois isso é justo. Honra teu pai e tua mãe... E vós, pais, não exaspereis os vossos filhos, mas criai-os corrigindo-os e advertindo-os segundo o Senhor. Servos, obedecei aos vossos senhores segundo a carne com respeito e temor e na simplicidade do vosso coração, como a Cristo, não fazendo o serviço apenas sob os seus olhos, como para agradar aos homens, mas como servos de Cristo que fazem de bom coração a vontade de Deus, certos de que cada um, seja escravo ou seja livre, será recompensado pelo Senhor pelo que houver feito de bem. E vós, senhores, agi do mesmo modo para com eles, e deixai de lado as ameaças, sabendo que o seu e o vosso Senhor está nos céus, e que Ele não faz acepção de pessoas.» (Ef., VI, 1-9). — Cf. Col., III, 18-25; IV, 1, etc., etc.[84]. Que se meditem estas maravilhosas páginas, e que se venha dizer que eram dominados pela ideia de que o mundo ia acabar aqueles que as escreveram, aqueles que nelas lançaram com tanta clarividência as bases da reconstrução de toda a ordem social, tanto pública como privada, e que com mão tão segura nelas estabeleceram os princípios desta admirável civilização cristã, a qual os séculos vindouros deveriam ver erguer-se sobre as ruínas da bárbara civilização do paganismo! Que se pretenda tal coisa, que se ouse sustentá-lo, não será senão um insulto à razão, um desafio lançado ao bom senso, o mais impertinente dos paradoxos ou, se se quiser, a mais paradoxal das impertinências que até hoje figurou na lista, por sinal já bem longa, das aberrações humanas.

E, no entanto, dirá aqui alguém, todas as razões alegadas até ao presente não suprimirão as passagens, tão numerosas, em que os apóstolos declaram em termos expressos que se havia chegado, no seu tempo, aos últimos dias, à última hora do mundo, ao fim, à consumação dos séculos. Ao que responderemos que, sem dúvida, elas não as suprimem, mas que, desde já, elas se apresentam como garantes de uma plena e satisfatória explicação; que, de resto, estas passagens constituem uma nova categoria

[84] Tia., II, 1-17, e V, 1-6; 1 João, III, 11-24, etc.

de textos que pedem esclarecimentos particulares, a reservar para o artigo seguinte.

OITAVO ARTIGO

A PARUSIA NAS EPÍSTOLAS DOS APÓSTOLOS. OS "ÚLTIMOS DIAS", A "ÚLTIMA HORA", O DECLÍNIO DOS SÉCULOS.

Bossuet, no livro IV da sua História das Variações, dá um belo exemplo da maneira como se embrulham, na leitura da Escritura e dos Padres, os que nela se embrenham desprovidos de uma preparação teológica suficiente, ignorantes das regras da hermenêutica sagrada e dos seus princípios fundamentais, desdenhosos de toda e qualquer direção vinda da tradição ou do magistério da Igreja — e, numa palavra, munidos unicamente dos recursos do seu pretenso "belo espírito" e da crítica literária comum.

O exemplo é-nos oferecido na pessoa de Melâncton, que foi a seu tempo o mais reputado dos humanistas da Alemanha e que, de resto, representa tudo o que houve de mais ou menos respeitável entre os grandes chefes da Reforma. Este Melâncton, ao qual não se poderia recusar sem injustiça uma certa dose de sinceridade e de zelo pela religião, começara primeiramente por sustentar fortemente a realidade da presença de Jesus Cristo no sacramento da Eucaristia. Ele chegara a compor um livro sobre o "sentimento dos santos Padres acerca da ceia", no qual recolhera muitas passagens assaz expressas a favor da verdade do dogma católico. Salvo que, na sequência, viera a aperceber-se de que, entre o grande número de textos citados, muitos eram falsamente atribuídos a quem não era o seu autor, e esta desagradável descoberta causara-lhe um primeiro desapontamento. Contudo, isso não foi ainda nada. Logo sobreveio outra razão de embaraço, mais grave e mais de fundo, que Bossuet expõe nestes termos:

«O que o embaraçou ainda mais foi o de encontrar nos antigos muitos lugares em que chamavam a Eucaristia de uma figura. Ele ajuntava as passagens e estava pasmado, dizia, de ver aí uma grande diversidade. Fraco teólogo, que não sonhava que o estado de fé nem o desta vida permitia que gozássemos de Jesus Cristo a descoberto; de sorte que Ele Se dava sob uma forma alheia, juntando necessariamente a verdade com a figura, e a presença real com um sinal exterior que no-la encobria. É daí que vem, nos Padres, esta diversidade aparente que espantava Melâncton. A mesma coisa lhe teria parecido — se a ela tivesse prestado mais de perto atenção — sobre o mistério da Incarnação e sobre a divindade do Filho de Deus, antes que as disputas dos heréticos tivessem obrigado os Padres a falar sobre isso de forma mais precisa. E, em geral, sempre que é preciso pôr de acordo duas verdades que parecem contrárias, como no mistério da Trindade e no da Incarnação — ser igual e estar abaixo (igual ao Pai, e abaixo dEle) — e, no sacramento da Eucaristia, estar presente e estar em figura (presente substancialmente, mas sob espécies alheias): faz-se naturalmente uma linguagem que parece confusa, a menos que se tenha, por assim dizer, a chave da Igreja, e a inteira compreensão de todo o mistério... Melâncton não sabia tanto... Grande humanista, mas somente humanista, dificilmente pudera ele aprender a antiguidade eclesiástica com o seu mestre Lutero, e estava atormentado de um modo estranho com as contrariedades que julgava ver nos santos Padres.»

Tal foi, segundo Bossuet, a história primeiramente das dúvidas, depois dos equívocos, e finalmente das palinódias [retratações] de Melâncton sobre o dogma da Eucaristia. Ora, a história é de notar, é de reter, pois não é um caso isolado nem um acidente fortuito; é, pelo contrário, um caso que se repete com a constância e a regularidade de uma lei, sempre e em toda a parte em que a interpretação das Escrituras é entregue, como aqui, aos meros recursos da literatura e do espírito privado.

Ela repete-se, em particular no ponto preciso da parusia, entre os nossos modernistas atuais, que vemos desnorteados, da mesma maneira e nas mesmas condições, pelas contrariedades que creem encontrar nos escritos dos apóstolos. E de fato, não lemos em São Paulo, por exemplo

(para não falar dos outros), ora que a parusia estava próxima, que estava às portas, que não podia já tardar, ora que não era para se dar qualquer crédito aos boatos espalhados sobre a iminência da sua chegada? Nenhum crédito, digo eu, pela boa e simples razão de que, antes da sua chegada, muitos acontecimentos — e dos mais consideráveis — teriam de se realizar. E como pôr de acordo coisas que parecem tão contrárias? Estar perto e estar longe? Ainda na incógnita do futuro e já à vista, já a ponto de se cumprir?

Haverá, portanto, uma dupla explicação. Os que se servem d"a chave da Igreja", da chave que dá "a inteira compreensão de todo o mistério" tal como é encarado pela Escritura, esses reconhecerão sem dificuldade os dois pontos de vista que longamente explicamos nos artigos precedentes. Eles dirão que a parusia, segundo São Paulo, por muito longe que pudesse estar em relação à universalidade do mundo, não deixava de estar ao mesmo tempo muito próxima em relação a cada homem em particular — e, notadamente, em relação àqueles, em grande parte já chegados ao termo da sua carreira, que o apóstolo exortava e tinha diretamente em vista. E esta explicação — tão natural e tão simples, por pouco que se tenha compreendido o princípio em que ela assenta — tem a dupla vantagem de, por um lado, dar plena satisfação ao espírito e, por outro, de estar em perfeito acordo com os dados gerais da fé, a qual não tolera nos livros inspirados erro de espécie alguma.

Mas quão diferente será a solução dos que, sem o mínimo cuidado pela chave da qual a Igreja tem a guarda, sem qualquer respeito pela regra da tradição, sem sequer jamais se terem dado ao trabalho de saber que existe um glossário próprio dos escritores sagrados, permaneceram — assim como Melâncton — "somente humanistas"! Para eles, não saberão senão de uma coisa: que as primeiras gerações cristãs estavam obcecadas com a ideia de que o mundo ia acabar e que, apesar de certos traços dispersos que nos mostram São Paulo por instantes liberto desta obsessão[85], é forçoso reconhecer que ela pesou sobre o espírito dos próprios apóstolos, e até na redação das suas epístolas (que todo o cristão, no entanto, é obrigado a reverenciar como escritas sob o ditado ou

[85] L. Duchesne, Histoire ancienne de l'Église, tomo 1, cap. 4, pág. 47 (Edição de 1906).

inspiração do Espírito de Deus). E eis aqui a sua explicação: explicação abertamente contrária à fé católica, mas à qual os conduz fatalmente a ignorância em que estão dos idiotismos da Escritura e da sua maneira própria de encarar as coisas.

O mesmo será forçoso dizer agora das conclusões que eles tiram de uma outra categoria de textos, que o seguimento do nosso assunto nos leva a examinar: quero falar daqueles em que os apóstolos chamam correntemente ao tempo em que viviam de os últimos dias[86], de a última hora[87], ou ainda de o fim e o declínio dos séculos.[88]

Decerto, se há um ponto em que a Escritura tem uma maneira de falar que lhe seja inteiramente própria, é o que concerne à cronologia do mundo. Bastaria, para se convencer disso, abri-la logo na sua primeiríssima página, lá onde é narrada a formação do universo em seis diferentes períodos que são chamados de os seis dias. É verdade que se encheriam bibliotecas inteiras com as opiniões tão diversas e tão contraditórias que foram emitidas ao longo dos tempos sobre os dias do Gênesis. Que não se disse, que não se escreveu a esse respeito? Contudo, parece que hoje, após tantas descobertas feitas nas entranhas do globo, onde se conservam intactos os registros autênticos do processo da criação (pelo menos a partir da época em que começou a individualização da terra pela sua separação da massa primitiva), já quase não é possível conservar a mais pequena dúvida sobre a sua verdadeira significação.

Deixemos, pois, de lado a interpretação de Santo Agostinho: interpretação a que ele não foi levado senão por uma versão defeituosa de um texto do Eclesiástico[89] e também, e principalmente — como ele próprio explica por diversas vezes —, pela necessidade de escapar a dificuldades de ordem física para as quais não via, no estado das ciências

[86] At., II, 16 ss.; II Tim., III, 1; II Ped., III, 3, etc.
[87] I João, II, 18.
[88] I Cor., X, 11; Heb., IX, 26.
[89] Ecl., XVIII, 1. Santo Agostinho lia com a Vulgata: Qui vivit in aeternum creavit omnia simul, «aquele que vive eternamente tudo criou ao mesmo tempo». Ao passo que o grego traz: tudo criou, κοινῇ (koinê), communiter, isto é, «tudo em comum, tudo sem exceção».

naturais do seu tempo, qualquer tipo de solução[90]. Não falemos tampouco da invenção de alguns modernos, para os quais a semana do Gênesis não teria sido senão uma semana comum e vulgar, durante os seis dias da qual Deus teria representado a Adão recém-criado, em outros tantos quadros distintos — isto é, em seis grandes visões imaginárias —, a história da origem das coisas. Estranha ideia na verdade, a qual permitiria ainda dizer que Deus revelou em seis dias a criação do céu e da terra, mas já não que Ele os fez em seis dias, segundo o que diz formalmente a Escritura em múltiplos e diversos lugares[91]. Também não nos embaracemos na antiga opinião clássica, que tinha estes dias da criação por dias de vinte e quatro horas: opinião desmentida e demonstrada insustentável (menos ainda, se possível, pelas escavações executadas nas entranhas do solo do que pelas particularidades tão flagrantes do texto de Moisés).

Eu digo: as particularidades do texto de Moisés, entre as quais há uma que, mais do que todas as outras, deverá aqui reter a nossa atenção. É que os dias de que aí se fala são visivelmente dias que, muito longe de serem regulados pelo curso uniforme do sol ou de um astro qualquer, não têm outra medida da sua duração a não ser a duração mesma das obras a que eles correspondem e segundo as quais eles se distinguem; os quais começam com uma obra a começar, para findar com essa mesma obra a findar; que se desenrolam e se sucedem consoante se desenrolam e se sucedem as grandes fases da obra da formação do mundo, e assim se apresentam, por si mesmos, como dias de uma condição bem diferente daqueles que compõem as nossas semanas, os nossos meses e os nossos anos.[92]

Resta, então, ver neles as grandes épocas cósmicas, as quais a Escritura, é verdade, não nos descreve senão nos seus traços mais gerais e mais salientes; mas que, ainda assim, importa reconhecer (ao menos em todas as coisas que são suscetíveis de passar pelo nosso controlo) ser de uma maneira maravilhosamente concordante com os mais firmes dados das nossas ciências modernas, e notadamente da geologia. Com efeito,

[90] De Gen. ad litt., liv. IV, c. 19; liv. IV, c. 28, et alibi passim.
[91] Êxo., XX, 11; XXXI, 17, etc.
[92] Dixitque Deus; fiat... et factum est ita... et factus est dies unus, dies secundus, dies tertius, etc.

uma vez posta de parte a obra dos dois primeiros dias — esta, por sua vez, alheia à geologia propriamente dita, «a qual só toma a terra na época em que os sedimentos começaram a depositar-se no fundo dos mares, e em que a vida pôde nascer e desenvolver-se sobre a sua crosta suficientemente arrefecida[93]» —, não há nada na descrição de Moisés que não venha apoiar da maneira mais nítida, já não digo as hipóteses ou conjecturas, mas as mais bem fundadas conclusões desta ciência: seja que se trate da primeira formação dos mares e da terra árida (ou seja, dos continentes), com a qual estreia a obra do terceiro dia, ou ainda da admirável vegetação que se produziu nessa época sobre as terras recentemente emergidas e que nos valeu aqueles imensos depósitos de carvão onde a indústria moderna encontrou o princípio da sua força motriz; seja que se trate da nova repartição do calor e da luz que se fez ao quarto dia, pela organização definitiva do nosso sistema solar atual, com a qual começou a diferença dos climas; seja enfim, e sobretudo, que se trate da ordem segundo a qual a vida animal tomou gradualmente posse do nosso planeta, através da criação primeiramente dos animais aquáticos, depois dos animais terrestres e, em último e derradeiro lugar, do homem.[94]

Tais são pois os dias do Gênesis: épocas de uma imensa duração, divididas entre si segundo os diferentes progressos pelos quais aprouve a Deus levar o mundo do estado informe e caótico em que o fizera na primeira criação até ao estado de beleza e de perfeição em que o vemos atualmente. Pois «Ele que tudo podia, que podia por um só decreto da Sua vontade criar e arranjar todas as coisas e, por um só traço da Sua mão, por assim dizer, pôr o esboço e o acabamento no Seu quadro, e ao mesmo tempo traçá-lo, desenhá-lo e completá-lo: Ele quis não obstante... fazer e marcar o esboço da Sua obra antes de mostrar-lhe a perfeição; e após ter feito primeiro como que o fundo do mundo, quis fazer o seu ornamento com seis diferentes progressos que Ele quis chamar de seis dias[95]». Seis dias! Por certo, ninguém discordará de que haja aí uma maneira de dizer que não está na forma do falar ordinário; que não comporta as convenções

[93] A. de Lapparent, Traité de Géologie, Morfologia terrestre.
[94] Cf. de Lapparent, op. cit., passim.
[95] Bossuet, Élévations, 3ª Semana, V.

recebidas, sobretudo no tocante ao estilo plano da simples narração; cujo exemplo seria vão procurar nas literaturas profanas e que, todavia, é forçoso reconhecer como pertencente ao glossário próprio da Escritura, aos olhos da qual «mil anos são como o dia de ontem que passou, e como uma vigília da noite[96]».

Ora, o que agora pede para ser bem considerado é que esta maneira tão particular de distinguir as épocas através da duração dos tempos geológicos se estendeu de seguida aos tempos da nossa história, no que concerne o seguimento da religião, desde o seu primeiro começo após a queda original até ao seu termo final na consumação dos séculos. «Eu vejo», diz Santo Agostinho, «no texto das divinas Escrituras, como que seis idades laboriosas que se distinguem umas das outras por certas linhas de demarcação, e têm uma relação de similitude com os seis dias nos quais se diz ter Deus feito o céu e a terra[97]». E noutro lugar: «No princípio, Deus fez o céu e a terra, e desde então até aos tempos atualmente em curso inclusive, contam-se seis idades — como sabeis por o terdes frequentemente ouvido dizer: de Adão ao dilúvio, do dilúvio a Abraão e (segundo o que São Mateus no seu evangelho continua e distingue) de Abraão a David, de David ao retorno da deportação a Babilônia, do retorno da deportação a Babilônia ao primeiro advento de Jesus Cristo, e daí ao fim do mundo[98].»

E estas diferentes idades dividem-se entre si não por um comprimento ou medida de tempo determinada, à maneira dos nossos dias, dos nossos anos e dos nossos séculos, mas somente à maneira dos dias do Gênesis, isto é, consoante os diferentes progressos que marcaram na terra a evolução da religião, a qual — sendo sempre uma e idêntica a si própria quanto ao seu fundo — teve todavia diversas fases ou diversos estados sucessivos: «Sob a lei da natureza e sob os patriarcas, sob Moisés e sob a lei escrita, sob David e sob os profetas; desde o regresso do cativeiro até a

[96] Salmo LXXXIX [90], 4.
[97] Agostinho, De Genesi contra Manichaeos, liv. I, c. 23.
[98] Agostinho, in Joan., tract. 9, n. 6. — Cf. Contra Faustum, liv. XII, c. 8; Contra Adimantum, c. 7, etc.

Jesus Cristo, e enfim sob o próprio Jesus Cristo, isto é, sob a lei da graça e sob o Evangelho».[99]

É primeiramente a idade patriarcal. Vê-se nela o começo da revelação nos seus dois artigos fundamentais, tocante ao fim sobrenatural por um lado, e à providência que a ele nos conduz por outro[100]; depois, assim que o pecado teve derrubado a primeira economia, a promessa do reerguimento pelo Redentor.[101] Então, pois, a fé neste Redentor por vir, junta à observância da simples lei natural, constituía todo o fundo da religião, a qual, de resto, não tinha outra forma social além da familiar, nem outro governo que o antigo governo do gênero humano, onde cada pai de família era príncipe em sua casa. Este estado de coisas durou até ao dilúvio. Após o dilúvio foi instaurado e de novo posto em vigor, com as poucas adições que as novas condições da humanidade renascente reclamavam. Só que estas mesmas condições deviam ir sempre piorando, pois, à medida que nos afastávamos da origem das coisas, os homens embrulhavam as ideias que tinham recebido dos seus antepassados; os filhos indóceis ou mal-educados não queriam mais acreditar nos seus avós decrépitos, a quem apenas conheciam após tantas gerações. Por outro lado, um mal novo, o mal da idolatria, surgira e já ameaçava infectar o mundo inteiro. Foi então que, com a vocação de Abraão, se inaugurou uma nova e memorável fase da religião, fazendo seguimento às duas precedentes (antediluviana e pós-diluviana) da época patriarcal.[102]

É que na pessoa de Abraão é preciso ver o povo do qual ele era a estirpe, o povo que Deus tencionava reservar para Si separando-o dos outros, para nele conservar o Seu culto e nele preparar o advento do Redentor. Eis os seus primeiríssimos começos sob as tendas de Mambré,

---

[99] Esta distinção das diferentes idades da religião deve ser cuidadosamente notada, por ser uma chave para a solução de grande número de dificuldades. Quantos há, por exemplo, aos quais as coisas da história sagrada antiga parecem acima de toda a crença, unicamente pela razão de que as não querem julgar senão pelos critérios próprios aos tempos do Evangelho — semelhantes nisto a pessoas que esperassem ver no inverno o que não pertence senão à estação do verão, ou vice-versa. É o que Santo Agostinho faz observar frequentemente nos seus livros contra o maniqueu Fausto e outros adversários da Lei e dos Profetas.

[100] Heb., XI, 6.
[101] Gên., III, 15.
[102] Bossuet, Hist. univ., 2ª parte, c. 1, passim.

de Socot e de Siquém; depois, a sua emigração para o Egito, a sua prodigiosa multiplicação, a sua libertação da servidão, as suas peregrinações no deserto, a sua entrada na terra prometida, as suas longas guerras contra as populações palestinianas, seguidas por fim da posse pacífica e tranquila do país que Deus lhe tinha designado como morada. Tudo isso para preencher a terceira idade. E esta terceira idade será marcada por três grandes fatos característicos entre os demais: em primeiro lugar, a renovação várias vezes repetida da promessa depositada logo após a queda sobre o berço do mundo; em segundo, a instituição da circuncisão como sinal e selo da aliança concluída por Deus com a descendência de Abraão, de onde o Messias prometido deveria sair; em terceiro, enfim e sobretudo, a promulgação da lei de Moisés, cujas múltiplas observâncias — todas figurativas de Cristo por vir — iriam enxertar-se para os Judeus sobre o fundo invariável e sempre persistente da lei primitiva.

E assim, à religião patriarcal sucedia a religião mosaica, a qual, contudo, ainda no seu primeiro estádio, não chegaria ao seu pleno e regular exercício senão no começo da quarta idade que se abre com o advento de David. Com efeito, durante todo o período dos Juízes e o reinado de Saul que se lhe seguiu, o serviço cultual não havia tido ainda senão uma instalação provisória. O templo — que o Deuteronômio (XII, 5 ss.) designava como centro e foco da religião de Israel — faltava sempre; e foi David que primeiro, após ter firmado o seu trono e concluído a pacificação de todo o país, decidiu a sua construção, designou a sua localização, e reuniu os materiais, deixando depois ao seu filho Salomão o cuidado de executar aquilo que ele próprio apenas preparara. A fundação do templo foi pois um acontecimento considerável. Ele marcou o começo do funcionamento regular da instituição mosaica e, por isso mesmo, o ponto de partida de uma época nova, a qual se distinguirá, todavia, das anteriores por um caráter ainda mais notável e mais nitidamente vincado.

Pois, ao mesmo tempo que o culto da antiga lei chegava ao ponto do seu pleno desenvolvimento, subia também ao horizonte de Israel o sol pleno da profecia messiânica. A quarta idade será por excelência a era dos

profetas, «a Samuel et deinceps»[103]: dos grandes profetas, digo eu, cuja sucessão se desenrola durante uma duração de mais de quinhentos anos, com anúncios admiráveis em que os traços do Messias aguardado se desenham e se determinam sempre mais. É David, é Isaías, é Miqueias, é Joel, é Oseias, é Jeremias, é Ezequiel, é Daniel, e os outros. E que nomes são esses! Que magníficos oráculos! Que crescimento contínuo das luzes da revelação! Que marcha progressiva rumo àquela plenitude dos tempos em que, uma vez cumpridas todas as promessas, a religião atingirá por fim o seu apogeu!

Ainda assim, ainda não lá chegamos. Resta, para nos separar dela, toda a quinta idade, que compreenderá os tempos do segundo templo construído por Zorobabel após o retorno do cativeiro. É o período da espera. Destacam-se nele particularmente três coisas: o encerramento da profecia do Antigo Testamento (Mal., IV, 4-6); o último sinal dado da chegada relativamente próxima do Desejado de há já mais de quarenta séculos (Ag., II, 7-10; Zac., IX, 9; Mal., III, 1); enfim, a difusão dos judeus nas principais partes do mundo (na Alta Ásia, na Ásia Menor, no Egito, na Grécia, e até ao próprio centro do império de Roma), para ali difundirem as Escrituras, para aí fazerem resplandecer o nome e a glória do Deus de Israel entre os gentios e para ali lançarem, desse modo, os primeiros fundamentos e como que o primeiro isco da sua futura conversão ao Messias que chegava.

Enfim, Jesus Cristo aparece no tempo predito pelos profetas, para cumprir tudo o que haviam predito os profetas. Prega a Sua celeste doutrina, funda a Sua Igreja, institui os Seus sacramentos, oferece-Se sobre a cruz como vítima propiciatória pelos pecados de nós todos, ressuscita, sobe aos céus, abrindo-nos pela virtude do Seu sangue as portas da vida eterna. Mal acaba de subir ao céu, promulga a Sua lei por meio dos Seus apóstolos; por meio deles, de igual modo, estabelece-a por todo o mundo — e eis-nos agora na sexta idade. É a da revelação doravante encerrada, do cumprimento de todas as figuras, da última fase da religião sobre a terra, após a qual nenhuma outra virá mais, nem mesmo poderia vir nenhuma

[103] At., III, 24.

outra. Pois a lei evangélica, chamada também a lei da graça, trouxe consigo, juntamente com a plenitude das riquezas da redenção, o dom de tudo o que as leis anteriores representavam de esperanças e encerravam de promessas. Em consequência, substituiu-se a todas elas, e ab-rogou-as a todas, não para ser mais tarde ab-rogada a seu turno e substituída também por uma economia melhor, mas para durar à perpetuidade — sem subtração, nem adição, nem modificação — até que o dia do Senhor venha encerrar toda a série dos tempos e inaugurar o desfecho de todas as coisas nas glórias da bem-aventurada eternidade. É isto o que São Paulo mostra e desenvolve de forma tão magnífica na esplêndida epístola aos Hebreus, a qual caberia aqui relatar e comentar do princípio ao fim.[104] É aquilo que quem quer que tenha um pouco praticado as nossas letras santas reconhecerá imediatamente como sendo o caráter próprio da nova lei e a diferença essencial que a distingue de todas as instituições das idades anteriores. É enfim o que nos serve de chave para entender claramente o verdadeiro sentido destas expressões: «os últimos dias», «a última hora», «o fim ou o encerramento dos séculos», no estilo dos escritores sagrados.

De fato, não eram locuções empregadas para significar um breve intervalo de tempo até à catástrofe suprema, mas sim para designar, segundo o que acaba de ser exposto, o último e definitivo estado da religião cá em baixo e, por conseguinte, do ponto de vista que é o da Escritura, a última idade da humanidade: mas que se atente bem, a última idade — cuja duração não se determinava em absoluto, a qual (breve ou longa) permanecia sempre escondida no impenetrável segredo em que aprouve a Deus encerrá-la. É o que São Tomás, no seguimento de Santo Agostinho, explica pela comparação da velhice, a qual é a última idade da vida humana e distingue-se precisamente por esta particularidade: a de que não está compreendida em fronteiras precisas, como a infância, a juventude ou a meia-idade, e que não tem nem termo pré-fixado, nem limites definidos, nem medida determinada que se lhe possa atribuir de antemão. E assim, diremos, passa-se (guardadas as devidas proporções) com esses «últimos dias», essa «última hora», esse «fim das idades» cuja menção regressa com tanta frequência nos escritos apostólicos. Em vão se

[104] Heb., VII-XII.

quereria ver neles uma indicação que não se encontra lá em absoluto, visto que também da velhice será sempre verdade dizer que ela é, na nossa vida, a última hora e a última fase; o que não impede, todavia, de por vezes ela não só igualar, como até ultrapassar em duração cada uma das idades que a precederam.[105]

Tal é pois a sólida explicação que a tradição patrística nos fornece relativamente à dificuldade presente. E esta explicação, já tão bem fundada por si mesma, vai agora receber uma nova e mais ampla confirmação da tradição da Sinagoga: da Sinagoga, digo, cuja autoridade imagino que ninguém pensará em recusar no que toca ao sentido a atribuir às locuções em uso entre os antigos profetas. Ora, é coisa recebida e admitida sem contestação por toda a exegese rabínica que, na língua dos profetas, a fórmula «os últimos dias» designa pura e simplesmente os tempos do Messias e da Sua lei. «Faz parte da tradição dos antigos Hebreus», observa Rosenmüller com a competência que se lhe conhece, «que pela fórmula novissimi dies [os últimos dias] são designados os tempos messiânicos[106]». E o que se deve entender por tempos messiânicos? Sem qualquer dúvida — segundo o que o próprio nome nos indica —, toda a época que vai da vinda do Messias até à consumação dos séculos, por outras palavras, do primeiro ao segundo advento do Senhor.

Pretende-se mais? Pois bem! Eis o que será ainda mais concludente: é que este mesmo sentido, como vamos ver, é o que se desprende invariavelmente da referida fórmula ou dos seus equivalentes em todas as passagens dos escritos apostólicos que os nossos adversários modernistas nos opõem.

Quando São Pedro, por exemplo, no discurso inaugural dirigido à multidão acorrida às portas do cenáculo após o prodígio do primeiro

---

[105] «É de dizer que, pelo fato de se afirmar é a última hora, ou por outras locuções semelhantes que se leem na Escritura, não se pode conhecer nenhuma quantidade de tempo. Pois não foi dito para significar uma hora breve de tempo, mas para significar o último estado do mundo, que é como que a última idade; cuja duração de tempo não foi definida, assim como também para a velhice (que é a última idade do homem) não há nenhum termo certo nem definido.» (São Tomás de Aquino, Suppl., q. 88, a. 3 ad 3um).

[106] Rosenmüller, in Is., II, 2; Jer., XLVIII, 47; XLIX, 39, etc.

Pentecostes, começava dizendo: O que vedes é o que foi anunciado pelo profeta Joel: «Nos últimos dias, diz o Senhor, derramarei do meu Espírito sobre toda a carne, e os vossos filhos e as vossas filhas profetizarão», etc. — que pensamos nós que poderia ser então a significação destas palavras: nos últimos dias? Haveria talvez, nas circunstâncias do momento, haveria no acontecimento que acabara de se dar, haveria na mentalidade atual dos apóstolos ou da multidão reunida perante eles o que quer que fosse que motivasse uma declaração sobre "os últimos dias" entendidos no sentido em que os toma a objeção? Absolutamente nada. E quem então poderia sequer sonhar com a chegada de um próximo fim do mundo?

As preocupações iam por certo para bem longe disso. Orientavam-se unicamente para a questão que o recente drama do Calvário deixara pendente, e que as coisas extraordinárias das quais o cenáculo se tornara teatro vinham avivar. Esta questão é a que São Pedro vinha decidir na cara de Jerusalém, do seu povo, dos seus príncipes e do seu Sinédrio, proclamando bem alto estas duas coisas: primeiramente, que os tempos messiânicos tinham chegado, como provava o presente cumprimento da profecia de Joel sobre a efusão do Espírito Santo nos últimos dias (vers. 14-21); e, em segundo lugar, que o Messias era este Jesus de Nazaré, há pouco cravado na cruz e morto pelas mãos dos ímpios, segundo o que atestava o resplandecente milagre da Sua ressurreição (vers. 22-36). Eis todo o discurso do príncipe dos apóstolos nesta solene promulgação da nova lei; no qual é de toda a evidência que os últimos dias por ele mencionados não comportavam outra significação que não a que declaramos, estabelecemos e explicamos mais acima.

Mesma conclusão deve agora ser tirada do exame de textos similares que se apresentam nas epístolas canônicas. Quando São Paulo na epístola aos Hebreus mostrava a diferença entre o sumo sacerdote dos Judeus — entrando em cada ano no santuário com o sangue de bodes e touros, pelo qual era impossível que os pecados fossem expiados — e Cristo — vindo uma só vez na consumação dos séculos, ἐπὶ συντελείᾳ τῶν αἰώνων, para abolir enfim o pecado pelo seu próprio sacrifício (Heb., IX, 26): que podia ele então designar por esta expressão, συντέλεια τῶν αἰώνων, senão a

supradita idade messiânica, encarada agora como desfecho necessário e culminância obrigatória das idades que a precederam, anunciaram, prepararam e prefiguraram?

Com efeito, como ele diz logo a seguir, no início do capítulo seguinte (Heb., X, 1), as idades precedentes não tiveram senão as sombras dos bens futuros, umbram enim habens lex futurorum bonorum, non ipsam imaginem rerum; e é apenas na idade messiânica que, por Jesus Cristo, com Jesus Cristo e em Jesus Cristo, as sombras ganharam corpo e as figuras passaram a realidades. Neste sentido, por conseguinte, esta mesma idade era bem, e à letra, o encerramento (συντέλεια) de todas as outras. Era o seu cumprimento, o seu complemento, o seu termo: o seu termo, digo eu, qualquer que de resto devesse ser a extensão da sua duração — quer restrita ao curto espaço de uma ou duas gerações, quer, pelo contrário, prolongada através de uma indefinida série de séculos.

Esta é incontestavelmente a doutrina de São Paulo, a mais autêntica, a mais comprovada; é o tema que ele desenvolve ao longo de toda a epístola aos Hebreus em particular. E como recusar então o reconhecimento do verdadeiro sentido da expressão incriminada num lugar onde são precisamente postos em oposição, por um lado, a figura do sumo sacerdote da antiga lei acima referida e, pelo outro, a realização da figura em Jesus Cristo? Que se reflita nisso, que se olhe de perto, que se refira ao contexto imediato assim como ao argumento geral da carta inteira, e forçoso será convir que o sentido supraindicado é o único possível, o único que condiz com o assunto e o encadeamento do discurso — não se vendo o menor lugar para a questão da vizinhança da parusia, aqui de novo inteiramente fora de propósito como de consideração.

Tal igualmente é o sentido de um inciso análogo do capítulo décimo da primeira epístola aos Coríntios (X, 11), onde o apóstolo, após ter relatado as particularidades da saída do Egito e da estadia dos antigos Israelitas no deserto, diz que «todas estas coisas lhes aconteceram em figura, e foram escritas para nossa instrução, a nós que chegámos ao fim dos séculos: in quos fines saeculorum (τὰ τέλη τῶν αἰώνων) devenerunt».

Vê-se ali exatamente a mesma oposição entre o tempo das figuras sob Moisés e o do seu cumprimento sob Jesus Cristo; de sorte que é ainda a era messiânica, concebida ainda como termo e encerramento das idades antigas, que é designada pela fórmula τὰ τέλη τῶν αἰώνων — a qual difere muito pouco, quanto à forma, daquela que foi empregue por São Paulo na passagem anterior.

E quando, por sua vez, São João escrever na sua primeira epístola (II, 18): É a última hora; e como ouvistes que o anticristo deve vir, já desde agora há muitos anticristos; por aí conhecemos que é a última hora: também ele não fará mais do que designar esta mesma era messiânica, se bem que agora por outra particularidade que lhe é própria. Pois se, como ele diz um pouco mais abaixo (III, 8), foi para destruir as obras do diabo que o Filho de Deus apareceu, decorre por si só que isso não se faria sem que o diabo se opusesse (fosse em pessoa, fosse por meio de seus sequazes) como antagonista declarado d'Aquele que vinha desapossá-lo do seu império. Daí pois, no que diz respeito aos tempos messiânicos, um novo caráter aqui assinalado por São João, que é o de ser o tempo dos anti-Messias, noutros termos, dos anticristos, e não apenas do anticristo por excelência, anunciado para as proximidades da catástrofe final, mas ainda dos anticristos precursores, dos anticristos heresiarcas, chefes de seitas, corifeus de impiedade, vindos e por vir antes que se trave a luta suprema e definitiva.

São João não tem, pois, uma concepção diferente da de São Paulo e de São Pedro, e se os três estão de acordo em falar da última época do mundo como de uma época já em curso no seu próprio tempo, é sempre e em todo o lado — que isto se retenha bem — em virtude do princípio de que, para eles, a última época, a última idade, é a idade que dissemos, que de outro nome se chama a era da lei cristã (ou, o que vem a dar no mesmo, da lei evangélica), sob a qual temos a honra e a felicidade de viver.

Mas uma última dificuldade se apresenta agora. Objetam-nos algo que bastaria para tornar inútil tudo o que foi dito até aqui. É que, qualquer que seja o nome com o qual a decorem, esta última idade foi positivamente

reduzida por São Paulo à pura e simples duração da primeira geração cristã, e isto em três passagens formais, explícitas e categóricas, a saber: na primeira epístola aos Tessalonicenses (IV, 13-18), e em duas outras passagens paralelas (I Cor., XV, 51-52; e II Cor., V, 3) onde o apóstolo, falando dos vivos que o último dia encontrará ainda na terra, testemunhava suficientemente, pelo emprego constante da primeira pessoa do plural, que ele próprio se considerava como devendo ser pessoalmente do número deles, assim como aqueles a quem ele escrevia.

«Não queremos», escrevia ele aos Tessalonicenses, «que estejais na ignorância a respeito dos que adormeceram, a fim de que não vos aflijais como os outros que não têm esperança. Pois, se cremos que Jesus morreu e ressuscitou, devemos crer também que Deus trará com Jesus os que n'Ele adormeceram. Com efeito, nós declaramo-vos isto fundados na palavra do Senhor: Nós, os vivos, os deixados de parte [os remanescentes] para o advento do Senhor, não nos adiantaremos aos que adormeceram. Porque, a um sinal dado, à voz do arcanjo, ao som da trombeta de Deus, o próprio Senhor descerá do céu, e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os vivos, os deixados de parte, seremos arrebatados com eles ao encontro do Senhor nos ares, e desta maneira estaremos para sempre com Ele. Assim pois, consolai-vos uns aos outros com estas palavras».

Eis como falava São Paulo, em razão aparentemente da firme convicção de que em sua vida — e em vida dos fiéis que ele instruía — viria o grande dia de Deus. Pois doutro modo, o que quereria ele dizer por essas palavras tão precisas do versículo 15: Nos qui vivimus, qui residui sumus in adventum Domini, que repete ainda no versículo 17 como que para lhes sublinhar o alcance e reter melhor a atenção dos seus leitores? Nós, os vivos, diz ele. E quem somos "nós", senão o próprio Paulo, com aqueles a quem a sua carta se dirigia? É nisso que se baseiam os adversários; é aí que veem uma peça de convicção decisiva, um argumento sem réplica.

Mas para nós (haverá necessidade de o dizer?), vemos nisso coisa muito diversa, e temos por certíssimo que, aos olhos de quem quer que nisso reflita e olhe de perto, tudo aqui se reduz a uma simples maneira de falar, que o contexto esclarece plenamente — e não sem fornecer, como sobra, uma nova e mui positiva confirmação de todas as nossas antecedentes conclusões, como, antes de terminar, tentaremos mostrar.

Notemos primeiramente qual é o erro que São Paulo se propunha corrigir. Era o erro dos que, ainda noviços na doutrina da fé, se tinham persuadido de que não teriam parte na glória do dia do Senhor os mortos já deitados nos seus túmulos, e que apenas aos vivos se devia aplicar o que se lê no Evangelho: que, chegando sobre as nuvens do céu, o Filho do homem enviaria os seus anjos reunir os seus eleitos dos quatro ventos, de uma extremidade do céu à outra, para os tornar participantes do seu triunfo (Mat., XXIV, 31). E nesta falsa persuasão eles afligiam-se desmedidamente a respeito dos seus defuntos; choravam-nos ou como não devendo ressuscitar em absoluto, ou ao menos como devendo falhar àquela retumbante manifestação de Cristo na sua parusia — a qual era objeto, como se sabe, das mais ardentes aspirações dos cristãos da primeira hora.

São Paulo os instrui, pois, e os tranquiliza inteiramente, tanto sobre um ponto como sobre o outro. A ressurreição gloriosa dos que adormeceram na fé e na caridade de Jesus é uma consequência necessária da ressurreição do próprio Jesus; não há pois lugar a chorá-los como se eles não devessem erguer-se, na bem-aventurada imortalidade, do pó dos seus túmulos: é a primeira coisa. E vem depois a segunda, que é que os vivos do último dia, reservados para o advento do Senhor, em nada estarão em vantagem acima dos outros no que toca à participação no triunfo da parusia. Pois os "dormentes" despertarão do seu sono para a vida imortal, ao passo que os vivos, pelo seu lado, entrarão nela por uma rápida mudança que não comporta pausa duradoura na morte; e todos em conjunto, todos ao mesmo tempo, vivos e dormentes de há pouco, serão arrebatados ao encontro do Senhor, do qual não voltarão a separar-se jamais. Tal é, digo, o ensinamento preciso pelo qual São Paulo combatia e destruía a falsa ideia que os seus neófitos se tinham feito a respeito dos

mortos, e não cabe agora entrar aqui em desenvolvimentos que seriam alheios ao nosso assunto. Mas cumpre deter-nos na única coisa que importa à solução que buscamos, a saber: na maneira como a epístola designa cada uma das duas categorias que acabou de encenar, como devendo ter parte igual ao triunfo de Cristo no seu último advento.

Eis, em primeiro lugar, os mortos; e quais são estes mortos? Evidentemente, não pode tratar-se aqui da universalidade dos mortos (entendo: de todos indistintamente os que jazerão nos sepulcros à chegada do Filho do homem). Pois entre eles, quantos os reservados àquilo que o Evangelho chama de ressurreição de condenação, quando aqui os únicos em causa são os que ressuscitarão para a vida, e a vida de glória eterna. Compreende-se assim por que razão, ao falar destes mortos, São Paulo não diz jamais os mortos a seco, mas antes, os mortos em Cristo, οἱ νεκροὶ ἐν Χριστῷ (vers. 16), ou ainda: os que adormeceram em Jesus, κοιμηθέντας διὰ τοῦ Ἰησοῦ (vers. 14); pelo que ele designa apenas os eleitos, apenas os predestinados. De resto, é coisa bem clara por si mesma, que não necessita de explicação; se a assinalamos à particular atenção do leitor, é porque ela vai servir agora a esclarecer o que se diz da segunda categoria, a dos vivos, na qual reside toda a dificuldade.

Os vivos que estarão na terra à chegada do grande dia, e que em companhia dos mortos de que se acaba de falar partilharão da sua glória, são designados pela seguinte fórmula do versículo 15, repetida ainda no 17: ἡμεῖς οἱ ζῶντες οἱ περιλειπόμενοι εἰς τὴν παρουσίαν τοῦ Κυρίου, palavra por palavra: nós, os vivos, os deixados de parte para o advento do Senhor. Examinemos atentamente todos os seus termos, e, para mais clareza, na ordem que se segue: primeiramente οἱ ζῶντες; seguidamente, ἡμεῖς; em terceiro lugar, οἱ περιλειπόμενοι. E deste exame ressaltará talvez um sentido bem diferente daquele onde os nossos modernistas triunfam, e que o primeiro relance nos poderia ter feito supor a nós mesmos.

«Οἱ ζῶντες» em primeiro lugar: os vivos, os do último dia, isso fica entendido; mas quais? Talvez a universalidade dos que povoarão o mundo no momento em que os sinais precursores do juízo começarão a eclodir?

Evidentemente que não, porque nesse número, quantos pecadores impenitentes, quantos descrentes, quantos infiéis, quantos réprobos que, em vez de serem arrebatados gloriosos ao encontro do Senhor, serão deixados em perdição no meio do desmoronamento universal! «E como aconteceu nos dias de Noé», diz Nosso Senhor no evangelho, «assim acontecerá no advento do Filho do homem. Os homens comiam e bebiam, casavam-se e davam as suas filhas em casamento até ao dia em que Noé entrou na arca, e o dilúvio os surpreendeu. Então, de dois homens que estiverem num campo, um será tomado, o outro será deixado; de duas mulheres que estiverem a moer no moinho, uma será tomada, a outra será deixada.» Tal é a separação que se fará dos vivos em relação aos vivos nessa hora derradeira do mundo!

Do mesmo modo, portanto, que há momentos não podia tratar-se da universalidade dos mortos, também agora não se pode tratar da universalidade dos vivos; logo, era preciso um determinativo que limitasse a compreensão do termo οἱ ζῶντες aos únicos justos, aos únicos fiéis, aos únicos amigos de Jesus. E este determinativo, onde o encontraremos? Justamente no termo incriminado, neste pronome da primeira pessoa do plural aqui colado pelo apóstolo que diz: ἡμεῖς οἱ ζῶντες, nós, os vivos, com o mesmo sentido com que dissera ao falar dos mortos, os mortos em Cristo, οἱ νεκροὶ ἐν Χριστῷ, os adormecidos em Jesus, κοιμηθέντας διὰ τοῦ Ἰησοῦ.

E com efeito, quem não sabe que o dito pronome da primeira pessoa do plural é correntemente empregado na linguagem usual para designar confusamente e sem outra determinação particular aqueles da classe, da categoria à qual pertence aquele que fala — sobretudo se à mesma classe e categoria pertencem com ele aqueles a quem ou diante de quem ele fala? Certamente, se eu, enquanto francês, dissesse que acabamos de ganhar uma segunda batalha do Marne, não passaria pela ideia de ninguém que me estava a pôr pessoalmente no número dos que a ganharam.[107] E se, falando perante um público numeroso, eu acrescentasse que, segundo todas as probabilidades, estaremos em Berlim num futuro mais ou menos

[107] (Nota do autor: Estas linhas foram escritas no mês de outubro de 1918).

próximo, também ninguém dos que estivessem no auditório se julgaria pessoalmente incluído na amplitude do nós coletivo de que me serviria. Na verdade, seria escusado, para uma coisa tão simples, multiplicar os exemplos que por si sós acodem ao espírito, restando apenas fazer a aplicação ao caso que nos ocupa.

Pois não seria talvez nesta acepção, que acaba de ser indicada, que São Paulo tomaria agora este "nós", ἡμεῖς, que constitui a alguns uma dificuldade tão formidável? Não é a categoria, a classe dos fiéis enquanto tais que ele tinha aqui em vista, muito mais do que os Tícios, os Caios e os Semprônios que a compunham no momento em que ele escrevia? Em suma, quando, para designar os vivos que no último dia se verão juntar ao exército triunfante dos gloriosos ressuscitados, enlevados aos ares ao encontro do Senhor, o apóstolo dizia (falando aos seus fervorosos neófitos) nós, os vivos, ἡμεῖς οἱ ζῶντες — não é como se ele tivesse dito, sem outra precisão nem determinação de pessoas: os nossos que então viverem? Os nossos, isto é, os do nosso lado, do nosso partido, da nossa comunhão: os crentes, os amigos de Jesus e do Seu advento, por oposição àqueles que a segunda epístola aos mesmos Tessalonicenses apresenta (I, 8-10) como não conhecendo a Deus, não obedecendo ao Evangelho e devendo em consequência, no dia da parusia, sofrer a pena de uma perdição eterna, longe da face do Senhor e do brilho da Sua potência? Sim, sem a mínima dúvida possível, eis exatamente o sentido que decorre do teor da carta, e que a globalidade do contexto confirma da maneira mais expressa.

Quanto ao contexto, não poderíamos nós, sem nos expormos a fatigantes repetições, examinar aqui as suas dobras e redobras. Não o faremos, portanto. Há, contudo, um ponto que não se pode de forma alguma passar em silêncio, e que é preciso ao terminar assinalar brevemente à atenção do leitor. É o traço pelo qual o apóstolo terminava de designar os derradeiros fiéis que a última hora do mundo deverá encontrar vivos na terra: οἱ περιλειπόμενοι εἰς τὴν παρουσίαν τοῦ Κυρίου. Pois como este traço é significativo, como vem a talho de foice ao nosso propósito, e que nova confirmação não traz às nossas precedentes asserções, destruindo sempre mais profundamente a tese dos adversários

(segundo a qual, com estas palavras nós, os vivos, São Paulo ter-se-ia visado pessoalmente a si mesmo, e com ele àqueles a quem a sua carta se dirigia)!

Toda a observação recai sobre o particípio περιλειπόμενοι, do verbo λείπω, λείπομαι, o qual em toda a parte em que é empregue, em toda a parte em que entra (quer como radical, quer como composto) dá a ideia de um resto, de um fraco remanescente destacado da massa. É assim, por exemplo, que na epístola aos Romanos (IX, 27) São Paulo, citando Isaías, escreve: Ainda que o número dos filhos de Israel fosse como a areia do mar, apenas um fraco resto será salvo, τὸ ὑπόλειμμα σωθήσεται. E mais abaixo (XI, 5), comparando o pequeno número de Judeus convertidos ao Evangelho com os sete mil homens que não tinham dobrado o joelho diante de Baal: Hoje também, diz ele, há um resto segundo a escolha da graça, λεῖμμα κατ' ἐκλογὴν χάριτος.

E com que força ainda maior não sobressai essa mesma ideia na frase do nosso texto: Nós, os vivos, os deixados de parte [os remanescentes] para o advento do Senhor! Eles não deviam, portanto, ser senão um resto, um remanescente; se nos for permitido falar assim, um resíduo: qui residui sumus, consoante a tradução muito exata da Vulgata; uma coisa enfim como uma retaguarda que vem em ultimíssimo lugar, após o grosso do exército ter já passado. O que, noutros termos, queria dizer que, no pensamento de São Paulo, os fiéis vivos no último dia não seriam senão um número muito pequeno, uma minoria muito pequena, comparativamente à massa de cristãos adormecidos em Cristo: o exato inverso, como salta aos olhos, do que comportaria a hipótese do juízo a chegar durante a Era Apostólica.

É desta maneira que a exegese modernista vê destituídas as suas pretensões, e perde as suas posições umas a seguir às outras. Não há uma única passagem das epístolas dos apóstolos em que possa basear um argumento minimamente fundado na razão. Faltaria agora o Apocalipse de São João que exige um exame à parte, e este exame constituirá a matéria dos dois artigos seguintes.

NONO ARTIGO

A PARUSIA NO APOCALIPSE. O VERDADEIRO ASSUNTO DA GRANDE PROFECIA DO NOVO TESTAMENTO.

Revelação de Jesus Cristo, que Deus Lhe deu, para descobrir aos Seus servos as coisas que devem acontecer em breve, e que Ele fez conhecer enviando pelo Seu anjo ao Seu servo João, o qual deu testemunho da palavra de Deus, e de tudo o que viu de Jesus Cristo. Feliz aquele que lê e que escuta as palavras desta profecia, e guarda as coisas que nela estão escritas, porque o tempo está próximo. É assim que começa o Apocalipse (I, 1-3).

E eis agora como ele termina (XXII, 6-20): O Senhor Deus dos espíritos dos profetas enviou o Seu anjo para descobrir aos Seus servos o que deve acontecer em breve. Eis que venho em breve... Não seles as palavras da profecia deste livro, porque o tempo está próximo... Eu virei em breve, e a Minha retribuição está comigo para render a cada um segundo as suas obras... Eu, Jesus, enviei o Meu anjo para vos dar testemunho destas coisas nas Igrejas... Sim, Eu virei em breve. Amém: vinde, Senhor Jesus.

Como se vê, a declaração do fim não é senão a repetição da do princípio, e esta declaração — que abre e fecha o Apocalipse, que o emoldura na sua totalidade e lhe abarca todo o conteúdo, que é dele a primeira e a última palavra, o alfa e o ômega — apresenta-se por isso mesmo como coisa de primeiríssima importância na economia do livro. Não se trata de um traço acidental que seja lícito negligenciar e pôr de lado, de um detalhe incidentalmente acrescentado, de um acessório enfim, sem conexão com o argumento principal. Trata-se, pelo contrário, de um ponto essencial entre todos, que incide sobre todo o conjunto da revelação que São João, pelo ministério do anjo, recebeu de Jesus Cristo: no qual somos, por conseguinte, forçados a ver uma indicação dada sobre o sentido

geral da profecia, uma luz lançada sobre as suas obscuridades e uma chave que deve servir para lhe abrir os arcanos.

Por outro lado, devem destacar-se nele duas afirmações bem nítidas e bem categóricas: a primeira, de que os acontecimentos que constituem o objeto das predições apocalípticas deviam acontecer em breve, quae oportet fieri cito; a segunda, de que em breve viria também Jesus trazendo Consigo a Sua retribuição, para dar a cada um segundo as suas obras, ecce venio cito, et merces mea mecum est, reddere unicuique secundum opera sua. E estas duas afirmações — consideradas sobretudo enquanto se completando e se esclarecendo uma à outra — parecerão sem dúvida, aos olhos de muitos, justificar as ideias modernistas sobre o anúncio, nas escrituras do Novo Testamento, de uma parusia iminente.

Pois não se deveria sequer pensar em contestar aqui o sentido da palavra em breve (ταχύ, ἐν τάχει), a qual visivelmente deve ser tomada no seu sentido óbvio e natural, sem que haja lugar a apelar — para se sair do embaraço — à palavra de São Pedro que diz que «para o Senhor, um dia é como mil anos, e mil anos são como um dia». Uma coisa, com efeito, é a estimação do tempo comparativamente à eternidade de Deus; outra coisa é a sua avaliação em relação a nós, que a ele estamos sujeitos. Compreende-se perfeitamente que, quando se fala de Deus, se diga que diante d'Ele — e em relação à eternidade que Lhe é sempre presente — tudo é curto. Mas o que decerto já não se compreenderia de todo é que Deus, falando connosco, usasse da mesma medida — de uma medida que, ao encurtar igualmente todos os tempos, suprime também por isso mesmo todas as diferenças; e que, para nos assinalar acontecimentos devendo chegar, por exemplo, daqui a mil, dez mil, cem mil anos, nos assegurasse de que virão em breve, e de que o tempo está próximo.

Muito menos se compreenderia ainda que Ele insistisse no prazo próximo dos eventos anunciados, com esse luxo de expressões que se nota nos últimos versículos do último capítulo, onde a proximidade é afirmada, assegurada e inculcada de imediato, de todas as maneiras possíveis, até cinco vezes consecutivas: *quae oportet fieri cito* (vers. 6) e *ecce venio*

velociter (vers. 7); tempus prope est (vers. 10); ecce venio cito (vers. 12); etiam, venio cito (vers. 20). Ser-nos-ia preciso mais alguma coisa? Pois bem! Eis aqui ainda mais. Pois, enquanto havia sido dito a Daniel — recebendo o anúncio profético da perseguição de Antíoco, a qual era ela mesma o tipo e como que o esboço da suprema perseguição do anticristo: Sela a profecia, porque o tempo está distante (Dan., VIII, 26, a comparar com XII, 4, 9); agora, pelo contrário, é dito a São João (Apoc., XXII, 10): Não seles as palavras da profecia deste livro, como se este livro devesse ficar muito tempo fechado. E a razão é-lhe dada em seguida: porque o tempo em que deve eclodir o cumprimento das predições que ele encerra vai chegar, tempus enim prope est. O que dava a entender da maneira mais formal e mais evidente do mundo que, se as coisas reveladas a Daniel lhe eram anunciadas para um futuro longínquo, não se passava assim com as reveladas a São João, as quais deviam começar a desenrolar-se incontinenti após ele.

Eis pois os dois pontos sobre os quais recai toda a dificuldade que apresenta o Apocalipse, e que nos resta esclarecer nestes últimos artigos: em primeiro lugar, o anúncio do próximo cumprimento das predições apocalípticas; em segundo lugar, o anúncio da vinda de Jesus, igualmente próxima, para dar a cada um segundo as suas obras. E como tanto um como o outro destes dois pontos reclamam uma explicação à parte, examiná-los-emos separadamente um após o outro, começando pelo primeiro, que é também o principal, já que o segundo não necessita para se esclarecer senão dos princípios antecedentemente estabelecidos — os quais, como se verá, encontrarão de novo, e no próprio Apocalipse, uma nova, formal e definitiva consagração.

Entre os preconceitos relativos aos livros da Sagrada Escritura, não há nenhum tão geralmente difundido como o que tem o Apocalipse como sendo, ou exclusivamente ou ao menos na sua parte principal, a profecia do fim dos tempos, dos seus sinais precursores, dos acontecimentos que o precederão e das catástrofes que o anunciarão. Com efeito, interrogai a este respeito a maior parte dos que se interessam pelas coisas da religião e que possuem alguma cultura: infalivelmente, e com muito poucas

exceções, responder-vos-ão primeiramente que o Apocalipse é um livro sibilino que não se deve sequer tentar decifrar, visto que todos os que o tentaram fracassaram miseravelmente; e que, além disso, se a inteligência dele está talvez reservada para o futuro, por enquanto não se sabe vagamente senão uma coisa: que são predições relativas ao anticristo, aos últimos combates da Igreja, à perseguição suprema, à vinda de Henoc e de Elias, à aparição do juiz dos vivos e dos mortos e às sessões gerais do tribunal da humanidade, com o que se lhes seguirá nos eternos castigos e nas eternas recompensas.

Mas quão estranha, quão inacreditável e, sobretudo, quão paradoxal lhes pareceria a opinião daquele que — mesmo apoiado na grande autoridade de Bossuet — tentasse timidamente sustentar que a parte do Apocalipse que visa direta e imediatamente os últimos dias ocupa estritamente no livro o espaço de uma dezena de versículos, exatamente os nove últimos do capítulo XX! Seguramente, assim como a São Paulo a pronunciar no Areópago a palavra "ressurreição dos mortos", dir-lhe-iam para voltar e fazer-se ouvir noutra ocasião, tão grande e tão considerável é a força do preconceito comumente recebido.

Ora, a escola modernista não podia naturalmente deixar de pôr em valor este preconceito na questão da parusia, e de procurar aí uma base de argumentação muito segura. E de fato, se é verdade que o fim do mundo é o objeto único, ou ao menos principal, das predições do Apocalipse; e se, por outro lado, como mostrámos claramente mais acima, essas mesmas predições eram nele incontestavelmente dadas como devendo cumprir-se em breve, segue-se rigorosamente que, no dizer das nossas Escrituras, o mundo, no momento das visões de Patmos, estava deveras na véspera de acabar, e a grande revelação de Cristo a ponto de ter lugar.

Assim, toda a questão presente reduz-se a um único ponto: qual é o verdadeiro objeto das predições apocalípticas? É o fim do mundo? Então só nos resta inclinar-nos e aceitar a condenação. É pelo contrário alguma outra coisa? Então a dificuldade desmorona-se, como se desmorona uma construção a qual se lhe esfumou a base. A coisa vale pois a pena ser

examinada de perto, e a fim de melhor circunscrever o campo sobre o qual deve incidir a discussão, comecemos por lançar um rápido olhar sobre o plano e a divisão da grande profecia do Novo Testamento.

Como faz observar Bossuet no início do seu admirável comentário, as funções do ministério profético reduziam-se a três principais, das quais a primeira era repreender, advertir e exortar; a segunda, predizer e anunciar o futuro; a terceira, consolar e encorajar pela promessa das recompensas. Não vamos pois procurar noutro lado o plano e a ordenação do Apocalipse, esta profecia incomparável, termo e coroamento de toda a obra dos antigos profetas. E com efeito, após o capítulo I que faz as vezes de prólogo ou de prefácio, encontramos as advertências e as exortações. Elas preenchem os capítulos II e III, onde São João recebe a ordem de enviar aos sete bispos da Ásia as censuras ou os louvores que as suas Igrejas mereciam, com as recomendações apropriadas às condições de cada uma delas. Depois, vêm em segundo lugar as predições, que constituem a parte de longe a mais considerável da obra, e vão do capítulo IV ao capítulo XX inclusive. Todas elas se retiram desse livro do futuro, fechado e selado, o qual ninguém podia nem abrir nem olhar, mas que, uma vez entregue nas mãos do Cordeiro para que Ele lhe rompesse os selos (V, 1-10), deixava escapar os seus misteriosos segredos. Enfim, eis em terceiro lugar as promessas da felicidade futura, das quais nos é feito o deslumbrante quadro nos dois últimos capítulos XXI e XXII, onde aparece a Jerusalém celeste «toda bela e toda perfeita no recolhimento de todos os santos, e no perfeito conjunto de todo o corpo místico de Jesus Cristo».

Tal é, digo, a divisão muito natural do Apocalipse, e vê-se de imediato, por esta rápida exposição, que não é nem a primeira parte, nem a terceira, mas somente a segunda, a das predições, que entra presentemente em causa. Mais ainda, será necessário eliminar dela os capítulos IV e V, que não são senão um prelúdio consagrado a representar o teatro da visão e a descrever o aparelho da cena em que o Cordeiro, divino protagonista, recebe das mãos d'Aquele que estava sentado no trono o livro misterioso do qual ia levantar os selos. De sorte que, no final de contas, a série dos

oráculos referentes aos eventos vindouros começa exatamente com o capítulo sexto, para se encerrar definitivamente com o vigésimo.

É pois sobre os quinze capítulos inclusos e compreendidos nestes dois termos extremos que incide a questão levantada mais acima; entendo, a questão de saber se é verdade, sim ou não, que — em conformidade com o preconceito vulgar — as predições apocalípticas visem diretamente (seja na sua totalidade, seja na sua maior e principal parte) a suprema catástrofe e os eventos precursores. Ao que nós respondemos sem hesitar com uma denegação absoluta, que será justificada, se não nos enganamos, pelas múltiplas razões que vão ser propostas à consideração e às reflexões do leitor.

E, em primeiro lugar, uma observação preliminar. É que, se houve alguma vez uma profecia que — segundo os princípios expostos no início deste estudo — não se possa compreender bem senão a posteriori, isto é, à luz dos factos consumados (ao menos em todo o seu conjunto e na ligação das suas diversas partes), essa deve ser, antes de todas as outras, a do Apocalipse. Isso ressalta com plena evidência da maneira que lhe é própria, do estilo enigmático em que está escrita, dos símbolos, das imagens, das metáforas inteiramente sui generis das quais está envolta e como que velada do princípio até ao fim: em suma, de tudo aquilo que fazia São Jerônimo dizer que ela continha tantos mistérios quantas palavras, *tot sacramenta quot verba.*

E não haveria nisso já matéria suficiente para excluir a priori a hipótese de um Apocalipse que tivesse por único, ou ao menos por principal objeto, o que não devia acontecer senão quando o mundo tivesse estado a ponto de acabar? Pois logo nos perguntamos qual lhe teria podido ser a utilidade, que seria igualmente nula — ao que pareceria — quer nos coloquemos antes, quer nos coloquemos depois do acontecimento. Se nos colocamos depois, porque, na hipótese, o tempo do "depois" já não seria senão o da vida futura, para o qual as profecias visivelmente não são feitas; e se nos colocamos antes, porque não há probabilidade nenhuma de que, sem o fio condutor dos fatos consumados, se chegue jamais a uma

interpretação (já não digo conjetural e fantasiosa, com a qual nada temos a ver, mas) certa e autêntica de tantas e tão misteriosas figuras, as quais formam um labirinto mais complicado ainda e mais tenebroso do que aquele do qual Ariadne outrora deu a Teseu o meio de sair.

E não será esta porventura a única razão da ideia tão geralmente difundida a que fazíamos alusão mais acima? Falo da ideia que tem o Apocalipse por um logogrifo ininteligível e indecifrável; digamos a palavra, por uma espécie de rebus [enigma visual] que pode quando muito servir para exercitar a imaginação dos ociosos que, não tendo nada que fazer no mundo enquanto ele dura, têm ao menos a pretensão de lhe ensinar quando e como ele acabará: quiméricos criadores de interpretações ainda mais quiméricas. Mas agora, eu o pergunto a todos os que creem na inspiração das nossas santas Escrituras: seria possível que tal fosse a verdadeira e real condição de um livro do qual o próprio Deus seria o autor, e que Ele teria dado — assim como todos os outros — à Sua Igreja, como devendo servir para ensinar, para convencer, para corrigir, para instruir, segundo esta palavra de São Paulo a Timóteo: Omnis scriptura utilis ad docendum, ad arguendum, ad erudiendum in justitia?

Certamente, pôr a questão nestes termos é já resolvê-la, e imagino que aqueles mesmos que falam da desesperante incompreensibilidade do Apocalipse não poderão abster-se de ver aqui tudo o que a hipótese encerraria de inverossímil, digamos antes, de inadmissível. Que isso lhes seja pois um primeiro indício de que se poderiam muito bem estar a enganar sobre o verdadeiro objeto da profecia de São João, e de que a situam muito mal — num futuro no qual, não devendo os factos da história servir jamais para encontrar o fio de tantos oráculos tão díspares e tão obscuros na sua maior parte, já não haveria lugar senão para interpretações no ar, que não repousariam em qualquer fundamento objetivo firme e seguro.

Mas, repito, isto ainda não é mais do que uma nota preliminar, que não valerá, se se quiser, contra os adversários senão a título de pura e simples presunção. Cheguemos agora a argumentos mais tópicos, e

comecemos por lhes estabelecer a base, esta base sólida que, como acaba de se dizer, faltará sempre a quem quer que se lance na exegese apocalíptica unicamente pelos dados do texto, independentemente de toda a direção ou informação haurida das fontes da história.

Se percorrermos os grandes fatos da história desde a época de São João em Patmos até aos nossos tempos modernos, não encontraremos certamente nenhum que iguale, em importância e extensão, o desmoronamento do império romano sob os golpes redobrados dos Bárbaros no princípio do século V, e a decomposição que — tendo-se-lhe seguido — acabou por desaguar, contra tudo o que se pudesse ter esperado, na formação dos diversos reinos da cristandade, saídos uns após os outros deste imenso caos.

Quer nos coloquemos com efeito do ponto de vista do historiador, quer remontemos com o teólogo até às razões últimas das coisas, de um lado como do outro chega-se à mesma constatação de um acontecimento absolutamente sem par. Para o historiador, será o desaparecimento definitivo da civilização antiga, que vai dar lugar a uma civilização inteiramente nova, isto é, a um estado social doravante regulado segundo os princípios e as leis do Evangelho. Para o teólogo, será a espantosa realização das grandes linhas do plano divino, assinaladas desde há muito tempo nas antigas profecias, e notadamente na de Daniel sobre a sucessão dos impérios — quando o colosso que havia aparecido em sonhos a Nabucodonosor «foi reduzido a esse pó fino que o vento de verão leva», e a «pedra que havia batido na estátua se tornou numa grande montanha, e encheu toda a terra».

Pois bem! É este fato, imenso, o mais vasto, o mais fecundo da história, que — à luz da própria história — vamos encontrar predito no Apocalipse, e com uma tal nitidez, uma tal abundância de provas, uma tal precisão de detalhes, que será impossível aos mais cegos não o reconhecer. É o evento-mestre que ocupa o lugar principal na profecia de São João, que também lhe dá a chave, lhe indica o sentido e, desde o ponto central onde é colocado, lhe ilumina todo o seguimento — assaz ao menos para

que já não possa restar dúvida sobre o objeto verdadeiro e adequado das predições apocalípticas.

Abramos pois este misterioso Apocalipse nos capítulos XVII e XVIII, que são precisamente o ponto central de onde dissemos que deve vir a luz, e vejamos ali em mesmíssimo primeiro lugar — apresentada sob o nome místico de Babilônia — a Roma imperial, a Roma deusa da terra e das nações, mãe da idolatria e perseguidora dos santos.

Estamos no ponto da visão em que sete anjos acabam de receber sete taças cheias da ira de Deus, com ordem de as derramar sobre a terra (XVI, 1). Deus lembrou-se da grande Babilônia, que deu a beber a todos os povos do vinho do furor da sua prostituição (XIV, 8), e vai agora dar-lhe a beber o vinho da indignação da sua cólera (XVI, 19). É então que um dos sete anjos se aproxima de São João e lhe diz (XVII, 1 ss.): Vem, mostrar-te-ei a condenação da grande prostituta que está sentada sobre as grandes águas, com a qual os reis da terra se corromperam... E vi, continua São João, uma mulher sentada sobre uma besta cor de escarlate, cheia de nomes de blasfêmia, que tinha sete cabeças e dez chifres. A mulher estava vestida de púrpura e de escarlate, enfeitada de ouro, de pedras preciosas e de pérolas, e tinha na sua mão um cálice de ouro cheio das abominações e da impureza da sua fornicação. E este nome estava escrito sobre a sua fronte: Mistério: a grande Babilônia, a mãe das fornicações e das abominações da terra. E vi a mulher embriagada do sangue dos santos e do sangue dos mártires de Jesus... O anjo disse-me então: Vou dizer-te o mistério da mulher e da besta que a traz, e que tem sete cabeças e dez chifres... As sete cabeças são sete montanhas (ou colinas) sobre as quais a mulher está sentada... E a mulher que viste é a grande cidade que reina sobre os reis da terra.

Por certo, eis já algo que pareceria não poder dar lugar a nenhum equívoco, pois por traços tão vincados, quem não reconheceria na Babilônia mística, da qual nos é aqui apresentada a imagem, a Roma do paganismo? «São João», observa Bossuet no seu prefácio, «dá-lhe dois carateres que não permitem não a reconhecer. Porque primeiramente

(XVII, vers. 9), é a cidade das sete montanhas (particularidade topográfica em toda a parte recebida como a característica de Roma); e em segundo lugar (vers. 18), é a grande cidade que comanda todos os reis da terra (outro caráter, desta vez de ordem política, que no tempo de São João era ainda mais manifesto e mais certo). Se é também representada sob a figura de uma prostituta (vers. 1), reconhece-se o estilo ordinário da Escritura, que marca a idolatria pela prostituição. Se é dito desta cidade soberba que ela é a mãe das impurezas e das abominações da terra (vers. 5), o culto dos seus falsos deuses, que ela tratava de estabelecer com toda a potência do seu império, é-lhe a causa. A púrpura de que ela aparece revestida (vers. 4) era a marca dos seus imperadores e dos seus magistrados; o ouro e as pedrarias de que está coberta (ibid.) fazem ver as suas riquezas imensas. A palavra de Mistério que ela traz escrita sobre a sua fronte (vers. 5) não nos marca nada mais além dos mistérios ímpios do paganismo, dos quais ela se fizera a protetora. As outras marcas da besta e da prostituta que ela traz são visivelmente da mesma natureza, e São João mostra-nos muito claramente as perseguições que ela fez sofrer à Igreja quando diz que ela estava embriagada (bêbeda) do sangue dos mártires de Jesus (vers. 6).»

Trata-se pois de um enigma bem fácil de decifrar o ser Roma, sob a figura de Babilônia (vers. 5). E sê-lo-á muito mais ainda quando se tiver refletido que, de há muito tempo já, o costume se estabelecera na Igreja de designar uma pelo nome da outra, tal como prova peremptoriamente a passagem bem conhecida de São Pedro na sua primeira epístola: A Igreja que está em Babilônia, isto é, em Roma, vos saúda (I Ped., V, 13). Por isso, vemos os próprios intérpretes racionalistas — e dos mais irredutíveis — renderem-se a tantos sinais tão convergentes e tão precisos; vemo-los, digo eu, apanhados neste ponto como que pela garganta, e constrangidos a pronunciar este nome de Roma, que todavia, se eu ousasse dizê-lo, deveria estrangulá-los, porque ele equivale aqui ao reconhecimento de uma das mais esplêndidas, como das mais espantosas profecias que se encontram nos nossos Livros Santos.

Com efeito, eis em primeiro lugar que à pintura da grande Babilônia sucede, em São João, a predição (verificada desde então à face do

universo) do seu castigo e da sua queda. É o assunto do capítulo XVIII, onde encontramos os primeiros grandes traços da profecia em questão. Quando o império estava em toda a sua flor, e não apresentava ainda nenhum indício de decadência; quando, pelo contrário, a crença na sua perenidade estava de tal modo ancorada nos espíritos, que (cristãos tão bem como pagãos, como veremos mais abaixo) não lhe davam menos do que a duração do mundo: precisamente então, mais de três séculos antes do acontecimento, era revelado a São João, e por ele à Igreja, que o colosso cairia. Então, em Patmos desenhava-se o quadro do que se cumpriu efetivamente sob Alarico, quando sitiada, tomada, saqueada, devastada pelo ferro e pelo fogo, a antiga Roma recebeu o golpe fatal de que não mais se haveria de levantar — e que, como lemos em todos os autores contemporâneos (São Jerônimo, Santo Agostinho, Paulo Orósio e tantos outros), pôs a terra inteira em pavor à vista da sua desolação.

Depois disso, retoma São João, vi um outro anjo que descia do céu, tendo um grande poder. Ele clamou com toda a sua força: Caiu, caiu a grande Babilônia, e tornou-se uma habitação de demônios, uma morada de todo o espírito impuro, um covil de toda a ave imunda e que causa horror... Ouvi também uma outra voz do céu que disse: Saí de Babilônia, meu povo, para que não tenhais parte nos seus pecados, e para que não sejais envolvidos na sua calamidade... Os reis da terra que se corromperam com ela chorarão sobre ela, e baterão no peito ao verem o fumo do seu incêndio. Manter-se-ão longe dela dizendo: Ai! Ai! Babilônia, grande cidade, cidade poderosa, a tua condenação veio neste momento. E os mercadores da terra chorarão e gemerão sobre ela, porque já ninguém comprará as suas mercadorias: essas mercadorias de ouro e de prata, de pedrarias, de pérolas, de linho fino, de púrpura, de seda, de escarlate, de toda a espécie de madeiras odoríferas e de móveis de marfim, de bronze, de ferro, de mármore, de cinamomo, de cheiros, de perfumes, de incenso, de vinho, de azeite, de flor de farinha, de trigo, de bestas de carga, de cavalos, de carruagens, de escravos, e de almas de homens... Então um anjo forte levantou ao alto uma pedra como uma grande mó, e lançou-a no mar dizendo: Babilônia, essa grande cidade, será assim precipitada... E

encontrou-se nesta cidade o sangue dos profetas e dos santos, e de todos os que foram mortos sobre a terra.

Tal é, em resumo, o anúncio profético ao qual faziam eco, trezentos anos mais tarde, as palavras de São Jerônimo, que — recebendo em Belém a fulminante notícia do imenso desastre — escrevia que «a luz do universo se extinguira, a cabeça do império romano fora decepada, ou, para falar mais exatamente, o universo inteiro fora derrubado numa só cidade[108]».

Todavia não é ainda este o forte da profecia; não é também, que se note bem, o forte da nossa demonstração. Assim sendo, não ignoramos que — por mais precisos que sejam os carateres que há pouco nos serviram para identificar a Babilônia apocalíptica, e consequentemente para reconhecer no anúncio da sua ruína o anúncio do grande acontecimento que marcou na história os inícios da Idade Média —, não faltam espíritos mais exigentes aos quais os nossos precedentes argumentos ainda não poderiam bastar. E que querem ver na dita Babilônia, mais do que a Roma dos Césares, um ser coletivo e moral sem qualquer determinação particular: como seria a sociedade anticristã em geral, noutros termos, «a cidade dos homens oposta à cidade de Deus», cujo derrube definitivo não deve ser esperado senão para o fim dos tempos.

É por isso que nos é preciso ir mais adiante agora e pôr às claras a passagem da profecia feita para forçar a convicção dos mais difíceis e remover os derradeiros restos das suas hesitações: a passagem, digo, onde as coisas são de tal modo determinadas, de tal modo particularizadas, de tal modo circunstanciadas, que o próprio nome da antiga Roma — se ali se visse escrito com todas as letras — não seria nem de uma indicação mais clara, nem de uma informação mais segura. Essa passagem é a que fica a meio caminho entre as duas reportadas mais acima e que, fazendo seguimento à descrição da grande prostituta, ou Babilônia mística, precede e prepara o quadro já apresentado do seu derrube e da sua queda.

---

[108] Postquam clarissimum terrarum omnium lumen exstinctum est, imo Romani imperii truncatum caput, et ut verius dicam, in una Urbe totus orbis interiit, obmutui et humiliatus sum, et dolor meus renovatus est, etc. (S. Jerônimo, Lib. I in Ezech., Prooem.)

Um anjo explica aí a São João (XVII, 7) o mistério da prostituta e da besta de sete cabeças e dez chifres sobre a qual ela está sentada: símbolos uma e outra, como o contexto o dá bem a entender, de uma única e mesma coisa, que nós dizemos ser a Roma idólatra e o seu império.[109] Na explicação que ele dá, o anjo instrutor passa sucessivamente em revista as diversas peças da figura misteriosa, e detendo-se finalmente nos dez chifres da besta, prossegue: Os dez chifres que viste são dez reis que ainda não receberam o seu reino, mas que receberão como reis o poder à mesma hora depois da besta. Estes têm um mesmo desígnio, e darão a sua força e o seu poder à besta. Eles combaterão contra o Cordeiro, mas o Cordeiro vencê-los-á, porque Ele é o Senhor dos senhores; e os que estão com Ele são os chamados, os eleitos e os fiéis. Ele (o anjo) disse-me ainda: Os dez chifres que viste na besta são os que odiarão a prostituta; e reduzi-la-ão à última desolação, despojá-la-ão, devorarão as suas carnes, e a farão queimar no fogo. Pois Deus meteu-lhes no coração de executar o que Lhe apraz; de dar a sua realeza à besta até que as palavras de Deus sejam cumpridas. E a mulher que viste é a grande cidade que reina sobre os reis da terra (XVII, 12-18).

Eis, mais uma vez, a passagem essencial em que segundo nós está encerrado o claro desfecho da profecia e sobre a qual, por conseguinte, temos de chamar toda a atenção do leitor.

E primeiramente, o que aparece à primeira vista é que os reis em questão são os exatores da vingança divina contra a grande Babilônia figurada pela prostituta e a besta que a traz: exatores que receberam a missão de a destruir e que a destruirão de facto, segundo o que está

[109] «A besta e a mulher», observa Bossuet no comentário do capítulo XVII, «no fundo não são senão a mesma coisa... É por isso que a besta é representada como sendo a que tem sete montanhas (vers. 9), e a mulher é a grande cidade que domina sobre os reis da terra (vers. 18). Uma e outra é pois Roma. Mas a mulher é mais apropriada para marcar a prostituição, que é nas Escrituras o caráter da idolatria.» A isto podemos acrescentar que, por toda a parte onde aparece no Apocalipse um personagem montado, a montada e o personagem figuram em conjunto a mesma coisa; como por exemplo, no capítulo VI, o cavalo ruivo, o cavalo negro e o cavalo pálido, cada qual com aquele que o monta, figuram respetivamente a guerra, a fome e a peste. E no mesmo capítulo VI, como mais adiante no capítulo XIX, o cavalo branco com o seu cavaleiro representa um objeto único, que é Jesus Cristo vencedor. Único será pois também o objeto do mistério da mulher e da besta sobre a qual ela está montada.

marcado na segunda metade da passagem supracitada, versículos 16 e 17: eles odiarão a prostituta, reduzi-la-ão à última desolação, devorarão as suas carnes, pois Deus meteu-lhes no coração de executar o que Lhe apraz. Por certo, não se pode imaginar nada mais expresso e aqui, sem dúvida, todo o comentário seria supérfluo. Mas notemos agora as particularidades destes reis destruidores, e os carateres sob os quais nos são apresentados.

Quatro coisas devem ser destacadas. Primeiramente, a profecia conta-os pelo número de dez, *decem reges sunt* (vers. 12); e quer seja preciso entender por isso um número preciso, quer antes um número redondo e aproximativo, será sempre um número considerável para reis, sobretudo para reis que — por mais independentes que sejam uns dos outros — agem como que de concerto contra um mesmo inimigo, e na unidade de um mesmo desígnio.

Em segundo lugar — circunstância ainda bem mais singular e mais notável —, todos os dez são reis sem reino, qui regnum nondum acceperunt, devendo entrar ao mesmo tempo, e somente depois da besta abatida, na plena posse do poder real: sed potestatem tanquam reges una hora accipient post bestiam (vers. 12).

Em terceiro lugar — e isto torna-se um verdadeiro enigma cujos dados já não se sabe como harmonizar, de tal modo pareceriam contraditórios —, estes mesmos reis que reduzirão a besta à última desolação, que lhe devorarão as carnes e que, por conseguinte, são os seus inimigos implacáveis, são contudo apresentados como sendo os chifres, e consequentemente as defesas, da própria besta; mais ainda, segundo o que é expressamente marcado, como dando-lhe, a ela, à besta, a sua força e a sua potência: et virtutem et potestatem suam bestiae tradent (vers. 13).

Quartamente, e por fim, como se tudo isso não bastasse ainda, eis que estes reis — ministros das altas obras de Deus «que lhes meteu no coração de executar o que Lhe apraz» — não deixam por isso de ser tidos por dever combater contra o próprio Deus, ou, o que é a mesma coisa, contra o Cordeiro, que os vencerá todavia, porque Ele é o Rei dos reis e o

Senhor dos senhores, e porque aqueles que estão com Ele são os chamados, os eleitos e os fiéis: cum Agno pugnabunt, et Agnus vincet illos, quoniam dominus dominorum est, et qui cum illo sunt, vocati, fideles et electi (vers. 14).

Quem não vê que se tentaria em vão penetrar, só com os recursos do texto, o mistério de uma complicação tão extraordinária? Mas quem não vê também que se a história do passado nos apresentasse algures um conjunto de acontecimentos e de coisas ao qual se aplicasse ponto por ponto — e em toda a extensão do quadro, não menos do que no detalhe das particularidades mais caraterísticas — o painel que acabamos de ver, haveria neste simples fato (em uníssono com a prova da origem divina da profecia) o indício certo e indubitável do que é o seu verdadeiro objeto?

Pois bem! Eis agora, história na mão, a constatação da inteira realização da hipótese: eis, digo eu, o quadro que se acaba de ver a aplicar-se efetivamente, de ponto a ponto, em toda a extensão do seu quadro, até ao detalhe das mais singulares particularidades, e com a mais espantosa precisão, a todo esse conjunto de eventos e de coisas que preencheu a época (notável entre todas) da destruição da antiga Roma, do desmembramento do seu império, e da colocação das primeiras bases do que se chamou mais tarde o edifício político da cristandade. Para justificar esta asserção, não teremos mais a fazer do que apresentar um resumo da glosa de Bossuet sobre a passagem que nos ocupa, a qual, junta a tudo o que já a precedeu, equivalerá — se não nos enganarmos — à mais convincente das demonstrações.[110]

Trata-se, pois, de dez reis, executores (repitamo-lo) das altas obras de Deus contra a grande cidade, mãe das abominações da terra. Decem reges sunt. Dez reis! Eis o que é já bem sugestivo, porque, perante este número considerável de chefes de povos vindos de diversos pontos para abater um grande império e instalar-se nas suas terras, o pensamento recai por si mesmo para a época da invasão dos Bárbaros e, quer-se queira ou

[110] Bossuet, L'Apocalypse avec une explication, cap. XVII, explicação da segunda parte.

não, pensa-se logo naqueles que arruinaram Roma e lhe derrubaram o poder, principalmente no Ocidente.

Então, com efeito, viram-se aparecer, quase ao mesmo tempo, os Vândalos, os Hunos, os Francos, os Burgúndios, os Suevos, os Alanos, os Hérulos, os Lombardos, os Alamanos, os Saxões e, mais do que todos esses, os Godos, que foram os principais destruidores do império. De resto, «nada obriga a atormentar-se para os reduzir precisamente ao número de dez, ainda que se os pudesse mais ou menos reduzir a isso em relação aos reinos fixos que eles ali estabeleceram. Mas um dos segredos da interpretação dos profetas é não procurar subtileza onde ela não existe e não se perder nas minúcias quando se encontram grandes carateres que desde logo saltam à vista. Aqui, sem que haja necessidade de um maior detalhe, é um caráter bastante notável que, de um só império, se formem tantos grandes reinos em diversas províncias de Espanha, em África, na Gália Céltica, na Aquitânia, na Sequanésia, na Grã-Bretanha, na Itália e alhures; e que o império romano seja abatido na sua fonte, isto é, no Ocidente onde nasceu, não por um só príncipe que comanda em chefe, como costuma acontecer ordinariamente, mas pela inundação de tantos inimigos que agem todos independentemente uns dos outros».

Mas continuemos a avançar. Estes reis, que desmembram o império romano, têm na história carateres bem vincados e bem determinados. Passemos pois em revista aqueles que, pelo seu lado, a profecia de São João atribui aos dez reis destruidores da grande Babilônia, façamos o confronto e vejamos se eles correspondem.

Há primeiramente para os dez reis de São João um caráter que consiste, como dissemos, em que, no tempo em que apareceram pela primeira vez, eles ainda não tinham recebido o seu reino, *qui regnum nondum acceperunt.*

Ora, abro agora a história e pergunto a mim mesmo se teria sido possível melhor caraterizar a condição destes aventureiros, destes chefes bárbaros, que vemos chegar nos séculos IV e V às terras do império.

Seguramente, quando lá chegaram não tinham lá ainda nenhuma posse. Assim, o reino que lá deviam ter não lhes estava ainda dado, e não devia sê-lo efetivamente senão após a derrota da besta, segundo o que está marcado pelas palavras que se seguem em São João: sed potestatem tanquam reges accipient post bestiam. Mas há mais: porque não só não tinham ainda nenhuma posse no império, como, quer no império quer noutro lugar, não tinham um domínio fixo. As regiões onde eles tencionavam fixar-se com o seu povo estavam ainda por conquistar, e é com muita justeza que Bossuet observa: «Os reis de que se trata não são reis como os outros, que procuram fazer conquistas para engrandecer o seu reino. São todos reis sem reino, ao menos sem nenhuma sede determinada do seu domínio, que procuram estabelecer-se num país mais cômodo do que aquele que deixaram. Jamais se viu ao mesmo tempo tantos reis deste caráter, quantos apareceram no tempo da decadência do império romano, e eis já um caráter bem particular desse tempo; mas os outros são muito mais surpreendentes».

Muito mais surpreendente, com efeito, é o que São João assinala em segundo lugar, e que dissemos mais acima ser de todo ininteligível: E eles porão ao serviço da besta a sua força e a sua potência: *et virtutem et potentiam suam bestiae tradent*. Mas como? Ao serviço da besta aqueles mesmos que a profecia nos dá como suscitados por Deus para a rasgar, a fazer em pedaços e a devorar? Que mistério é este então, e quem poderia conciliar coisas tão contrárias? Pois bem! Aqui de novo não nos demos ao trabalho de procurar, pois a história liberta-nos deste cuidado, e entrega-nos a chave do enigma ao mostrar-nos os exércitos destes reis recebidos primeiramente a soldo de Roma, e na aliança dos seus imperadores.

«É o segundo caráter destes reis destruidores de Roma», continua Bossuet, «e a marca da decadência próxima desta cidade — outrora tão triunfante — de se encontrar por fim reduzida a um tal ponto de fraqueza, que já não pode compor exércitos senão destas tropas de Bárbaros, nem sustentar o seu império senão poupando os que o vinham invadir. Este tempo de fraqueza está muito bem marcado nestas palavras de Procópio:

Então a majestade dos príncipes romanos estava de tal modo enfraquecida que, após ter muito sofrido com os Bárbaros, ela não encontrava nenhum meio melhor de cobrir a sua vergonha do que fazendo-se aliada dos seus inimigos, e abandonando-lhes até à Itália, sob o título especioso de confederação e de aliança... Para além dos Alanos e dos Godos, encontram-se ainda em Procópio, entre os aliados dos Romanos, os Hérulos e os Lombardos, ou seja, os futuros mestres de Roma e de Itália. Sob Teodósio, o Grande, e sob os seus filhos, vemos os Francos nossos antepassados ter um papel considerável no exército romano, sob a condução do seu chefe Arbogasto, que tudo podia no império. Os Alanos e os Hunos serviam contra Radagaiso no exército de Honório, sob a condução de Estilicão... Os Francos, os Burgúndios, os Saxões, os Godos estão no exército de Aécio, general romano, na categoria de tropas auxiliares contra Átila. E para nos cingirmos aos Godos — a quem pertence principalmente ou a glória ou a desonra de terem vencido Roma —, vemo-los nos exércitos de Constantino, de Juliano o Apóstata, de Teodósio o Grande, do seu filho Arcádio... Era portanto muito verdadeiro que Roma, num certo tempo marcado por Deus, devia ser sustentada por aqueles que no fim a deviam destruir.» E tudo isso é o cumprimento da profecia de São João sobre os dez reis: *Et virtutem et potentiam suam bestiae tradent.*

Mas eis enfim um último caráter que, nitidamente marcado em São João, se acusa também na história da maneira mais flagrante, e sempre na pessoa destes mesmos Bárbaros, inimigos jurados de Roma, vindos para a saquear, arrasar, capturar como presa — e acabando por se fixar sobre as terras do império abatido e destruído. Eles combaterão contra o Cordeiro, mas o Cordeiro vencê-los-á: *cum Agno pugnabunt, et Agnus vincet eos*. E como combaterão eles contra o Cordeiro? Em que todos eles serão primeiramente idólatras; depois, em parte, infetados de arianismo; muitas vezes também, cruéis perseguidores.

Como, pelo contrário, serão eles vencidos por Ele? Em que no fim se tornarão todos cristãos, todos católicos, como os Godos em Espanha, os Francos e os Burgúndios nas Gálias e na Germânia, os Lombardos em

Itália, os Saxões em Inglaterra, os Hunos na Hungria. Porque tal foi a bela, a magnífica, a esplêndida vitória que convinha ao Cordeiro alcançar sobre eles: bem diferente daquela que está descrita mais abaixo (XIX, 11-21), onde se vê o Fiel e o Verdadeiro montado no cavalo branco, com olhos como uma chama de fogo, vestido com uma veste tinta de sangue, tendo na boca a espada de dois gumes, armado para o juízo, a derrota e a exterminação dos ímpios. Aqui, pelo contrário, é o doce Cordeiro que — tendo sem dúvida na Sua aljava flechas agudas para traspassar com elas os seus inimigos e fazer cair os povos a seus pés (Sl. XLIV [45], 6) —, tem flechas de amor que transformam os inimigos em amigos, e fazem deles, segundo o que São João o diz aqui expressamente (vers. 14), os chamados, os eleitos e os fiéis: et qui cum eo sunt, vocati, fideles, et electi.[111]

Concluamos pois que, sem que se possa duvidar disso, o oráculo de São João sobre a grande Babilônia tinha deveras por objeto a queda da antiga Roma, pagã e idólatra: da antiga Roma, digo eu, que mesmo depois de Constantino aí ter erguido o estandarte da cruz — apesar da grande e gloriosa Igreja cristã que tinha no seu seio, a despeito do exemplo e das proibições dos seus últimos imperadores —, não deixava de ter permanecido a prostituta que a profecia nos apresenta: sempre apegada aos seus velhos deuses, suspirando sempre «pelos seus amantes impuros», sempre pronta a entregar-se-lhes à primeira ocasião (como se viu sob Juliano o Apóstata), protestando sempre contra a interdição lançada aos templos dos seus ídolos — como se viu sob Teodósio, por exemplo, nas instâncias do Senado pelo restabelecimento do altar da Vitória[112] —, e até mesmo ao tempo de Alarico, nas violentas recriminações espalhadas por toda a parte (e vigorosamente refutadas por Santo Agostinho na sua Cidade de Deus) que atribuíam ao abandono do antigo culto todas as desgraças do império.[113]

---

[111] Ver, sobre esta passagem, a explicação de um Comentário ao Apocalipse atribuído a Santo Ambrósio. Migne, P. L., t. XVII, col. 914 e 915.

[112] Ver a este respeito a carta de Santo Ambrósio ao imperador Valentiniano (Migne, P. L., t. XVI, col. 961 ss.). E a resposta do mesmo ao relatório de Símaco, prefeito de Roma (Ibid., col. 971 ss.).

[113] "Isto (Radagaiso), ameaçando as fortalezas romanas, provocou na Cidade um ajuntamento de todos os pagãos: diziam que o inimigo estava presente, não só com abundância de forças, mas também poderoso pela máxima proteção dos deuses; e que a Cidade, por sua vez, estava abandonada e prestes a perecer, porque havia perdido os deuses e os ritos sagrados, etc."(Paulo Orósio, *Histórias*, livro VII, cap. 37 — Jacques Paul Migne, Patrologia Latina, t. XXXI, col. 1159)

Concluamos ainda que esta queda definitiva da Roma pagã — prelúdio necessário do estabelecimento do reinado social de Jesus Cristo e da Sua Igreja no mundo — é o grande e memorável acontecimento que São João tinha principalmente em vista: donde resulta por uma consequência natural que é isso também o que deve servir como de chave a todo o resto da profecia, quer no que a precede quer no que a segue.

E, em primeiro lugar, no que a precede. Pois tudo o que a precede — a partir do ponto em que começam as predições apocalípticas — tem uma conexão estreita com o que acabamos de ver tocante à condenação e execução da grande Babilônia; e está para este grande fato (segundo a feliz comparação de Bossuet) como o corpo de um poema está para a catástrofe que o termina e desata. Do que eu não desejaria outra prova, se de provas ainda se necessitasse aqui, a não ser a visão que abre o capítulo VI, e regressa no final do capítulo XIX, como que para fechar no enquadramento de um mesmo quadro e na unidade de um mesmo drama toda a série das visões interpostas.

Logo ao princípio do capítulo VI, à frente de todas as visões de futuro, imediatamente após a abertura do primeiro selo, aparece um misterioso cavaleiro montado num cavalo branco, tal como tinham os vencedores no dia da sua entrada e do seu triunfo: Eu olhei, diz São João (VI, 2), e vi um cavalo branco; e o que estava montado nele tinha um arco, e foi-lhe dada uma coroa, e ele partiu como vencedor para alcançar vitória sobre vitória. *Et exivit vincens ut vinceret.* Este cavaleiro misterioso é evidentemente o próprio Jesus Cristo, o qual, já vencedor da morte na sua gloriosa ressurreição, nos é representado aqui no ato de partir para vitórias novas; as quais, evidentemente também, não podem ser senão vitórias a alcançar sobre o inferno e os seus sequazes, conjurados para impedir por todos os meios em seu poder o definitivo e universal estabelecimento do reino de Deus, isto é, da Igreja, no mundo.

Que serão então as visões que se lhe seguem senão outros tantos quadros proféticos dos meios providenciais que devem servir a esse

estabelecimento e a esse triunfo do cristianismo? das sangrentas perseguições a sofrer, dos formidáveis obstáculos a superar antes de lá chegar, das diversas sortes de adversários a submeter, e também dos terríveis juízos que Deus exercerá sobre os seus inimigos para a execução do Seu desígnio? Eis pois os oráculos sucessivos dos sete selos, das sete trombetas, das sete taças, dos três ais ou infortúnios. Eis a besta a aparecer logo no capítulo XIII — e primeiramente com as suas sete cabeças e os seus dez chifres —, mais adiante (cap. XIV, XVI) sob o nome místico de grande Babilônia, e ainda mais adiante (cap. XVII) como não fazendo senão uma só coisa com a opulenta e cruel prostituta, mãe das abominações da terra. Eis o seu juízo, a sua condenação, o seu castigo, a sua queda lançando o mundo inteiro — como foi dito — na consternação. Eis agora, à maneira de epílogo (XIX, 1-8), o cântico de louvores que os santos do céu cantam a Deus por esta grande obra da Sua justiça, do Seu poder e da Sua admirável providência sobre a Igreja. E enfim, em último lugar, para encerrar todo o conjunto destas cenas tão grandiosas quanto terríveis, a reaparição do cavaleiro que havia a princípio surgido ao erguer do pano:

Vi então, acrescenta São João (XIX, 11-16), o céu aberto, e apareceu um cavalo branco; o que estava montado sobre ele chamava-se o Fiel e o Verdadeiro, que julga e que combate justamente. Os seus olhos eram como uma chama de fogo... Estava vestido com uma veste tinta de sangue, e o seu nome é o Verbo de Deus. Os exércitos que estão no céu seguiam-no sobre cavalos brancos, vestidos de linho branco e puro. E da sua boca sai uma espada de dois gumes para com ela ferir as nações... E vi a besta, e os reis da terra e os seus exércitos, congregados para fazerem guerra àquele que estava montado sobre o cavalo e ao seu exército. Mas a besta foi apanhada... e lançada no lago ardente de fogo e de enxofre.

Com certeza, bem supérfluo seria o cuidado que se tomasse de demonstrar mais detalhadamente a identidade do cavaleiro aqui apresentado com o de há bocado, de tal modo é manifesto que, de um lado como do outro, se trata de uma só e mesma personagem, e que essa personagem é Jesus Cristo. Com esta diferença, todavia: que a princípio

Ele era mostrado no ato de empreender a expedição e como que em trajes de guerreiro a partir para o combate; ao passo que agora Ele reaparece estando ainda, se me fosse lícito exprimir-me desta maneira, em todo o calor da luta e com as sangrentas marcas da carnificina, mas da luta e da carnificina acabadas, e no ato de consumar a vitória. Deste modo, toda a parte do Apocalipse que se estende do capítulo VI ao capítulo XIX inclusive apresenta-nos um conjunto compacto de fatos, de acontecimentos e de coisas, resultando finalmente na execução da besta (isto é, na queda da antiga Roma) como sendo o termo em que está cumprido o que São João tinha em vista: a saber, Jesus Cristo vencedor, a Sua religião triunfando dos obstáculos humanamente insuperáveis que se opunham ao seu sólido e definitivo estabelecimento, a Igreja isenta das perturbações que a perseguição lhe criava, em estado doravante de assumir no mundo a alta direção dos negócios; numa palavra, Satanás desapossado, lançado fora, e a idolatria abatida juntamente com o império que a sustentava.

«Eis», conclui Bossuet, «o que celebra São João no Apocalipse; eis para onde ele nos conduz por um seguimento de eventos que duram mais de trezentos anos; e eis por onde se termina enfim o que há de principal na sua predição.»[114]

[114] Assim, a primeira e principal parte das predições apocalípticas já teria recebido, e desde há muito tempo — ao menos quanto ao seu sentido primeiro e imediato —, um pleno e inteiro cumprimento. O que asseguraria ao exegeta, nos dados da história do segundo, do terceiro e do quarto século, a mais segura das regras diretivas de interpretação. Para não assinalar aqui, nas suas grandes linhas, senão as coisas mais marcantes: A esta luz da história poder-se-á ver em primeiro lugar, nos capítulos VII e VIII, a vingança divina a abater-se primeiramente sobre os Judeus, como sobre os primeiros autores ou instigadores das perseguições contra a Igreja; vingança suspensa por um instante a favor dos doze mil signati[assinalados] de cada uma das doze tribos, aos quais era preciso previamente separar do resto da nação, mas desencadeando-se logo a seguir, terrível e inexorável, sob Trajano e sobretudo sob Adriano, sobre estes infelizes restos de Israel que a ruína de Jerusalém sob Tito havia poupado. Ver-se-á em seguida no capítulo IX, nos místicos gafanhotos saídos do poço do abismo, um outro gênero de inimigos infinitamente mais perigosos ainda, dos quais a Igreja nos seus começos devia também triunfar: a saber, as primeiras heresias saídas na sua maior parte de opiniões judaicas e, por essa razão, ligadas, na profecia, às perseguições exercidas pelos próprios Judeus. Depois, eis que, com o capítulo XI, chegamos às perseguições romanas, que São João resume na de Diocleciano — de todas a mais longa, a mais violenta, a mais cruel, a mais universal —, e que ele descreve com carateres tão precisos e tão particulares que, uma vez que se lhes tenha conhecido a chave, crê-se ver desenrolar-se quadros retirados ao vivo dos acontecimentos. Mas quanto mais se avança, mais se multiplicam os motivos de surpresa. O capítulo XIII mostrar-nos-á a besta, isto é, a idolatria romana, ferida de morte pela vitória de Constantino, restituída em seguida à vida sob Juliano o Apóstata, e, nesta espécie de ressurreição admirada como miraculosa, recebendo os serviços de uma outra besta, na qual se reconhece a filosofia pitagórica, «que, sustentada pela magia, fazia concorrer para a defesa da idolatria os seus raciocínios mais capciosos e os seus prodígios mais espantosos». O resto (XIV-XIX) visa diretamente o derrube do império romano, segundo o que foi dito e explicado mais acima.

E agora, uma vez bem determinado e bem estabelecido o sentido desta primeira e principal parte, o resto já não pode oferecer dificuldade, pois o resto não é mais do que a continuação e a conclusão do que precede. O resto é o capítulo XX, onde São João, retomando o seguimento da sua profecia a partir da queda do império romano, desenrola a sua trama até ao fim dos séculos. E, com efeito, era natural que — após ter descrito profeticamente o primeiro tempo da Igreja, as suas primeiras lutas, as suas primeiras provações, e o que se poderia chamar a sua primeira tomada de posse do mundo — ele descrevesse também o seu destino no curso ulterior das idades.

Não o faz, contudo, senão de uma maneira extremamente sumária e, por assim dizer, em duas ou três pinceladas. Dir-se-ia de um pintor «que, após ter pintado com cores vivas o que constitui o assunto principal do seu quadro, traça ainda, num fundo obscuro e confuso, outras coisas mais afastadas desse objeto». Todavia, qualquer que seja a indeterminação em que aprouve ao Espírito de Deus deixar este último esboço do futuro, veem-se nele muito nítida e distintamente marcados dois outros tempos da Igreja, vindos após o dos seus primeiros começos: primeiramente, o tempo do seu reinado sobre a terra (vers. 1-6), e seguidamente o tempo da sua suprema e mais terrível provação (vers. 7-10), imediatamente seguida do juízo universal, do qual São João, para terminar, nos dá (vers. 11-15) um quadro em miniatura.

Do reinado da Igreja sobre a terra (que será também, como é dito no versículo 4, o reinado dos santos mártires, por causa da glória de que serão rodeados, das grandes honras que lhes serão prestadas e dos milagres esplêndidos pelos quais Deus autorizará o seu poder junto d'Ele), uma só coisa nos é revelada aqui: é que será relativamente longo e tranquilo. Relativamente longo, como se vê pelos mil anos que lhe atribui a profecia, pois este número, por mais figurativo que seja, não pode evidentemente representar senão um período de uma duração considerável. Relativamente tranquilo também, como transparece pelo acorrentamento do dragão, isto é, de Satanás, «encerrado no abismo, a fim de que não seduza mais as nações, até que se completem os mil anos».

O que, no entanto, se deverá entender em conformidade com a ordem atual da providência — que não comporta uma total exclusão da ação diabólica no mundo —, e tendo em conta esta maneira de falar, frequente na Escritura, que consiste em representar uma coisa não tanto segundo o que ela é em si mesma, mas segundo o que ela parece ser por comparação com outra. Assim, pois, será forçoso ver agora neste acorrentamento de Satanás um acorrentamento relativo, isto é, que só merece este nome feita a comparação com a liberdade que lhe havia sido deixada nos tempos antigos, e que lhe tinha permitido estabelecer uma idolatria universalmente dominante, corruptora da terra inteira, por toda a parte opressora e perseguidora dos cristãos.

Quanto ao tempo da última provação, que é o do desencadeamento de Satanás e da perseguição do anticristo, ele é-nos descrito em menos de quatro versículos, e em termos cujo sentido seria talvez temerário querer, desde já, precisar, sobretudo no que concerne a Gog e Magog. Deixemos, pois, ao futuro o cuidado de levantar aqui o véu, e contentemo-nos com o que São João marcou explicitamente, que é: que esta perseguição suprema será curta (vers. 3), que será uma perseguição ainda mais de sedução do que de violência (vers. 7), e que será prontamente seguida da vinda do Juiz dos vivos e dos mortos (vers. 11 ss.).

De tudo o que foi exposto até aqui, sobressai pois a inteira verdade do que diz Santo Agostinho no livro XX da Cidade de Deus, cap. VIII, n. 1: que o tempo que abarca o livro do Apocalipse vai do primeiro advento de Jesus Cristo até ao fim do mundo, onde terá lugar o segundo. «Totum hoc tempus quod liber iste complectitur, a primo scilicet adventu Christi usque in saeculi finem quo erit secundus ejus adventus.»

E daí decorre também, por uma consequência necessária, a plena solução da primeira das duas dificuldades propostas no início deste artigo: a que era tirada do quae oportet fieri cito. A partir do momento, com efeito, em que se tratava de uma longa sucessão de acontecimentos que se deviam suceder uns aos outros no decurso das idades, o sentido do fieri

cito [acontecer em breve] não podia ser o de que chegaria em breve todo o conjunto das predições, mas somente — como a natureza das coisas o indica superabundantemente — que em breve chegaria o seu começo e o seu início. E de fato, as predições apocalípticas incidiam sobre fatos que iam desenrolar-se sucessivamente, desde o fim do reinado de Domiciano — data da revelação feita a São João — até à primeira metade do século V, época do desmoronamento do império romano, e ulteriormente, como foi explicado, até ao fim dos tempos.

Aqui, pois, mais uma vez, a exegese modernista vê destituídas todas as suas pretensões.

DÉCIMO ARTIGO

A PAROUSIA NO APOCALIPSE. AS DUAS RESSURREIÇÕES

Alguém talvez se pergunte, sendo as coisas tais como foram expostas no artigo precedente, de onde pôde vir a opinião, tão antiga e tão geralmente difundida, que não via e não vê ainda no Apocalipse senão um quadro profético do fim do mundo e de seus prelúdios. Ao que eu responderia que muitas causas de diversas ordens terão tido aqui a sua parte de influência, mas que, se quisermos remontar à origem, encontraremos duas razões principais, às quais as outras poderão facilmente reduzir-se.

A primeira tinha apenas o valor de um preconceito. Consistia na persuasão, em que estavam um bom número de antigos, de que os destinos do mundo estavam ligados aos de Roma; em outras palavras, que o império romano não podia ter outro fim senão o do universo. É por isso que, sendo a ruína do império tão claramente visada no Apocalipse, concluía-se muito naturalmente que os tempos apocalípticos não podiam ser senão os do declínio definitivo, e do último fim das coisas [115].

Mas a esta primeira razão vinha juntar-se uma segunda, a qual, extraída do próprio texto da profecia, devia sobreviver ao desmentido que os acontecimentos, desde há muito tempo, se encarregaram de dar à

[115] «Tudo nos mostra, escrevia Lactâncio, Divin. Instit., liv. VII, c. 25, que a ruína suprema já não está longe: a não ser que ela não pareça dever ser temida enquanto Roma estiver de pé. Mas desde que esta cabeça do mundo tenha caído, quem poderia duvidar que o fim tenha chegado? Illa, illa est civitas quae adhuc sustentat omnia [Essa, essa é a cidade que até agora sustenta todas as coisas].» E tal é também o sentimento de Tertuliano, de Santo Óptato, de São Jerônimo, e de muitos outros. É que o esplendor de Roma, a pátria deles, se lhes impusera ao ponto de lhes fazer crer que havia um laço necessário entre a manutenção da civilização aqui na terra e a conservação do Império; que a ruína do Império não poderia ser senão a destruição dos quadros da sociedade humana e o sinal da decomposição universal; e por conseguinte, que o Império que mantinha o mundo sob o seu poder era precisamente o misterioso obstáculo à vinda do anticristo de que fala São Paulo em palavras veladas na segunda aos Tessalonicenses, quando diz (II, 6): Et nunc quid detineat scitis, etc.[E agora vós sabeis o que o detém, etc.]. Ver Bossuet, Préface sur l'Apocalypse, n. 22.

primeira. É que, do começo ao fim das predições de São João, encontram-se entremeadas às visões que se vão desenrolando umas após outras, como as diversas cenas de um mesmo drama, pinturas e descrições que parece bem que se devam, queira-se ou não, referir ao juízo final e ao desmoronamento total do mundo.

Assim, por exemplo, desde o início, logo após a abertura dos seis primeiros selos (VI, 12-17), as grandes calamidades cujos capítulos seguintes desenvolverão o detalhe, mal são mostradas confusamente e como que por alto, e já o sol se torna negro como um saco de crina, e a lua como sangue; as estrelas caem do céu como os figos verdes caem de uma figueira sacudida por um vento forte; o céu desaparece como um livro enrolado, e todas as montanhas e as ilhas são abaladas dos seus lugares; os reis da terra, os príncipes, os oficiais de guerra escondem-se nas cavernas e dizem às montanhas: Caí sobre nós, e escondei-nos da face daquele que está sentado sobre o trono, e da ira do Cordeiro.

Mais adiante (XI, 18), ao som da sétima trombeta, enquanto, a nosso ver, São João não faria senão descrever as perseguições romanas, a de Diocleciano em particular, que iam atrair sobre Roma os grandes castigos que vimos, ouvem-se os vinte e quatro anciãos adorar a Deus dizendo: Graças Vos damos, Senhor Deus todo-poderoso, que sois e que éreis, por Vos terdes revestido da Vossa grande potência... As nações irritaram-se, e o tempo da Vossa ira é chegado, o tempo de julgar os mortos, e de dar a recompensa aos profetas Vossos servos, e aos que temem o Vosso nome, e de exterminar aqueles que corromperam a terra.

Mais adiante ainda (XVI, 18-21), quando, com a sétima taça, chega o momento da execução da grande Babilônia, todas as ilhas fogem, as montanhas desaparecem, e granizos enormes, do peso de um talento, caem do céu sobre os homens.

É, pois, sempre e em toda parte o mesmo cataclismo integral e universal: tudo perece, tudo desmorona, tudo vai em ruínas, e a fúnebre imagem do grande dia de ira, que abre e fecha a perspectiva, projeta-se

também de um extremo ao outro, sobre todo o conjunto do quadro. Como então não ver claramente indicado por aí o verdadeiro assunto das predições do Apocalipse? Assim, ao menos, julgarão facilmente todos aqueles que, pouco versados na leitura dos profetas, pouco familiarizados sobretudo com o gênero próprio da Escritura, quiserem encerrar-se na pura e simples materialidade da letra. Mas uma exegese advertida não terá dificuldade em reformar este julgamento e, para reduzir os textos supramencionados ao seu justo valor, bastarão algumas breves observações.

É preciso considerar primeiro que as imagens mais fortes de que se serve aqui São João são tiradas dos antigos profetas, nomeadamente de Isaías e de Oseias, nas descrições que eles fazem das calamidades, certamente bem distintas da suprema catástrofe mundial, que Deus devia desencadear contra os inimigos de Israel, ou contra o próprio Israel.

É assim que, no anúncio da futura devastação de Babilônia pelos Medos e Persas, lemos (Isaías, XIII, 9-11): «Eis que o dia do Senhor vem para reduzir a terra a um deserto, e para exterminar os pecadores, pois as estrelas do céu não farão mais brilhar a sua luz, o sol obscureceu-se ao seu nascer, e a lua não espalhará mais a sua claridade... Eis que vou fazer levantar contra eles os Medos..., e Babilônia, o ornamento dos altivos Caldeus, será semelhante a Sodoma e a Gomorra...»

E mais adiante, no juízo proferido contra os Idumeus (Isaías, XXXIV, 3-5): «Os seus mortos serão lançados sem sepultura, e as montanhas fundir-se-ão no seu sangue. Os céus serão enrolados como um livro, e todo o seu exército cairá como cai da figueira a sua folha murcha e ressequida, pois a minha espada inebriou-se nos céus, e eis que ela desce sobre Edom, que eu votei ao extermínio para o julgar.»

E no anúncio do castigo que Israel atraíra sobre si por suas idolatrias (Oseias, X, 8): «Os altos lugares do ídolo de Betel, pecado de Israel, serão destruídos. Eles dirão então às montanhas: Cobri-nos, e às colinas: Caí sobre nós.»

A mesma coisa em Ezequiel, XXVI, 15-18, e XXXII, 7-8. A mesma coisa ainda em Joel, II, 10-11, embora tanto num como noutro se trate sempre de catástrofes particulares, como da ruína de Tiro, ou do império dos Faraós, ou ainda do reino de Judá sob Nabucodonosor. De fato, estas espécies de pinturas das grandes calamidades públicas, por desproporcionadas ao seu objeto que nos pareçam, estavam no gosto e no gênio do Oriente, e quando São João, o profeta do Novo Testamento, nos pintar sob as mesmas cores os flagelos que deviam preparar ou acompanhar o estabelecimento do cristianismo no mundo, ele não fará nisto senão continuar a maneira dos seus predecessores, os profetas do Antigo.

Mas eis agora uma segunda observação que é preciso acrescentar à precedente para a completar, e melhor precisar o seu sentido. É que, ao dizer que as descrições sobreditas diziam respeito direta e imediatamente a catástrofes que a história já desde há muito tempo registrou nos seus anais, não se entende de modo nenhum negar por aí que elas se reportassem também, de algum modo, àquele grande dia que porá fim à existência terrestre da humanidade, e a toda a ordem atual do universo. E a razão disto está no hábito constante da Escritura, várias vezes assinalado no curso deste estudo, de juntar as coisas figuradas às suas figuras: de traçar, por exemplo, esboços do futuro juízo do mundo através da treliça dos acontecimentos que, na sucessão dos séculos, deviam ser as suas imagens; mais ainda, e esta é uma coisa sobre a qual não se poderia insistir demasiado, de ver nestes próprios acontecimentos como que uma primeira execução do grande e terrível drama por eles e neles representado.

Não haverá, pois, motivo para pôr novamente em questão o sentido anteriormente estabelecido sobre sólidas provas, da primeira e principal parte das predições apocalípticas, sob o pretexto de que nela se veem incidentalmente misturadas, aqui e ali, alusões mais ou menos transparentes ao juízo final, ou mesmo, num dos três passos citados mais acima (XI, 18), a menção formal e expressa da sua vinda. Mas a única conclusão a tirar será aquela a que conduz muito naturalmente a maneira

costumada da Escritura, e que confirma por outro lado o sufrágio dos seus intérpretes mais autorizados: «São João, nos dirão eles, junta o juízo final àquele que se ia ver exercido sobre Roma, como tinha feito Jesus Cristo ao predizer a ruína de Jerusalém. É o costume da Escritura, de juntar as figuras à verdade.»

Por fim, convirá notar, em tese ainda mais geral, que uma mesma profecia pode ter vários sentidos: um, próximo e imediato, já cumprido; o outro, remoto e mediato, ainda oculto nas profundezas do futuro. Vimos exemplos disto mais acima, seja na profecia de Daniel sobre a perseguição de Antíoco[116], seja na de Nosso Senhor mesmo sobre a abominação da desolação instalada no lugar santo[117], e nada seria mais fácil do que alongar indefinidamente a lista. Mas sem que seja preciso fazer aqui maior gasto de erudição, quem pois não teria presente na memória a resposta de Jesus aos seus discípulos que O interrogavam sobre a vinda de Elias, predita por Malaquias na última página dos oráculos do Antigo Testamento (IV, 5-6)? «É verdade, dizia-lhes Ele, que Elias deve vir, e que restabelecerá todas as coisas; mas eu digo-vos que Elias já veio, e eles não o conheceram.»

Assim, em cumprimento de uma só e mesma profecia, Elias já tinha vindo, e ele devia vir. Ele já tinha vindo na pessoa de São João Batista: este é o primeiro sentido já realizado, como vemos no evangelho de São Lucas[118]. Ele devia vir: este é o segundo sentido cujo mistério apenas os últimos dias do mundo poderão esclarecer.[119]

Se, pois, a existência na Escritura de profecias de sentido múltiplo está tão bem comprovada, onde estaria a maravilha de que a esta categoria pertencesse também a profecia de São João, e que espanto haveria em que, sem prejuízo do sentido primordial anteriormente estabelecido, ela tivesse

[116] Daniel XI, 30 ss.
[117] Mateus XXIV, 15 ss.

[118] Lucas I, 17: «Ele (João Batista) converterá muitos dos filhos de Israel ao Senhor seu Deus, e ele mesmo caminhará diante d'Ele, no espírito e na virtude de Elias..., a fim de preparar para o Senhor um povo perfeito.»[e] Ver Bossuet, Préface sur l'Apoc., n. 15.[f] São Jerônimo, Liv. I contr. Jovin., n. 26.

[119] Ver Jacques-Bénigne Bossuet, Prefácio sobre o Apocalipse, n. 15.

um outro, estritamente escatológico, cujo cumprimento estaria reservado para o extremo fim dos séculos?

Certamente, só encontrarão motivo de crítica aqueles que não fazem uma ideia justa da capacidade compreensiva de um livro que os Padres nos dão como repleto de segredos admiráveis, mais ainda, como encerrando, segundo a forte expressão de São Jerônimo, infinitos mistérios do futuro, infinita futurorum mysteria continentem.[120]

É por isso que Bossuet, cuja maneira de ver sobre as predições apocalípticas é conhecida, não deixa de acrescentar: «Contudo a Deus não praza que se imagine que por esta explicação (a que ele propõe, e que nós mesmos seguimos), se tenha esgotado todo o sentido de um livro tão profundo. Não duvidamos de que o Espírito de Deus tenha podido traçar numa história admirável (dos primeiros sofrimentos da Igreja), uma outra história ainda mais surpreendente (dos seus últimos combates), e, numa predição, uma outra predição ainda mais profunda. Mas deixo a explicação disto àqueles que verão mais de perto o reino de Deus, ou àqueles a quem Deus fizer a graça de descobrir o seu mistério.»

Sábia e prudente reserva, como se vê, na qual faremos bem em nos manter por nossa vez, sem nada afirmar deste sentido futuro, mas sem nada negar também: atendo-nos unicamente ao que importa ao nosso assunto, a saber, ao sentido primeiro, próximo e imediato, que se pode considerar como demonstrado e adquirido, o que quer que se possa aliás pensar ou conjecturar relativamente ao outro.

E este sentido apresenta-nos, desde o capítulo VI até ao capítulo XIX inclusive, toda a sucessão dos juízos de Deus sobre os primeiros perseguidores: Judeus animados do ódio contra Aquele que tinham crucificado, ou Gentios sustentadores da idolatria pela qual Satanás mantinha o mundo sujeito às suas leis. Ele coloca diante dos nossos olhos o longo e doloroso parto daquele filho varão do capítulo XII, que devia governar todas as nações com um cetro de ferro, e que não era outro senão

[120] Santo Jerônimo, Livro I contra Joviniano, n. 26.

o cristianismo saindo vigoroso, vencedor e dominante, de três séculos de sangrentas perseguições[121]. Ele oferece-nos, por fim, o quadro dos acontecimentos através dos quais Deus, por uma providência admirável, conduziu a Sua Igreja nos seus começos, para a fazer triunfar, após a grande provação do batismo de sangue, «não somente no céu, onde dava uma glória imortal aos seus mártires, mas ainda sobre a terra onde a estabelecia com todo o esplendor que lhe tinha sido prometido pelos profetas [122].»

E é de todo este conjunto de coisas que São João dizia muito justamente e muito exatamente que elas deviam acontecer em breve (I, 1, e XXII, 6), porque com efeito a sucessão dos acontecimentos aqui profetizados, conquanto se prolongasse muito adiante no futuro, ia não obstante começar a desenrolar-se logo no dia seguinte, por assim dizer, da revelação apocalíptica: a saber, conforme já foi dito, a partir do reinado de Trajano, sucessor imediato de Domiciano, por quem o santo apóstolo tinha sido condenado à caldeira de óleo a ferver, e, após a sua milagrosa preservação, relegado ao exílio no rochedo de Patmos.[123] Donde enfim se segue que o argumento que a crítica modernista pretendia tirar do quae oportet fieri cito (as coisas que devem acontecer em breve), cai por si mesmo como partindo de um pressuposto imaginário, e vai assim avolumar a lista das razões anteriormente refutadas, cujas aparências especiosas só puderam fazer sobressair melhor a real inanidade.

Restariam agora, como última dificuldade, as seguranças reiteradas de uma vinda próxima, postas no fim na boca de Jesus, ou, o que vem a dar no mesmo, na do anjo falando em nome e na pessoa de Jesus: Eis que venho em breve (XXII, 7); sim, venho em breve (XXII, 20); venho em

---

[121] «Um grande prodígio apareceu no céu; uma mulher (figura da Igreja)... Ela estava grávida, e gritava sentindo as dores do parto. Outro prodígio apareceu no céu: um grande dragão vermelho (figura do diabo)... E este dragão parou diante da mulher que ia dar à luz, a fim de devorar o seu filho logo que ela fosse libertada. E ela deu à luz um filho varão, etc.»

[122] Isaías XIX, 23; LX, 1-6; Daniel II, VI, etc.

[123] Sobre a verdadeira data do Apocalipse, que os racionalistas, contra o testemunho de toda a antiguidade, fazem remontar ao ano 69 da nossa era, antes da ruína de Jerusalém, ver Bossuet, Apoc., I, vers. 9.

breve, e a minha recompensa está comigo para dar a cada um segundo as suas obras (XXII, 12). É verdade que, após tantas explicações já dadas sobre as duas maneiras de como a Escritura tem o costume de encarar a parousia, quer no juízo geral da humanidade no último dia do mundo, quer, previamente, no juízo particular de cada indivíduo no instante que se segue imediatamente à sua morte, a dificuldade deveria ser considerada como doravante classificada, resolvida e definitivamente esgotada.

Todavia, não nos desagrada trazer, ao terminar, um último esclarecimento, o qual, tomado da própria doutrina do livro do Apocalipse, terá a dupla vantagem de combater a objeção pelo próprio fundo de onde ela é tirada, e de destruir sempre mais radicalmente as falsidades da exegese racionalista em matéria escatológica.

O lugar principal, concernente ao nosso assunto, encontra-se neste capítulo XX, onde, após a queda da grande Babilônia, são descritos sumariamente e em traços largos, segundo o que foi dito precedentemente, os tempos da paz da Igreja, bem como o reinado dos seus mártires, cuja glória celeste não deixa de se prolongar sobre a terra pelas honras que lhes são prestadas e pelos milagres que Deus opera por sua intercessão.

São João acaba de nos mostrar um anjo descendo do céu, prendendo o dragão, a antiga serpente que é o diabo e Satanás, amarrando-o por mil anos e encerrando-o no abismo, a fim de lhe tirar o poder de seduzir as nações, como ele tinha conseguido fazer nos tempos da dominação universal da idolatria. Depois do que ele continua (XX, 4-6): Vi também tronos sobre os quais se sentaram aqueles a quem o poder de julgar foi dado; vi as almas daqueles que tiveram a cabeça cortada por terem prestado testemunho a Jesus e pela palavra de Deus..., e eles viveram e reinaram mil anos com Jesus Cristo. Os outros mortos não tiveram a vida até que mil anos sejam cumpridos. Esta é a primeira ressurreição. Feliz e santo aquele que tem parte na primeira ressurreição; a segunda morte não terá poder sobre eles, mas serão sacerdotes de Deus e de Cristo, e reinarão com ele durante mil anos.

Tal é o quadro que nos apresenta São João, da glória e da felicidade dos santos, ainda em estado de almas separadas, durante o período atualmente em curso, intermediário entre a sua saída deste mundo e o juízo final.

Eu disse, em estado de almas separadas. Com efeito, o que importa bem notar antes de qualquer outra coisa neste quadro, é que são almas que fazem o seu objeto: almas sem corpos, almas de decapitados, às quais são atribuídos tronos, e isto para significar que desde agora, desde os dias de hoje, enquanto os seus despojos jazem ainda no fundo dos seus sepulcros, e por conseguinte, muito antes que tenha chegado a consumação dos tempos, elas são associadas à beatitude e à glória de Jesus Cristo, assim como aos juízos que, durante o curso dos séculos, ele exerce sobre mundo:

Et vidi sedes... et animas decollatorum... et vixerunt et regnaverunt cum Christo mille annis[124].

Por conseguinte, a primeira ressurreição de que é dito, haec est resurrectio prima, deve-se entender também de uma ressurreição que não pode convir senão a almas: a saber, da ressurreição que, começada com a justificação, em conformidade com a palavra do apóstolo aos Efésios: «Desperta, tu que dormes, levanta-te dentre os mortos, e Cristo te iluminará», se acaba, se perfaz e se consuma ao sair da vida presente, pela entrada na vida eterna na visão de Deus.[125] E esta ressurreição é chamada primeira, porque com efeito ela deve ser seguida, mas apenas no último

[124] Eis aí, diga-se de passagem, o que basta já para destruir a doutrina dos milenaristas, os quais, apoiando-se nesta passagem do Apocalipse, onde todavia não se vê do começo ao fim, a reinar com Jesus Cristo, senão almas apenas, colocavam antes da ressurreição geral da carne no último dia do mundo, uma ressurreição antecipada para os mártires, e um reinado visível de Jesus Cristo com eles durante mil anos sobre a terra, numa Jerusalém reconstruída com um novo esplendor, que eles julgavam ser a Jerusalém descrita por São João no capítulo XXI. «Papias, autor muito antigo, mas de um espírito muito acanhado, tendo tomado demasiado grosseiramente certos discursos dos apóstolos que os seus discípulos lhe tinham relatado, introduziu na Igreja este reinado de Jesus Cristo durante mil anos numa Jerusalém terrestre magnificamente reconstruída, onde a glória de Deus brilharia de uma maneira admirável, onde Jesus Cristo reinaria visivelmente com os seus mártires ressuscitados, onde no fim, não obstante, os santos seriam atacados, e os seus inimigos consumidos pelo fogo do céu, após o que se fariam a ressurreição geral e o juízo final.» Assim fala Bossuet de uma opinião que Santo Agostinho por seu lado, na sua Cidade de Deus, liv. XX, c. 7, trata com bom direito de contrassenso escriturístico, tornado depois em fábulas ridículas: De duabus resurrectionibus, diz ele, Joannes in libro Apocalypsis, eo modo locutus est, ut earum prima a quibusdam nostris non intellecta, insuper etiam in quasdam ridiculas fabulas verteretur. De fato, quem quer que leia o que escreveram sobre isto os melhores e mais respeitáveis dos seus defensores, como por exemplo Santo Ireneu (liv. V, c. 33, P. G., t. VII, col. 1213 ss.), e Lactâncio (liv. VII Divin. Instit., c. 24, 25, 26, P. L., t. VI, col. 808-811), deverá convir na inteira justeza da censura.

É por isso que a dita opinião não pôde resistir muito tempo a uma crítica esclarecida, e ela desapareceu de tal modo «na grande luz do século IV», que quase já não se vê nenhum vestígio dela. Mas estava reservado aos protestantes do século XVII levantá-la das suas cinzas, e foi o ódio da Igreja romana que os determinou a fazê-lo. Com efeito, como no Apocalipse o reinado de mil anos vem após o julgamento e a execução da grande prostituta, a qual, segundo eles, não era outra senão a Igreja romana em pessoa, eles julgaram fazer maravilha ao ressuscitar a antiga fábula milenarista, pela oportunidade que ela lhes fornecia de prometer aos seus aderentes o mais brilhante futuro, após a queda da papado, por eles anunciada como próxima. Que aqueles, pois, dos nossos católicos em quem despertou em nossos dias o gosto das prodigiosas fantasias de Papias, notem de passagem, «em que loja» (perdoar-se-á a palavra que a bela língua de Bossuet não repudiou), os seus restos foram recolhidos e repostos em honra.

No fim de contas, o milenarismo, de qualquer maneira que se explique, ou com Papias ou com Cerinto, é um erro grave que as mais formais proferições da Escritura condenam abertamente. Pois a Escritura ensina-nos: primeiramente, que é preciso que o céu contenha Jesus Cristo até ao juízo final (Atos III, 21); segundamente, que o dia do segundo advento e o do fim do mundo são um só e mesmo dia (Mateus XXIV, 29-31; Marcos XIII, 24-26, etc.); terceiramente, que todos os mortos, e nomeadamente todos os santos, todos os justos, todos os eleitos ressuscitarão ao mesmo tempo, a saber in novissimo die [no último dia] (João VI, 39, 44, 55), ao som da última trombeta (I Cor. XV, 51), ao sinal dado, à voz do arcanjo, enquanto o próprio Senhor descerá do céu (I Tess. IV, 16). De sorte que seria mais do que justo deixar aos intérpretes protestantes, se é que ainda os há, estes «restos das opiniões judaicas», que a luz da Igreja dissipou inteiramente há dezesseis séculos.

[125] Sobre a ressurreição das almas, ver Santo Agostinho, Cidade de Deus, liv. XX, c. 10, onde ele mostra o que se deve responder àqueles que pensam que a ressurreição só se diz dos corpos, e não pode convir às almas.

dia do mundo, de uma ressurreição segunda, a da carne, conforme está marcado mais abaixo, no quadro do juízo geral que encerra toda a série das predições apocalípticas.[126]

De resto, não se deveria tomar os mil anos que deve durar este reinado dos santos, antes da retoma dos seus corpos, como um número de anos preciso e determinado. Não, diz Santo Agostinho, o número de mil é empregado aqui para exprimir a totalidade do tempo que deve decorrer até ao fim dos séculos, e é tomado no mesmo sentido que naquele passo do salmo CIV, versículo 8, onde se diz que Deus Se recorda eternamente da Sua aliança, e da palavra que deu «por mil gerações»; isto é, sem dificuldade, por todas as gerações que se sucederão no futuro.[127]

Que se, por fim, a ressurreição primeira é particularmente atribuída aos mártires, a razão disso é, observa ainda Santo Agostinho, que os mártires que combateram pela verdade até à efusão do seu sangue, têm nela naturalmente a parte principal. Mas segundo a figura de linguagem que consiste em tomar a parte, sobretudo a mais excelente e a mais reconhecida, pelo todo, é preciso indubitavelmente compreender na pessoa dos mártires, a universalidade dos mortos que a voz descida do céu designava um pouco mais acima (XIV, 13), como «morrendo no Senhor» [128]. Todos, com efeito, pertencem igualmente a Cristo; todos se tornaram para sempre a Sua herança e o Seu reino; todos também, e a mesmo título, são segregados dos caeteri mortuorum [outros mortos] do versículo 5: os quais, excluídos da ressurreição primeira, o serão consequentemente da segunda, a ressurreição do último dia não devendo ser para eles senão uma ressurreição de condenação, sobreajuntando a danação do corpo à da alma,

[126] «A segunda ressurreição, isto é, a dos corpos que terá lugar no fim dos tempos», diz Santo Agostinho, loc. cit., c. 6, em conformidade com Apoc. XX, 12-13, onde lemos: Depois vi um grande trono resplandecente de luz, e Aquele que estava sentado sobre ele... E vi os mortos, grandes e pequenos, de pé diante do trono. Foram abertos livros; abriu-se ainda outro livro, que é o livro da vida; e os mortos foram julgados segundo o que estava escrito nesses livros, segundo as suas obras. A mar devolveu os seus mortos; a Morte e o Inferno devolveram os seus, e foram julgados cada um segundo as suas obras.

[127] Santo Agostinho, loc. cit., c. 7, n. 2.
[128] Santo Agostinho, loc. cit., c. 9, n. 2.

e lançando por isso mesmo o homem todo inteiro naquilo que é muito justamente chamado aqui a segunda morte.[129]

É por isso que São João, depois de ter dito: Feliz e santo aquele que tem parte na primeira ressurreição, acrescenta logo de seguida: a segunda morte não terá sobre eles nenhum poder, dando a entender bastante por aí, que não se escapa à segunda morte, que não é senão a morte consumada e eterna, senão sob a condição de ter parte na ressurreição primeira, e que em consequência os participantes da dita ressurreição são todos os justos, todos os eleitos de Deus, à medida que, terminada a sua via, eles entram na sua eternidade.[130]

Eis, pois, o que nos ensina o Apocalipse sobre esta fase de transição, onde os santos, e especialmente os mártires, morrendo na terra, vão primeiramente em estado de almas bem-aventuradas, começar uma nova vida no céu. Eis levantada uma ponta do véu que nos ocultava as misteriosas condições da sua existência póstuma, daqui até à ressurreição última.

Que não se raciocine, pois, como se não houvesse outra vinda de Jesus com a Sua recompensa, senão aquela que terá lugar em glória e majestade na consumação dos séculos, ou como se fosse dessa vinda que se entendesse necessariamente a palavra objetada: eis que venho em breve, e a minha recompensa está comigo, para dar a cada um segundo as suas obras. Mas não. O Apocalipse supõe uma primeira vinda de Jesus, secreta

---

[129] Do mesmo modo que a primeira ressurreição é aquela em que os santos são glorificados na sua alma, e a segunda aquela em que o serão no corpo como na alma: assim a primeira morte é aquela em que as almas são sepultadas com o mau rico no inferno, e a segunda, a que se seguirá à ressurreição, em que o homem todo, em corpo e alma, irá, como é dito em São Mateus XXV, 46, para o suplício eterno.

[130] Nesta descrição da primeira ressurreição, faz-se sempre abstração das dilações que as expiações do purgatório possam exigir: e isto por duas razões principais. A primeira é que são os mártires os visados principalmente, e que apenas eles são designados explicitamente pelo texto de São João; ora, para os mártires, não poderia haver questão de purgatório. A segunda é que a ressurreição primeira deve ser encarada aqui, não segundo as condições acidentais, contingentes, variáveis ao infinito, das pessoas particulares, mas apenas segundo a regra estabelecida pela vontade antecedente de Deus, declarando que desde a consumação da nossa redenção pela paixão de Jesus Cristo, as almas justas são admitidas na vida eterna logo após a sua saída do corpo, salvo impedimento da sua parte. O que faz que seja neste momento que, em tese absoluta, seja preciso situar, sob o Novo Testamento, a entrada dos santos na beatitude, seja qual for, aliás, o tempo de espera mais ou menos longo imposto nos casos particulares, pelas faltas que não tivessem sido suficientemente expiadas na vida presente por dignos frutos de penitência.

e invisível essa, para o juízo e a remuneração das almas segundo os méritos das suas obras, logo a seguir à sua saída do corpo. Disso testemunha abertamente o quadro que acabamos de ver, onde os santos já são admitidos por Jesus a partilhar o Seu reinado, já recebidos a sentar-se no Seu trono, já postos em posse da beatitude celeste, salvo somente o último complemento da ressurreição do corpo e de uma certa glória acidental, reservada para o último dia. Haec est resurrectio prima. É a ressurreição primeira mostrada a São João na famosa visão do reinado de mil anos.

Mas não é o único lugar do Apocalipse onde se trate desta primeira vinda de Jesus com a sua recompensa. Logo no início do livro, entre as advertências que São João recebe ordem de escrever às igrejas, Jesus manda dizer ao anjo da igreja de Esmirna, em previsão da perseguição que ia chegar (II, 10): Sê fiel até à morte, e sem mais demora, logo que vença este termo da tua provação, dar-te-ei a coroa da vida. Ele diz ainda, algumas linhas mais abaixo, na passagem paralela da epístola à igreja de Tiatira (II, 26-28): A quem guardar as minhas obras até ao fim, dar-lhe-ei a estrela da manhã. E o que é a estrela da manhã? Aparentemente, a beatitude da glória eterna, conquanto não ainda na sua plenitude, onde ela se compararia antes ao sol do meio-dia, mas na sua fase inicial, e por assim dizer, matinal, de antes do juízo geral e da ressurreição última.

E esta beatitude inicial de antes do juízo geral e da ressurreição última, própria das almas ainda separadas dos seus corpos, São João não se cansa de no-la pôr em evidência, e de chamar para ela a nossa atenção. Ele volta a ela constantemente, e de tantas maneiras diferentes, que se deve ver nisso um dos pontos mais salientes deste livro divino do Apocalipse, e uma das suas particularidades mais características.

Ele volta a ela em particular no capítulo VI, versículos 9-11, onde nos apresenta as almas (e que se note bem, sempre as almas), as almas dos mártires, *animas interfectorum*, às quais, enquanto esperam que se faça justiça dos seus perseguidores, são dadas vestes brancas, símbolo da glória de que já gozam no céu. Vi, diz ele, sob o altar as almas daqueles que

foram imolados pela palavra de Deus, e pelo testemunho que lhe prestaram..., e foi dada a cada um uma veste branca, dizendo-se-lhes que aguardassem pelo resto, até que o número dos que serviam a Deus como eles estivesse completo, e o dos seus irmãos que deviam sofrer a morte assim como eles.

Ele volta a ela de novo no capítulo seguinte (VII, 9-17), onde nos mostra estes mesmos mártires com as suas vestes brancas e palmas na mão, conservando-se diante do trono de Deus, servindo-o dia e noite no seu templo, não tendo mais nem fome nem sede, nem incômodo de nenhuma espécie, porque o Cordeiro que está no meio do trono será o seu pastor, e os conduzirá às fontes das águas vivas, e Deus enxugará todas as lágrimas dos seus olhos.

Ele volta a ela, e mais expressamente ainda, no capítulo XIV, onde nos faz ouvir a voz que ele mesmo ouviu, a voz vinda do céu dizendo: Felizes os mortos que morrem no Senhor: desde agora, diz o Espírito, eles repousarão dos seus trabalhos, pois as suas obras os seguem. *Amodo jam dicit Spiritus ut requiescant a laboribus suis*. Desde agora, diz ele, como para combater formalmente e diretamente a ideia de uma vinda de Jesus com a sua recompensa, apenas no fim dos séculos. Não, não, amodo: desde agora, logo após a morte, a partir do juízo particular: o que justifica já amplamente *o venio cito, venio velociter* (venho em breve, venho depressa), da última página do livro, ao mesmo tempo que deixa, como se vê, o campo absolutamente livre a todas as hipóteses possíveis tocante à época da chegada em glória e majestade sobre as nuvens do céu, para o encerramento dos tempos e a ressurreição geral dos mortos, para a solenidade das grandes sessões da humanidade, para o juízo público do mundo, para a consumação última dos castigos e das recompensas, em suma, para o termo e o acerto final de todas as coisas e negócios de cá de baixo.[131]

[131] Isto, aliás, seja dito sem prejuízo de um outro sentido, em que o venio cito se diria igualmente da última vinda que trará, com o juízo final, a universal renovação dos céus e da terra de que fala São Pedro na sua segunda epístola (III, 10-13). Mas então o termo cito tomar-se-ia, bem entendido, não mais relativamente à duração dos particulares, mas à duração total do mundo desde as suas primeiras origens. E também por este prisma, achar-se-á facilmente que mil anos são como um dia.

Eis, se não nos enganamos, muito mais do que é preciso para fazer ver quão desprovidas de fundamento, quão contrárias aos mais firmes dados da Escritura, são as famosas posições dos modernistas sobre a parousia, pedra angular de todo o seu sistema de interpretação do Evangelho. Era o que nos tínhamos proposto demonstrar. E se, concluiremos com o autor do segundo livro dos Macabeus, a exposição dos argumentos foi a que convinha para levar a convicção aos espíritos, teremos atingido o objetivo dos nossos esforços. Se, pelo contrário, ela permaneceu imperfeita e defeituosa, só se deverá culpar a inabilidade do demonstrador.

APÊNDICE

Eis, em apêndice, algumas observações sobre duas questões que, deliberadamente afastadas no curso deste estudo como estranhas ao seu objeto direto, não deixam de interessar, seja à defesa, seja à confirmação da nossa fé em matéria escatológica. A primeira diz respeito aos dados das ciências naturais sobre o fim do mundo, confrontados com os do Evangelho; a segunda, à marcha das coisas contemporâneas posta em confronto com o que nos foi revelado dos pródromos da parousia.

A primeira questão coloca-se assim: Os dados da Escritura sobre o fim do mundo não estariam talvez em oposição formal com os da ciência? E o que poderia dar a pensar nisso é que a ciência, embora afirmando muito alto que o nosso mundo deve ter um fim, assim como teve um começo,[132] faz, no entanto, desse fim uma descrição que em nada se assemelha à dos nossos livros santos. Eis a sua substância, que extraio de um dos mais renomados astrônomos do nosso tempo:

«O sol atual perde continuamente do seu calor; a sua massa condensa-se e contrai-se; a sua fluidez atual deve ir diminuindo. Chegará um momento em que a circulação que alimenta a fotosfera, e que regulariza a sua radiação fazendo nela participar a enorme massa quase inteira, será estorvada e começará a abrandar. Então a radiação de luz e de calor diminuirá, a vida vegetal e animal restringir-se-á cada vez mais em

[132] «O nosso globo não esteve sempre no estado em que o vemos. A geologia e a geogenia reconstituíram a sua história, a qual se liga à cosmogonia geral. Primitivamente um pequeno sol oriundo da mesma nebulosa que o grande sol que hoje o ilumina, aquece e vivifica, a terra, luminosa e resplandecente, arrefeceu num prazo comparativamente curto, em razão mesmo da exiguidade proporcional de suas dimensões. Durante longos séculos rolou nos céus, estrela extinta, mas demasiado ardente ainda para que a vida pudesse deitar raízes na sua superfície. Depois, na sequência das inumeráveis precipitações atmosféricas que pouco a pouco refrescaram a crosta sólida toda penetrada ainda do calor do foco interior, a vida começou a implantar-se sobre ela sob a forma dos primeiros vegetais, seguidamente dos primeiros animais. Eis o que revela a ciência dos nossos dias. A vida teve, pois, um começo no nosso esferoide... De igual modo ela terá um fim.» Kirwan, Comment peut finir l'univers [Como pode acabar o universo], cap. 1.

direção ao equador terrestre. Quando esta circulação tiver cessado, a brilhante fotosfera será substituída por uma crosta opaca e obscura que suprimirá imediatamente toda a radiação luminosa. Reduzido doravante às fracas radiações estelares, o nosso globo será invadido pelo frio e pelas trevas do espaço. Os movimentos contínuos da atmosfera darão lugar a uma calmaria completa. A circulação aerotelúrica da água que tudo vivifica terá desaparecido, e as últimas nuvens terão derramado sobre a terra as suas últimas chuvas; os riachos, os rios deixarão de devolver ao mar as águas que a radiação solar lhe tirava incessantemente. O próprio mar inteiramente gelado deixará de obedecer aos movimentos das marés. A terra não terá mais outra luz própria senão a das estrelas cadentes que continuarão a penetrar na atmosfera e a inflamar-se nela. Talvez as alternativas que se observam nas estrelas no começo da sua fase de extinção se produzam também no sol.

Talvez um desenvolvimento acidental de calor devido a algum afundamento da crosta solar devolva por um instante a este astro o seu esplendor primeiro. Mas ele não tardará a enfraquecer e a extinguir-se de novo, como as famosas estrelas do Cisne, do Serpentário, e ainda ultimamente, da Coroa Boreal... É preciso, pois, renunciar a estas brilhantes fantasias pelas quais se procura iludir a si mesmo, de considerar o universo como o imenso teatro onde se desenvolve espontaneamente um progresso sem fim. Pelo contrário, a vida deve desaparecer cá em baixo, e as mais grandiosas obras materiais da própria humanidade apagar-se-ão pouco a pouco sob a ação das poucas forças físicas que lhe sobreviverão durante um tempo. Não restará nada delas, nem mesmo ruínas.»[133]

Eis, pois, o fim das coisas, tal como a ciência no-lo descreve: o fim que não chegaria senão após milhões de anos, quando o nosso sol encrostado e arrefecido tivesse cessado de enviar à terra a soma de calor necessária para a vivificar. Mas como tudo isto está bem nos antípodas da pintura que nos é feita no Evangelho! Estrelas caindo do céu, virtudes dos céus abaladas, elementos abrasados que se dissolvem, terra devorada pelo fogo com as obras que ela encerra, desarranjo imprevisto e súbito de toda a

[133] Faye, L'Origine du monde [A Origem do mundo].

máquina do mundo! Não será então preciso, por isso mesmo, conceder aqui uma oposição e uma ruptura entre a ciência e a revelação?

Mas para reduzir a dificuldade, se todavia dificuldade houver, ao seu justo valor, uma observação muito simples bastará. É que, como há para cada um de nós duas maneiras possíveis de morrer, a saber, de morte natural ou violenta, assim há, para o nosso mundo atual, duas maneiras de acabar correspondentes.

Há primeiro o caso em que nenhuma causa acidental viria perturbar a ordem normal e regular da natureza, e então seria um fim de mundo semelhante ao do homem que morre de velhice, por simples perda de energias, extinguindo-se lentamente como uma vela que se consome, ou uma lâmpada cujo azeite acaba por se esgotar. E é esse o caso que os sábios visam nas conclusões que acabamos de ver: conclusões, notemo-lo bem, que conquanto sejam muito verdadeiras, dada uma vez a hipótese em que eles se colocam, não têm, contudo, aos seus próprios olhos, senão um valor puramente condicional. Pois eles próprios reconhecem também, e sem dificuldade, que mesmo do ponto de vista da mera ciência natural, resta sempre a possibilidade de uma catástrofe mundial, provocada por alguma causa acidental, seja de ordem geológica, seja sobretudo de ordem cósmica: de ordem geológica, como seria a erupção do fogo subterrâneo determinando em larga escala o desmoronamento da crosta terrestre, e por conseguinte o incêndio do nosso globo; de ordem cósmica, como seria a colisão ou o encontro da terra ou do sol com algum desses astros errantes que circulam na imensidade do céu. Seria então um fim de mundo comparável ao do homem que perece num acidente de trem, ou no meio de um incêndio, ou num maremoto, arrastado pelas ondas.

Ora, do que poderia ser este fim violento e súbito do nosso mundo, a ciência também não deixa de nos dar alguma ideia: «Ninguém ignora, dir-nos-á ela, que o nosso sol não ocupa um ponto fixo no espaço. Como todas as estrelas ele é animado por um movimento próprio, no qual arrasta todo o seu cortejo de planetas, de satélites e de asteroides... Segue-se daqui que, desde a origem, os planetas, a terra incluída, nunca, nas suas

revoluções em torno do sol, voltaram a passar pelo mesmo caminho. Eles descrevem, sob as aparências de curvas fechadas, uma série de voltas em espiral, afastadas umas das outras de todo o caminho percorrido durante cada revolução do planeta, pelo sol no seu movimento de translação. Muitos encontros, durante esta viagem através das imensidades do espaço e da duração, são possíveis entre o nosso globo e tal ou qual objeto sideral circulando com uma velocidade maior ou menor, ou em sentido diferente. Cada um destes encontros poderia trazer o fim do nosso planeta sob uma forma ou sob outra. Por exemplo, o choque contra um globo de massa igual ou superior, mesmo que obscuro, produziria um desprendimento de calor suficiente para a volatilizar. Se esse globo fosse um sol incandescente, ele a consumiria mesmo antes do contato. O encontro com um enxame de uranólitos, ou com um grande cometa de núcleo sólido ou composta de gases deletérios, ou com uma nebulosa formada de partículas abrasadas, bastaria para determinar sobre a nossa terra comoções violentas capazes seja de a aniquilar, seja de nela destruir a vida revolucionando completamente a sua constituição física... Tudo arderia em chamas, tudo se consumiria; haveria fim de mundo terrestre pelo fogo... Aliás, tal incêndio cósmico não seria sem exemplo nas profundezas intersiderais.»[134] Aqui, pois, haveria ainda questão de uma oposição entre a ciência e o evangelho?

Mas há mais, e eis agora uma explicação que, no mínimo, não se poderá taxar de inverossimilhança, de cada um dos fenômenos marcados na Escritura: queda das estrelas, abrasamento da atmosfera, obscurecimento do sol, abalo das virtudes dos céus, etc. «As estrelas temporárias que surgem subitamente nas profundezas do firmamento, aumentam rapidamente de brilho, depois decrescem e acabam por desaparecer, dão-nos o espetáculo de incêndios siderais que não é interdito comparar com o que poderia ser o incêndio da nossa morada terrestre segundo as predições de São Pedro. Que o nosso globo venha a encontrar pelo núcleo alguma cometa comparável à de 1811, e nas condições indicadas mais acima, o que se vai passar? Será primeiro, pela atração exercida sobre as partículas mais tênues, um aguaceiro desses meteoros como nunca se terá visto: *Stellae cadent de coelo.* Depois, uma ebulição

[134] Kirwan, Comment peut finir l'univers, cap. 1.

ruidosa com evaporação, em nuvens espessas, das águas do mar, dos lagos e dos rios, prae confusione sonitus maris et fluctuum, interceptando mais ou menos completamente a luz do sol e da lua, sol *obscurabitur et luna non dabit lumen suum.* A temperatura continuando a elevar-se por consequência do atrito incessante e enérgico do nosso globo contra a matéria cometária ou nebular, ele acabaria por pegar fogo a si próprio na sua atmosfera, e sobre os seus continentes dessecados e calcinados. Seria então o dia em que os céus passarão com uma grande impetuosidade, magno impetu, os elementos dissolver-se-ão pelo calor, e a terra será queimada com tudo o que contém; em que os céus abrasados, coeli ardentes, se dissolverão... Efeitos análogos resultariam ainda, seja do choque da terra contra algum bólide gigantesco de uma massa comparável à sua, seja da queda de um corpo de semelhante importância no próprio sol, seja da aproximação extrema deste último com algum dos seus pares. E nestas diversas hipóteses, o movimento do nosso esferoide na sua órbita, como o dos outros planetas nas suas trajetórias respectivas, seria profundamente modificado... As forças cósmicas serão abaladas, virtutes coelorum commovebuntur. O céu enrolou-se como um livro que se fecha; as montanhas e as ilhas foram sacudidas nas suas bases.»[135]

E que tudo isto seja dito aliás *ad abundantiam juris*, para aqueles que, dependendo talvez mais do que o razoável dos brilhantes vislumbres da ciência, gostariam de encontrar aí uma espécie de contraprova dos ensinamentos da fé, tanto sobre o fim como sobre o começo do nosso universo. Mas falando absolutamente, e em rigor de direito, para explicar ou defender tudo o que a Escritura nos ensina da catástrofe suprema, a consideração das causas segundas que a ciência tem no seu foro nunca poderá ser de uma verdadeira necessidade. E isto pela excelente razão de que, acima de todas as causas segundas, está a Causa primeira, a causa das causas, a causa universal, Aquele que tem a natureza inteira entre as Suas mãos como o operário o seu instrumento, que é o seu mestre absoluto, que a move e a vira segundo Lhe apraz, e de Quem a Escritura diz justamente, que Ele olha para a terra, e ela treme, que Ele toca nas montanhas e elas fumegam (Salmo 103, 32). Além do mais, o que quer que se possa pensar

[135] Kirwan, op. cit., cap. 3.[5] Romanos 11, 25-32.

da forma como deve chegar o fim, ou mediante o jogo das causas naturais, ou por uma intervenção imediata da única potência de Deus, as razões apresentadas acima mostram superabundantemente que a ciência, muito longe de contradizer, por pouco que seja, os dados da fé, deles forneceria antes, à sua maneira, uma positiva confirmação.

Mas deste ponto de vista da confirmação da fé, mais notável ainda é talvez o contributo que nos vem da marcha das coisas contemporâneas, posta em confronto com o que Jesus Cristo e os Seus apóstolos nos ensinaram do estado do mundo às aproximações da parousia, assim como dos acontecimentos que serão os seus precursores. Pois se soubermos ler no presente, e interpretar o que se passa sob os nossos olhos, o que vai estendendo-se, propagando-se e acentuando-se todos os dias mais, o que evolui com uma desanimadora e desesperante regularidade desde aquele grande ponto de viragem da história que foi a Revolução Francesa, poderemos não ver aí uma preparação mais ou menos próxima, e como que um encaminhamento gradual para o cumprimento do que nos foi marcado para o fim dos séculos: marcado, digo eu, em predições precisas, formais, autênticas, e já dezenove vezes seculares? Desde logo, aquilo de que os adversários triunfam como de sinais inequívocos da inevitável ruína, e a curto prazo, da fé cristã, não se voltaria antes para nós em argumentos de credibilidade?

E primeiro, duas coisas caracterizam a época em que vivemos: por um lado, a conclusão da pregação do evangelho até nas partes mais remotas do globo, pois já não há agora uma ilha tão longínqua, um canto de terra tão inacessível, que não tenha os seus missionários e os seus apóstolos; por outro, a diminuição considerável da fé nas velhas nações cristãs, a defecção das massas tornando-se cada vez mais hostis ou indiferentes, finalmente a apostasia, a apostasia doravante declarada e oficial de todas as potências, das grandes como das pequenas, fazendo profissão aberta de já não conhecerem nem Jesus Cristo, nem a Sua religião, nem a Sua lei. E Jesus tinha dito: Este Evangelho do reino será pregado no mundo inteiro, para ser em testemunho a todas as nações, e então virá o fim (Mateus 24, 14). Ele tinha dito também: Quando o Filho

do homem vier, encontrará, pensais vós, a fé sobre a terra? (Lucas 18, 8). E São Paulo por sua vez: Esse dia (o último) não virá sem que a apostasia não tenha chegado primeiro, e que não se tenha visto aparecer em seguida, aquele que será como que o seu produto, o fruto maduro, e a personificação, o homem de pecado, o filho de perdição (2 Tessalonicenses 2, 3).

Uma outra coisa distingue os nossos tempos atuais de todos os precedentes. É o ateísmo a produzir-se por fim a céu aberto, e a afirmar-se com a mais completa impudor no grande teatro do mundo; é a negação retumbante dos princípios mais fundamentais de toda a religião e de toda a moral, mesmo puramente natural; é a audaciosa proclamação de que a civilização moderna não pode reconhecer outro Deus senão o deus imanente ao universo, o deus oposto ao Deus pessoal e transcendente da revelação cristã, nem outra moralidade senão aquela que tem a sua fonte na vontade do homem determinando-se por si própria, e tornando-se a si mesma a sua única e exclusiva lei. Isso, até aqui, pelo menos nesta crueza, nunca se tinha visto. E isto, juntamente com os assustadores progressos do espiritismo, da teosofia, do ocultismo sob todas as suas formas, com a corrupção da educação e da instrução pública, com esta massa enorme de livros ímpios, irreligiosos, blasfematórios, obscenos, que sob a capa das liberdades modernas (liberdade de consciência, liberdade de imprensa), penetra impunemente em todas as classes, sem distinção de idade nem de condição nem de sexo, com este feminismo de invenção recente, feito para abater os últimos baluartes da família, da religião e da sociedade: tudo isto, digo eu, não faz pensar, quer se queira quer não, na aproximação desses dias anunciados, em que Satanás, após os mil anos da sua reclusão relativa, será posto em plena liberdade, e avançará mais irritado que nunca, para exercer a sua sedução pelos meios inauditos até então? Ao ponto, tinha dito Jesus, de seduzir, se fosse possível, os próprios eleitos!

Mas um tempo deve vir no qual a cidade de Deus, cada vez mais reduzida a elites que a graça divina terá preparado para os últimos combates, será cercada e como que bloqueada em toda a extensão do mundo por todas as forças reunidas da cidade adversa. Quando os mil anos

estiverem cumpridos, diz São João no capítulo XX do seu Apocalipse, Satanás será desatado; será solto da sua prisão, e sairá dela para seduzir as nações que estão nas quatro extremidades da terra, Gogue e Magogue; e ajuntá-las-á para o combate, e o seu número será como a areia do mar, e cercarão o acampamento dos santos e a cidade amada de Deus. É a passagem que os milenaristas, escravos do sentido material da letra, entendiam de um cerco propriamente dito, que os exércitos do anticristo viriam pôr diante da Jerusalém dos seus sonhos ridículos, onde Jesus Cristo reinaria visivelmente com os seus mártires ressuscitados e gloriosos em corpo e em alma. Mas estas coisas não se refutam. É evidente «que é preciso entender aqui uma cidade espiritual, tal como é a Igreja; um acampamento espiritual, que é a sociedade dos filhos de Deus ainda revestidos de uma carne mortal, e no lugar de tentação»; por conseguinte também, um cerco e um bloqueio espirituais, que nos representa a perseguição suprema, a perseguição mundial, exercida ao mesmo tempo sobre os quatro cantos da terra, *super quatuor angulos terrae*, por aqueles cujo número será como a areia do mar, quorum numerus est sicut arena maris, na maneira explicada no seu devido lugar (art. 4), a respeito da abominação da desolação predita pelo profeta Daniel.

É evidente igualmente que esta perseguição está ainda nas perspectivas do futuro. Mas o que há a observar é que ela suporá necessariamente um estado do mundo onde tudo poderá obedecer a uma mesma ordem, e ceder a um impulso único. Pois assim como antigamente, as dez grandes perseguições romanas, a de Diocleciano em particular que foi a mais extensa de todas, tiveram por causa da sua generalidade a unidade e a coesão do Império, assim, e por maioria de razão, a perseguição anunciada do anticristo não será realizável, senão sob a condição de uma organização mundial permitindo uma ação comum sob a condução de um mesmo chefe, coletividade ou indivíduo, e a direção de um alto comando impondo-se de um polo ao outro.

E quem teria podido vislumbrar a possibilidade de um tal estado de coisas, há apenas cem anos? Mas abramos os olhos agora, e vejamos o mundo encaminhar-se para uma unidade formidável, contrapartida

monstruosa e malfazeja da unidade católica. As ideias de internacionalismo e de sindicalismo a todos os graus e sob todas as formas não tomam pé todos os dias mais? A maçonaria universal não junta os seus esforços para destruir até à noção de pátria, para fazer desaparecer todas as divisões de fronteiras, para encerrar nas malhas das suas redes a massa unificada do proletariado inteiro? Por outro lado, que contribuição para esta unificação futura e já começada, nos prodigiosos progressos da aviação, vindo juntar-se a tudo o que o século passado tinha visto de maravilhas realizadas pela aplicação das forças do vapor e da eletricidade! Há apenas quinze anos que Benson, no seu romance O Senhor do Mundo [Lord of the World], nos mostrava o mundo posto, graças a estas surpreendentes invenções modernas, na mão de um só homem, daquele homem que São Paulo chama o homem de pecado, o adversário que se elevará acima de tudo o que é chamado Deus ou honrado com um culto, e que nós, numa palavra, chamamos o anticristo. Não passava de um romance, e podia-se crer que o autor, abandonando-se a todos os caprichos da sua imaginação, nos tinha feito nele a pintura de um estado social não devendo nunca encontrar lugar senão na região das quimeras e das fantasmagorias. Mas que se o releia hoje, e que se diga se estas fantasmagorias da véspera não se tornaram, se não a realidade, pelo menos a possibilidade do dia seguinte; e isso, para nos dar motivo de concluir que o mundo marcha bem efetivamente no sentido marcado, inversamente e contra todas as previsões naturais, pelos nossos oráculos escatológicos, fechados e selados desde o tempo da morte dos apóstolos.

E eis, por fim, um último ponto que merece toda a consideração. São Paulo, escrevendo aos Romanos, dizia: Não quero, meus irmãos, que ignoreis este mistério, a fim de que aprendais a não presumir de vós mesmos. É que uma parte dos Judeus caiu na cegueira, até que a massa dos Gentios tenha entrado no aprisco da Igreja. E então, quando a massa dos Gentios tiver entrado, todo o Israel será salvo segundo o que está escrito: Sairá de Sião um libertador que banirá a impiedade de Jacó, e eis a aliança que farei com eles, quando os tiver convertido dos seus pecados. É verdade que no que diz respeito ao Evangelho, eles são ainda inimigos por causa de vós; mas no que diz respeito à eleição divina, eles são sempre

amados por causa dos seus pais, pois os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento. E como vós mesmos outrora não crestes, e que agora obtivestes misericórdia em razão da sua incredulidade, tendo Deus querido escolher-vos para os substituir: assim eles, eles desobedeceram agora por causa da misericórdia que vos foi feita, a fim de que por sua vez obtenham misericórdia, pois Deus encerrou tudo na incredulidade, para fazer misericórdia a todos, e mostrar por aí a necessidade que todos têm da sua graça [5]. É nestes termos que São Paulo anunciava a futura conversão do povo judeu, essa conversão que toda a tradição cristã nos dá como um dos pródromos mais marcantes do fim do mundo, e que poderia passar a justo título por coisa impossível, quimérica, e de todos os pontos inacreditável, se a sua realização não fosse garantida por um outro milagre mais inacreditável talvez ainda, e no entanto já cumprido aos olhos do universo, o da conservação deste povo (exemplo único em toda a história), apesar do seu estado de dispersão entre todas as nações do globo há quase 2000 anos.

Ora, agora pergunto a mim mesmo se não se encontraria, na marcha das coisas contemporâneas, o indício de um encaminhamento para este acontecimento extraordinário. E respondo a mim mesmo sem hesitar que se o encontra efetivamente, não ainda, bem entendido, se se considerar o acontecimento em si mesmo, mas se for encarado, pelo menos, na sua condição prévia e no seu prelúdio obrigado, que é o restabelecimento do reino de Israel, por outras palavras, a reconstituição dos israelitas, disseminados agora sobre toda a superfície da terra, em corpo de nação. Pois é visível que a sua conversão em massa não será realizável senão quando tiver cessado o seu estado de esmigalhamento aos quatro ventos do céu; é de toda a evidência que este retorno, este arrependimento, este reconhecimento em comum do verdadeiro Messias por tanto tempo ignorado, que anunciam as profecias, suporá neles uma mudança política que lhes terá devolvido a sua unidade e a sua coesão de outrora.

É isso de resto o que marcam expressamente os antigos profetas. Durante longos dias, lemos em Oseias 3, 4-5, os filhos de Israel permanecerão sem rei e sem chefe, sem sacrifício e sem altar, sem éfode e

sem terafim. É bem o estado em que foram postos desde a sua expulsão do país dos seus antepassados, e em que permaneceram até ao presente. Depois disso, post haec, por conseguinte, quando tiver terminado esta janela de exílio e de dispersão nos países estrangeiros, os filhos de Israel converter-se-ão, e buscarão de novo o Senhor seu Deus, e a Davi, seu rei, isto é, o Filho de Davi, o Messias que lhes tinha sido prometido. Voltarão a tremer para o seu Senhor e para a sua bondade, como outrora os irmãos de José para aquele que tinham renegado, traído e vendido. E o profeta acrescenta: no fim dos tempos, in novissimo dierum.

Posto isto, interroguemos a história contemporânea, e procuremos ver onde estão presentemente os negócios dos Judeus. Mas não teremos de procurar muito tempo. Nenhuma época foi para eles mais fecunda em acontecimentos felizes. A Revolução Francesa emancipou-os. Em menos de um século tornaram-se os reis da finança, e os senhores mais ou menos dissimulados da política mundial. Finalmente, no que diz respeito à hora atual, que nos baste reproduzir, sem comentários, uma nota publicada em La Libre Parole de quinta-feira 9 de outubro de 1919, sob o título: Os Judeus e a Palestina:

«O órgão dos Sionistas neerlandeses, o Joodsche Wachter, acaba de dedicar um longo artigo à investigação do princípio de direito que legitima a ocupação da Palestina pelo povo judeu. Ele afasta, como inoperante, o argumento que se quereria tirar da presença de numerosos judeus na Palestina; eles são com efeito apenas 100.000 contra 600.000 cristãos e muçulmanos. Não admite tão pouco o direito histórico. Pode-se mesmo perguntar se a Palestina foi alguma vez habitada inteiramente pelos judeus. E o Joodsche Wachter conclui: o direito dos israelitas é um direito religioso. É a fé religiosa do povo judeu mantida no decurso de vinte séculos de perseguições, temperada com o sangue de mártires inumeráveis, que se manifesta hoje no sionismo. A Palestina é a terra prometida a Abraão e a Moisés. Chegou o dia da realização desta promessa divina.

«Quanto às hipóteses de realização, o jornal baseia-se na promessa feita por M. Balfour, em nome da Inglaterra, quando a Inglaterra combatia

para a libertação do país judeu, e sobre um discurso pronunciado em Londres, a 20 de Agosto, pelo professor Weizmann, chefe da organização sionista de Londres. Entre as declarações do professor Weizmann, é interessante reter estas:

«O governo britânico significou aos seus funcionários de considerar como um fato consumado a organização da Palestina como lugar de estadia nacional para o povo judeu. O sionismo mundial deve pois meter-se à obra com a maior energia. A imigração em massa sendo impossível atualmente, por falta de habitações e de alimentação no país, a potência mandatária designada pela Sociedade das Nações não deverá tolerar senão uma imigração reduzida, limitada aliás aos judeus. Não serão provisoriamente admitidos senão os ricos, e os que poderão trabalhar para a reconstituição nacional importando para lá as matérias-primas e as máquinas necessárias aos ofícios que têm a intenção de lá exercer. A massa dos judeus que não poderá alcançar a terra dos avós deverá empregar-se em recolher as somas enormes necessárias à valorização deste país abandonado há tanto tempo.

«Assim a Palestina seria entregue aos judeus... Terá a Inglaterra tomado esta decisão sozinha, ou antes uma decisão comum terá sido tomada pelos Aliados, e em que condições? Terão os Srs. Wilson, Lloyd George e Clemenceau querido, como diz o Joodsche Wachter, assegurar a realização da promessa divina?»

De tudo isto podemos concluir que, se o mundo marcha, e marcha com uma velocidade cada vez mais acelerada, marcha precisamente no sentido que as mais autênticas profecias, tanto do Antigo como do Novo Testamento, nos tinham, há tantos séculos, marcado, precisado e anunciado.